

# 2011

## Relatório de Actividades

### 1.º Semestre de 2011

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários informa-se que a presente informação semestral não foi sujeita a auditoria ou a revisão limitada.



# BANIF

GRUPO  
FINANCEIRO

# Índice

<b>I.</b>	<b>ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</b>	<b>9</b>
<b>II.</b>	<b>ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011</b>	<b>16</b>
<b>1.</b>	<b>SOCIEDADES <i>HOLDING</i></b>	<b>17</b>
1.1	Banif SGPS, S.A.	17
1.2	Banif Comercial, SGPS, S.A.	19
1.3	Banif Investimentos, SGPS, S.A.	20
1.4	Banif Mais, SGPS, S.A.	21
1.5	Rentipar Seguros, SGPS, S.A.	22
<b>2.</b>	<b>ACTIVIDADE CORPORATIVA</b>	<b>23</b>
2.1	Recursos Humanos	23
2.2	Tecnologia e Operativa	28
2.3	Controlo dos Riscos de Actividade	31
2.4	Finanças Corporativas	44
2.5	Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo	45
2.6	<i>Compliance</i>	46
2.7	Auditoria	49
2.8	Imagem e Comunicação	52
<b>3.</b>	<b>BANCA COMERCIAL</b>	<b>56</b>
<b>3.1</b>	<b>Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.</b>	<b>56</b>
3.1.1	Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira	56
3.1.2	Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores	57

3.1.3	Actividade Comercial no Continente	59
3.1.4	Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio	63
3.1.5	Produtos de Crédito e de Poupança	67
3.1.6	Recuperação de Crédito Vencido	72
3.1.7	Actividade Financeira	73
3.1.8	Actividade Internacional	76
3.1.9	Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.	78 83
3.1.10	Perspectivas Futuras para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.	83
<b>3.2</b>	<b>Crédito Especializado</b>	<b>86</b>
3.2.1.	Banco Mais, S.A	86
3.2.1.1	Actividade em Portugal	86
3.2.1.2	Actividade Internacional	87
3.2.2.	Banif Plus Bank, Zrt.	89
3.2.3.	Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	90
3.2.4.	Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	93
<b>3.3</b>	<b>Actividade Internacional</b>	<b>95</b>
3.3.1	Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.	95
3.3.2	Banif International Bank, Ltd.	96
3.3.3	Banif Finance (USA) Corp.	98
3.3.4	Banif Financial Services Inc.	99

3.3.5	Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	101
3.3.6	Banca Pueyo, S.A.	103
3.3.7	Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	105
3.3.8	Banif Bank (Malta), Ltd.	108
3.3.9	Outras Actividades Offshore e Internacionais	110
<b>4.</b>	<b>BANCA DE INVESTIMENTO</b>	<b>112</b>
<b>4.1</b>	<b>Banif – Banco de Investimento, S.A.</b>	<b>112</b>
4.1.1	Corporate Finance	114
4.1.2	Structured Finance	115
4.1.3	Mercado de Capitais	116
4.1.4	Private, Institutional e Corporate Clients	119
4.1.5	Gestão de Activos	121
4.1.6	Pequenas e Médias Empresas	125
4.1.7	Real Estate Finance	125
4.1.8	Financeira e Crédito	126
4.1.9	Private Equity	129
<b>4.2</b>	<b>A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha</b>	<b>128</b>
4.2.1	Banif Securities, Inc.	128
4.2.2	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	128
4.2.3	Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)	133
<b>5.</b>	<b>SECTOR SEGUADOR</b>	<b>134</b>
<b>5.1</b>	<b>Companhia de Seguros Açoreana, S.A.</b>	<b>135</b>

6.	OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO	137
6.1	Banif Imobiliária, S.A.	137
6.2	BanifServ – Empresa de Serviços, Sist. e Tecnologias de Informação, A.C.E.	139
<b>III</b>	<b>ANÁLISE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS E PERSPECTIVAS FUTURAS</b>	<b>141</b>
1.	Análise às Contas Consolidadas	142
2.	Perspectivas Futuras	<b>147</b>
<b>IV</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>149</b>
1.	Balanço	150
2.	Demonstração de Resultados	151
3.	Demonstração do Rendimento Integral	152
4.	Demonstração de Variações em Capitais Próprios	153
5.	Demonstração de Fluxos de Caixa	154
6.	Anexo às Demonstrações Financeiras	155
<b>V</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<b>226</b>
1.	Órgãos Sociais e Estatutários	228
2.	Carteira de Acções Próprias	230
3.	Titulares de Participações Sociais Qualificadas	235
4.	Valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA e por sociedades do Banif – Grupo Financeiro detidos por titulares de Órgãos Sociais	237
5.	Transacções de acções ou de instrumentos financeiros com elas relacionados efectuadas pela Rentipar Financeira, SCPS, SA, pelos seus dirigentes e por pessoas estreitamente relacionadas com aqueles	241
6.	Recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos	244
7.	Declarações Obrigatórias	260

## Índice de Abreviaturas Utilizadas

Açoreana	Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
AIC	Auditoria Interna Corporativa
ALCO	Asset-Liability Committee
APB	Associação Portuguesa de Bancos
Banco de Investimento	Banif - Banco de Investimento, S.A.
Banif	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.
Banif Açor Pensões	Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Banif BI (Brasil)	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
Banif (Brasil)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
Banif (Malta)	Banif Bank (Malta) Plc
Banif (Cayman)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), S.A.
Banif Capital	Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Banif Comercial	Banif Comercial, SGPS, S.A.
Banif CVC	Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
Banif Gestão de Activos	Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
Banif Co	Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Banif Imobiliária	Banif Imobiliária, S.A.
Banif Investimentos	Banif Investimentos - SGPS, S.A.
Banif Mais	Banif Mais – SGPS, S.A.
Banif Plus	Banif Plus Bank, Zrt.
Banif Rent	Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.
Banif Serv	BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, A.C.E.
Banif SGPS	Banif - SGPS, S.A.
Bankpime	Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.

---

BBCA	Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (incorporado por fusão no Banif em 01-01-2009)
BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
BCN	Banco Caboverdiano de Negócios
BCV	Banco de Cabo Verde
BFC	Banif Forfaiting Company
BFS	Banif Financial Services, Inc.
BFUSA	Banif Finance (USA), Inc.
BIB	Banif International Bank, Ltd
BIH	Banif International Holdings, Ltd
BPO	Business Process Outsourcing
Companhia	Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
CPBC	Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo
CRI	Certificados de Recebíveis Imobiliários
CSA	Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
CSpA	Credit Support Annex
CVE	Escudo Cabo-verdiano
DCO	Direcção de Compliance (Banif)
DCRAA	Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores (Banif)
DCRAM	Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (Banif)
DEO	Direcção do Executivo de Operações (Banif)
DEP	Direcção de Empresas e Banca Privada (Banif)
DF	Direcção Financeira (Banif)
DGR	Direcção de Gestão Global de Risco (Banif)
DI	Direcção Internacional (Banif)
DMC	Direcção de Marketing e Comunicação (Banif)
DME	Direcção de Marketing Estratégico (Banif)

Dólares	Dólares norte-americanos (USD)
DOO	Direcção de Organização e Qualidade (Banif)
DRA	Direcção da Rede de Agências (Banif)
DREF	Data Reference System
DRD	Direcção de Rede Directa (Banif)
FED	Reserva Federal Norte-americana (Federal Reserve)
FMI	Fundo Monetário Internacional
Gamma	Gamma – Sociedade de Titularização de Crédito, S.A.
GAAP	Generally Accepted Accounting Principles
GC	Cabinete de Compliance (Banif)
GCC	Cabinete de Controlo do Cumprimento (Banif)
GIN	Cabinete de Gestão e Informação de Negócios (Banif)
Global	Global – Companhia de Seguros, S.A.
Global Vida	Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.
GPBC	Cabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais (Banif)
GRII	Cabinete de Relações com Investidores e Institucionais (Banif)
Grupo	Banif - Grupo Financeiro
IFB	Instituto de Formação Bancária
ISDA	International Swaps and Derivatives Association, Inc.
LTV	Rácio loan-to-value
Loi	Letters of Intent outorgadas em 17 de Maio de 2011, entre o Governo Português, a EU, o BCE e o FMI
MEFP	Memorandum of Economic and Financial Policies outorgado em 17 de Maio de 2011, entre o Governo Português, a EU, o BCE e o FMI
MoU	Memorandum of Understanding on Specific Economic Policy Conditionality outorgado em 17 de Maio de 2011, entre o Governo Português, a EU, o BCE e o FMI
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
Rentipar Seguros	Rentipar Seguros, SGPS, S.A.





---

SST	Segurança e Saúde no Trabalho
TMoU	Technical Memorandum of Understanding outorgado em 17 de Maio de 2011, entre o Governo Português, a EU, o BCE e o FMI
UE	União Europeia

# 01

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



**BANIF**

GRUPO  
FINANCEIRO



## I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### Conjuntura Internacional

O 1.º Semestre de 2011 foi marcado pelo abrandamento do ritmo de expansão das principais economias mundiais, iniciado na segunda metade do ano de 2009, tendo o crescimento sido mais acentuado nos países emergentes e mais moderado na generalidade das economias avançadas. Com efeito, verificou-se uma desaceleração do crescimento homólogo do PIB nos EUA, de 2,2% no 1.º Trimestre para 1,6% no 2.º Trimestre. No 1.º Trimestre, o crescimento homólogo da Zona Euro situou-se em 2,5%, enquanto no mesmo período se verificou uma quebra do PIB japonês de -1,0% e uma expansão vigorosa das economias emergentes, em particular do Brasil e da China, que registaram crescimentos reais homólogos de 4,17% e 9,7%, respectivamente.

Apesar do ritmo de crescimento evidenciado, a sustentabilidade do ciclo de expansão foi condicionada por um conjunto de factores cujos impactos poderão fazer-se sentir de forma mais acentuada nos próximos trimestres, de entre os quais: i) os efeitos do terramoto e consequente tsunami no Japão; ii) a crise política em países do Norte de África e Médio Oriente, em particular na Líbia, e os efeitos ao nível do preço do petróleo; e, iii) o agravamento da crise de dívida soberana ocorrida na Zona Euro, com o contágio para a economia portuguesa e, já no final do semestre, para as economias espanhola e italiana.

A crise de dívida soberana que afecta os países da Zona Euro começou no final do ano de 2009 na Grécia e propagou-se no início do ano para Portugal, depois de ter obrigado a Irlanda a um pedido de ajuda externa no final de 2010. A desconfiança dos mercados financeiros relativamente à dívida de Portugal conduziu ao aparecimento de dificuldades crescentes no financiamento dos agentes públicos e privados e conduziu o Governo a um pedido de assistência financeira à União Europeia, aos países membros da área do Euro e ao FMI no dia 7 de Abril de 2011. No âmbito deste pedido, foi elaborado um alargado programa de ajustamento económico e financeiro para o período de 2011-14, o qual contempla um financiamento total de 78 mil milhões de euros. O programa centra a sua intervenção em 3 grandes áreas:

- Reformas estruturais para aumentar o crescimento potencial da economia;
- Estabelecimento de uma estratégia de consolidação orçamental credível;
- Desalavancagem ordenada do sector financeiro.

No que respeita ao sistema financeiro, o programa define um processo de ajustamento do sistema bancário por via de um processo de desalavancagem que se pretende equilibrado e gradual, acompanhado por um reforço da solvabilidade dos bancos. Neste sentido, procura assegurar que os bancos têm: (i) liquidez necessária, incluindo, para apoio desta exigência, a possibilidade de emissão de obrigações com garantia estatal até ao montante global de 35 mil milhões de euros; (ii) um rácio de "core Tier 1" de 9% até ao final de 2011 e de 10% até ao final de 2012, incluindo para apoio desta exigência um fundo de recapitalização dos bancos envolvendo um montante global de 12 mil milhões de euros; (iii) de apresentar planos específicos de financiamento a médio prazo, consistentes com um conjunto de metas

regulares para os rácios de alavancagem e pressupondo uma redução do financiamento no Eurosistema no horizonte do programa, e (iv) um maior acompanhamento por parte da autoridade de supervisão, incluindo o reforço da metodologia de avaliação da solvabilidade e desalavancagem, a definição de um novo rácio de incumprimento e o reforço das inspecções on-site.

A crise na Zona Euro condicionou o acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas, devido às dificuldades de refinanciamento da banca, e pressionou os governos a anunciar políticas orçamentais mais restritivas com vista a recolocar as finanças públicas em trajectória sustentável, caso da França, da Grécia, de Espanha e de Portugal. Estas medidas contraccionistas condicionam de forma significativa o processo de recuperação económica em curso. Paralelamente, os governos da Alemanha e França insistiram na necessidade de envolver os investidores privados nos programas de resgate financeiros dos países em dificuldade, o que veio agravar ainda mais o sentimento dos investidores.

O sentimento dos investidores foi também afectado pelos crescentes receios de abrandamento da economia mundial. Estes receios assentaram num abrandamento da actividade dos países desenvolvidos no 2.º Trimestre, em particular dos EUA, mas também na expectativa de abrandamento das economias emergentes, em consequência das políticas monetárias mais restritivas entretanto encetadas para impedir o recrudescer de tensões inflacionistas.

Neste contexto, realce-se a descida dos indicadores de sentimento económico, tanto na União Europeia como na Zona Euro, devida principalmente ao agravamento dos indicadores de confiança dos empresários, da indústria transformadora, no caso da Zona Euro, e do comércio a retalho, no caso da União Europeia. No que respeita aos indicadores quantitativos disponíveis, a sua evolução aponta para um crescimento mais moderado da actividade económica, com uma desaceleração da produção industrial (de 6,7% em Março para 4,6% em Maio, em termos homólogos), das vendas a retalho (que diminuíram 0,4% em termos reais em Maio face a uma variação nula no 1.º Trimestre) e das exportações (que cresceram, em termos nominais, 17,2% em Maio face a um crescimento de 21,1% no final do 1.º Trimestre).

No que respeita à inflação, a taxa homóloga da área do Euro situou-se em 2,7% em Junho, mas excluindo os produtos energéticos e alimentares não transformados variou apenas 1,8%, em termos homólogos. Em termos de variação nos últimos 12 meses, a taxa de inflação total da Zona Euro ascendeu a 2,3%, em Junho.

Quanto à política monetária, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou, durante o 1.º Semestre de 2011, o processo de normalização das condições monetárias após as medidas excepcionais tomadas na sequência da crise financeira de 2008/2009. Assim, o BCE procedeu à subida das taxas de juro directoras, em Abril, de 1,00% para 1,25%, tendo, já no início de Julho, procedido a um novo aumento para 1,50%. O BCE, no entanto, nos primeiros 3 meses do semestre e no contexto da crise da dívida soberana, continuou com a compra em mercado secundário, através de operações esterilizadas, de dívida de países da Zona Euro com dificuldades de financiamento.

A Reserva Federal Norte-Americana (FED), por seu turno, optou ao longo do semestre pela manutenção das taxas de juro, tendo sinalizado que estas se iriam manter a níveis reduzidos por um período prolongado. Paralelamente, continuou com um processo de aquisição de dívida em mercado secundário

(vulgarmente designado por *quantitative easing*), que havia sido iniciado em Novembro de 2010, com duração prevista até meados de Junho de 2011 e envolvendo um montante aproximado de 600 mil milhões de dólares.

### Conjuntura Nacional

A conjuntura nacional caracterizou-se, no 1.º Semestre, pela continuação do agravamento das condições económicas, que se verifica desde a segunda metade de 2010. Este agravamento é visível na evolução do PIB, que registou uma variação homóloga negativa de -0,6% no primeiro trimestre e de -0,9% no segundo trimestre. A redução homóloga do produto deveu-se a uma redução acentuada do investimento e das despesas de consumo final das famílias. Associada à queda do consumo, verificou-se uma diminuição das importações de bens e serviços, enquanto as exportações, por seu turno, mantiveram um ritmo elevado de crescimento. A taxa de desemprego estimada para o segundo trimestre situou-se em 12,1%, um valor ligeiramente abaixo da registada no 1.º Trimestre (12,4%), mas a níveis historicamente elevados.

Concomitante com a evolução do produto, a situação ao longo do 1.º Semestre de 2011 está reflectida nos indicadores de clima económico e nos indicadores de confiança, que sofreram um agravamento ao longo do período, mas também nos indicadores quantitativos, nomeadamente nos que se referem à evolução do consumo privado e investimento. Em particular, as vendas veículos registaram, no mês de Junho, uma quebra homóloga de 34,1%, a quebra mais acentuada desde Abril de 2009, estando esta evolução também relacionada com efeito de base, dada a antecipação de compras verificada em Junho de 2010, devido ao aumento do IVA previsto para Julho desse ano.

As contas externas, por seu turno, mostram, no 1.º Semestre, um significativo desagravamento do défice da balança comercial, de cerca de 1.305,4 milhões de euros, tendo passado de 5.559,5 milhões de euros, em Junho de 2010, para 4.254,1 milhões de euros, em Junho de 2011. As exportações de bens e serviços aumentaram 17,4%, sobretudo nas categorias de combustíveis e lubrificantes, material de transporte e fornecimentos industriais, enquanto as importações caíram 17,3% em termos homólogos, em Junho.

A economia nacional encontra-se condicionada e enquadrada, na segunda metade do ano e para os próximos anos, pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a União Europeia, os países da Zona Euro e o FMI, o qual pressupõe um processo de ajustamento que se deverá caracterizar, em traços gerais, pela conjugação dos processos de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A sua concretização será particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade tendencial em Portugal.



---

## Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Ao longo do 1.º Semestre, os mercados accionistas tiveram um comportamento moderadamente positivo, com o índice global MSCI World Index a apresentar uma valorização de 3,99%. Esta valorização global foi liderada pelo comportamento dos mercados norte-americanos, que registaram valorizações de 5%, no caso das grandes capitalizações (medidas pelo índice S&P 500), e de 5,6%, no caso das pequenas capitalizações (medidas pelo índice Russell 2000). Os mercados europeus registaram uma perda de -1,3% (MSCI Europe) enquanto os mercados emergentes tiveram um comportamento ligeiramente negativo (variação de -0,5% no índice MSCI Emerging Markets), com os mercados da Europa de Leste (+9,2% medido pelo índice MSCI EM Eastern Europe) a terem um comportamento mais favorável que os mercados asiático (variação de +0,4% do índice MSCI EM Asia) e da América Latina (variação de -3,3% do índice MSCI EM Latin America).

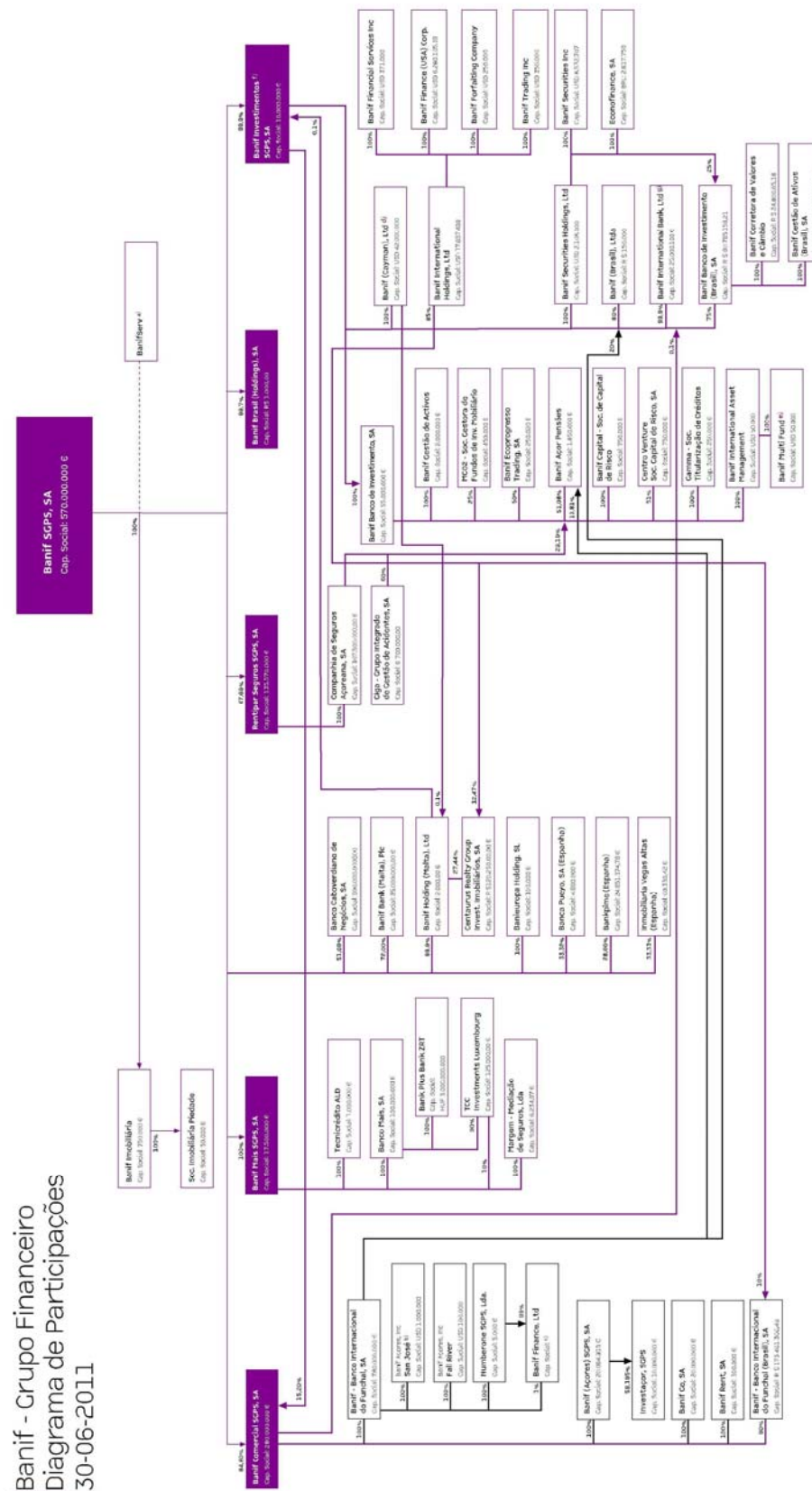
No que respeita às matérias-primas, verificou-se uma queda dos preços dos produtos alimentares, nomeadamente milho, trigo e soja (-3,1%, -21% e -8,1%, respectivamente) enquanto as matérias-primas energéticas e os metais registaram fortes valorizações, com destaque para o preço do petróleo, que registou uma subida de 18,4%.

Finalmente, destaque-se a valorização do Euro face às principais moedas, não obstante o aumento do risco de crédito percepcionado na dívida soberana em alguns países da Zona Euro. A apreciação face ao Dólar norte-americano foi de cerca de 8,35%, de 7,55% face ao Iene japonês e de 1,95% face ao Real brasileiro.

**Redes de Distribuição do Banif - Grupo Financeiro**  
**30 de Junho de 2011**

	Continente	Madeira	Açores	Estrangeiro	Total
<b>Banif Comercial</b>	<b>325</b>	<b>43</b>	<b>57</b>	<b>184</b>	<b>609</b>
<b>1. Banif</b>	<b>304</b>	<b>41</b>	<b>55</b>	<b>8</b>	<b>408</b>
Agências	269	36	47	0	352
Centros de Empresas	20	1	4	0	25
Centros de Clientes Institucionais	0	0	1	0	1
BANIF Privado	14	1	1	0	16
Call Centre	1	0	0	0	1
S.F.E.	0	2	0	0	2
Lojas de Habitação	0	1	1	0	2
Escritórios de Representação/Outros	0	0	1	8	9
<b>2. Banif Go</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>3. Tecnicrédito, SCPS</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>34</b>
Banco Banif Mais	16	1	2	4	23
Outros	2	0	0	9	11
<b>4. Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26</b>	<b>26</b>
Agências	0	0	0	13	13
BANIF Financeira	0	0	0	12	12
Outros	0	0	0	1	1
<b>5. Banif Banco (Malta)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
<b>6. Banco Caboverdiano de Negócios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>21</b>
<b>7. Banca Pueyo (Espanha) (*)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>88</b>	<b>88</b>
<b>8. Bankpime (Espanha) (*)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
<b>9. Outros</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>Banif Investimentos</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>11</b>
<b>1. Banif - Cayman</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>2. Banif International Bank</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>3. Banif Banco de Investimento</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>4. Banif Banco de Investimento (Brasil)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>5. Outros</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>13</b>
<b>Seguros</b>	<b>34</b>	<b>7</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>59</b>
<b>1. CSA (*)</b>	<b>34</b>	<b>7</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>59</b>
Sucursais	34	1	18	0	53
Outros	0	6	0	0	6
<b>TOTAL</b>	<b>361</b>	<b>51</b>	<b>76</b>	<b>191</b>	<b>679</b>

(\*) Não Consolidada integralmente



o fim do ciclo de sua (em ACE, a sua) verificação no diagrama) onde sua verificação pode fazer a inclusão (em ACE

2.1.2. *Effect of the addition of H<sub>2</sub>O<sub>2</sub> on the degradation of the organic matter*

[illegible]

A percentagem do controlo do capital fixado é de 100%, sendo o capital social constituído por 100 000 ações ordinárias de 1 000,00 cada uma, sendo o valor nominal unitário de 1 000,00. A percentagem preferencial tem o valor de 100 000 ações de 1 000,00 cada uma, sendo o valor nominal unitário de 1 000,00.

de A descentagem de controle de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por:

At: A percentagem de controlo do capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por 26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 26.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 2.

<sup>a</sup> Capital Social (Rankings) 1997-2002.

A percentagem de controlo de capital estrangeiro, por parte da BNPF SCPS, é de 100%, sendo o capital total controlado por 1.000.000 acções ordinárias.

7. A partir da origem de contagem de capital, foram emitidos 2.000 títulos de capital nominal de R\$ 100,00, sendo o capital total emitido de R\$ 200.000,00. Os títulos de capital nominal de R\$ 100,00 foram emitidos em 2.000 títulos de capital nominal de R\$ 100,00.

a) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por 25.000.000 de acções ordinárias de valor nominal 1.000,00€ cada.

artículo de los \$ 2.00 a 25.000 anuales y referenciable con el valor nominal de los \$ 100.000.



# 02

## ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO



**BANIF**

GRUPO  
FINANCEIRO

## II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010

### 1. SOCIEDADES *HOLDING*

#### 1.1 Banif SCPS, SA

No 1.º Semestre de 2011, a sociedade dedicou-se à gestão das suas participações financeiras, consubstanciada na gestão da tesouraria e na definição e implementação de estratégias nas diferentes participadas do Banif – Grupo Financeiro, nos termos que se concretizam no Capítulo 2 - “Actividade Corporativa”.

Com o objectivo de gerir as suas participações financeiras, a sociedade reforçou a sua tesouraria, recorrendo a financiamento junto de sociedades do Banif – Grupo Financeiro. Neste período, contratou com o Banif financiamentos que totalizam 205,5 milhões de euros e liquidou os que havia obtido, no exercício de 2010, junto daquela instituição bancária, no montante de 125 milhões euros. Assim, o endividamento junto do Banif, à data de 30 de Junho de 2011, totalizava 272,5 milhões de euros.

No 1.º Trimestre de 2011, a Banif SCPS liquidou os financiamentos obtidos em 2010 junto da Rentipar Financeira SCPS, SA que totalizavam 100 milhões de euros e amortizou 5 milhões de euros ao financiamento que lhe fora concedido pela Banif Investimentos, SCPS, SA, no valor de 80,7 milhões de euros.

Ainda no 1.º Trimestre de 2011, a sociedade subscreveu 7.500.000 acções do Banif Bank (Malta) Plc, com o valor nominal unitário de 1 euro, remuneradas a 4%, sem direito de voto. Estas acções serão, posteriormente, convertidas em acções ordinárias no âmbito de um novo aumento de capital desta instituição bancária.

No dia 3 de Março de 2011, a Sociedade procedeu à emissão de 50.000 obrigações, ordinárias, escriturais, ao portador, com o valor nominal unitário de 1.000 euros, fungíveis com as “Obrigações Banif – SCPS, S.A. 2010/2013” a partir de 23 de Junho de 2011.

A sociedade concedeu financiamentos à Banif Imobiliária, a título de suprimentos, no valor de 1 milhão de euros, ficando esta última com um endividamento, junto da Banif SCPS, no valor global de 136 milhões de euros.

Os suprimentos concedidos à Companhia de Seguros Açoreana, SA, pelo Banif e pela Banif SCPS, SA, que totalizam 1.969.727,00 euros, foram cedidos à Rentipar Seguros, SCPS, SA, nos termos do contrato de cessão de créditos celebrado pelas quatro sociedades.

A Banif SCPS concedeu à Rentipar Seguros SCPS, S.A. um financiamento a título de suprimentos, no montante de 5 milhões de euros. Entretanto, esta sociedade participada liquidou o financiamento de apoio à tesouraria que lhe havia sido concedido em 2010, no valor de 5 milhões de euros.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Banif Comercial, SCPS, SA, a Banif SCPS concedeu a esta filial uma prestação pecuniária, com a natureza e sujeita ao regime que o Código das Sociedades Comerciais estabelece para as prestações suplementares, no montante de 10,5 milhões de euros.

Ainda no âmbito dos apoios prestados às suas filiais, refere-se a prestação de uma garantia em benefício do Banif, no valor de 10 milhões de euros, referente a financiamento contraído pelo Banco junto da Banca Pueyo, SA.

A Banif SCPS, SA entregou ao Estado dividendos de 2004, que não foram reclamados, no valor de 2.633,75 euros.

Durante o 1.º Semestre de 2011, a Banif SCPS recebeu dividendos das suas participadas no montante de 149.943,00 euros.

No que se refere aos seus principais indicadores, o Activo Líquido da Sociedade ascendeu a 1.320,7 milhões de euros, no final do 1.º Semestre de 2011, contra 1.084,5 milhões de euros no período homólogo de 2010, o que representa um crescimento de 236,2 milhões de euros. No mesmo período, foi apurado um Resultado Líquido, negativo, de 4,9 milhões de euros que compara com um Resultado Líquido, negativo, de 8,4 milhões de euros obtidos no 1.º Semestre de 2010.

Em relação ao período homólogo de 2010, o Passivo cresceu de 370,7 milhões de euros para 511,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 140,6 milhões de euros.

Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 30 de Junho de 2011, a 809,4 milhões de euros, um crescimento de 95,6 milhões de euros, relativamente aos 713,8 milhões de euros registados em Junho de 2010, principalmente devido ao aumento do seu capital social em 80 milhões de euros, de 490 para 570 milhões de euros, concretizado através de Oferta Pública de Subscrição, em Dezembro de 2010.

A sociedade não dispunha, no final do 1.º Semestre de 2011, de um quadro de pessoal próprio.

(base IAS/IFRS)

Valores em milhares de euros

(valores individuais)	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
<b>Activo Líquido</b>	1.320.682	1.084.565	21,77%
<b>Passivo</b>	511.318	370.746	37,91%
<b>Capital Próprio</b>	809.364	713.819	13,40%
<b>Resultado Líquido</b>	-4.863	-8.365	41,90%

## 1.2 Banif Comercial, SCPS, S.A.

A actividade da Banif Comercial, durante o 1.º Semestre de 2011, consistiu fundamentalmente na gestão das suas participações financeiras, ligadas à actividade da banca comercial e do crédito especializado.

Tendo em vista o reforço da sua actividade, a sociedade solicitou ao Banif, em 29 de Setembro de 2010, a concessão de um financiamento por conta corrente caucionada, até ao montante de 400 milhões de euros, pelo prazo de um ano, dos quais utilizou 131 milhões de euros, em 2010, e 90,1 milhões de euros, no 1.º Semestre de 2011.

Em 11 de Abril de 2011, a sociedade contratou um financiamento com a Banif Açores, SCPS, SA, para apoio à sua tesouraria, no montante de 45 milhões de euros, que liquidou em 20 de Junho de 2011.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Banif Açores, SCPS, SA, a Banif Comercial concedeu a esta sua filial suprimentos no montante de 89,5 milhões de euros.

Relativamente aos principais indicadores, o Activo Líquido da Banif Comercial elevava-se a 1.021,4 milhões de euros, no final do 1.º Semestre de 2011, contra 978,4 milhões de euros no período homólogo de 2010. No mesmo período, foi apurado um Resultado Líquido negativo de 3,1 milhões de euros enquanto no 1.º Semestre de 2010 havia sido obtido um Resultado Líquido negativo de 1,4 milhares de euros. O Passivo atingiu o montante de 304,1 milhões de euros, no final dos primeiros seis meses de 2011, contra 427,9

milhões de euros, em igual período do ano anterior. Os capitais próprios da sociedade ascendiam, em 30 de Junho de 2011, a 717,2 milhões de euros contra 550,5 milhões de euros registados no período homólogo de 2010, variação que resulta, essencialmente, de prestações pecuniárias com a natureza de prestações suplementares, no valor de 164 milhões de euros, efectuadas pela Banif SCPS a favor da Banif Comercial em 29 de Dezembro de 2010.

A sociedade não dispunha, no final do 1.º Semestre de 2011, de um quadro de pessoal próprio.

(base IAS/IFRS)		Valores em milhares de euros	
(valores individuais)	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
<b>Activo Líquido</b>	1.021.388	978.410	4,39%
<b>Passivo</b>	304.130	427.895	-28,92%
<b>Capital Próprio</b>	717.258	550.515	30,29%
<b>Resultado Líquido</b>	-3.086	-1.398	-120,74%

### 1.3 Banif Investimentos, SCPS, S.A.

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu, fundamentalmente, na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas da banca de investimento, mercado de capitais e gestão de activos, a nível nacional e internacional.

No 1.º Semestre de 2011 não ocorreu qualquer aumento de capital ou aquisição de novas participações sociais, não se tendo verificado a necessidade de financiamentos complementares.

A Banif Investimentos não recebeu dividendos das suas subsidiárias, tal como também não distribuiu dividendos aos seus accionistas.

A Banif SCPS procedeu à amortização parcial de 5 milhões de euros do financiamento de apoio à tesouraria concedido pela Banif Investimentos, pelo que, à data das demonstrações financeiras, este financiamento ascende a 75 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da Banif Investimentos, elevava-se a 282,3 milhões de euros, em Junho de 2011, contra 289,1 milhões de euros, em Junho de 2010, tendo sido

apurado um Resultado Líquido negativo de 2,6 milhões de euros, quando, em 30 de Junho de 2010, havia sido obtido um Resultado Líquido negativo de 0,2 milhões de euros. Os Capitais Próprios da Banif Investimentos ascendiam, em 30 de Junho de 2011, a 33,5 milhões de euros, contra 37,3 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2010.

A Banif Investimentos não dispunha, em 30 de Junho de 2011, de um quadro de pessoal próprio.

(base IAS/IFRS)	Valores em milhares de euros		
(valores individuais)	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	282.328	289.087	-2,34%
Passivo	248.832	251.808	-1,18%
Capital Próprio	33.496	37.279	-10,15%
Resultado Líquido	-2.563	-205	-1150,24%

#### 1.4 Banif Mais, SCPS, S.A.

A actividade desta sociedade, no 1.º Semestre de 2011, consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade do crédito especializado e do *cross-selling* de produtos associados.

No que se refere aos principais indicadores, as demonstrações financeiras consolidadas do 1.º Semestre de 2011 do sub - grupo Banif Mais apresentam um Activo Líquido de 786,8 milhões de euros, Capitais Próprios de 236,1 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado de 11,0 milhões de euros, mais 30,1% do que no período homólogo de 2010.

Quanto ao contributo da actividade por mercado geográfico para o Resultado Líquido consolidado, registaram-se 11,55 milhões de euros em Portugal, -1,5 milhões de euros em Espanha, 0,2 milhões de euros na Eslováquia, -0,01 milhões de euros na Polónia e 0,76 milhões de euros na Hungria.

(base IAS/IFRS)

Valores em milhares de euros

(valores consolidados)	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	786.761	878.589	- 10,5%
Passivo	550.667	636.034	- 13,4%
Capital Próprio	236.094	242.555	- 2,7%
Resultado Líquido	11.034	8.483	30,1%

### 1.5 Rentipar Seguros, SCPS, SA

As opções estratégicas da Rentipar Seguros SCPS, SA, têm prosseguido em linha com os desígnios da política de crescimento do Banif – Grupo Financeiro.

Neste contexto, em 2010 a Rentipar Seguros havia expandido a sua actividade, com a aquisição à CNP Assurances, da totalidade do capital da Companhia de Seguros Global, SA (Global) e da Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA (Global Vida), o que representou um investimento global superior a 137 milhões de euros. Em 24 de Janeiro de 2011 a Companhia de Seguros Açoreana, SA (“CSA”), sociedade incorporante, e as sociedades incorporadas, Global – Companhia de Seguros, S.A. e Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA efectuaram uma fusão, com a consequente extinção destas duas últimas entidades.

O maior potencial de negócio decorrente da aquisição da Global e da Global Vida insere-se na estratégia seguida pela Rentipar Seguros em estreito alinhamento com o Banif - Grupo Financeiro, para a consolidação da posição no mercado segurador por via de aquisições.

Em 11 de Abril de 2011, no âmbito de uma operação de reforço dos elementos exigíveis das margens de solvência das entidades do Grupo Rentipar, sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal, ocorreram as seguintes operações: (a) a CSA aumentou o seu capital social no montante de 25 milhões de euros, sendo 11 milhões de euros através de entradas em dinheiro e 14 milhões de euros através da conversão de suprimentos subordinados. Este aumento de capital foi integralmente subscrito pela Rentipar Seguros; (b) A Rentipar Seguros procedeu à emissão de obrigações subordinadas, com prazo de reembolso a 10 anos, no montante de 10 milhões de euros.

No final do 1.º Semestre de 2011, os 244 milhões de euros de volume de prémios permitiram ao Grupo ocupar a 5.ª posição do mercado segurador Não Vida, com destaque para os ramos Automóvel, Acidentes de Trabalho e Multi-riscos, e a 9ª posição do mercado Vida, com destaque para os ramos Vida Risco e PPR.

Valores em milhares de euros

(valores consolidados)	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	1.459.199	1.502.191	- 2,9%
Passivo	1.329.491	1.358.538	- 2,1%
Capital Próprio	129.708	143.653	- 9,7%
Resultado Líquido	1.414	-3.972	135,6%

Nota: O exercício de 2010 reflecte a incorporação da Global Seguros e Global Vida, a partir de 1 de Março de 2010 e o produto das suas operações desde a mesma data

## 2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

### 2.1 Recursos Humanos

No decorrer do 1.º Semestre de 2011, os Recursos Humanos Corporativos deram continuidade ao projecto Valores Centauro, tendo desenvolvido diversas acções de natureza transversal ao Grupo.

Num ano em que se colocou o enfoque no valor “Eficácia”, estão em curso acções que visam dar acrescida relevância às boas práticas identificadas em qualquer empresa do Grupo e que possam ser acolhidas por outras empresas.

Salienta-se ainda o desenvolvimento de diversas acções relacionadas com o “Trimestre Humanismo”, entre as quais se destaca a realização de um concurso de fotografia sobre o tema “ O Humanismo pela Objectiva do Banif”, destinado a empregados e respectivos filhos, o qual contou com a participação de mais de uma centena de trabalhos.

No mesmo contexto, assume especial importância a criação do “Fundo Centauro”, através do qual o Grupo materializou a sua política de apoio aos colaboradores em situação de significativa precariedade financeira.

Foi ainda criado o micro-site “Nós Banif”, o qual tem por objectivo facilitar a divulgação e a vivência dos Valores Centauro, permitindo uma maior ligação entre os empregados do Grupo.

No âmbito da contribuição do Centro Corporativo para a gestão transversal do Grupo, foram desenvolvidas acções visando a criação de grandes linhas de orientação em matéria de políticas de Recursos Humanos, tais como políticas de remuneração, formação, gestão do talento e avaliação do desempenho.



No semestre em análise foram ainda realizados *workshops* com Directores de 1.ª linha em várias empresas do Grupo, com a finalidade de identificar e pôr em prática as acções consideradas mais adequadas para dar resposta a insatisfações detectadas no Estudo de Análise de Satisfação no Trabalho, realizado no último trimestre de 2010.

O Grupo reduziu o seu número de empregados em 4,38% face a Junho de 2010. No final do 1.º Semestre de 2011 o número de empregados é de 5.258, número que compara com os 5.499 empregados existentes no final do 1.º Semestre de 2010. Em termos de peso relativo, o Banif com 2.605 empregados, representa 49,5% do total do quadro de pessoal do Grupo, seguido pela Açoreana com 772 empregados e um peso relativo de 14,7%.

No que respeita às actividades desenvolvidas pelas Direcções de Recursos Humanos das empresas do Grupo, destacam-se:

No Banif, a importante aposta no *e-Learning*. Deu-se continuidade ao investimento efectuado na Plataforma Evoluir, através do lançamento de dois novos cursos *e-Learning*, referentes a formação em "Crédito Imobiliário" e em "Conhecimento da Moeda Metálica de Euro", os quais, no total, contaram com aproximadamente 1150 participantes.

Na mesma linha de aposta na formação à distância, aproveitando os cursos lançados no passado, as acções de "Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho", "Compliance" e "Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Terrorismo" tiveram, no 1.º Semestre de 2011, 1265 formandos.

O lançamento do Programa de Estágios Evoluir, destinados a alunos finalistas do ensino secundário profissionalizante ou do ensino superior, com uma duração entre as 300 e as 600 horas, representou, também, um importante marco no 1.º Semestre do ano e deverá permitir, no futuro, que o Banco possa receber estagiários, potenciando o seu desempenho durante o respectivo período de permanência na Instituição.

Na Açoreana (CSA) destaca-se igualmente o trabalho desenvolvido na Formação. Para os Agentes, foram desenvolvidas acções de formação para um novo produto designado "Açoreana conforto" e para a utilização das ferramentas Açornet/SIV, para além da formação dada aos novos Agentes. As acções referidas, em conjunto, contaram com aproximadamente, 845 pessoas.

Destaca-se também o Projecto Partilha, programa de visitas dos colaboradores dos pólos e delegações às direcções centrais, com vista à partilha de informações e a facilitar as relações de "cliente interno", o qual abrangeu, até ao momento, 280 pessoas.

Sublinham-se igualmente, pela clara importância e abrangência a toda a Organização, os projectos de homogeneização de remunerações, benefícios e políticas de Recursos Humanos e o respectivo processo integrado de revisão salarial e gestão de desempenho.

O Encontro Anual de Colaboradores da Açoreana contou com a presença de 750 pessoas. Este importante evento serviu para partilhar resultados e alinhar toda a organização em torno dos objectivos para o ano de 2011.

O Banco Mais desenvolveu um projecto de ajustamentos ao nível das Direcções, Serviços Centrais e Delegações, com o objectivo de melhorar os serviços e promover uma adequada articulação com as restantes sociedades do Grupo.

Os encontros de Colaboradores, Reunião Anual de Apresentação dos Planos de Actividade para 2011, destinado aos Directores e Responsáveis de cada área (Departamentos e Delegações) e a Convenção Anual, destinada às equipas comerciais e fornecedores, tiveram igualmente forte impacto na Organização.

Pela importância que terá no futuro, destacam-se ainda, no 1.º Semestre de 2011, a elaboração de um Guião de apoio à comunicação de resultados da Avaliação de Desempenho.

O 1.º Semestre do ano no Banco de Investimento fica marcado pelo facto de a instituição ter sido premiada pela Revista Exame, em parceria com a consultora Accenture, como o melhor Banco para trabalhar, ocupando o TOP 100 das melhores empresas para trabalhar em Portugal, bem como pelo Prémio de Excelência no Trabalho, no sector da Banca e Serviços Financeiros.

No âmbito das iniciativas desenvolvidas, destacam-se também as acções de formação realizadas a propósito de diversos aspectos directamente relacionados com a actividade, nomeadamente, a formação de auditoria e monitorização dos pontos de controlo internos, *Olympic*, Crédito, Garantias e Imposto de Selo.

Quanto às empresas no estrangeiro, salientam-se as seguintes iniciativas:

- O Banif (Brasil) desenvolveu um projecto para estabelecer uma estrutura de cargos compatível com a estratégia e objectivos do negócio, possibilitando a configuração de remunerações adequadas às práticas de mercado e devidamente alinhadas internamente.
- Foi igualmente levada a cabo uma nova matriz de funções internas, a qual permitirá aperfeiçoar a definição dos objectivos estratégicos da organização e facilitar os processos de recrutamento e selecção de colaboradores.
- Foram ainda realizadas parcerias com foco no desenvolvimento e formação, entretenimento e saúde dos colaboradores, visando o aumento da sua qualidade de vida e dos seus dependentes.
- O Banif Malta desenvolveu um conjunto de acções de formação que visaram dotar os respectivos colaboradores de conhecimentos importantes para o desenvolvimento da sua

actividade: Integração, falsificação, micro-negócio, gestão e produtos foram alguns dos temas desenvolvidos.

- O BCN deu ênfase ao Sistema de Gestão de Desempenho, com o desenvolvimento e apresentação de um Manual que facilita o respectivo processo, e também a algumas acções de formação realizadas em parceria com o IFB: AML, Vendas e Negociação, Direito Bancário, Crédito Bancário, Conta Bancária e Contabilidade Geral e Financeira.
- Destaca-se também, pela sua importância, a Reunião de Quadros de 2011, que serviu para o BCN fazer um balanço do ano de 2010 e reflectir sobre as suas prioridades para o triénio 2011-2013.

### Segurança e Saúde no Trabalho

No Plano de Acção da SST Corporativa para o ano de 2011 foram estabelecidas cinco estratégias competitivas de diferenciação, com base nos Valores Centauro:

- Confiança – Estabelecer relações duradouras com as empresas do Grupo, na área de SST, assentes no rigor, integridade e transparência;
- Humanismo – Concretizar projectos na área de SST, numa perspectiva de compromisso e de responsabilidade social;
- Eficácia – prestar Serviços de Excelência, tanto nas posições nacionais como nas internacionais, tendo por base o conhecimento profundo da actividade, dando cumprimento às responsabilidades legais e potenciando as sinergias;
- Inovação – Reconhecer os riscos emergentes, analisar as novas tendências na área de SST e antecipar soluções diferenciadoras e adequadas a cada uma das empresas do Grupo, com enfoque na prevenção;
- Ambição – Alargar os Serviços de SST a todas as Empresas do Grupo;

Estas linhas de estratégia foram complementadas com a definição de vinte e nove objectivos de SST, implementados através de várias acções, das quais se destacam:

- Actualização da base de dados para gestão dos elementos de conformidade legal em matéria de SST, permitindo a fácil pesquisa de diplomas e acesso integral aos mesmos, bem como o conhecimento das obrigações legais e das acções necessárias para garantir o cumprimento desses requisitos;
- Manutenção dos meios de extinção do fogo, nomeadamente, os extintores, carretéis e sistemas automáticos de extinção de incêndio, bem como a manutenção dos sistemas de detecção e alarme nas unidades de negócio e nos edifícios centrais do Grupo Banif, garantindo, deste modo, a sua operacionalidade e disponibilidade;

- Identificação de não conformidades mediante auditorias efectuadas aos 14 edifícios centrais do Banif – Grupo Financeiro, no âmbito da legislação de Segurança Contra Incêndios em edifícios, e correspondente definição das acções correctivas/preventivas, a implementar;
- Visita a 3 edifícios centrais do Banif – Grupo Financeiro e a 36 unidades de negócio para avaliação das condições de segurança física e actualização da classificação do nível de risco das Agências;
- Garantia da operacionalidade dos sistemas integrados de protecção dos edifícios centrais e das unidades de negócio, do Banif, através de diversos testes e informações de rotinas de segurança para monitorizar o estado de funcionamento dos sistemas instalados e despistar anomalias;
- Ligação de todas as unidades de negócio do Banco Mais à central de segurança do Banif. Recepção e tratamento dos alarmes dos sistemas de segurança de detecção de intrusão, incêndio e dos botões antipânico;
- Avaliação sistemática de riscos a 349 postos de trabalho e a 47 unidades de negócio, do Banif, da CSA e do Banco Mais, bem como a implementação das medidas correctivas identificadas, com o objectivo de eliminar ou reduzir os riscos existentes;
- Avaliação de dois edifícios centrais, José Malhoa e Pórtico, em Lisboa, e do edifício dos Aliados, no Porto, no âmbito da segurança contra incêndio em edifícios e dos riscos para a segurança no trabalho, tendo sido abrangido um total de 852 postos individuais de trabalho;
- Aplicação do método para análise ergonómica e avaliação dos factores psicossociais nos postos de trabalho dos edifícios centrais do Banif - Grupo Financeiro acima mencionados;
- Realização de reuniões mensais da Comissão de Segurança do Banif e consulta dos representantes dos trabalhadores, nas questões de segurança e saúde no trabalho;
- Realização do curso “Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho”, em formato *e-learning*, no âmbito do conceito de formação – a Plataforma Evoluir – abrangendo um total de 2323 colaboradores;
- Desenvolvimento do curso “Segurança de Pessoas e Bens”, em formato *e-learning*, no âmbito do conceito de formação – a Plataforma Evoluir - em parceria com a Direcção de Recursos Humanos.

No âmbito do Programa de Desfibrilhação Automática Externa, foi celebrado um contrato *umbrella* entre o Banif e a MedFirst, extensível às outras empresas do Banif – Grupo Financeiro aderentes, nomeadamente, o BBI, o Banco Mais e a BanifServ, tendo sido submetido o processo junto do Instituto Nacional de Emergência Médica para autorização e posterior instalação dos equipamentos.

A nível externo, o Banif participou nas 1.ªs Jornadas de SHST, promovidas pela Caixa Geral de Depósitos, tendo sido convidado a realizar uma apresentação sobre a “Implementação do Programa DAE no Grupo Banif”, por ser considerado pioneiro nesta matéria no Sector da Banca e Serviços Financeiros. Neste sector de actividade, o Banco de Investimento foi reconhecido com o Prémio Excelência no Trabalho, categoria de média empresa, numa iniciativa da Heidrick & Struggles, da ISCTE Business School e do Diário Económico.

Com o objectivo de reforçar as redes e cooperação com outras Instituições de Crédito e autoridades, no domínio da segurança de pessoas e bens, o Banif participou em diversos fóruns e reuniões promovidas, nomeadamente, pela Associação Portuguesa de Bancos, Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública, Sociedade Interbancária de Serviços, SA, bem como no 1.º Seminário de Segurança Bancária, da Caixa Geral de Depósitos.

## 2.2 Tecnologia e Operativa

Durante o 1.º Semestre de 2011, ao nível das infra-estruturas tecnológicas, manteve-se a aposta no reforço qualitativo e progressivo das condições de suporte técnico, na optimização de processos e de custos, potenciando-se sempre que possível e adequado, os níveis de serviço prestados, a segurança e a disponibilidade das aplicações. Igual atenção continuou a merecer a componente de ergonomia, normalização e simplificação dos postos de trabalho, através do projecto de alargamento da solução de *single sign-on*, já em utilização nos balcões, aos utilizadores dos edifícios centrais do Banif.

Neste âmbito, merecem referência as seguintes realizações:

- Conclusão do projecto de reestruturação da infra-estrutura de suporte à Banca Electrónica do Banif e aos sites do Grupo, disponibilizando novos patamares de qualidade de serviço, reforçando a capacidade de resposta, estabilidade e performance ao dispor;
- Conclusão do projecto de reestruturação da infra-estrutura intermédia de armazenamento e espaço em disco, destinada a suportar o crescimento vegetativo dos servidores distribuídos (Windows e Linux);
- Normalização dos postos de trabalho dos balcões do Banif, incluindo a respectiva actualização de sistema operativo e ferramentas de apoio, como forma de aumentar a ergonomia, a produtividade e o nível de desempenho (em curso);
- Implementação de uma solução de *single sign-on* para os utilizadores dos edifícios centrais do Banif, reforçando a ergonomia, segurança e a facilidade de utilização dos postos de trabalho (em curso);
- Análise, definição e implementação das linhas de evolução do correio electrónico do Banif, com a instalação de uma nova infra-estrutura de suporte e migração de utilizadores (em curso);
- Estudo e implementação de uma nova solução de gravação de chamadas para a Direcção de Rede Directa do Banif, reforçando o controlo e a qualidade da solução ao dispor dos Clientes e do serviço de *Call-Center* (em curso);



- Estudo e implementação de projecto de optimização de utilização e de custos das impressoras dos balcões do Banif (em curso);
- Estudo e implementação de solução de controlo de acessos à rede interna do Banif, reforçando por essa via o nível de segurança contra acessos não autorizados (em curso);
- Reforço da abrangência das ferramentas de monitorização de sistemas e redes, permitindo desta forma reforçar a pro-actividade na detecção e resolução de ocorrências.

Durante o período foram realizados os testes semestrais à efectividade do Plano de Continuidade de Operações do Banif, envolvendo as direcções DRA, DCRAM, DCRAA, DEO, DOQ, DGR, DAI, DF e DRD, com elementos em todos os edifícios centrais e em cinco agências do Continente (Norte, Centro e Sul), Açores e Madeira e três equipas técnicas (BanifServ, IBM e PT).

Como habitualmente, foram realizados testes de intrusão da infra-estrutura de comunicações e sistemas distribuídos.

Ainda ao nível da banca comercial, foram promovidas importantes medidas no que se refere à organização e qualidade dos serviços. Num cenário marcado por forte contenção e frequentes alterações de regulamentação, o Banif empenhou-se especialmente na redução de custos pela via de ganhos de eficiência nos processos do Banco, no rigoroso cumprimento do enquadramento legal e regulamentar aplicável e no desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Neste contexto, a Direcção de Organização e Qualidade (DOQ) executou um plano de acção no âmbito do qual se destaca, pela sua relevância e impacto, a conclusão dos seguintes projectos:

- Securitização do Crédito a Empresas;
- Novos reportes de contratos para o Banco de Portugal;
- Análise e optimização de processos nos serviços centrais;
- Automatização de tarefas na área de títulos;
- Implementação de novas funcionalidades na Plataforma dos Balcões, que visaram agilizar os processos de abertura de Entidades e Contratos, reduzindo a carga operativa que lhes estava associada e libertando os seus colaboradores para actividades mais comerciais.

Na óptica da melhoria contínua da qualidade percebida pelo Cliente, foi sistematicamente assegurada a Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade e alargado o seu âmbito à “Extensão da Certificação aos Processos de Depósitos a Prazo e Poupanças”.

O volume de operações sofreu um ligeiro decréscimo, com maior expressão no crédito à habitação, crédito pessoal, valores mobiliários e operações documentárias, tendo-se verificado um acréscimo nas reestruturações e nas passagens para contencioso.

Foi dada continuidade aos processos de integração/racionalização, com a centralização da emissão de todas as minutas e contratos em Lisboa e a extinção do respectivo Núcleo em Ponta Delgada, foi iniciado o processo de transferência, para Lisboa, de todas as cauções que garantem as operações de crédito dos Clientes da RAA, procedeu-se à colocação em *outsourcing* dos contratos de abertura de conta dos Clientes da RAA, à correcção da base de dados e à recuperação e correcção de colaterais.

Salienta-se também a preparação para a entrada em produção da nova versão do aplicativo *Trade Innovation*, o qual contribuirá para reduzir o risco operacional, e a continuidade dada à digitalização dos principais documentos de suporte das operações de crédito, recuperando o histórico dos contratos de empréstimo e das garantias bancárias, permitindo assim a sua disponibilização para consulta a todos os órgãos do Banif.

Ainda no sentido da redução de custos, foi reduzido o quadro de pessoal da Direcção do Executivo de Operações, foi promovida a colocação em arquivo central dos processos físicos das operações de crédito e de abertura de contas, implementada a digitalização dos principais documentos da maioria das operações, permitindo a sua consulta de uma forma organizada, e foram efectuados alguns reajustamentos nos processos operativos, com vista à redução do risco operacional e a uma maior produtividade.

No âmbito do Centro Corporativo, o Comité de Compras e o respectivo Órgão Operacional - Mesa Negocial - encontraram dificuldades acrescidas no que diz respeito às negociações planeadas, decorrentes não só de uma natural defesa do mercado em preservar margens de lucro mas também por, em alguns casos, estarem em causa negociações contínuas, nas quais foram acumuladas reduções de valor significativo em períodos anteriores.

Não obstante, no 1.º Semestre, houve intervenção deste órgão em 22 relações contratuais do Banif – Grupo Financeiro, os quais representam custos de cerca de 3,5 milhões de euros, tendo sido conseguida uma economia de 400 milhares de euros.

Dos processos acima referidos, destaca-se a Consulta de Serviços de Comunicações Móveis, concluída no 1º Trimestre deste ano, que representou 53% de economia face ao anterior tarifário.

Estão ainda em análise diversas consultas, que abrangem várias Empresas do Grupo; nomeadamente, serviços de cópia, impressão e fax, *finishing* de extractos e documentação, custódia de títulos, projectos de *software*, entre outros, os quais representam uma redução de custos superior a 3 milhões de euros anuais.

No que à gestão de frota automóvel diz respeito, foram analisadas e adaptadas soluções susceptíveis de permitirem uma redução dos valores de despesa associados.

Este Órgão consolidou ainda o leque de serviços prestados, fornecendo agora uma oferta integrada desde a Consulta – Planeamento e Gestão de Projecto – Gestão Contratual - Facturação e Gestão dos Custos e Avaliação de Fornecedores, fechando o ciclo de *Procurement* através de aplicações informáticas desenvolvidas para o efeito.

A Aplicação Informática de *Procurement* Corporativo (P2B) encontra-se em pleno funcionamento e contínuo desenvolvimento, permitindo monitorizar todos os processos na vertente de lançamento da consulta, negociação, controlo, e acompanhamento processual e de qualidade.

Resultado da manutenção evolutiva das aplicações existentes, foram desenvolvidas melhorias funcionais com impactos positivos para os utilizadores nas aplicações de Facturas Digitais, de Monitorização Integradas de Custos (MIC) e de Inquéritos de Avaliação de Fornecedores (RIQ).

### 2.3 Controlo dos Riscos de Actividade

O controlo dos riscos de actividade no Banif - Grupo Financeiro é exercido de forma transversal à organização, assentando numa cultura de risco disseminada, numa base contínua, através de formação, documentação, procedimentos e informação que permite a identificação e análise das diversas exposições a diferentes riscos a que o Grupo se encontra exposto.

As políticas de gestão e controlo dos riscos são da responsabilidade do Conselho de Administração da Banif SCPS, SA. A gestão dos riscos das Entidades que compõem o Grupo Banif encontra-se alinhada com os princípios, metodologias e processos de acompanhamento e controlo definidos de forma centralizada, no âmbito de actuação da Banif, SCPS, SA que se encontra apoiada por uma estrutura corporativa.

A política e a gestão de risco do Grupo mantêm a sua estrutura de desenvolvimento transversal, sendo da responsabilidade do Conselho de Administração a definição e aprovação das políticas de risco, apoiado pela avaliação e monitorização dos riscos realizada pela função corporativa, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de liquidez, de mercado, operacional entre outros – e, propondo



sempre que necessário novas políticas e medidas correctivas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

As principais entidades financeiras do Grupo dispõem de órgãos dedicados à gestão dos riscos que actuam de forma independente das áreas funcionais que os geram, assegurando o princípio da segregação de funções.

### Controlo Interno

Ao nível da função de Controlo Interno Corporativo, foram desenvolvidas diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares que cumpre destacar:

- Foi efectuada a auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008, utilizando para o efeito os questionários completos de Self-Assessment;
- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foram realizados durante o primeiro semestre o Relatório de Controlo Interno do Grupo Rentipar Financeira e os Relatórios Individuais de todas as filiais consideradas mais relevantes nos termos do Modelo de Avaliação de Riscos do Grupo, definido pela entidade de supervisão;
- Apresentação do Projecto de Remediação junto das filiais e definição das Acções a realizar;
- Elaboração dos Project Charters (Documento de compromisso com as filiais);
- Execução de acções de *Follow-Up* dos Projectos de Remediação com reporte periódico dos pontos de situação das deficiências ao Conselho de Administração;
- Realização de acções de formação *On-Job Training* no âmbito do Controlo Interno e utilização da aplicação SAS OpRisk;

Em linha com as orientações regulamentares e em particular do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, o Grupo promoveu o desenvolvimento de uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas em cada filial. Assim, em cada momento, é possível saber o status de cada deficiência e de cada acção de remediação, as quais são devidamente acompanhadas dos documentos e evidências consideradas necessárias. Trata-se de um sistema de comunicação dinâmico entre as filiais e os órgãos corporativos de controlo, que facilita, naturalmente, o conhecimento do Grupo de cada uma das entidades que o compõe.

O trabalho desenvolvido e as conclusões obtidas foram incluídos no Relatório de Controlo Interno do Grupo e das respectivas filiais preparados e submetidos ao Órgão de Supervisão no final do 1º semestre de 2011.

A equipa corporativa de apoio ao Sistema de Controlo Interno estabelece um diálogo regular com os responsáveis de Controlo Interno das filiais, promovendo a disseminação das orientações do Grupo e colaborando para a proficiência do sistema de gestão de riscos do Grupo.

### **Testes de esforço (Stress-Tests)**

No seguimento da publicação da Instrução n.º 32/2009 do Banco de Portugal, o Banif – Grupo Financeiro efectuou os testes de esforço preconizados pela Entidade de Supervisão com referência a 31 de Dezembro de 2010, englobando a posição financeira consolidada ao nível da Rentipar Financeira, SGPS, S.A. Os testes de esforço são realizados com uma periodicidade semestral e desenvolvidos pela Direcção de Gestão Global de Risco do Banif SA e discutidos e acompanhados pelo Risco Corporativo, considerando o seu enquadramento ao nível consolidado.

Os testes foram enquadrados numa envolvente macro-económica e financeira a nível global e nacional específica, permitindo identificar factores de risco e, bem assim, avaliar o desempenho da actividade do Grupo sob condições económicas adversas mas plausíveis. Neste contexto, os testes foram efectuados sob 2 vertentes: i) análises de sensibilidade (choques num único factor de risco) e ii) análises de cenário (choque simultâneo em vários factores de risco).

As simulações efectuadas envolveram a utilização de diferentes tipologias de risco (Crédito, Operacional, Preços de Mercado, Taxa de Câmbio, Taxa de Juro, Liquidez) e decorreram também da combinação de metodologias qualitativas com metodologias quantitativas. Os resultados foram apresentados em termos de impactos no Balanço, na Demonstração de Resultados, nos Fundos Próprios e nos Fundos de Pensões, sendo que, no caso da análise de cenários, os resultados foram projectados para um horizonte de dois anos.

Os testes efectuados incluem choques definidos pelo Banco de Portugal, bem como, choques adicionais e customizados que o Grupo entende como aplicáveis e adequados ao exercício em questão, fruto de uma avaliação interna da materialidade de outros factores de risco não considerados nas orientações do Supervisor. Relativamente aos procedimentos definidos pela Entidade de Supervisão para o exercício sobre dados de final de 2010, as simulações reflectem, designadamente, o processo de ajustamento orçamental da economia portuguesa, a manutenção de restrições activas nos mercados internacionais de financiamento por grosso e a persistência de um reduzido crescimento do produto potencial da economia portuguesa.

Em função dos resultados dos testes efectuados, é realizada uma auto-avaliação sobre as vulnerabilidades detectadas e as respectivas medidas correctivas que o Grupo Banif tem equacionadas, de forma a permitir que o nível de fundos próprios seja adequado aos riscos a que está exposto.

### **Disciplina de mercado**

A divulgação pública de informação mais detalhada sobre a solvabilidade das Entidades, sobre os riscos incorridos, os processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos nas instituições de crédito e empresas de investimentos actuaes nos mercados financeiros contribui, no actual quadro regulamentar prudencial, para fortalecer a presença dos participantes no mercado gerando pressões favoráveis e fomentando práticas que promovem maior segurança no sistema financeiro.

Foi no âmbito deste enquadramento regulamentar que o Risco Corporativo preparou no 1º semestre de 2011, o documento com a informação sugerida pelo Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal designado de “Disciplina de Mercado”.

O documento seguiu a linha de entendimento do Grupo sobre esta matéria, pelo que a informação divulgada foi apreciada nos termos indicados no presente Aviso, valorizando os montantes envolvidos e a sua natureza, considerados quer individualmente, quer de forma agregada.

### **Capital Económico**

No contexto do Pilar II do Acordo de Basileia II e, em particular na resposta aos requisitos da Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal, o Risco Corporativo procedeu no primeiro semestre do exercício corrente, à actualização do Processo de avaliação da adequação do capital interno do Grupo.

Em Junho de 2011, foi submetido ao Banco de Portugal um novo Relatório sobre o Capital Económico do Grupo com as devidas actualizações, das quais salientamos a sua quantificação, por tipologia de risco e referente ao final do exercício de 2010, bem como a respectiva evolução face ao ano anterior.



(Valores expressos em milhares de Euros)

Tipologia de Risco	Quantificação de Risco (I.C. a 99,93%)	Variação ECAP 2010 vs 2009
Risco de Crédito	669.534	(14.379)
Risco de Liquidez	118.585	(19.465)
Risco Operacional		
Risco de Sistemas de Informação	100.491	9.361
Risco de Compliance		
Risco de Reputação		
Risco de Taxa de Juro	68.541	(12.693)
Risco de Taxa de Câmbio	58.626	36.562
Risco de Negócio e Estratégia	113.883	48.339
Risco Imobiliário	75.245	8.591
Risco de Spread de Obrigações	77.853	-
Risco País	4.063	-
Risco de Concentração	91.906	5.321
<b>Risco Total</b> (sem efeito de diversificação)	1.378.727	154.711
<b>Efeito de Diversificação</b> (benchmark 17,5%)	248.171	
<b>Risco Total</b> (com efeito de diversificação)	1.130.556	

Da análise aos resultados obtidos na quantificação, torna-se possível identificar que as três tipologias de risco com maior relevância, são o Risco de Crédito, o Risco de Liquidez e o Risco de Estratégia e Negócio. Estas três tipologias de risco representam em agregado cerca de 65% do total do capital económico.

Decorrente da análise do valor global de riscos (ECAP) a que o Grupo Banif se encontra exposto, bem como dos recursos financeiros (Risk Taking Capacity), que no final de 2010 ascendiam a 1.440.265 milhares de euros, pode-se aferir sobre o grau de adequação dos mesmos face ao perfil de risco que o Grupo evidencia.

Desta forma considera-se que se verifica uma suficiente adequação de capital sempre que exista um rácio de adequação de capital igual ou superior a 100. No Banif – Grupo Financeiro, verificavam-se, com referência ao final de 2010, os seguintes valores para este indicador:

	ECAP Diversificado Cenário Base	Teste de Esforço (Magnitude 1)	Teste de Esforço (Magnitude 2)
<b>CAR</b>	127,39%	105,18%	95,51%

Numa perspectiva de recursos financeiros disponíveis – *Risk Taking Capacity* – verifica-se que o Banif – Grupo Financeiro detém suficientes recursos financeiros para garantir a cobertura da totalidade dos

riscos identificados (ECAP) e aos quais se encontra exposto, bem como existe a capacidade interna para acomodar cenários adicionais de perda, que poderão ocorrer com uma maior grau de probabilidade, conforme identificados através do exercício de *Stress Test* de Magnitude 1.

No entanto num cenário de ocorrência de situações excepcionais, cujo impacto das simulações de cenários de teste visam captar as perdas mais gravosas (magnitude 2) derivadas da exposição aos riscos identificados, verifica-se que os recursos financeiros disponíveis seriam insuficientes para acomodar a totalidade das perdas.

Numa perspectiva de pró-ciclicidade da utilização de *buffers* de capital e apesar de estarmos num contexto de recessão económica, o *buffer* de capital positivo existente neste exercício, poderá, no limite, acomodar perdas dos riscos emergentes considerados ou impactos mais severos nos riscos já considerados.

### 2.3.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é gerido de forma prudente e assenta num conjunto de políticas que orientam toda a actividade do ciclo de vida do crédito. Essas políticas e orientações são estabelecidas em função das estratégias de negócio do clima económico e social e são ajustadas e revistas sempre que tal se mostre necessário.

A actividade de concessão de crédito é desenvolvida e assente em Regulamentos e Normativos que regulam a actividade e que estabelecem com clareza a delegação de competências, quer em valor, quer em rendibilidade, em função do risco implícito dos clientes e das operações.

Os normativos são de aplicação genérica e específica, porquanto incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização, assim como as regras de preparação, análise e seguimento do crédito concedido aos clientes.

Para além dos normativos, a concessão de crédito é suportada pela avaliação e classificação do risco dos clientes com o auxílio de modelos internos de *Scoring* e de *Rating* e na avaliação do nível de cobertura dos colaterais das operações, desenvolvidos para os principais segmentos de negócio com o objectivo de dotar o Grupo, e em particular as suas principais unidades de negócio, de ferramentas de suporte à decisão que lhes permitam, desde já, uma melhor aproximação à probabilidade de incumprimento dos clientes e operações e, no futuro, de adoptar metodologias mais avançadas, designadamente no que se refere aos requisitos de capital, no âmbito de Basileia II.

Por outro lado, o Grupo dispõe de um sistema aplicacional que permite identificar e classificar os clientes com sinais de degradação da sua capacidade creditícia em diferentes *layers*. Este sistema veio alavancar o processo de concessão de crédito no Grupo, bem como, proporcionar melhorias na gestão preventiva do incumprimento.

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas. Regularmente são monitorizadas e avaliadas face aos limites estabelecidos ao nível das diferentes dimensões: produto, área geográfica, tipo de cliente, canais de distribuição, sector de actividade, colateral associado, *rating*, principais exposições em situação normal e em incumprimento, divisa, intervalo de exposição, cobertura por colaterais, consumo de capital, entre outros.

Com a preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras, é avaliada a eficácia das políticas instituídas e a rentabilidade ajustada ao risco, o que possibilita a aplicação de medidas correctivas, sempre que tal se justifique.

Relativamente à concentração do risco, o Grupo dispõe de um conjunto de métricas internas que permitem acompanhar os índices de concentração, nomeadamente ao nível dos grupos económicos, sectores de actividade, regiões geográficas, entre outros. Os indicadores permitem o controlo e o reporte adequado das exigências regulamentares nesta matéria.

O acompanhamento dos clientes que apresentam sinais de alerta (ao nível da principal filial do Grupo, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA), crédito em incumprimento ou que estão em recuperação, é assegurado com base em modelos organizativos, processos e prazos que privilegiam uma celeridade de actuação, diferenciados em função dos respectivos segmentos de negócio.

Os clientes do segmento Retalho em recuperação são geridos com base em estruturas centralizadas, transitando entre as diferentes fases e equipas de acordo com prazos pré-definidos, que asseguram a sua gestão com base em procedimentos uniformizados, que variam em função da natureza dos clientes e dos créditos e garantias associadas.

Os clientes do segmento Empresas em recuperação são geridos por núcleos de recuperação, em função da sua proveniência geográfica. A sua transferência para essas estruturas processa-se mediante decisão das Unidades de Negócio, sob a supervisão de um Órgão superior. Os clientes transferidos para recuperação são objecto de acompanhamento e recuperação com base em estratégias definidas numa óptica casuística que privilegiam, sempre que possível, a via negocial.

## Gestão do Risco de Crédito

## a) Qualidade dos activos financeiros

## Avaliação de imparidade

No final do exercício, o total das perdas estimadas para o crédito concedido no Grupo incluindo responsabilidades extra-patrimoniais com natureza de crédito, apresenta os seguintes valores:

(Valores expressos em em milhares de Euros)

Tipo de Perda	Jun-11*	Jun-10
	Montante	Montante
Perdas Colectivas	415.365	368.956
Perdas Individuais	246.472	186.541
<b>Total</b>	<b>661.837</b>	<b>555.497</b>

\* - À data de 30 de Junho de 2011, a imparidade do Grupo Tecnicrédito (perdas colectivas) ascendia a 156.560 milhares de Euros

Nota: os montantes de imparidade acima apresentados incluem imparidade para crédito (activo) e para garantias e compromissos assumidos (passivo)

## Análise do Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito, em 30 de Junho de 2011, face ao período homólogo é apresentada como segue:

(valores Expressos em milhares de Euros)

	Jun-11		Jun-10	
	Exposição* máxima	Exposição** líquida	Exposição* máxima	Exposição** líquida
Activos Financeiros detidos para negociação	339.713	339.713	372.681	372.681
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	294.140	294.140	463.017	463.017
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.552.921	1.552.921	228.205	228.205
Crédito a Clientes	11.698.977	5.815.117	12.173.699	6.603.439
Investimentos detidos até à maturidade	49.227	49.227	68.337	68.337
Outros Activos	3.097.706	3.097.706	2.262.312	2.262.312
<b>Sub-Total</b>	<b>17.032.684</b>	<b>11.148.824</b>	<b>15.568.251</b>	<b>9.997.991</b>
Passivos contingentes	4.657.934	4.657.934	3.045.731	3.045.731
Compromissos assumidos	1.070.557	1.070.557	1.714.900	1.714.900
<b>Sub-Total</b>	<b>5.728.491</b>	<b>5.728.491</b>	<b>4.760.631</b>	<b>4.760.631</b>
<b>Total de exposição</b>	<b>22.761.175</b>	<b>16.877.315</b>	<b>20.328.882</b>	<b>14.758.622</b>

\* **Exposição máxima:** Respeita ao valor líquido de balanço

\*\* **Exposição líquida:** Respeita à Exposição máxima deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor.

## b) Estrutura da carteira de crédito

À data de 30 de Junho de 2011, o crédito a clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Jun-11		Jun-10	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Indústria	819.375	614.518	805.559	630.849
Construção	1.346.408	778.886	1.372.955	779.756
Vendas a Retalho	554.137	345.527	504.646	320.517
Serviços	2.678.071	1.547.120	2.430.455	1.400.098
Instituições financeiras e seguradoras	114.293	72.423	268.162	245.672
Sector Público	174.302	165.337	117.673	114.660
Outros (inclui Particulares)	6.012.392	2.291.306	6.674.249	3.111.886
<b>Total de Exposição a riscos de crédito</b>	<b>11.698.977</b>	<b>5.815.117</b>	<b>12.173.699</b>	<b>6.603.439</b>

**Nota:** O segmento "Serviços" inclui actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

O segmento "Serviços" representa 23% do total da exposição máxima no final do 1.º semestre de 2011, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias, seguindo-se o segmento "Construção" contribuindo com 12% de exposição.

## c) Exposição aos mercados

Em 30 de Junho de 2011, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado português, assumindo uma representatividade de 84%, destacando-se também o expressivo contributo das regiões Autónomas (27% do total do crédito concedido):



(valores expressos em milhares de Euros)

	Jun-11		Jun-10	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Portugal Continental	6.615.536	3.297.620	6.972.371	3.678.212
Regiões Autónomas	3.158.817	151.974	3.188.929	253.539
União Europeia	813.881	138.681	775.256	247.679
Resto da Europa	24.504	151.533	47.864	116.078
América do Norte	203.679	606.492	169.326	753.636
América Latina	730.772	1.360.974	783.400	1.371.451
Resto do Mundo	151.787	107.843	236.554	182.844
<b>Total de exposição a riscos de crédito</b>	<b>11.698.977</b>	<b>5.815.117</b>	<b>12.173.699</b>	<b>6.603.439</b>

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil em cerca de 6% e é também importante salientar o mercado da União Europeia com uma expressividade de 7%, dos quais 1% advém da contribuição do Banif Mais, S.G.P.S., S.A. no Grupo.

#### d) Montantes médios por intervalos de exposição

Em 30 de Junho de 2011, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação, apresenta os seguintes montantes:

(valores Expressos em milhares de Euros)

Intervalo de valor por Operação	Jun-11			
	Nr Clientes	Crédito	Exposição média	Peso
] 0M a 0,5M ]	419.721	7.282.540	17	62,2%
] 0,5M a 2,5M ]	1.317	1.723.601	1.309	14,7%
] 2,5M a 5M ]	221	847.018	3.833	7,2%
] 5M a 10M ]	97	726.986	7.495	6,2%
] > 10M [	55	1.118.833	20.342	9,6%
<b>Total</b>	<b>421.411</b>	<b>11.698.977</b>		

Face aos valores apresentados, 76,9% do montante total do crédito resulta de operações com uma exposição ao risco de crédito até 2,5 milhões de euros, o que denota a disseminação existente no crédito concedido.

### 2.3.2 Risco de Mercado

Ao nível do Banif – Grupo Financeiro, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias, não sendo política do Grupo a realização de *trading* de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outras contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo.

Assim, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Banif – Grupo Financeiro se encontra exposto são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

A gestão do risco de mercado no Grupo é desenvolvido com o apoio da ferramenta – o BarraOne que permite analisar o risco das carteiras desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco.

A política de gestão do risco de mercado no Grupo caracteriza-se pela cobertura de risco nos activos de maior volatilidade, nomeadamente nos produtos de taxa fixa e taxa de câmbio das operações contratadas com clientes.

#### a) Análise de sensibilidade à taxa de juro

São realizadas periodicamente análises de sensibilidade à taxa de juro, com recurso a cenários para medição do seu impacto ao nível da margem de juros e nos fundos próprios, de acordo com as recomendações da entidade de supervisão.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática, em função dos períodos de repricing dos activos e passivos, sendo que, no período, manteve-se dentro dos limites superiormente aprovados.

## b) Análise de sensibilidade à taxa de câmbio

O risco cambial representa o risco de que o valor de instrumentos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira centra-se na carteira de crédito concedido em Reais Brasileiros (BRL), conforme divulgado no quadro seguinte:

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Jun-11	Jun-10
Moeda	Crédito	Crédito
EUR	10.547.908	10.860.225
BRL	589.542	615.854
USD	315.752	412.713
CVE	87.225	87.591
CHF	53.746	96.132
GBP	64.370	66.458
HUF	32.110	25.236
PLN	5.908	4.958
JPY	2.348	4.475
DKK	29	55
SEK	23	2
NOK	15	0
CAD	0	1
<b>Total</b>	<b>11.698.977</b>	<b>12.173.699</b>

*Nota: O Banif Mais S.G.P.S. S.A. representa 95% da exposição aos Francos Suíços (CHF), 100% da exposição ao Zloty Polaco (PLN) e ao Forint Húngaro (HUF).*

### 2.3.3 Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez no Grupo é efectuada com recurso a um conjunto de métricas internas e regulamentares que inclui a categorização dos activos e passivos de acordo com a natureza dos instrumentos e os respectivos mercados de transacção, tendo em conta os diferentes horizontes temporais.

O Grupo acompanha de forma apertada a sua situação de liquidez, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados para uma gestão diária eficiente, tentando manter um nível satisfatório de disponibilidades e recursos estáveis para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazos.

A evolução da posição de liquidez no Grupo é apurada regularmente, identificando-se todos os eventos que suportam as variações ocorridas. Os desvios verificados são analisados e são tomadas decisões com vista à obtenção das condições adequadas ao desenvolvimento do negócio. Este acompanhamento é reforçado por análises quantitativas e qualitativas e *stress tests* que permitem identificar debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas no Plano de Contingência, que visam o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário.

### 2.3.4 Risco Operacional

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo e que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

No modelo de gestão adoptado pelo Grupo, o Risco Corporativo assume um papel de supervisão, validação e coordenação da informação recebida das várias entidades, bem como de apoio a todas as necessidades de formação relevantes para a gestão do risco operacional.

No primeiro semestre do exercício, o Risco Corporativo analisou os *self-assessments* enviados pelas várias filiais do Grupo. Os resultados deste *assessment* permitiram ao Órgão de Risco Corporativo identificar e colmatar as principais necessidades formação existentes bem como consolidar e uniformizar procedimentos, tarefas indispensáveis para a preparação da candidatura ao Banco de Portugal para aplicação do Método de Abordagem standard.

O modelo de captação de perdas implementado consiste na identificação das perdas contabilizadas, sendo analisada toda a documentação que suporta essa contabilização, o que permite o seu registo na

ferramenta informática com uma elevada qualidade de informação, sendo todos os registos caracterizados com a sua fonte de risco, a sua quantificação e a descrição das acções de melhoria com vista à mitigação do risco que lhe deu origem.

#### **Plano de Continuidade do Negócio (PCN)**

Ao nível do Plano de Continuidade do Negócio, iniciou-se em Janeiro 2011, a análise da situação de cada uma das entidades do Grupo, através de um questionário de *Self-Assessment* e de um conjunto de entrevistas aos colaboradores responsáveis pela manutenção do Plano de Continuidade de Negócio.

Como resultado, o Grupo de Trabalho elaborou um relatório para apreciação do Conselho de Administração da Banif SGPS., SA, no qual avaliou e comparou o desenvolvimento da Continuidade do Negócio no Grupo com o mercado, espelhou as conclusões sobre a situação de cada uma das entidades do Banif – Grupo Financeiro e colocou à consideração do Conselho, uma proposta para o desenvolvimento subsequente.

Neste contexto, concretizou-se até 30 de Junho, a elaboração, apreciação e aprovação de um plano de implementação ou adequação aos standards do Grupo e respectivo calendário, para cada uma das entidades.

## **2.4 Finanças Corporativas**

A crescente dificuldade de Portugal obter financiamento nos mercados internacionais, que coincidiu com a crise política, levou a que, em Abril, o Governo formalizasse um pedido de ajuda externa junto do FMI, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia.

O Plano materializou-se em Maio – Plano de Resgate para Portugal - para um período de 3 anos e com um financiamento no montante total de 78 mil milhões de euros. O Governo Português assumiu compromissos de reformas estruturais para assegurar um aumento potencial do crescimento da economia, a criação de emprego e melhoria da competitividade com redução do *deficit* orçamental e, ainda, medidas de apoio ao sistema bancário, num total de 12 mil milhões de euros.

Para garantir a estabilidade do sector financeiro, as medidas a implementar contemplam a elaboração de um Plano de Liquidez e Recapitalização para o período 2011-2015, que permita a desalavancagem gradual dos balanços, de forma a reduzir a dependência do recurso ao financiamento junto do BCE, políticas prudentes de distribuição de resultados, reforço do capital regulamentar e a melhoria da eficiência operacional dos bancos.

Atendendo às condições dos mercados atrás descritas e à necessidade de implementar as medidas impostas à banca, a actividade da Área de Finanças Corporativas, durante o 1º Semestre de 2011, caracterizou-se por:

- Coordenação da elaboração do Plano de Refinanciamento e Liquidez do Grupo, de acordo com os requisitos emanados do Banco de Portugal, no âmbito do Plano de Resgate, organizando com as várias unidades de negócio as métricas para a elaboração e análise dos vários business plans, das medidas de capitalização e do processo de desalavancagem.
- Coordenação da informação produzida ao nível das tesourarias das várias unidades, a fim de potencializar a liquidez ao nível do Grupo e monitorizar o respectivo risco, para o Comité de Tesouraria;
- Colaboração com análises da estrutura do *funding* das várias unidades e com propostas que têm como objectivo a optimização de recursos para apresentação nas reuniões do ALCO;
- Execução dos princípios analíticos que sustentam e permitem fazer o acompanhamento do Balanço do Grupo e das várias unidades de negócio, contribuindo para atingir o objectivo de optimizar a rentabilidade e a criação de valor;
- Manutenção de uma base de dados com um sistema de informação específico para a análise e para a preparação de propostas de apoio à concretização das medidas de desenvolvimento da função financeira;
- Apoio às várias unidades de negócio na disponibilização de informação financeira apropriada as suas necessidades.

É através do Gabinete de Apoio ao Investidor (GRII), que o Grupo efectua as comunicações ao mercado de capitais.

Durante o 1º Semestre de 2011, o GRII manteve um contacto permanente com o mercado, através da divulgação dos comunicados com informação relevante a todos os investidores, particulares e institucionais, que o haviam expressamente solicitado, por meio do correio electrónico. Coube também ao GRII a:

- Preparação de press releases e da apresentação-resumo para divulgação dos resultados trimestrais do Grupo;
- Intensificação do relacionamento com as Agências de Rating Fitch Ratings e Moody's, através do contacto regular e o envio tempestivo de informação relativamente ao Grupo e à sua participada o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A..

## 2.5 Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo

No âmbito da Função de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo e no que respeita às principais acções desenvolvidas no 1.º Semestre do corrente exercício, destacam-se as actividades recorrentes, nomeadamente o exercício de consolidação de contas do Grupo e, bem assim, os reportes de carácter contabilístico e prudencial de envio mandatário às Entidades de Supervisão, nos termos dos normativos em vigor.

No que se refere aos sistemas aplicacionais que estão na base do trabalho desenvolvido pelo Órgão de Planeamento e Controlo de Gestão, é de salientar a continuação do processo de análise de novas aplicações informáticas, com novas funcionalidades, mais ajustadas às actuais necessidades da Função.

Por fim, e no âmbito da prestação de informação financeira, importa destacar a divulgação produzida pelo Órgão de Planeamento e Controlo de Gestão no que concerne à evolução mensal da situação patrimonial e da conta de exploração das unidades de negócio com maior relevância no Grupo.

## 2.6 *Compliance*

No início do semestre em análise o *Compliance* Corporativo submeteu à apreciação do Conselho de Administração o Plano de Acção para 2011, tendo este órgão procedido à respectiva aprovação. O Plano de Acção para 2011 dá continuidade ao tratamento dos temas já oportunamente identificados – matriz de temas de *Compliance* – com vista a assegurar uma abordagem transversal e coerente, atenta a respectiva relevância no contexto das actividades desenvolvidas pelo Grupo.

A implementação, em 2010, do reporte funcional ao *Compliance* Corporativo, por parte das Unidades de *Compliance* das várias Entidades do Grupo, tem contribuído para uma interacção mais fluida entre estes órgãos, que se objectiva na partilha de know-how e de informação relevante bem como no apoio prestado às Unidades de *Compliance* em questões de índole técnica e prática.

Como reflexos concretos desta interacção e apoio, referem-se nomeadamente: i) o trabalho de sistematização de contributos e análise crítica de conteúdos no contexto da elaboração dos Relatórios de Controlo Interno de 2011 das diversas Entidades do Grupo; ii) a coordenação e o aconselhamento em processos de *due diligence* (PBC-FT) de âmbito internacional, assegurando a investigação, cruzamento e confirmação de informação relativa a Clientes e contrapartes de Entidades como o Banif e as suas Sucursais de Londres e Sucursal Financeira Exterior da Madeira, o Banif (Malta), o Banif International Bank, Ltd., o Banif (Brasil) e o BCN.

Ainda no domínio do apoio às Entidades do Grupo em matérias eminentemente técnicas, com repercussão nas respectivas actividades e com maior ou menor grau de transversalidade, é oportuno mencionar o envolvimento deste órgão nas seguintes matérias:

- Processo de autorização para a realização de interconexão de dados de Clientes entre as várias Entidades do Grupo, junto das autoridades de protecção de dados pessoais (CNPd e entidades congéneres nas várias jurisdições envolvidas);
- Processo de actualização do Manual de PBC-FT do Banif (Malta);
- Inspeção da Superintendencia de las Instituciones del Sector Bancario (SUDEBAN) ao Escritório de Representação de Caracas do Banif, em matéria de PBC-FT;
- Inspeção do Central Bank of the Bahamas (CBB) ao Banif International Bank, Ltd.;

- Inspeção da Cayman Islands Monetary Authority (CIMA) ao Banif- Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd.

No âmbito do Programa de *Compliance* Corporativo, prosseguiram os trabalhos de implementação referentes à sua 2.ª Fase, que contempla a definição e o desenvolvimento de Políticas e Standards de Grupo, relativamente aos temas de *Compliance* considerados prioritários, com especial enfoque para as *Guidelines* de Prevenção do Branqueamento de Capitais do Banif - Grupo Financeiro, aprovadas pelo Conselho de Administração em Abril, e para a Política em matéria de Sanções Internacionais que deverá ser aprovada no decurso do 2.º Semestre de 2011.

Deu-se simultaneamente continuidade à 3.ª Fase do Programa, correspondente à implementação das mencionadas políticas e procedimentos, nomeadamente no tocante aos processos internos de comunicação e divulgação da Estruturação da Função de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo no Grupo e das *Guidelines* já referidas.

No que se refere ao acompanhamento das medidas legislativas e regulamentares, cujos pressupostos de aplicação extra jurisdicional possam vir a afectar as actividades de Entidades do Grupo, salienta-se a intervenção do *Compliance* Corporativo no processo de sensibilização interna para os impactos do Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA) nas actividades do Banif - Grupo Financeiro.

Refira-se ainda, no plano do acompanhamento do tema das Políticas de Remuneração do Banif - Grupo Financeiro, a intervenção deste órgão corporativo na elaboração dos documentos de referência no plano interno tendentes a alinhar as políticas e práticas do Grupo com as exigências legais e regulamentares.

Ao nível do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, a respectiva Direcção de *Compliance* (DCO) prosseguiu, no 1.º Semestre de 2011, as suas actividades em linha com o plano de acção e prioridades estabelecidas no Programa de *Compliance* 2010/2011 do Banco.

Através do seu Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (GPBCFT), para além de assegurar a monitorização da actividade transaccional e a filtragem de Clientes e Contrapartes, a DCO continuou o processo iniciado em 2010, de aprimoramento dos circuitos e metodologias de análise e investigação, nas áreas do Branqueamento de Capitais e das Sanções Internacionais, e de optimização das funcionalidades dos seus aplicativos de monitorização, tendo igualmente desencadeado o processo de revisão do Programa de Prevenção do Branqueamento de Capitais do Banco que culminou com a aprovação do Programa de Prevenção do Branqueamento de Capitais - 2011.

Em matéria de acompanhamento das iniciativas legislativas e regulamentares, bem como da avaliação do seu impacto na actividade do Banco, salientam-se as intervenções e contributos da DCO nas seguintes matérias:



- Reformulação do Sistema Europeu de Supervisão Financeira, evidenciando o processo decisório e regulatório das novas Autoridades Europeias de Supervisão;
- Regime do sigilo bancário e suas derrogações;
- Retenção na fonte relativa à remuneração dos depósitos contitutados;
- Consulta pública da CMVM n.º 1/2011, relativa aos requisitos de qualidade a que devem obedecer a apresentação e divulgação de informação financeira sintética sobre sociedade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado;
- Consulta Pública CMVM n.º 02/2011, relativa à definição dos deveres de advertência aos investidores relativos à rentabilidade de instrumentos financeiros de dívida ou com componentes de dívida.
- Programas nacionais de recapitalização das instituições de crédito e de concessão extraordinária de garantias pessoais do Estado;
- Análise e implementação das recomendações da CMVM sobre as novas regras de participação em Assembleia Geral de Sociedades Abertas, consequência da publicação do Decreto-Lei n.º 49/2010, que procedeu à transposição da Directiva dos Direitos Accionistas;
- Consulta da Associação Portuguesa de Bancos (APB), relativa à revisão do regime dos serviços mínimos bancários;
- Cumprimento dos requisitos legais aplicáveis aos contratos de prestação de serviços em regime de subcontratação sujeitos à disciplina da Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF);
- Processo de adesão a entidades de resolução extrajudicial de litígios.

No segmento de intermediação financeira, deu-se continuidade ao Programa de *Compliance*, encetado em 2010 e estruturado com o objectivo de garantir a existência de regras de conduta e de *Compliance* rigorosas e, simultaneamente, mecanismos eficazes de monitorização do seu cumprimento.

Neste sentido, consolidaram-se um conjunto de processos conexos com o Sistema de Controlo do Cumprimento, implementado em 2010, quer ao nível das acções de natureza preventiva (controlos ex-ante), quer ao nível das tarefas de controlo e monitorização (controlos ex-post).

Foi igualmente assegurada a coordenação do relatório de avaliação sistema de controlo interno de intermediação financeira, remetido à CMVM no final do semestre, e articulada a monitorização da implementação das recomendações formuladas pelos auditores externos relacionadas com a temática da segregação e salvaguarda dos activos de Clientes.

Finalmente, no que respeita ao relacionamento com as sociedades do Grupo envolvidas a montante nos serviços de intermediação financeira prestados pelo Banif, intensificou-se a interacção com as unidades de *Compliance* e outras áreas chave dessas sociedades, no sentido de prevenir e evitar riscos de

*Compliance* associados ao *cross-selling* de serviços — comercialização de fundos de investimento, colocação de emissões de obrigações e corretagem.

Em matéria de protecção de dados pessoais, concluiu-se o levantamento e inventariação de bases de dados existentes no Banco e iniciaram-se os trabalhos de avaliação dos resultados. Paralelamente, promoveu-se a inventariação de todas as autorizações e registos junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) e a coordenação das actividades relativas à sua actualização/regularização, elaboração de novos pedidos de autorização de tratamento de dados e a definição de metodologias e processos de recolha e interconexão de dados de Clientes no seio do Grupo.

## 2.7 Auditoria

À Auditoria Interna Corporativa (AIC), integrada no Centro Corporativo do Banif - Grupo Financeiro, estão atribuídas as seguintes funções principais:

- a. Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política no universo do Grupo;
- b. Coordenar a elaboração e a implementação do Programa Anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo;
- c. Acompanhar as actividades do Grupo na área da auditoria interna e assegurar, executando, coordenando a subcontratação, as acções de auditoria nas entidades do Grupo que não disponham de órgão de auditoria interna próprio;
- d. Garantir o reporte consolidado da auditoria interna do Grupo aos respectivos órgãos sociais e às entidades de supervisão.

No início do 1.º Semestre a AIC elaborou o seu Plano de Actividades, o qual explicita as acções a desenvolver e os objectivos a prosseguir em 2011. Por outro lado, acompanhou a elaboração e aprovação dos Planos de Actividades das funções de auditoria individuais das entidades do Grupo, promovendo a realização de auditorias com objectivos específicos, designadamente de apoio à AIC no cumprimento das exigências à auditoria da casa-mãe (previstas no n.º4 do artigo 24º do Aviso nº5/2008 do Banco de Portugal) de zelar: "...pela fiabilidade e pela pontualidade da informação reportada pelas filiais, bem como pelo cumprimento das normas internas e dos procedimentos definidos".

Ao longo do primeiro semestre de 2011, a AIC realizou acções de auditoria directas com o objectivo de avaliar os requisitos do sistema de controlo interno que devem ser implementados pela empresa-mãe, conforme previsto no n.º 2 do artigo 24.º do referido Aviso e efectuou a revisão independente do processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process) tendo elaborado o parecer com as respectivas conclusões, que apresentou ao Conselho de Administração da Banif SGPS, conforme estipulado na Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal.

No âmbito da estratégia aprovada e das suas competências de proposta de metodologias, práticas e acções coerentes e consistentes, a adoptar por todas as filiais, que permitam o aumento da eficácia da auditoria, a nível do Grupo, todas as funções de auditoria individuais executaram, ao longo de 2010, uma acção de auditoria à documentação do sistema de controlo interno como um todo. No início do primeiro semestre de 2011, foram reportados os resultados obtidos ao Conselho de Administração da Banif SCPS.

O Banif – Grupo Financeiro passou a fazer parte do universo de organizações aderentes às boas práticas, no que respeita à implementação de um Processo de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento da função de auditoria interna. Utilizando o modelo aprovado, a AIC e as funções de auditoria interna individuais desenvolveram um processo de auto-avaliação da actividade desenvolvida em 2010, do qual resultou a identificação de oportunidades de melhoria. No início do 1.º Semestre, a AIC elaborou informação consolidada, sobre os resultados obtidos, para reporte ao Conselho de Administração da Banif SCPS.

Ainda no âmbito do Processo de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento, a AIC introduziu melhorias e actualizações no modelo implementado, o qual vai ser utilizado pelas funções de auditoria interna das entidades do Grupo para avaliarem a actividade desenvolvida ao longo de 2011.

De modo a facilitar a elaboração do reporte consolidado para o Conselho de Administração da Banif SCPS, foi superiormente aprovado o modelo de reporte de informação a enviar trimestralmente à AIC por cada uma das funções de auditoria interna das entidades do Grupo. Com este modelo aumentou-se a uniformização da informação e definiu-se a respectiva periodicidade, o que contribuiu também para um melhor acompanhamento funcional das actividades desenvolvidas, por parte da AIC.

A AIC desenvolveu actividades de coordenação inerentes à relação funcional com as funções de auditoria individuais, necessárias à definição dos Planos de Actividades, ao acompanhamento de acções de auditoria, ao reporte de informação e à elaboração dos conteúdos dos relatórios de controlo interno relacionados com a auditoria interna.

A AIC tem ainda acompanhado a implementação das recomendações efectuadas no âmbito das suas acções de auditoria directas já concluídas e das medidas correctivas das deficiências identificadas no âmbito do relatório de controlo interno do Grupo Banif, relacionadas com a função de auditoria.

A função de auditoria interna do Grupo encontra-se dotada de um modelo organizacional sólido, coerente e consistente, que incorpora os requisitos regulamentares, as orientações e as melhores práticas de auditoria interna, reconhecidas e aceites a nível nacional e internacional, para a prossecução da sua visão, missão, objectivos estratégicos e atribuições.

Ao nível do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., a respectiva Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI), assegurou a verificação e avaliação do controlo interno instituído, sobressaindo, no 1.º Semestre de 2011, o aprimorar dos programas de trabalho para a auditoria operacional e de auditoria contínua, dirigidos às unidades de negócio.

A evolução da perspectiva do Banco de Portugal, relativamente à eficácia e adequação do sistema de controlo interno às exigências reconhecidas e aceites a nível internacional, transpostas na publicação do Aviso n.º 5/2008, levaram a uma revisão contínua dos processos de análise de prevenção de Fraude Interna, assim como a uma especialização da actividade de auditoria contínua no âmbito da prevenção do risco operacional.

Em resultado da experiência acumulada desenvolveu-se a planificação e estruturação das acções de auditoria interna, com enfoque no objectivo de desempenho, informação e Compliance, aproveitando as sinergias advindas da implementação da “Matriz dos Riscos e Controlos Relevantes por Áreas Funcionais” ao nível do controlo interno. Além disso, foram estruturadas as verificações por tipos de risco, num esforço tendente a racionalizar os meios humanos disponíveis, a fim de manter as acções de auditoria em todo o território nacional.

O Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI) garantiu o acompanhamento do controlo e a análise do funcionamento dos sistemas informáticos geridos pela BanifServ, tanto quanto à qualidade como à segurança nos serviços prestados, focando, em especial, o serviço de meios de pagamento electrónicos, banca electrónica e comunicação de responsabilidades à Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal.

O Gabinete de Auditoria Operacional e Inspecção (GAOI) garantiu, através de acções de auditoria presencial e à distância, um suporte à monitorização do risco operacional nas estruturas comerciais e serviços centrais, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

Este Gabinete também teve especial enfoque na actividade de auditoria contínua, com suporte na monitorização informática e em acções de âmbito transversal, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

Do plano anual de actividades, do qual constam acções como:

- Auditorias a unidades de negócio (Agências /Centros de Empresa);
- Auditorias aos Serviços Centrais;
- Auditorias aos Sistemas de Informação,

Foram realizadas, durante o primeiro semestre de 2011, as seguintes auditorias:

Unidades de Negócio	181
Serviços Centrais	7
Sistemas de Informação	4
	<b>192</b>

Todas as acções executadas estão de acordo com o Plano Anual aprovado pela Comissão Executiva do Banco.

## 2.8 Imagem e Comunicação

No 1.º Semestre de 2011, o órgão de Imagem Corporativa efectuou a gestão da marca do Banif – Grupo Financeiro e, nesse pressuposto, assegurou o cumprimento, por todas as empresas do Grupo, das normas estabelecidas nesta matéria.

Nesse contexto, destaca-se a conclusão do processo de implementação do projecto *Brand Center* da Marca, que constitui uma ferramenta fundamental e que permitirá disponibilização da Marca de forma transparente, normalizada e facilitadora junto dos vários *stakeholders*.

Passados três anos sobre o *rebranding*, em que se conseguiu, com sucesso, definir e consolidar a Marca em todos os seus *touchpoints*, entendeu-se necessário colocar a Marca num estágio de maturação mais evoluído e desenvolvido, ganhando simultaneamente economias de escala e de alinhamento de comunicação.

Nesse âmbito, foi concluído, neste 1.º Semestre de 2011, o processo de concurso de selecção de Agência de Publicidade, numa perspectiva mais abrangente, com o alargamento dos serviços prestados a mais empresas do Grupo.

Ainda neste 1.º Semestre, o Banif - Grupo Financeiro foi escolhido pela AESE – Escola de Direcção e Negócios como objecto de estudo para os seus programas de MBA nas áreas de Marketing e Recursos Humanos. O “Caso Banif”, *case study* desenvolvido conjuntamente pelas duas entidades, incide em dois projectos do Grupo Financeiro que alcançaram uma elevada notoriedade e sucesso: o processo de *rebranding* e o projecto Valores Centauro.

Adicionalmente, encontram-se em fase de desenvolvimento/implementação um conjunto de projectos que têm por objectivo estabelecer uma comunicação (interna/externa) mais acessível e eficaz do Banif - Grupo Financeiro – Intranet e brochura institucional.

Merece ainda uma referência a activação do Projecto Valores Centauro, no âmbito do qual a Imagem Corporativa colaborou com os Recursos Humanos Corporativos na implementação das iniciativas definidas, nomeadamente, na materialização gráfica e criativa das mesmas, bem como, na gestão do micro-site criado para o efeito.

Ainda no âmbito da Imagem Corporativa e no que diz respeito aos factos relevantes registados, o Banif - Grupo Financeiro, de acordo com resultados publicados no início do corrente exercício, integrou, pelo terceiro ano consecutivo, o “Global 500 *Banking Brands Index*”, um ranking de empresas do sector financeiro, elaborado pela *Brand Finance* e publicado pela “The Banker Magazine”, que posiciona a Marca “Banif” entre as 500 mais valiosas do mundo, ocupando a 487.ª posição, sendo uma das 5 instituições financeiras nacionais presentes no mesmo.

Neste contexto, a marca Banif atingiu, durante o ano passado, um valor (*brand value*) de 174 milhões de dólares (120 milhões de euros).

O posicionamento entre as 500 marcas mais valiosas do mundo ganha especial importância numa altura em que a crise financeira tem prejudicado a imagem e o valor de algumas das principais marcas. A avaliação da *Brand Finance* vem confirmar que o Grupo mantém a força da sua marca mesmo num período bastante conturbado.

Destaca-se ainda a execução do Relatório e Contas de 2010 da Banif SCPS, pela primeira vez em formato totalmente digital.

A Imagem Corporativa integra ainda a Área de Sustentabilidade, que desenvolve iniciativas com vista à introdução das questões ambientais e sociais no seio das actividades das empresas do Grupo. Esta área coordena o trabalho de 6 *Task Forces* criadas para gerir a temática da sustentabilidade de forma transversal ao Grupo, para além da comunicação interna e externa a este nível, que inclui a resposta a vários inquéritos sobre Sustentabilidade provenientes de *stakeholders* externos.

Em termos de comunicação, esta área coordenou, executou e divulgou, interna e externamente, o 4.º Relatório de Sustentabilidade do Banif – Grupo Financeiro, o qual manteve o nível B em termos de qualidade e abrangência da informação das “Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade” da organização internacional Global Reporting Initiative (GRI). Este ano foi ainda editada uma brochura síntese relativa a este relatório. Para além disso, esta área deu continuidade ao

esforço de sensibilização e comunicação internas nas temáticas da sustentabilidade e à promoção do relacionamento com *stakeholders* através de vários fóruns. Neste âmbito, os responsáveis desta área têm participado nos Grupos de Trabalho “Sustentabilidade no Sector Financeiro” e “Desenvolvimento” do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - BCSD Portugal, que culminarão com a divulgação de publicações sobre esta temática.

Em parceria com a Direcção de Gestão Global de Risco do Banif, deu-se ainda continuidade ao estudo respeitante à análise de riscos ambientais e sociais na carteira de crédito.

No pilar ambiental, a Área de Sustentabilidade deu continuidade à aposta na responsabilidade climática, através da participação no questionário internacional Carbon Disclosure Project e da neutralização de emissões de carbono dos Relatórios e Contas 2010 das empresas do Grupo, do Relatório de Sustentabilidade 2010, da revista “A Nossa Força” 2011, e dos torneios de golfe de Vale de Lobo (Algarve), Batalha (Açores) e Santo da Serra (Madeira).

Destaque ainda para a adesão à iniciativa internacional “Hora do Planeta” que envolveu todas as empresas do Grupo e para a implementação de uma acção de sensibilização ambiental: VAMOS Preservar - “O nosso Planeta - o clima – o meio ambiente – a natureza”. Esta acção envolveu o desenvolvimento de autocolantes com recurso a imagens e mensagens ambientais que foram colocados em vários locais dos edifícios centrais do Banif, bem como o envio de dicas de comportamentos ambientais a adoptar no local de trabalho, com vista à redução de consumos e de emissões poluentes.

Ainda ao nível da Área de Sustentabilidade, destaca-se o 1.º Programa de Voluntariado para o Banif, iniciativa desenvolvida em parceria entre as Direcções de Recursos Humanos e Marketing e Comunicação, e que incide em duas áreas: “literacia financeira”, em colaboração com a Associação Junior Achievement, e “ambiente”, em colaboração com a Agência Cascais Natura. A comunicação deste programa de Voluntariado tem por base a identidade VAMOS - Valores Mais Humanos, um micro-site que funciona como peça central da comunicação interna, o envio de e-mails e newsletters dedicadas ao tema e a realização de um filme. Em termos de resultados, o VAMOS Educar abrangiu 77 voluntários, 539 horas de voluntariado, que chegaram a mais de 1.700 alunos do 3.º ciclo, perfazendo mais de 12.800 horas de formação em literacia financeira. O VAMOS Plantar teve também uma segunda acção no Parque Natural Sintra-Cascais que consistiu na manutenção da área plantada no final de 2010.

Em termos de comunicação externa na área da sustentabilidade, destaca-se ainda a participação no Inquérito da Heidrick & Struggles/Diário Económico relativo à 4ª edição do “Prémio Desenvolvimento Sustentável 2010/2011”, a resposta ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) do Instituto Superior Técnico/BCSD-Portugal e a participação no Projecto “Desenvolvimento” do BCSD-Portugal.

A Imagem Corporativa acompanha ainda as várias empresas do Grupo em projectos ou questões relacionados com a “Sustentabilidade”, sempre que solicitado.

De acordo com a política de sustentabilidade do Grupo, sublinha-se a aposta da DCRAM do Banif na valorização do empreendedorismo, tendo sido entregues os prémios do Prémio de Empreendedorismo da AJEM – Associação de Jovens Empresários da Madeira, e da iniciativa “rs4e” – *road show for entrepreneurship* – que premeia as ideias mais empreendedoras dos alunos da região. A parceria com a Associação “Aprender a Empreender”, manteve-se e foi englobada num plano a nível nacional, pelo que o Banif teve diversos colaboradores em regime de voluntariado em diversas Escolas da Região.

Destacam-se também outras iniciativas de apoio a eventos com relevância social e cultural, nomeadamente o patrocínio da V Conferência Anual do Turismo, um evento com um papel importante na orientação do sector do Turismo na RAM, que foi considerado uma das mais importantes iniciativas de debate e de dinamização do Turismo na RAM, foi apoiado o Festival Infantil da Canção e foram promovidas algumas iniciativas solidárias junto de crianças e jovens em várias escolas da Região.

Ainda no âmbito dos eventos com maior destaque no 1.º Semestre de 2011, referem-se a realização do X Encontro de Gerações, que teve como convidado especial o General Lucas Rincón Romero, embaixador venezuelano em Lisboa e dois encontros com a comunidade Portuguesa na África do Sul: um na cidade do Cabo e outro em Joanesburgo. Ambos contaram com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Marques dos Santos e da Presidente do Conselho Consultivo, Dr.ª. Teresa Roque.

No campo desportivo, foi dada continuidade às já longas parcerias com o Clube Sport Marítimo e com o Clube Desportivo Nacional, através da renovação dos contratos com ambos os Clubes para a época desportiva 2011/2012.

Adicionalmente, o Banif é, desde 7 de Junho de 2011, Patrocinador Oficial da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, no âmbito de um acordo válido por três épocas desportivas, até 2014, referente às competições desportivas “Liga Zon Sagres” (Primeira Liga) e “Liga Orangina” (Liga de Honra). Este patrocínio permitirá ao Banco estar presente em todos os estádios de futebol das equipas profissionais, um pouco por todo o país e em todas as jornadas de ambas as competições, o que representa, anualmente, uma presença em 512 jogos, nos quais se estima alcançar 2.800.000 adeptos que assistem aos mesmos nos estádios. A marca Banif integrará também os painéis de *flash interview* dos mais de 200 jogos anuais com transmissão televisiva.

O futebol português é uma marca forte e reconhecida em todo o mundo e por isso os patrocínios na área do futebol continuam a ser uma aposta forte do Banif, na medida em que proporcionam um elevado retorno mediático, podendo também ser utilizado como um veículo de comunicação e de aproximação entre o Banco e os seus Clientes.



Relativamente ao site do Banif – Grupo Financeiro, foram efectuadas as habituais actualizações de todas as informações institucionais, bem como as referentes à relação com os Investidores, tendo ainda sido disponibilizados todos os comunicados efectuados ao mercado e *clipping* de notícias sobre o Grupo.

### **3. BANCA COMERCIAL**

#### **3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA**

##### **3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira**

A actividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. na Região Autónoma da Madeira, durante o 1.º Semestre de 2011, continuou a ser caracterizada pelo clima adverso da actual conjuntura económica e social.

Este factor, transversal a todas as áreas de actividade, implicou uma adaptação estratégica do plano da Direcção Comercial da RAM, no sentido de manter o Banco como líder do sector na Região. Neste contexto, emergiram como prioridades, a par da manutenção da Carteira de Depósitos de Clientes (alvo da forte concorrência verificada no sector, e, em particular, na RAM), o crescimento dos recursos, a recuperação do crédito vencido e o controlo de custos.

Desta forma, e com relação ao período homólogo do ano anterior, regista-se o aumento da base de Clientes, com um crescimento de 5.332 novos Clientes. Não obstante este crescimento, o número médio de produtos por Cliente manteve-se, materializando, desta forma, o esforço da área comercial em fidelizar os novos Clientes ao Banco.

O crédito concedido a Clientes, apesar de se viver um período de menor procura, registou um crescimento de 2,2% face ao período homólogo do ano anterior, para um total de 1.669,5 milhões de euros.

Relativamente à rubrica “Recursos de Clientes”, regista-se uma evolução negativa de 2,1%, em termos homólogos, para um total de 2.152,7 milhões de euros, consubstanciada sobretudo nas variações negativas dos depósitos de algumas Instituições Públicas, do segmento empresarial.

Como forma de otimizar a estrutura física e humana do Banif na RAM, a actividade das micro-agências Madeira Tecnopólo e Livramento foi descontinuada e procedeu-se à revisão dos horários de funcionamento de algumas unidades de negócio.

Iniciou-se em 2011 um trabalho de análise e acompanhamento pormenorizado de todas as unidades de negócio da DCRAM, envolvendo a estrutura directiva da DCRAM e algumas das estruturas de trabalho internas. Neste processo, é explorado o potencial de cada Concelho e Área de Negócio, e é delineado um plano de acção das unidades de negócio envolvidas.

Neste semestre iniciou-se um abrangente plano de trabalho no sentido de permitir ao Banif continuar a reforçar a sua posição nos mercados com forte implementação da emigração portuguesa – Venezuela e África do Sul. Este plano de trabalho confere às visitas a estes países uma maior cobertura geográfica, a definição de *targets* distintos – *Retail*, *Privado* e *Corporate* – e o reforço do canal promotor.

Rubrica	Variação %	Variação %
	Junho 2010 / Junho 2011	Dezembro 2010 / Junho 2011
Recursos	- 2,1%	-5,2%
Crédito	2,2%	2,1%
Base de Clientes	2,2%	1,0%

### 3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

A actividade do Banif na Região Autónoma dos Açores, durante o 1.º Semestre de 2011, ficou marcada pelos condicionalismos resultantes do contexto económico adverso, que impuseram a necessidade de reorientação das principais estratégias e prioridades para a captação de recursos, manutenção da qualidade no crédito e redução de custos de estrutura, com vista ao incremento da rentabilidade.

Não obstante as dificuldades decorrentes da conjuntura económica, a DCRAA prosseguiu os objectivos de crescimento de negócio, com a responsabilidade de consolidar a posição de liderança que o Banco mantém no mercado regional.

Foram captados 1.897 novos Clientes, no âmbito de uma carteira total de 128.724 Clientes na Rede de Agências, no final do semestre. O empenho na prestação de um serviço de qualidade traduziu-se na manutenção de um número médio de 3,47 produtos por Cliente nesta Rede.

Num cenário de racionalização do crédito concedido, sem prejuízo dos compromissos assumidos, foi possível conter o crescimento na carteira de crédito por desembolso, com uma evolução de apenas de 0,3% face a idêntico período de 2010, a qual ascendia a 1,559 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2011.

No que respeita à carteira de Recursos de Balanço, cujo valor, no final do 1.º Semestre de 2011 se cifrava em 959 milhões de euros, muito embora ao nível da Rede de *Retail* se tenha conseguido crescer

ligeiramente, este incremento foi absorvido pela variação negativa de recursos nas Empresas e Institucionais, que ditou uma variação homóloga, no final do 1.º Semestre do ano, de -3%.

Com o objectivo de reforçar a captação de recursos e a presença internacional do Banco, foi implementado um plano de visitas aos Escritórios de Representação, que prevê deslocações comerciais periódicas a Fall River, Ilhas Bermudas, San José (Califórnia) e Toronto.

Foi também no 1.º Semestre de 2011 que se iniciou um plano com maior relevo de campanhas de índole regional, dedicadas a temas diversos mas com enfoque especial na captação de recursos, como é o caso da iniciativa Love you 2, desenvolvida na semana do dia dos namorados ou da Campanha Money, Money e Sea Azores, específicas para os Escritórios de Representação. A relação entre o nível de crédito e recursos também foi uma das matérias trabalhadas, concretamente com a campanha denominada Rácio de Transformação. A parceria com a SATA foi dinamizada através de uma acção específica de colocação de cartões de crédito, em articulação com a DRD e foi realizada, pela primeira vez, uma campanha de captação com vantagens para os novos Clientes junto da Atlânticoline, com a designação Acredite num Mar de Vantagens.

No âmbito da descentralização da gestão de imóveis para venda e arrendamento, foi criado um Comité na Região Autónoma dos Açores, que passou a ser responsável pela gestão local dos imóveis não afectos à exploração, com a centralização de todos os processos, permitindo uma nova dinâmica e uma actuação mais célere na gestão dos mesmos.

Foi reactivado, no início deste ano, o Comité de Clientes Açores, que reúne periodicamente as Direcções Comerciais do Banif e da Açoreana, como objectivo de potenciar o negócio de ambas as empresas na Região, o qual permitiu já o desenvolvimento de várias iniciativas em parceria.

A necessidade de actualização de todos os NIB's para o Código do Banif ("0038") levou ao desencadeamento de um conjunto de iniciativas, para a sensibilização de Clientes, colaboradores e instituições diversas, a par de trabalhos técnicos específicos, de forma a garantir a substituição do anterior NIB em todos os canais e meios de pagamento em uso, nomeadamente cheques, transferências e Sistema de Débitos Directos.

A migração da Sucursal Financeira Internacional de Santa Maria para o actual sistema informático do Banco aconteceu em simultâneo com a passagem de todos os Clientes e respectivas aplicações para a Sucursal Financeira do Exterior (SFE), mantendo-se em Ponta Delgada o anterior Núcleo para a gestão operacional dos actuais clientes da DCRAA com conta nesta última.

O Banif celebrou, ainda, dois novos protocolos de colaboração institucional com o Governo Regional dos Açores, denominados Linha de Crédito Açores Investe II e Linha de Apoio à Reestruturação da Dívida

Bancária II, no dia 27 de Maio, que visam assegurar o apoio às empresas dos Açores, no contexto da actual conjuntura económico-financeira.

Rubrica	Variação %	
	Junho 2010 / Junho 2011	Dezembro 2010 / Junho 2011
Recursos	-3,0%	-2,4%
Crédito	0,3%	-3,3%
Base de Clientes	5,0%	3,3%

### 3.1.3 Actividade Comercial no Continente

#### a. Segmento de Empresas e Médio/Alto de Particulares

O 1.º Semestre de 2011 continuou a reflectir a conjuntura económico-financeira negativa que marcou o ano de 2010. Em Portugal, o sector financeiro foi influenciado pelo efeito de contágio da desconfiança dos mercados internacionais face à situação financeira da Grécia e da Irlanda. Consequentemente, continuou a verificar-se, a nível nacional, uma situação de falta de liquidez, custos de financiamento elevados e deterioração da carteira de crédito.

Neste contexto, a actividade da Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP), órgão do Banif responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental, focou-se na consolidação e diversificação do negócio de bom risco e na captação de recursos, implementando uma estratégia de dinâmica comercial activa.

A DEP continuou a adoptar uma política de diversificação da carteira de crédito, mantendo critérios de risco prudenciais, rigorosos e selectivos, utilizando o *pricing* das operações como ferramenta de gestão, sempre tendo em atenção a manutenção da solidez do negócio.

A continuidade da política de visitas trimestrais a Clientes permitiu um acompanhamento rigoroso da evolução dos respectivos negócios, bem como do crédito vencido, matéria à qual foi dado especial enfoque.

Prosseguindo a política de controlo de custos de estrutura anteriormente implementada, continuou-se a apostar na racionalização e optimização das unidades de negócio. Desta forma, ao nível do segmento de empresas, a DEP encerrou o Semestre com 13 Centros de Empresas e 40 Gestores.

Ao nível do segmento de particulares, apostou-se na área de institucionais como estratégia para aumento da capacidade de captação e diversificação de recursos, tendo em vista uma gestão de liquidez activa, que permita ao Banco adaptar-se e reagir aos condicionalismos dos mercados financeiros. Este segmento encontra-se actualmente estruturado em 22 Gestores.

Desta forma e relativamente ao 1.º Semestre de 2010, a DEP registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 229 milhões de euros (+21%), tendo atingido o montante de 1.329 milhões de euros no final de Junho de 2011. Relativamente ao Crédito concedido a Clientes, verificou-se um acréscimo de cerca de 165 milhões de euros (+5%), ascendendo o valor a 3.782 milhões de euros, no final do 1.º Semestre de 2011.

Ao nível da Carteira de Clientes, a DEP registou um aumento de 3% face ao ano anterior. Esta variação reflecte o acréscimo de Clientes verificado no segmento de particulares/institucionais, fruto da específica aposta neste último segmento.

Rubrica	Variação %	Variação %
	Junho 2010 / Junho 2011	Dezembro 2010 / Junho 2011
Recursos	20,9%	6,6%
Crédito	4,6%	3,4%
Base de Clientes	3,2%	2,0%

#### Actividade do Núcleo de Factoring

No 1.º Semestre de 2011, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores registou uma contracção assinalável.

As variações negativas homólogas relativamente ao final de Junho de 2010, registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo de antecipações, cifraram-se em 18% e 6,6%, respectivamente, atingindo, no final de Junho de 2011, 216 milhões de euros e 158 milhões de euros.

Em linha com a evolução do volume de negócio gerido por esta área, as comissões apresentaram uma evolução negativa de 12%, relativamente ao mesmo período do ano anterior, atingindo 0,6 milhões de euros. A margem financeira atingiu os 3,2 milhões de euros, traduzindo um incremento positivo de 44%. Desta forma, no período em análise, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 31%, atingindo 3,8 milhões de euros.

No 1.º Semestre de 2011 não houve alterações relevantes na estrutura da carteira de créditos sobre Clientes, comparativamente ao final do 1.º Semestre de 2010, continuando o sector da construção a registar o maior peso.

#### **b. Segmento de Retalho**

A Direcção da Rede de Agências (DRA) manteve o seu esforço comercial na captação de recursos, na colocação de produtos e na prestação de serviços nos seus segmentos alvo: particulares, pequenas empresas, profissionais liberais e empresários, no Continente.

Com uma forte atitude multiproduto na venda, a DRA tem-se mantido como canal principal da comercialização dos produtos estratégicos da banca comercial no Continente (Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria e Cartões), reforçando a captação de recursos, a colocação de produtos de outras empresas do Grupo e alargando a carteira de Clientes activos.

Durante o 1.º Semestre de 2011, foi dada continuidade ao processo gradual de racionalização de algumas Agências, adaptando alguns quadros de pessoal à dimensão da actividade, tendo em vista incrementar a produtividade por empregado.

O processo de racionalização conduziu ao encerramento de 6 Agências, de pequena dimensão, em que a existência de outras unidades de negócio próximas permitiu a realocação dos Clientes sem qualquer perda de qualidade no serviço prestado. Neste semestre foram abertas 2 Agências, com apenas 2 empregados cada.

A DRA terminou o semestre com uma Rede de 269 Agências e um rácio de 3,91 empregados por Balcão, dos mais reduzidos da banca portuguesa.

Através do Programa de Gestão de Clientes no Continente, manteve-se no 1.º Semestre de 2011 um objectivo muito ambicioso quanto à captação de Clientes e à colocação de produtos: 60.000 novos Clientes e 88.000 novos produtos, em termos de acréscimo líquido, e um rácio de 3,36 produtos por Cliente activo.

A DRA terminou o semestre em linha com os referidos objectivos, captando cerca de 27.000 novos Clientes e colocando, em termos líquidos, 60.000 novos produtos, tendo-se já atingido o objectivo de um rácio de 3,36 produtos por Cliente activo.

Ao longo do semestre, manteve-se o reforço dos 3 grandes projectos estruturantes da actividade, iniciados em 2008, a saber:

- A Rede de Empresas e Empresários, representando uma oferta de qualidade para as pequenas empresas e respectivos empresários, com produtos inovadores e Gestores de Negócio dedicados, instalados nas Agências do Banco com maior dimensão. Esta Rede terminou o 1.º Semestre de 2011 com 51 Gestores de Negócios.
- Os Promotores Assurfinance, Rede de Promotores de Negócio assente em Agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores de Clientes e negócio para as Agências, atingindo já o número de 400 Promotores com código atribuído.
- Agências Associadas: Das 269 Agências em funcionamento, 44 são Agências Associadas, mais pequenas e com um quadro de pessoal mais reduzido. São Agências universais, quanto aos serviços prestados e produtos vendidos e estão dependentes do Gerente de uma Agência maior, do tipo Standard.

Comparando os finais dos 1ºs Semestres de 2010 e 2011, a Direcção da Rede de Agências registou uma variação positiva nos recursos de 500 milhões de euros (+ 18%), tendo atingido o montante total de 3.246 milhões de euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendeu a 2.982 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de cerca de 17 milhões de euros (+ 0,6%).

Rubrica	Variação %	Variação %
	Junho 2010 / Junho 2011	Dezembro 2010 / Junho 2011
Recursos	18,1%	10,6%
Crédito	0,6%	-1,1%
Base de Clientes Activos	7,6%	2,8%

### 3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

#### 3.1.4.1 Actividade do *Call Center* e Banca Electrónica

##### Banca Telefónica

Uma das estratégias centrais para o ano de 2011 tem sido a captação de recursos. Em Fevereiro, o Banco deu início à “Iniciativa Soluções Poupança Banif” que visou precisamente a promoção do incentivo da poupança, nas suas diferentes vertentes: a poupança contínua, a poupança com plano de entregas programadas e extraordinárias e a poupança com renovação automática.

A DRD participou nesta iniciativa através de uma campanha, a “Soluções Poupança 2011”, onde foram efectuados mais de 111 milhares de contactos, obtendo-se uma “taxa de subscrição” (percentagem dos Clientes que, tendo declarado a sua intenção de subscrever o produto no âmbito da campanha, vêm efectivamente a subscrevê-lo) de 95%. Foram igualmente realizados inquéritos de satisfação integrados no programa de monitorização da qualidade de serviço, bem como a campanha “Banif Mais Potenciais” focada na captação de novos Clientes pertencentes à carteira do Banco Mais, onde a taxa de sucesso foi de 25%.

No 1.º Semestre de 2011, na vertente de *Outbound*, foram realizadas cerca de 516 milhares de chamadas, menos 12% do que em igual período de 2010.

O número de chamadas atendidas na Linha Banif sofreu uma quebra de cerca de 20% face ao período homólogo de 2010. Por outro lado, a Linha de Atendimento referente à actividade de recuperação de crédito teve um incremento de 84% face ao 1.º Semestre de 2010.

Na actividade de recuperação de crédito não contenciosa foram obtidas as seguintes taxas globais de recuperação (rácio entre o número total de processos regularizados e o número total de processos entrados/trabalhados da DRA, RERAM e RAA): crédito pessoal e juros de contas de gestão de tesouraria – 83%, crédito imobiliário e contas correntes caucionadas – 82%, letras e livranças – 85% e cartões 49%.

##### Banca Electrónica

Para 2011 foram definidos objectivos que visam incrementar os índices de fidelização e satisfação dos Clientes do Banif@st, bem como a segurança e a melhoria da informação prestada aos utilizadores do serviço.

Quanto à segurança, o novo sistema utiliza o telemóvel do Cliente, para o qual é enviado um código de autorização único para a operação em causa. A colocação massiva deste sistema nos Clientes utilizadores do serviço Banif@st tem sido uma constante, por forma a aumentar os níveis de segurança na utilização da Internet. Paralelamente, tem sido preocupação do Banco manter actualizados, nos canais respectivos, os conteúdos de alerta, nomeadamente as ameaças a que os Clientes estão sujeitos e que comprometem a segurança do computador e do utilizador.



Ao longo do 1.º Semestre do ano, foi alargado o leque de soluções de poupança disponíveis no Banif@st: manteve-se o Depósito a Prazo e o Super Depósito a Prazo Banif@st e disponibilizaram-se os novos produtos lançados pelo Banco.

Verificou-se um crescimento de 20% nas entregas pontuais e programadas das poupanças que os utilizadores já detêm no Banco.

Relativamente aos resultados quantitativos, 82% dos Clientes do Banco já tinham aderido ao Banif@st e, destes, 21% utilizam regularmente o serviço, sobretudo através do canal Internet.

O número de entradas nos diversos canais cresceu 16% face a igual período de 2010, o que resultou num aumento de 20% nas transacções de negócio realizadas pelos Clientes. Em sintonia com os crescimentos verificados, os proveitos gerados pelas operações sujeitas a preçário aumentaram 15%.

#### **3.1.4.2 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos**

Relativamente a Terminais de Pagamento Automático, no final do 1.º Semestre de 2011 registava-se um total de 6.701 equipamentos apoiados pelo Banco, número que consubstancia um crescimento de aproximadamente 4,3 % face aos equipamentos registados no final do ano de 2010.

No 1.º Semestre de 2011, o Banif manteve a sua política de limitar o número de instalações de Caixas Automáticas fora de loja, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos actuais Caixas Automáticas e na optimização dos seus processos operativos. No final do semestre, o número de Caixas Automáticas existentes era de 555.

#### **3.1.4.3 Protocolos e *Cross-Selling***

No 1.º Semestre de 2011 a actividade de *Cross-Selling* desenvolveu-se numa conjuntura adversa, que afectou, ainda que de forma desigual, a venda de produtos das Empresas Associadas. Se, por um lado, os produtos do sector segurador tiveram uma dinâmica apreciável, a venda de alguns produtos de investimento, em particular os Fundos de Investimento, teve um comportamento menos positivo.

Como destaques no semestre podem ser assinalados:

- A variação homóloga positiva de +1% na venda de seguros reais;
- Nos seguros financeiros, a excelente campanha de venda de PPR na base de Clientes, procurando fomentar o aforro e a poupança dos particulares para complemento das suas reformas futuras;

- A variação homóloga positiva de + 18% na comercialização do produto renting.

Como indicador-síntese da actividade desenvolvida no âmbito do *cross-selling* será de referir que, na variação líquida semestral da carteira de produtos colocados na base de Clientes do Banif, os produtos de *cross-selling* contribuíram com 12,3% para essa variação. Este desempenho fez elevar a quota de produtos de *cross-selling* na carteira de produtos colocados nos Clientes para 11,9%, no final do semestre.

No âmbito dos Protocolos, os designados Protocolos Ordenado continuaram a servir de poderosa alavanca na angariação de novos Clientes para o Banco. Mais de 3 000 novos Clientes foram captados com a ajuda desta ferramenta, os quais representam cerca de 11% da captação global conseguida no semestre.

Entre os protocolos celebrados no 1.º Semestre de 2011, destaca-se o concluído com a ACINM – Associação Comercial e Industrial do Norte da Madeira, cuja finalidade foi o estabelecimento de vantagens e condições especiais para os associados desta na contratação de produtos e serviços do Banif – Grupo Financeiro.

Os Protocolos continuaram a beneficiar de uma média de 4,4 produtos por Cliente, 25% acima do rácio médio verificado no universo de Clientes, que foi de 3,28 produtos por Cliente.

#### 3.1.4.4. Marketing Estratégico

No primeiro semestre de 2011, com a reorganização da DME, os Núcleos de Aplicações de Suporte ao Negócio e de Segmentação e Modelação de Dados foram integrados no Gabinete de Gestão e Informação de Negócios (GCIN), passando estes a designarem-se de Núcleo de Soluções Tecnológicas de Apoio ao Negócio e de Núcleo de Prospeção, Modelação e Simulação de Dados, respectivamente.

*No âmbito da actividade desenvolvida pelo GCIN no 1.º Semestre de 2011, destacam-se as seguintes realizações:*

- Integração da análise e decisão do Banco Mais na aplicação de Workflow – Gestão Electrónica de Propostas de Crédito (GEPC) - no produto de Leasing Mobiliário;
- Alargamento da Gestão Electrónica de Propostas de Crédito a toda a rede de Banca Privada no Banif, e à rede de retalho do Banif nos Açores e Madeira;
- Lançamento de um software de planeamento automático de actividades, tendo este sido disponibilizado apenas à rede da Banca Privada do Banif, nesta fase inicial;
- Disponibilização de um Sistema de Informação de Gestão (SIG) especificamente vocacionado para o negócio da Emigração;

- Lançamento de uma nova versão do Dossier do Cliente, reunindo, de uma forma bastante intuitiva e funcional, um conjunto alargado de informação do Cliente e da sua relação com o Banco. Esta aplicação está completamente sincronizada com o Planning.

Ao nível do Núcleo de Planeamento e Estratégia de Marketing destacam-se as seguintes actividades:

- Produção de diversos estudos de benchmarking, regulares e pontuais, a nível nacional e internacional, e de análise comparada do portfólio de produtos e serviços do Banco, face ao mercado;
- Análise a campanhas da concorrência (análise semanal) e disponibilização do Boletim Semanal da Concorrência (análise semanal);
- Análise do mercado bancário e posicionamento do Banif, bem como análises do mercado local;
- Elaboração e acompanhamento do plano global de campanhas comerciais do Banco, em estreita articulação com as Direcções de Produto e as Direcções Comerciais;
- Gestão estratégica e operacional do Catálogo de Produtos e Serviços disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes;
- Desenvolvimento e implementação da análise de produtos e serviços da concorrência, uma análise dedicada às Direcções de Produto e Direcção de Marketing e Comunicação, tendo em vista retratar toda a oferta disponível em outras instituições de crédito para cada segmento de Mercado: Jovem, Universitário, Sénior, Mulher, Privado, Corporate e Pequenos Negócios (análise trimestral);
- Gestão estratégica e operacional do Preçário disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes, com regular análise de benchmarking com vista à proposta de alteração/inserção de comissões consideradas relevantes para a actividade do Banco;
- Gestão permanente do processo de aferição do nível de satisfação dos Clientes (particulares e empresas) do Banco (inquéritos), estabelecimento de objectivos anuais para os principais indicadores de desempenho dos inquéritos à satisfação, introdução de novos inquéritos de satisfação dos Clientes (Clientes da Rede de Empresas e Empresários), início do ciclo de reuniões com as Direcções de Produto, com vista à promoção de melhorias que promovam a aferição dos indicadores anuais, produção de um novo indicador de satisfação dos produtos de Conta Gestão de Tesouraria, Crédito Pessoal e Crédito Habitação por unidade de negócio (acção em desenvolvimento técnico);
- Monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de Mystery Shopping, no âmbito do projecto da "Qualidade de Serviço" das Agências Banif, assim como relativa aos Mystery Calls (call-center);

- Dinamização do Comité de Benchmarking e Inovação, com a realização de diversos estudos de mercado que contribuíram, directa ou indirectamente, para reflexão interna no desenvolvimento de novas propostas de valor;
- Dinamização da página principal do portal de Marketing Estratégico, que permite o acesso às aplicações de suporte ao negócio e disponibiliza conteúdos de interesse para as redes comerciais e centrais: novidades, notícias de natureza económico-financeira, informação útil sobre o catálogo de produtos de retalho, simuladores e produtos/campanhas do Banco em destaque;
- Proposta e planeamento para implementação de uma Ferramenta de Apoio à Gestão Comercial com vista à disponibilização centrada de informação essencial à actividade comercial, estando o projecto em fase preparação técnica;
- Proposta e planeamento de inclusão de nova informação sobre reclamações de Clientes, essencial ao contacto comercial e gestão da segmentação de Clientes para campanhas comerciais, estando a acção em fase de preparação técnica;

Entre as acções com âmbito alargado ao Banif – Grupo Financeiro, destacam-se as seguintes:

- Proposta de criação e coordenação do Comité de Cross-Selling do Grupo Banif;
- Elaboração dos relatórios da actividade mensal do BCN e da área automóvel do Grupo Banif;
- Participação no projecto de cisão/fusão da Banif GO;
- Exploração de sinergias comerciais com o Banco Mais, designadamente na definição de uma campanha permanente de captação de Clientes para o Banif.

### **3.1.5 Produtos de Crédito e de Poupança**

#### **a. Crédito Imobiliário**

A actividade da Direcção de Crédito Imobiliário, no 1.º Semestre de 2011, continuou muito condicionada pela instabilidade vivida nos sectores da construção e da promoção imobiliária, à semelhança do que já tinha ocorrido no último semestre de 2010.

Factores como a subida das taxas de juro, a possível liberalização do mercado do arrendamento e a provável alteração ao enquadramento fiscal do património contribuíram para uma forte retracção do número de transacções no mercado imobiliário.

Esta quebra, por sua vez, teve impacto na procura e produção de crédito imobiliário (crédito habitação e espaços comerciais) no Banif, que registou uma redução de, sensivelmente, 40%, face ao final do 1.º Semestre de 2010.

Apesar disso, a carteira de crédito imobiliário, incluindo os créditos securitizados, apresentou um crescimento de 2%, atingindo, no final de Junho, um valor de 3.386 milhões de euros (Continente: 2.229 milhões de euros; Madeira: 496 milhões de euros e Açores: 661 milhões de euros), o que representa um aumento de 68,9 milhões de euros face ao final de Junho de 2010. Tal facto permitiu ao Banif manter a sua quota de mercado neste produto (2,95%).

No final do 1.º Semestre de 2011, a carteira de crédito imobiliário do Banif compreendia 56.500 contratos, com um valor médio financiado de 60.000 euros e um LTV médio de 65%.

A produção realizada atingiu um valor de 113 milhões de euros, com um spread médio de 2,76%, o que teve um reflexo positivo no spread médio da carteira, que atingiu um valor de 1,14% (0,99% em Junho de 2010).

Em termos de originação, a rede comercial própria do Banco representou 75% do negócio, sendo o canal agenciado responsável por 25% da produção do 1.º Semestre.

Relativamente ao crédito a Não Residentes, no 1.º Semestre de 2011 a carteira aumentou 6% face ao período homólogo de 2010 (crescimento de 28 milhões de euros, atingindo um valor de 387 milhões de euros). No entanto, a produção, neste segmento, teve um decréscimo de 57% no mesmo período (13 milhões de euros acumulados até final de Junho de 2011, face a 31 milhões no 1.º Semestre de 2010).

## **b. Crédito ao Consumo**

### **Cartões de Pagamento**

No 1.º Semestre de 2011, e uma vez que a Carteira de Cartões já se encontra totalmente consolidada na operativa do Banco, a Direcção de Meios de Pagamento focou-se no aumento da qualidade de serviço ao

Cliente, através de novas funcionalidades disponibilizadas nos Cartões, e no aumento da taxa de penetração dos seus Cartões, através de campanhas de colocação e de acções de divulgação.

Destacam-se algumas das actividades principais da Direcção de Meios de Pagamentos no decurso do 1.º Semestre de 2011.

Cash Advance para D0: Esta funcionalidade acompanha a tendência de mercado em tornar o Cartão como um meio de pagamento cada vez mais flexível e cómodo para o Cliente. Foi lançada no mês de Março/2011 e verifica-se, no final do 1.º Semestre, uma elevada taxa de adesão por parte dos Clientes.

Devolução de Saldo Credor para a D0: Esta funcionalidade foi implementada em Março/2011 e disponibiliza ao Cliente a possibilidade de enviar para a sua conta de Depósitos à Ordem saldos credores do Cartão de Crédito, que provenham de devoluções de compras, ou pagamentos de entidades terceiras no Cartão de Crédito (ex: Jogos da Santa Casa Misericórdia, Pagamentos de Seguros, etc).

Pré-atribuição de Cartas Pin: Foi disponibilizada em Maio de 2011 a capacidade das unidades de negócio pré-atribuírem Pin's no momento da adesão ao Cartão, tornando-se numa vantagem acrescida para o Cliente que, desde logo, fica com o Pin na sua posse. Esta funcionalidade, representa uma maior segurança e traduz uma redução de custos em todo o processo de emissão de Cartões.

Campanha de Colocação de Cartões: No final do 1.º Semestre, registou-se uma colocação de 5.646 novos Cartões de Crédito, de 10.251 novos Cartões de Débito e de cerca de 1.449 Cartões com limites pré-aprovados, estes últimos na ordem dos 2,3 milhões de euros.

Campanha de Fidelização Hello Kitty: Esta Campanha está a decorrer desde Dezembro de 2010 e dirige-se exclusivamente aos Cartões de Crédito Hello Kitty. Tem a duração de 1 ano e prevê a atribuição de prémios mediante a utilização no Cartão como forma de fidelização deste segmento.

Campanha VISA: A VISA convidou o Banif para participar na Campanha inserida no tema "Jogos Olímpicos 2012" onde foi promovida a utilização de Cartões com marca VISA, com vista a realizar um sorteio que premeia Clientes com utilização de Cartão.

Criação da Newsletter de Cartões: Foi lançada, no 1.º Semestre de 2011, a Newsletter de Cartões do Banif. Esta Newsletter consta de uma monofolha, tem uma periodicidade mensal e acompanha o envio de extractos de Cartão de Crédito. Tem por objectivo divulgar os Cartões do Banco e promover novas acções.

Promoção Cartões Hello Kitty: À semelhança do que já tinha acontecido em 2010, os Cartões Hello Kitty foram divulgados na corrida da Mulher 2011. Destaca-se a parceria que o Banif tem nestes produtos com a Liga Portuguesa contra o Cancro. Estes Cartões foram ainda promovidos durante o 1.º Semestre na Maratona de Lisboa e na revista dos ginásios Holmes Place.

Análise da carteira: Em resultado da migração de Cartões de Crédito ocorrida no 2.º Semestre de 2010, o Banif sofreu um reajustamento na sua carteira, que se traduziu num decréscimo de - 0,11% no 1.º Semestre de 2011, comparativamente com o período homólogo de 2010. Não obstante o decréscimo assinalado, o Banif tem vindo a aumentar a sua taxa de penetração na globalidade da Carteira, onde se verifica um aumento de 3,72%, face a Dezembro de 2010.

	Jun-10	Jun-11	Variação %	Dez-10	Jun-11	Variação %
<b>Cartões de Crédito</b>	86.278	72.219	-16,29%	66.892	72.219	7,96%
<b>Cartões de Débito</b>	305.383	319.023	4,47%	310.312	319.023	2,81%
<b>Total de Cartões</b>	<b>391.661</b>	<b>391.242</b>	<b>- 0,11%</b>	<b>377.204</b>	<b>391.242</b>	<b>3,72%</b>

Os proveitos decorrentes da actividade de cartões do Banif fixaram-se nos 8,7 milhões de euros no 1.º Semestre de 2011, o que representa um acréscimo de 3,85% face ao mesmo período no ano anterior.

### Crédito Pessoal

No âmbito da concessão de Crédito ao Consumo, na modalidade de Crédito Pessoal, o 1.º Semestre de 2011 caracterizou-se pela contracção do crédito concedido a Clientes.

O agravamento da conjuntura económica e, consequentemente, das condições de financiamento e endividamento das Famílias, conduziram ao decréscimo do número de novos empréstimos contratados e do saldo da carteira.

Neste contexto, no período em análise, as iniciativas para dinamização da carteira de Crédito Pessoal, das quais se destacam as campanhas de Crédito Pessoal Multimédia e Crédito Pessoal Revolving, focalizaram-se na concessão de empréstimos de pequeno montante a Clientes com experiência positiva na contratação desta modalidade de financiamento.

No período em referência, procedeu-se ainda ao ajustamento das condições de financiamento praticadas na generalidade dos produtos de Crédito Pessoal, promovendo o seu permanente enquadramento na regulamentação do Banco de Portugal.

No 1.º Semestre de 2011 e face a igual período do ano anterior, verificou-se um decréscimo de 32% no número de novos contratos e de 39% no volume de crédito correspondente.

A carteira de Crédito Pessoal, no final do período em análise, cifrava-se em 284,5 milhões de euros, correspondentes a 58.050 contratos, com um valor médio financiado de 4.900 euros.

### **Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios**

No decorrer do 1.º Semestre de 2011, o acompanhamento de Produtos para o segmento de Pequenos Negócios, comercializados pela Rede de Retalho, focalizou-se a nível da rentabilização de crédito concedido.

Deste modo, no âmbito da gestão de produtos para esta área de negócio, procedeu-se à revisão de preço para contratos em carteira e de condições de comercialização para novos contratos, de linhas de crédito para apoio à tesouraria e ao investimento.

No que diz respeito às “Soluções-Conta de Gestão de Tesouraria”, a carteira de crédito registou um decréscimo de 3,9% face a igual período do ano anterior, cifrando-se em 302,8 milhões de euros. Para esta variação negativa, contribuiu não só o aumento de 2,6% nas liquidações, mas sobretudo a redução de 40,3% na produção, relativamente ao período homólogo de 2010.

Esta realidade resultou, por um lado, da conjuntura económica e, por outro, das políticas de crédito praticadas. Contudo, esta quebra ao nível da carteira foi atenuada em virtude de uma maior taxa de utilização dos limites de crédito aprovados, fruto de diversas campanhas e de iniciativas de dinamização dos produtos em comercialização.

Com o intuito de promover a captação de novos Clientes, no início do ano foram lançadas as Soluções *Business* Comércio, que vieram enriquecer a oferta sectorial, a nível de pacotes de produtos específicos para este segmento alvo.

### **Contas de Depósitos e Produtos de Poupança**



No âmbito da gestão do portfólio de produtos para captação e aplicação de recursos de Clientes particulares, destacam-se, no 1.º Semestre de 2011, o lançamento da campanha Soluções Poupança e a reestruturação da oferta de produtos de passivo.

No seguimento da estratégia iniciada no final do ano transacto e no contexto da campanha anual Soluções Poupança, foram dinamizadas acções de incentivo à poupança das Famílias, com enfoque na colocação de produtos de poupança programada, nomeadamente, nas contas Poupança Banif, Nova Geração e Nova Vida.

No que concerne à reestruturação da oferta de produtos de passivo, destaca-se, no período em análise, o lançamento do Depósito a Prazo Não Mobilizável, uma aplicação com taxas de juro competitivas destinada à aplicação de recursos de Clientes com poupanças estáveis.

No período em referência, no âmbito do patrocínio à 21.ª Meia Maratona de Lisboa, o Banif lançou um Depósito Especial, com condições promocionais e exclusivas para os participantes naquele evento. À semelhança do ano anterior, e com o intuito de promover a captação de recursos e de novos Clientes do segmento jovem, no Dia Mundial da Criança foi disponibilizado o Depósito Especial Nova Geração.

O lançamento dos Depósitos Crescentes Nova Geração e Platinum, bem como a implementação de alterações nas condições de comercialização da generalidade dos produtos em carteira, permitiram garantir um portfólio completo, capaz de satisfazer as necessidades de aforro dos vários segmentos de Clientes.

No 1.º Semestre de 2011 e no contexto de subida acentuada das taxas de juro praticadas no mercado para Depósitos de Clientes, destaca-se ainda o forte posicionamento do Banif na disponibilização de uma oferta consolidada e competitiva de Soluções Poupança.

### **3.1.6 Recuperação de Crédito Vencido**

No final de Junho, o montante total de crédito em incumprimento, não considerando a carteira titularizada, atingiu 441,3 milhões de euros, dos quais 360,4 milhões de euros estavam afectos à Direcção de Recuperação de Créditos (DRC).

As transferências de capital para recuperação central (DRC), no 1.º Semestre de 2011, totalizaram 149,9 milhões de euros, face a 115,9 milhões de euros no período homólogo de 2010 (+29%), dos quais 67,3 milhões de euros provenientes das redes de “Retalho”, 81,5 milhões de euros das redes de “Empresas” e 1,1 milhões de euros das redes de “Private”.



A actividade desenvolvida no âmbito da recuperação central de créditos materializou-se num montante acumulado de recebimentos (capital, juros, despesas e comissões) de 72,9 milhões de euros (+32% face ao período homólogo de 2010) e na reformulação de créditos, num montante total de 4,9 milhões de euros (-50% relativamente ao 1.º Semestre de 2010). As recuperações de capital ascenderam a 57,8 milhões de euros, face a 45,1 milhões de euros em igual período do ano anterior, traduzindo-se em +28%, dos quais 29,6 milhões de euros provenientes das redes de “Retalho”, 27,5 milhões de euros das redes de “Empresas” e 0,8 milhões de euros das redes de “Private”.

Para o crescimento dos valores recuperados no período, ainda que na conjuntura macro-económica adversa verificada, assumiu uma importância determinante a abordagem desenvolvida pelo Banif nos últimos anos, ao nível do acompanhamento dos Clientes em risco de incumprimento e da recuperação de crédito, a qual contemplou a revisão e optimização das suas políticas, modelo organizativo e equipas, processos e sistemas, numa base sistemática, tendo em vista garantir uma melhoria sustentada da eficácia e da eficiência na gestão do crédito vencido.

Entre as acções desenvolvidas, nesse contexto, no decorrer do 1.º Semestre de 2011, salientam-se:

- O reforço dos procedimentos na articulação da DRC com as Direcções Comerciais na gestão dos Clientes com uma exposição mais significativa, com o objectivo de se promover uma maior eficiência / eficácia na gestão da fase inicial de incumprimento e no seguimento dos Clientes que, posteriormente, possam vir a transitar para recuperação central;
- O maior grau de sistematização dos procedimentos e frequência no acompanhamento dos Clientes em recuperação central, bem como a subsequente dinamização das iniciativas adequadas, em função da sua evolução, tendo em vista uma maior proactividade na condução dos processos;
- A optimização dos processos operativos vigentes ao nível da DRC, em que merece maior destaque o crescente grau de desmaterialização atingido na gestão dos processos;
- O alargamento da rede de prestadores externos que colaboram na recuperação dos créditos em recuperação central, para ajustamento da capacidade de resposta à evolução do crédito vencido, e a revisão dos procedimentos no relacionamento com esses prestadores, por forma a potenciar ganhos de eficiência e de controlo na gestão dos processos;
- A gestão especializada de Clientes Empresa, nomeadamente de Clientes em processo de insolvência, a qual justificou o reforço da equipa de recuperação de empresas.

### 3.1.7 Actividade Financeira



O 1.º Semestre de 2011 continuou marcado por um agravamento generalizado das condições de mercado, com repercussões ao nível da confiança no sistema financeiro e afectando a liquidez das instituições bancárias. Neste sentido, assistiu-se ao aumento do recurso a operações de refinanciamento junto do BCE e a uma forte procura por recursos de Clientes particulares. Nesta envolvente adversa, a Direcção Financeira desempenhou um papel importante ao nível da gestão integrada dos activos e passivos financeiros do Grupo, assegurando uma intervenção dinâmica ao nível dos mercados monetário e cambial e desenvolvendo todo o relacionamento institucional com contrapartes nacionais e internacionais, necessário ao bom funcionamento desta actividade. Foi também relevante o apoio prestado às Direcções Comerciais na conceptualização e desenvolvimento de produtos para venda nas redes comerciais.

A política de investimentos em activos financeiros de elevada liquidez foi conduzida com o apoio das equipas de análise do Banco de Investimento, seguindo um perfil conservador na selecção dos emitentes e privilegiando uma diversificação sectorial consistente com o enquadramento macroeconómico. Tendo por base as condições adversas de mercado, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando os investimentos nas suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando um elevado nível de liquidez do seu balanço.

Os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se em 2,1 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2011, contra um resultado de 3,7 milhões de euros no período homólogo de 2010. O valor apurado resultou, principalmente, da reavaliação de derivativos e dos passivos de justo valor.

O mercado cambial continuou marcado por uma grande volatilidade durante o 1.º Semestre de 2011. A grave situação financeira na Grécia e o seu contágio aos restantes países periféricos criaram um forte clima de instabilidade e nem a aprovação de um novo plano de austeridade pelas autoridades gregas e da finalização, pela UE, de um novo pacote de ajuda foram suficientes para acalmar os mercados.

As estimativas de um abrandamento do crescimento económico nos Estados Unidos da América e as incertezas quanto à recuperação do mercado de trabalho e do imobiliário foram factores que também provocaram instabilidade nos mercados.

O FED prosseguiu a sua política expansionista mantendo as suas taxas directoras na banda entre 0% e 0,25%. Na Zona Euro, o aumento da taxa da inflação levou o BCE a alterar a sua política monetária, com o consequente aumento da sua taxa directora para os 1,25%.

A conjugação destes factores contribuiu para uma valorização do Euro face ao Dólar Americano, cotando-se nos 1,4453 no final de Junho.

Uma gestão conservadora nas operações de risco do Banco originou um aumento nos resultados cambiais, que ascenderam a 397 milhares de euros, no final do 1.º Semestre de 2011, contra os 91,5 milhares de euros obtidos em igual período de 2010.

O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez, com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação desta abordagem.

A estabilidade da liquidez foi feita através do funding de Clientes, do recurso ao mercado monetário e às operações de refinanciamento do BCE. Durante o 1.º Semestre de 2011, os Clientes do Banco privilegiaram aplicações em depósitos a prazo, certificados de depósito e em aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da instabilidade dos mercados financeiros.

A este nível, destacam-se os recursos captados directamente pela Direcção Financeira junto de determinados Clientes Institucionais, os quais ascendiam, no final do 1.º Semestre, a 600,5 milhões de euros.

O total de activos elegíveis para desconto no Banco Central Europeu, existente na carteira do Banco no final do 1.º Semestre, ascendia a 4,45 mil milhões de euros, contra 2,25 milhões de euros em igual período de 2010. O recurso a financiamento via BCE ascendeu a 2,53 milhões de euros, contra 1,45 milhões de euros no período homólogo de 2010. No total dos activos elegíveis, o Banco tinha em carteira 950 milhões de euros em Bilhetes do Tesouro.

Como consequência da revisão em baixa dos *ratings* do Banif, devido ao corte das notações de *rating* da República Portuguesa, o Banco, teve que proceder à liquidação antecipada, em Maio, de três empréstimos de médio-longo prazo, no montante total de 419 milhões de euros, que se venciam em Julho 2011, Abril 2012 e Julho 2013.

No âmbito dos mercados de capitais, a Direcção Financeira participou na preparação e montagem de uma operação de Titularização de Crédito Corporativo (Atlantes n.º 1), no montante de 1.132.900 milhares de euros, que foi finalizada em Abril.

Durante o 2.º Trimestre, foi iniciado o processo de estruturação de uma nova emissão de Obrigações, com o prazo de 3 anos, no montante de 200 milhões de euros, com a garantia do Estado, que foi finalizada em Julho, para inclusão na pool de activos elegíveis para operações de refinanciamento junto do BCE.

No que diz respeito ao mercado de risco de crédito português, durante o primeiro semestre de 2011 as principais agências de *rating* procederam a novo corte das notações de *rating* da República Portuguesa. As razões apresentadas pelas agências centraram-se pelo aumento da incerteza política, orçamental e económica que aumentam o risco de o Governo não ser capaz de atingir as metas de redução do défice previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Neste contexto e como seria de esperar, os bancos portugueses viram as suas notações de *rating* serem cortadas com a mesma amplitude da República. Assim, também os *ratings* de longo e curto prazo, do Banif – Banco Internacional do Funchal S.A., foram revistos em baixa.

As notações de *rating* do Banif são, actualmente:

	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	OUTLOOK
Moody's (22-06-2011)	Ba2	NP	Negativo
Fitch (05-04-2011)	BB	B	Estável

### 3.1.8 Actividade Internacional

A actividade internacional do Banif – Grupo Financeiro continuou a centrar-se em mercados considerados com potencial de negócios e de geração de sinergias, nomeadamente no Brasil, EUA, Malta, Espanha e Reino Unido. Por via do Banco Mais, deu-se continuidade à aposta em países do Centro e Leste Europeu, nomeadamente da Hungria, Eslováquia e Polónia.

Em paralelo, manteve-se o enfoque em mercados onde a comunidade emigrante portuguesa (em especial, a proveniente da Madeira e dos Açores) detém uma forte presença, nomeadamente, EUA, Canadá, Venezuela e África do Sul.

Por fim, releva ainda a aposta em mercados com relações de negócio com países de expressão portuguesa, como Cabo Verde, porta de entrada para o Grupo no continente africano.

Durante o ano de 2011 - mais concretamente durante o segundo trimestre do ano - continuou-se a assistir a dificuldades crescentes, por parte da generalidade da banca nacional, em aceder aos mercados interbancários e financeiros internacionais, em consequência das preocupações relacionadas com a dívida soberana de Portugal, com os consequentes constrangimentos de financiamento e de liquidez.

Apesar do contexto actual, o Banif continuou a contar com uma regular relação de negócios com as suas contrapartes bancárias, com as quais mantém limites de trabalho recíprocos e opera no mercado, embora com volumes mais reduzidos e em prazos mais curtos, comparativamente com um passado recente. O Banco tem contado ainda com o apoio dos seus bancos parceiros, realizando, numa base regular, operações comerciais, nomeadamente, Pagamentos, Remessas, Cartas de Crédito e Garantias.

O Banif conta, actualmente, com um universo de cerca de 1.500 bancos correspondentes em todo o mundo e também com 35 contas directas de correspondentes nos seus livros (*Vostro*) e 30 contas de correspondentes, nas várias moedas, em livros de bancos de primeira grandeza em todo o mundo (*Nostro*).

Em termos de negócio internacional e durante o 1.º Semestre de 2011, não obstante ter adoptado políticas creditícias internas mais restritivas, o Banif manteve a aposta no *trade finance* internacional, com destaque para as operações *pure trade related* com risco *corporate* brasileiro, numa parceria entre as unidades de negócio do Grupo no Brasil, em Londres e nos EUA.

O Banif tem, também, concentrado esforços no *Trade Finance* internacional puro e no *structured Trade Finance*, bem como no apoio às empresas portuguesas, através de equipas de especialistas, com enfoque no vector Direcção Internacional (Lisboa e Londres) e Direcção de Empresas e Particulares, em Portugal.

Para tal, o Banco tem disponível uma carteira de produtos e serviços de *Trade Finance* (importação e exportação) destinados a apoiar os seus Clientes empresas no incremento dos seus negócios no mercado internacional.

Para apoiar a sua actividade de *Trade Finance*, o Banco conta ainda com linhas comerciais dos seus bancos correspondentes na Europa e EUA numa base *funded* e *unfunded*. Esta base *funded* tem sido alargada e dinamizada pela Direcção Internacional, também como alternativa aos tradicionais meios de financiamento de mercado.

Para além do *Trade Finance*, o Banco tem também apoiado a expansão da actividade dos seus Clientes no estrangeiro através da coordenação entre a área internacional e as estruturas do Banif – Grupo Financeiro no exterior.

No Reino Unido, o Banif alargou a sua oferta de produtos e serviços aos Clientes da sua Sucursal de Londres, numa abordagem plena de banca comercial. Como consequência natural das mudanças verificadas nos mercados internacionais, o direccionamento estratégico naquele importante mercado foi também revisto, privilegiando o relacionamento com empresas (Wholesale Banking, Project Finance, Corporate Banking e Pure Trade Finance), particulares (Private Banking e negócios com Não-Residentes), com ênfase para Clientes com origem e/ou com relações de negócios em países nos quais o Grupo Banif está presente e, ainda, *Real Estate* com foco em *Property Development* no Reino Unido, com Clientes residentes naquele país ou com interesse em adquirir imóveis em Portugal, assim como em outros países onde o Banif está presente (Cabo Verde, Malta, Brasil, etc.).

Por fim, destaca-se ainda o estreitamento de relações que o Banif, enquanto membro de pleno direito no grupo bancário internacional C.E.B. (Groupement Européen de Banques), tem promovido com os demais membros daquela associação, nomeadamente em diversas áreas de interesse comum. A reunião anual referente a 2010, do referido agrupamento, decorreu em Malmö, na Suécia.

### 3.1.9 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., referentes aos períodos em análise, foram preparadas em consonância com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005.

Porém, visando a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequada a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif SCPS, “empresa-mãe” do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

Com este objectivo, foram preparados elementos contabilísticos pró-forma, em base IAS/IFRS, e respectivos indicadores, apresentados no quadro inserto no final desta análise, os quais são directamente comparáveis nos períodos em causa e espelham adequadamente o contributo do Banif para as contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

A análise daqueles elementos contabilísticos permite salientar o desempenho do Banco no que concerne à actividade desenvolvida no 1.º Semestre de 2011, em comparação com igual período do ano anterior.

- O Resultado Líquido cifrou-se em -2.536 milhares de euros no final do 1.º Semestre de 2011, reflectindo uma diminuição de 14.982 milhares de euros quando comparado com o final do 1.º Semestre de 2010, justificado principalmente pelo aumento de provisões e imparidade;
- Os Capitais Próprios elevaram-se a 916,0 milhões de euros, um crescimento de 32,6% face ao período homólogo de 2010, na sequência do aumento de capital ocorrido em Dezembro de 2010, no montante de 214 milhões de euros;

## Demonstração de Resultados

Apesar da retracção do Crédito a Clientes entre os períodos em análise, que diminuiu 230,5 milhões de euros, o Activo Líquido do Banif subiu 15,6% entre Junho de 2010 e Junho de 2011, justificado pelo aumento da carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, a qual, entre as datas em análise aumentou 1.665,8 milhões de euros, devido, principalmente, a aquisições de títulos de dívida portuguesa (Bilhetes do Tesouro com maturidade de 3 e 6 meses) e de outras obrigações.

Neste contexto, a Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, subiu 1,8% face ao 1.º Semestre de 2010, ascendendo a 99,6 milhões de euros, apesar da degradação da margem de intermediação total (margem da carteira de crédito adicionada da margem da carteira de recursos de clientes de balanço), que diminuiu de 1,95% (dado revisto na sequência da alteração da metodologia de apuramento da taxa de transferência interna) no final do 1.º Semestre de 2010, para 1,82% no final do 1.º Semestre de 2011, devido ao aumento significativo do custo dos recursos de Clientes, e à redução dos dividendos antecipados de participadas, que passaram de 5 milhões de euros no 1.º Semestre de 2010 para 2,8 milhões de euros no 1.º Semestre de 2011.

Os Lucros de Operações Financeiras registaram, no 1.º Semestre de 2011, uma diminuição de 1,1 milhões de euros, face ao mesmo período de 2010, para 2,5 milhões de euros. No 1.º Semestre de 2010 tinham sido registados ganhos não recorrentes com a venda da participação na Rentipar Seguros à Banif SGPS, no valor de 7,5 milhões de euros, que se encontrava contabilizada na rubrica “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”. Por sua vez, no 1.º Semestre de 2011, registaram-se ganhos de 3.688,2 milhares de euros com recompra de dívida emitida e, entre outras variações, verificou-se uma redução de 3.742 milhares de euros em perdas líquidas em obrigações classificadas em “Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados”.

Os Outros Proveitos, que integram as Comissões e Outros Resultados de Exploração, líquidos, apresentaram uma subida de 3,5%, quando comparados com o período homólogo de 2011, atingindo 43,5 milhões de euros. As Comissões apresentam uma subida de 11,9%, decorrente, principalmente, da revisão do preçário por serviços na gestão do crédito, enquanto os Outros Resultados de Exploração apresentaram uma descida de 31,3%, motivada por duas situações: (i) a contabilização em 2010 de 5,2 milhões de euros de ganhos não recorrentes provenientes da alienação de Activos não Financeiros e (ii) a contabilização no 1.º Semestre de 2011 do custo de 1,6 milhões de euros relativos à Contribuição Extraordinária sobre do Sector Bancário.

Como corolário da evolução da Margem Financeira, Lucros em Operações Financeiras e Outros Proveitos, o Produto da Actividade apresentou uma subida de 1,5%, ascendendo a 145,6 milhões de euros.

Os custos de funcionamento, que compreendem os Custos com o Pessoal, os Gastos Gerais Administrativos e as Amortizações, apresentaram uma descida de 3,5%, em resultado das medidas de racionalização de custos implementadas.



Os Custos com o Pessoal, que se elevaram a 55,3 milhões de euros, desceram 0,5% em relação a igual período do ano anterior, justificados pela redução do quadro de pessoal em 115 colaboradores, para um total de 2.605, no final do 1.º semestre de 2011, ou seja uma redução de 4,2%.

Por outro lado, os Custos Gerais Administrativos atingiram 32,7 milhões de euros, uma descida de 8,8% relativamente ao 1.º Semestre de 2010, em consequência de um rigoroso controlo de custos e da implementação de uma melhor gestão dos meios associados ao desenvolvimento da actividade. As Amortizações apresentaram, no período em análise, uma diminuição de 0,1%, reflectindo também a contenção implementada.

Em consequência da redução dos custos de funcionamento e do aumento do Produto da Actividade, o rácio "Cost to Income" apresentou uma melhoria de 3,4 p.p., tendo passado de 68,7%, no final do 1.º Semestre de 2010, para 65,3% no final do 1.º Semestre do ano em curso.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 57,6 milhões de euros, no final de Junho de 2011, uma subida de 10,7% quando comparado com o período homólogo do ano anterior.

As Provisões e Imparidade, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS, totalizaram 51,6 milhões de euros, no final do 1.º Semestre de 2011, um aumento de 99,5% quando comparadas com as registadas em igual período de 2010, em resultado da degradação da conjuntura económica e financeira, com impacto no incumprimento das obrigações financeiras por particulares e empresas.

Deste modo, o Resultado Líquido, depois de impostos, em base IAS/IFRS, do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA foi de -2.536 milhares de euros, registando uma descida de -120,4% quando comparado com os 12,4 milhões de euros registados no final do 1.º Semestre de 2010.

## Balanço

Como já referido, no Balanço, regista-se o crescimento do Activo Líquido em 15,6% relativamente ao período homólogo de 2010, totalizando 13.936,8 milhões de euros.

No final do 1.º semestre de 2011, o Crédito a Clientes, bruto, ascendia a 10.144,9 milhões de euros, menos 2,2% do que um ano antes, que corresponde a uma redução de 230,5 milhões de euros. O Crédito a Clientes Particulares subiu 1,2%, principalmente nas categorias de Habitação e Outros, que aumentaram 2,5% e 2,8%, respectivamente. Ainda no Crédito a Particulares, verificou-se uma contracção de 12,6% no Crédito ao Consumo. No Crédito a Clientes Empresas houve uma redução de 2,7%, quando comparado com o período homólogo de 2010.

Valores em milhares de euros

	Jun-11	Jun-10	Variação %
Particulares	4.224.882	4.173.346	1,2%

Crédito à Habitação	3.204.622	3.124.999	2,5%
do qual titularizado	2.717.181	2.418.994	12,3%
Consumo	327.636	374.770	-12,6%
do qual titularizado	158.819	0	
Outro	692.624	673.577	2,8%
<b>Empresas</b>	<b>5.240.460</b>	<b>5.386.763</b>	<b>-2,7%</b>
Desconto	237.904	309.996	-23,3%
Empréstimos	2.596.236	2.439.917	6,4%
do qual titularizado	1.005.097		
Contas correntes	2.097.911	2.336.786	-10,2%
Outros	308.409	300.064	2,8%
<b>Outros</b>	<b>679.651</b>	<b>815.379</b>	<b>-16,6%</b>
<b>Total de Crédito Bruto</b>	<b>10.144.993</b>	<b>10.375.488</b>	<b>-2,2%</b>
<hr/>			
Imparidade de Crédito	384.330	326.240	17,8%
<b>Total de Crédito Líquido</b>	<b>9.760.663</b>	<b>10.049.248</b>	<b>-2,9%</b>

Entre as datas em análise, foram realizadas cessões de créditos com outras empresas do Grupo, desconhecidas do Balanço, no total de 167,2 milhões de euros, pelo preço de 141,8 milhões de euros.

Para suporte à obtenção de *funding*, foram realizadas, entre as datas em análise, as seguintes operações de titularização de créditos, não desconhecidas do balanço: Atlantes Finance 3, de créditos ao consumo, no montante de 240,5 milhões de euros, Atlantes Mortgages 7, de créditos à habitação, no montante de 397 milhões de euros e Atlantes n.º 1, de créditos a pequenas e médias empresas, no montante de 1.110,6 milhões de euros.

Face à persistência da conjuntura económica pouco favorável, prosseguiu-se uma política de acompanhamento rigoroso do risco de crédito, que tem permitido manter níveis de qualidade da carteira de crédito expressos num rácio de "Imparidade/Crédito Total" de 3,79% (3,14% em 30 de Junho de 2010).

Relativamente ao Passivo, a estrutura do *funding* alterou-se entre os períodos em análise, devido, principalmente, ao aumento dos Recursos de Bancos Centrais e dos Recursos de Clientes e à diminuição dos Recursos de Outras Instituições de Crédito. Assim, os Recursos de Bancos Centrais aumentaram 1.074,2 milhões de euros, em consequência da participação em operações de cedência de liquidez do Eurosistema, os Recursos de Clientes aumentaram 1.037,7 milhões de euros, ascendendo a 8.026,1 milhões de euros, uma subida de 14,8% quando comparados com o final do 1.º Semestre de 2010, e os Recursos de Outras Instituições de Crédito diminuíram 472,7 milhões de euros no mesmo período, que corresponde a uma descida de 35,8%.

milhares de euros

	Jun-11	Est.	Jun-10	Est.	Varição
Recursos de Bancos Centrais	2.531.212	20,3%	1.457.103	13,4%	73,7%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	849.066	6,8%	1.321.839	12,1%	-35,8%
Recursos de Clientes	8.026.129	64,5%	6.988.362	64,1%	14,8%
Responsabilidades representadas por títulos	618.894	5,0%	682.102	6,3%	-9,3%
Outros Passivos Financeiros	16.596	0,1%	24.969	0,2%	-33,5%
Passivos Subordinados	402.312	3,2%	434.337	4,0%	-7,4%
<b>Total de <i>funding</i></b>	<b>12.444.209</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.908.712</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,1%</b>

Nos Depósitos de Clientes, foram os Depósitos a Prazo que apresentaram o maior aumento, com mais 1.187,9 milhões de euros, ou seja, uma subida de 23,6%. Os Depósitos à Ordem e os Depósitos de Poupança apresentaram variações negativas de -8,6% e -11,2%, respectivamente.

Valores em milhares de euros

	Jun-11	Jun-10	Varição
<b>Depósitos de Clientes</b>	<b>8.026.129</b>	<b>6.988.362</b>	<b>14,8%</b>
À ordem	1.223.051	1.337.485	-8,6%
A prazo	6.228.698	5.040.736	23,6%
Poupança	510.664	575.111	-11,2%
Outros	63.716	35.030	81,9%
<b>Certificados de Depósito</b>	<b>93.617</b>	<b>26.256</b>	<b>256,6%</b>

A Rubrica “Responsabilidades Representadas por Títulos” ascendeu a 618,9 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2011, a que corresponde uma diminuição de 9,3%, justificada principalmente pela liquidação do empréstimo obrigacionista Banif 2011, no valor de 150,0 milhões de euros, pela emissão de

um novo empréstimo pelo montante de 20 milhões de euros e também pelo aumento de aproximadamente 67,4 milhões de euros de certificados de depósito.

O saldo dos Outros Passivos Financeiros desceu entre os períodos em análise 33,5%. Esta descida é justificada pelo reembolso final, no 1.º Semestre de 2011, de duas emissões, Banif SFE Dólar Multi-Activos 2005/2011 e Banif (BBCA) 2006/2011, pelo que a rubrica “Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados” encontra-se saldada. A outra rubrica deste agregado, “Passivos financeiros detidos para negociação” explica a totalidade do saldo deste agregado em 30 de Junho de 2011.

A rubrica “Outros Passivos Subordinados” apresentou, por sua vez, uma diminuição de 7,4%, passando de 434,3 milhões de euros em Junho de 2010 para 403,2 milhões de euros em Junho de 2011, devido à recompra de 32,1 milhões de euros de dívida.

Os Capitais Próprios do Banco, em base IAS/IFRS, ascendiam em 30 de Junho de 2011 a 916,0 milhões de euros, reflectindo um aumento de 32,6% face ao registado no final do 1.º Semestre de 2010, como resultado do aumento do capital social do Banco, de 214 milhões de euros, realizado pela Banif Comercial, SGPS, SA em Dezembro de 2010.

Como resultado do reforço de capitais próprios, acima referido, o Rácio de Solvabilidade, em contas IAS/IFRS, e determinado de acordo com as Core Criteria de Basileia, situava-se em 14,6% no final do 1.º Semestre de 2011 (12,7% em Junho de 2010), enquanto o rácio CoreTier I atingiu 11,2% (8,8% em Junho de 2010). Em base regulamentar do Banco de Portugal, o Rácio de Solvabilidade situava-se em 11,8%, no final do 1.º Semestre de 2011 (11,9% em Junho de 2010), e o rácio Core Tier 1 ascendia a 10,1% (7,9% em Junho de 2010).

### 3.1.10 Perspectivas Futuras para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

O Banif tem desenvolvido a sua actividade num contexto particularmente complexo, que impõe dificuldades transversais a todo o sector bancário, entre as quais se destacam os níveis cada vez mais exigentes de regulamentação e de supervisão, bem como as condições adversas de mercado, caracterizadas por constrangimentos de liquidez, com o consequente aumento do custo de *funding*, e pela deterioração da qualidade das carteiras de crédito.

A crise da dívida soberana que afectou Portugal, forçando um pedido de ajuda externa ao Fundo Monetário Internacional, à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu, conjuntamente designados por Troika, facto que veio prolongar e agravar as dificuldades de acesso aos mercados monetários e de capitais internacionais por parte dos bancos nacionais, os quais continuam praticamente limitados ao recurso às operações de refinanciamento do BCE e à captação de depósitos junto dos seus clientes.



Factor menos recente, mas igualmente inibidor do desempenho dos bancos, é a deterioração da qualidade das carteiras de crédito, que se vem sentindo sobretudo ao nível das empresas, em consequência da persistência da crise económica que teve início em meados de 2008 e que mais recentemente se agravou em consequência da crise da dívida soberana.

Estas circunstâncias conjunturais impuseram que se estabelecessem os seguintes objectivos para o triénio 2011-2013:

- Redução do “Cap Comercial” (diferença entre crédito e recursos de Clientes);
- Manutenção de uma situação de liquidez excedentária;
- Redução do Cost-to-Income;
- Não crescimento dos activos ponderados para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade, o que, conjugado com o aumento dos Fundos Próprios irá permitir o crescimento do rácio Tier 1;
- Aumento do peso do Fee Business no Produto Bancário;
- Manutenção das quotas de mercado na Madeira e Açores, com maior dispersão da carteira de crédito nessas regiões;
- Redução do quadro de pessoal;
- Reposicionamento estratégico da rede de Agências através de processos de encerramento/novas aberturas;
- Introdução de objectivos qualitativos e de dispersão específicos na carteira de crédito e de depósitos;
- Implementação de um plano de redução de custos;
- Revisão/reformulação dos processos de negociação e de execução para recuperação de crédito;
- Promoção do património imobiliário do Banco;
- Manutenção dos actuais níveis de qualidade dos produtos e serviços do Banco, conforme resulta das avaliações independentes obtidas;

Os riscos e a volatilidade que a actual conjuntura de mercado têm implicado para o Banco, nomeadamente ao nível da liquidez, da compressão da margem financeira e do agravamento da deterioração da qualidade dos activos, tudo factores com impacto negativo nos resultados da instituição, têm obrigado a uma gestão diária e actuante das situações e dos novos condicionalismos que vão surgindo, procurando-se, no entanto, não perder de vista os objectivos trienais estabelecidos.

Neste contexto, tem-se mitigado estes riscos através da constante revisão das políticas e procedimentos de captação de recursos e de originação/alienação/recuperação de activos, da adequação do *pricing* e das garantias exigidas a esta nova realidade, bem como do reforço dos mecanismos e sistemas de monitorização e de controlo da actividade desenvolvida.

A intervenção da Troika ao nível do sistema financeiro português condicionará fortemente a actividade a desenvolver pelo Banco e permite perspectivar que os riscos anteriormente descritos se irão manter ou agravar no futuro próximo.

Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

**ANÁLISE COMPARATIVA**

Banif, SA

Expresso em milhares de Euros

Balanço	30-06-2011	30-06-2010	Variação absoluta	Variação %
Activo Líquido	13.931.743	12.053.183	1.878.560	15,6%
Crédito Concedido (Bruto)	10.144.993	10.375.488	-230.495	-2,2%
Depósitos de clientes	8.026.129	6.988.362	1.037.767	14,8%
Recursos totais de Clientes (balanço)	8.645.023	7.681.736	963.287	12,5%
Capitais Próprios	915.962	690.593	225.369	32,6%
Demonstração de resultados	30-06-2011	30-06-2010	Variação absoluta	Variação %
Margem Financeira	99.590	97.795	1.795	1,8%
Lucros em Operações Financeiras (líq.)	2.505	3.638	-1.133	-31,1%
Outros Proveitos (líq.)	43.530	42.069	1.461	3,5%
Produto da Actividade	145.625	143.502	2.123	1,5%
Custos com Pessoal	55.341	55.601	-260	-0,5%
Gastos Gerais Administrativos	32.697	35.857	-3.160	-8,8%
Cash Flow	57.587	52.044	5.543	10,7%
Amortizações do Exercício	7.053	7.059	-6	-0,1%
Provisões e Imparidade (líq.)	51.614	25.872	25.742	99,5%
Resultado antes de Impostos	-1.080	19.113	-20.193	-105,7%
Impostos (correntes e diferidos)	1.456	6.667	-5.211	-78,2%
Resultado do Exercício	-2.536	12.446	-14.982	-120,4%
Outros indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação absoluta	Variação %
Imparidade de Crédito / Crédito Total	3,79%	3,14%	-	-
ROE *	-	3,59%	-	-
ROA *	-	0,21%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Activo Líquido Médios*	-	0,33%	-	-
Produto da Actividade / Activo Líquido Médios*	2,25%	2,45%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Capitais Próprios Médios*	-	5,52%	-	-
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade	65,3%	68,7%	-	-
Custos Com Pessoal / Produto da Actividade	38,0%	38,7%	-	-
Rácio de Solvabilidade (base Core Criteria de Basileia)				
Total	14,6%	12,7%	-	-
Tier 1	11,2%	8,8%	-	-
Core Tier I	11,2%	8,8%	-	-
Total de Activos Ponderados	8.646.737	8.200.525	-	-
Rácio de Solvabilidade (base regulamentar Banco de Portugal)				
Total	11,8%	11,9%	-	-
Tier 1	10,1%	7,9%	-	-
Core Tier I	10,1%	7,9%	-	-
Total de Activos Ponderados	8.630.769	8.172.079	-	-
Nº de empregados	2.605	2.720	-115	-4,2%
Nº de Agências Bancárias	352	357	-5	-1,4%

(\*) - anualizado

### 3.2 Crédito Especializado

#### 3.2.1 Banco Mais, SA

##### 3.2.1.1 Actividade em Portugal

No âmbito da actividade do Banco Mais, SA, o primeiro semestre do ano é normalmente marcado pelo lançamento e divulgação pelos parceiros (pontos de venda) das condições dos produtos de financiamento para o novo ano e pelos primeiros sinais de resposta do mercado às novas condições, situação que se repetiu em 2011.

No entanto, o agravamento da situação económico-financeira do país, em geral, e dos consumidores portugueses, em particular, acompanhado pelo aumento dos custos de financiamento, moldou os acontecimentos e os resultados comerciais do semestre, que ficaram aquém do objectivo que havia sido estabelecido no final de 2010, perante um contexto que se esperava distinto do verificado.

Apesar dos condicionalismos referidos, de acordo com a estatística da Associação de Sociedades Financeiras para Aquisições a Crédito (ASFAC), no 1.º Semestre de 2011 o Banco Mais praticamente manteve a sua quota no mercado de financiamento a meios de transporte (8,8%), assim como a quota no mercado de financiamento de veículos usados (12,3%), onde manteve também a 2.ª posição no respectivo ranking.

No semestre em análise, o Banco continuou a desenvolver trabalhos de relevo no sentido de obter maiores níveis de sinergia e de eficiência operacional, tirando partido da dinâmica de integração no Banif - Grupo Financeiro e reduzindo custos.

### O Mercado Automóvel

Em 2011, o mercado está a ser fortemente condicionado pelas medidas tomadas no final de 2010: aumento da taxa normal de IVA e fim do programa de abates. Estas medidas fizeram com que os consumidores antecipssem a compra de veículos ligeiros para Dezembro de 2010.

A acrescer a estes factores, o Instituto Nacional de Estatística (INE) anunciou ainda um agravamento dos índices de confiança dos consumidores para níveis historicamente baixos.

Segundo a ACAP (Associação de Comércio Automóvel de Portugal), em Portugal, as vendas de veículos ligeiros novos ascenderam a 109.178 unidades no 1.º Semestre de 2011, o que representou um decréscimo de 20,4%, face ao período homólogo do ano anterior.

### Produção e Carteira

No primeiro semestre de 2011, o Banco Mais celebrou 8.818 contratos, no valor de 75,8 milhões de euros, o que representa uma redução de 3,6% no valor financiado face ao período homólogo do ano anterior. Para este desempenho, concorreu positivamente a actividade de financiamento de equipamentos industriais e agrícolas e de veículos pesados, bem como as operações de financiamento angariadas através de balcões do Banif, resultantes das acções de *cross-selling* desenvolvidas, que compensaram, parcialmente, a redução dos financiamentos de veículos ligeiros.

Durante o período sob análise, o Banco Mais manteve critérios de análise restritivos e continuou a privilegiar o factor rentabilidade, o que, perante a redução das vendas de veículos e a consequente redução da procura de financiamento automóvel, ditou a redução do número e valor financiados face ao período homólogo do ano anterior.

A carteira de crédito, líquida de imparidade, em Portugal, apresentou uma redução de cerca de 2,7% no final de Junho de 2011, face ao final de Junho de 2010.

#### 3.2.1.2 Actividade Internacional

##### Eslováquia e Polónia

Na Eslováquia, o mercado de viaturas ligeiras novas cresceu 16,5% no 1.º Semestre de 2011, face ao mesmo período do ano passado, atingindo 36.958 viaturas. No que respeita ao mercado de viaturas usadas, tendo em consideração o registo de mudança de propriedade e das importações de viaturas usadas, estima-se que, no 1.º Semestre de 2011, o mercado de retalho de viaturas usadas tenha atingido as 53.000 unidades, apresentando um crescimento de cerca de 5% face ao período homólogo de 2010.

Na Polónia, o mercado de viaturas ligeiras novas registou, no 1.º Semestre de 2011, um total de vendas de 137.671 viaturas, o que representou uma variação homóloga negativa de 5,7%. Já no que respeita ao registo de viaturas usadas importadas, nos primeiros 6 meses do ano foram registadas 340.021 unidades, menos 7,9% do que no período homólogo do ano anterior.

A aposta no incremento da actividade nestes mercados possibilitou que as sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebrassem 900 contratos no 1.º Semestre de 2011, no montante total de 3,9 milhões de euros, o que representou um crescimento de 24,8% e de 40,5%, em número e valor, respectivamente, face ao semestre homólogo de 2010.



Perante os níveis de risco existentes e o agravamento da situação económica em Espanha, o Banco Mais manteve, no 1.º Semestre de 2011, o total enfoque na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo concessão de novos créditos.

## Principais Indicadores (base IAS/IFRS)

Valores expressos em milhares de euros

	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo líquido	725.115	726.076	-0,1%
Crédito Total	719.685	756.364	-4,8%
Capitais Próprios	231.888	210.697	10,1%
Produção Global	79.723	81.390	-2,0%
Margem Financeira	18.660	19.631	-4,9%
Produto da Actividade	29.498	29.858	-1,2%
Cash-Flow	19.396	19.100	1,5%
Resultado líquido	14.878	12.809	16,2%
Custos Pessoal/Produto Bancário	14,8%	14,2%	-
Cost to Income	35,7%	37,8%	-
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	7,5%	7,1%	-
ROE	13,3%	12,4%	-
ROA	3,8%	3,1%	-
RAI/Activo Líquido Médio	4,4%	3,6%	-
RAI/Capitais Próprios Médios	15,3%	14,7%	-
Imparidade do Crédito registada em Balanço /Crédito Total	19,3%	17,7%	-
Rácio Solvabilidade	33,9%	29,4%	-
Pontos de Venda	23	24	-4,2%
N.º de Empregados	252	241	4,6%

Incluem a actividade nacional e internacional

### 3.2.2 Banif Plus Bank, Zrt

No 1.º Semestre de 2011, o mercado automóvel húngaro registou um aumento das vendas de veículos novos e das vendas de veículos usados, face ao período homólogo de 2010, transaccionando 23.122 veículos novos (+7%) e 221.932 veículos usados (+11%).

No entanto, o nível de penetração de transacções financiadas na venda de veículos usados reduziu-se de 12,8% no 1.º Semestre de 2010 (25.708 contratos) para cerca de 9% no mesmo período de 2011 (19.654 contratos). No mercado dos veículos novos, esta redução foi mais ligeira, cerca de 1%, concretizando-se 28,5% das vendas com recurso a crédito no 1.º Semestre de 2011 (6.584 contratos, o que compara com 6.362 contratos no 1.º Semestre de 2010).

O desempenho comercial do Banif Plus Bank, Zrt, no 1.º Semestre de 2011, foi positivo face ao período homólogo, tendo concretizado 1.409 contratos de crédito, no valor equivalente a 5,6 milhões de euros, o que representa aumentos de 24,9% e 66,9%, respectivamente.

De salientar que, em 2010, entrou em vigor nova legislação relativa à intermediação financeira (para prescrição de operações de crédito) que moldou o mercado em termos de novas exigências impostas ao ponto de venda (em particular, ao nível da informação a prestar ao Cliente final e das responsabilidades dos agentes envolvidos nas transacções). Sucessivas regulamentações adicionais foram sendo publicadas durante o ano e também no decorrer de 2011, sempre no sentido de impor mais exigências aos operadores no mercado.

Os critérios de *loan-to-value* impostos durante 2010 tornaram mais difícil o acesso aos empréstimos concedidos em moeda estrangeira. Em resultado destas alterações, e acompanhando a tendência geral do mercado, a penetração dos empréstimos na moeda local subiu de 65,8%, no 1.º Semestre de 2010, para 92,0% para o mesmo período em 2011.

Principais Indicadores (base IAS/IFRS)

Valores expressos em milhares de euros

	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo líquido	99.266	125.152	-20,7%
Crédito Total	101.943	120.380	-15,3%
Capitais Próprios	26.053	26.725	-2,5%
Produção global	5.643	3.382	66,9%
Margem Financeira	4.653	5.031	-7,5%
Produto da Actividade	5.163	5.595	-7,7%
Cash-Flow	2.586	3.058	-15,4%
Resultado líquido	765	647	18,3%
Custos Pessoal/Produto Bancário	16,6%	13,5%	-
Cost to Income	52,5%	48,1%	-
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	9,6%	8,9%	-
ROE	5,7%	3,9%	-
ROA	1,4%	1,0%	-
RAI/Activo Líquido Médio	1,8%	1,3%	-
RAI/Capitais Próprios Médios	7,1%	5,1%	-
Imparidade de Crédito / Crédito Total	17,2%	12,1%	-
Rácio Solvabilidade	26,3%	21,4%	-
Pontos de Venda	9	9	0,0%
N.º de Empregados	88	88	0,0%

### 3.2.3 Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

O processo de reorganização do Banif – Grupo Financeiro, no que se refere à actividade de crédito especializado, em Portugal, prevê a cisão da Banif Co em dois patrimónios distintos, um referente às actividades de financiamento de aquisições a crédito e de leasing mobiliário, a integrar no Banco Mais e outro relativo à actividade de *leasing* imobiliário, a integrar no Banif.

Uma vez que ainda se aguarda um despacho da Administração Fiscal sobre o requerimento efectuado em Setembro de 2010, ao abrigo do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, o processo de cisão-fusão da Banif Co não ficou concluído na data inicialmente prevista, de 30 de Junho de 2011. No entanto, continuou a verificar-se a integração gradual dos seus elementos activos e passivos nas duas sociedades incorporantes (Banco Mais e Banif), bem como com a reafecção dos seus recursos humanos.

Por outro lado, a contínua degradação das condições macroeconómicas nacionais e a grande instabilidade vivida nos mercados financeiros internacionais aumentaram as dificuldades de financiamento do sistema financeiro português, o que conduziu a uma elevada restrição de crédito a empresas e particulares.

Estas duas condições – a transferência da produção para outras entidades e uma política restritiva de concessão de crédito – concorreram para uma elevada quebra na produção global, com os objectivos da empresa mais focados no aumento dos níveis de eficácia de crédito vencido e na alienação de bens retomados.

Pelo exposto, em relação ao período homólogo do ano anterior, verificou-se um decréscimo de 82,5% da produção global da empresa. Em termos parcelares, a locação financeira mobiliária decresceu 81,5%, a locação financeira imobiliária decresceu 83,9% e os contratos de crédito decresceram 93,7%. Esta redução da produção na empresa resulta, essencialmente, da sua transferência para o Banco Mais (operações de financiamento a crédito e de leasing mobiliário) e para o Banif, (operações de leasing imobiliário).

Assim, a produção global, no 1.º Semestre de 2011, foi de 11,2 milhões de euros, dos quais, 8,0 milhões de euros referentes a contratos de locação financeira mobiliária, 3,1 milhões de euros a contratos de locação financeira imobiliária e 0,1 milhões de euros relativos a contratos de crédito.

As redes de distribuição do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. contribuíram com cerca de 90% para a produção de leasing mobiliário, com 59% para a produção dos contratos de crédito e com a totalidade da produção de leasing imobiliário.

A carteira de crédito, antes de provisões, em 30 de Junho de 2010, ascendia a 394 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 30,11% relativamente ao período homólogo de 2010.

A Margem Financeira teve uma quebra de cerca de 190,8%, em relação ao 1.º Semestre de 2010, originada pela diminuição da carteira de crédito (motivada pela transferência de negócio para o Banco Mais e, em menor escala, para o Banif, bem como pelas referidas restrições à concessão de crédito) e pelo



substantial aumento do custo associado às operações passivas, sem compensação suficiente nas operações activas.

O *Cost to Income*, relação entre custos operativos e o produto bancário, teve um acréscimo muito significativo, tendo passado de 55,3% em 2010, para -201,9% em 2011, o que é explicado pela elevada degradação da Margem Financeira e pelo aumento dos Custos Gerais Administrativos.

O resultado líquido apurado, em 30 de Junho de 2011, foi de -6,4 milhões de euros, reflectindo essencialmente a degradação verificada ao nível da imparidade da carteira de crédito, com o conseqüente reforço de provisões para crédito vencido.

O *cash-flow* gerado, no montante de -6,1 milhões de euros, representou um decréscimo de 485,4% face ao mesmo período de 2010, por força do resultado líquido apurado.

Em 30 de Junho de 2011, o número de colaboradores da sociedade era de 48.

Principais indicadores (base IAS/IFRS)	Valores em milhares de euros		
	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo líquido	511.585	568.494	- 10,01%
Crédito Total	394.208	564.016	- 30,11%
Capitais Próprios	50.869	58.116	- 12,47%
Produção global	11.238	64.272	- 82,52%
Margem Financeira	- 2.874	3.164	- 190,85%
Cash-Flow	- 6.099	1.582	- 485,43%
Resultado líquido	- 6.432	6.533	- 198,45%
Custos Pessoal/Produto Bancário	- 51,65%	23,28%	--
Cost to Income	- 201,91%	55,27%	--
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	- 0,28%	0,66%	--
ROE	- 11,80%	12,31%	--
ROA	- 1,26%	1,15%	--
RAI/Activo Líquido Médio	- 1,64%	1,53%	--
RAI/Capitais Próprios Médios	- 15,40%	16,36%	--
Imparidade de Crédito /Crédito Total	4,67%	2,85%	--
Rácio Solvabilidade	16,80%	4,20%	--
N.º de Empregados	48	53	- 9,43%

### 3.2.4 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA.

A produção do 1.º Semestre de 2011 traduziu-se em 921 contratos (1.556 no período homólogo de 2010) num total de investimento de 7 milhões de euros (14,5 milhões de euros no período homólogo de 2010), que corresponde a um decréscimo de 41% face aos contratos celebrados em igual período de 2010.

A frota total sob gestão, no final do 1.º Semestre de 2011, era composta por 4.405 veículos (5.120 no período homólogo de 2010), o que representa um decréscimo de 14% face a igual período de 2010.

Do total dos veículos sob gestão, 2.951 (3.121 no período homólogo de 2010) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro), o que representa 67% da frota.

O Activo Líquido da sociedade ascendeu a 87,5 milhões de euros, no final do 1.º Semestre de 2011, contra 94 milhões de euros no período homólogo de 2010, o que representa um decréscimo de 6,7 milhões de euros.

O resultado líquido da Banif Rent acompanhou a tendência negativa do mercado automóvel, registando, no período em análise, um decréscimo em relação ao período homólogo de 2010, apresentando-se negativo em 1.512 milhares de euros. De salientar que este resultado contempla o reforço das perdas por imparidade, de meio milhão de euros, para dívidas de Clientes, activos tangíveis e activos não correntes detidos para venda, medidas que reflectem a política de prudência que tem vindo a ser adoptada pela Sociedade.

As adversidades decorrentes da conjuntura económica, que se fazem sentir, com particular intensidade no sector automóvel (que no final do 1.º Semestre registava uma quebra de 20%), assim como o aumento significativo dos custos do *funding*, contribuíram para a diminuição dos resultados do período.

Em 30 de Junho de 2011, o número de colaboradores da sociedade era de 34.

Principais Indicadores	Valores expressos em milhares de euros		
	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Produção – N.º contratos	921	1.556	- 41%
Produção – Investimento	7.023	14.541	- 52%
Frota sob gestão	4.405	5.120	- 14%
Activo	87.525	94.244	- 7%
Capitais próprios	- 1011	1.248	- 181%
EBITDA	5.990	6.931	- 14%
Resultado líquido	- 1.512	431	- 451%
Número de empregados	34	35	- 3%

### 3.3 Actividade Internacional

#### 3.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

O Banif (Cayman), instituição bancária constituída em 1993, assenta a sua actividade em quatro linhas de negócio: (i) captação de recursos junto de particulares e empresas, através da oferta de produtos de poupança; (ii) financiamento de operações de tesouraria, crédito imobiliário e *trade finance*; (iii) operações de mercado interbancário; e (iv) aplicações em instrumentos de dívida.

O Banif (Cayman) continua a desenvolver o seu modelo de negócio em estreita ligação com as redes comerciais do Banif – Grupo Financeiro situadas na América do Sul, em especial no Brasil e na Venezuela, visando incrementar a angariação de *funding* para o Grupo através de recursos captados junto de Clientes residentes nessas localizações.

Considerando a natureza da instituição e das operações desenvolvidas, algumas funções operativas, *compliance*, auditoria interna e gestão de riscos são asseguradas pelo Grupo no âmbito de um acordo de prestação de serviços. O controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro - “AML rules and regulations” - e as regras de identificação de Clientes - “KYC rules”), são devidamente assumidos e assegurados pela Direcção-Geral do Banif (Cayman), Ltd., que reporta directamente ao Conselho de Administração.

À data de 30 Junho de 2011, o volume de activos do Banif (Cayman) ascendia a cerca de 600 milhões de dólares, o que traduz um decréscimo do Activo Total em 33%, face ao período homólogo de 2010.

O decréscimo verificado no volume dos activos do Banif (Cayman) é explicado essencialmente pelo comportamento das rubricas de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Crédito a Clientes”, que sofreram uma quebra de 137 e 226 milhões de dólares, respectivamente, face ao período homólogo do ano anterior. Pese embora a diminuição significativa do Activo Total do Banco, face ao 1.º Semestre de 2010, a sua estrutura registou alterações substanciais, nomeadamente no que diz respeito às rubricas de “Aplicações em instituições de crédito” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, as quais registaram um acréscimo de 47,7 e 26,1 milhões de dólares, respectivamente, quando comparadas com o semestre homólogo de 2010.

No que respeita ao passivo do Banif (Cayman), verificou-se um decréscimo de 297,5 milhões de dólares face a Junho de 2010. Esta variação é essencialmente explicada pelo decréscimo verificado nas rubricas de “Recursos de outras instituições de crédito”, de 196,6 milhões de dólares (-44%), “Responsabilidades



representadas por títulos”, de 70,2 milhões de dólares (-37%) e “Outros passivos”, de 32,9 milhões de dólares (-73%), face a Junho de 2010.

No 1.º Semestre de 2011, o Banif (Cayman), apresentou um resultado líquido negativo de cerca de 2,6 milhões de dólares, o que, apesar de tudo, evidencia uma melhoria nos resultados face a 30 de Junho de 2010, data em que o banco apresentou um resultado líquido negativo de 5,9 milhões de dólares.

A Margem Financeira cresceu 640 mil dólares (155%) face a idêntico período de 2010. Não obstante, o Produto Bancário registou uma quebra de 1,5 milhões de dólares (-83%) por força da rubrica de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”, a qual diminuiu em 3 milhões de dólares (-124%). Por outro lado, a diminuição de 5,5 milhões de dólares (-71%) em “Correcções de valor associados ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores” (líquidas de reposições e anulações) fez com que o resultado líquido sofresse uma melhoria considerável.

Valores expressos em milhares de dólares

Principais Indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	599.340	898.926	-33,3%
Crédito Concedido	264.930	490.731	-46,0%
Depósito de Clientes	92.258	86.089	7,2%
Capitais Próprios	40.285	42.330	-4,8%
Resultado Líquido	-2.616	-5.864	n/a

Em 30 de Junho de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2271 Dólares (USD)

Em 30 de Junho de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4453 Dólares (USD)

### 3.3.2 Banif International Bank Ltd.

O Banif International Bank, Ltd (BIB) desenvolve a sua actividade desde 2005, ao abrigo de uma licença concedida pelo Banco Central das Bahamas, e a sua actividade assenta em três grandes linhas de negócio: (i) a captação de recursos junto de particulares e empresas, através da oferta de produtos de poupança e serviços bancários, (ii) operações de mercado interbancário e (iii) o financiamento de operações de crédito imobiliário e tesouraria.



Considerada a natureza da instituição e das operações desenvolvidas, algumas funções operativas, *compliance*, auditoria interna e gestão de riscos são asseguradas pelo Grupo no âmbito de um acordo de prestação de serviços. O controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro - “AML rules and regulations” - e as regras de identificação de Clientes - “KYC rules”), são devidamente assumidos e assegurados pela Direcção Geral do Banif International Bank, Ltd., nas Bahamas, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

À data de 30 de Junho de 2011, o volume de activos do BIB ascendia a 827 milhões de dólares, o que representa um crescimento de 79% face ao final do 1.º Semestre de 2010, quando o activo total do banco era de 463 milhões de dólares.

A evolução positiva verificada é essencialmente explicada pelo incremento verificado no Crédito a Clientes (+412%), tendo a carteira de crédito ascendido a cerca de 644 milhões de dólares, face aos cerca de 126 milhões de dólares no final de Junho de 2010.

No que diz respeito ao Passivo do BIB, verificou-se um crescimento de 84%, dos 423,5 milhões de dólares registados em Junho de 2010 para os 780 milhões de dólares em Junho de 2011. As principais variações face ao período homólogo de 2010 verificaram-se nas rubricas de Recursos de outras Instituições de Crédito e Outros passivos, que apresentaram um crescimento de 233 e de 106 milhões de dólares, respectivamente.

No 1º Semestre de 2011 o BIB apresentou um resultado líquido negativo de cerca de 163 mil dólares. Apesar deste resultado, verifica-se uma evolução positiva quando comparado com o resultado líquido do período homólogo de 2010, que foi negativo em cerca de 2,8 milhões de dólares.

Relativamente à Margem Financeira, houve um crescimento de 3,5 milhões de dólares (106%). Apesar desta evolução, verifica-se que, na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões”, houve um decréscimo de cerca de 2,7 milhões de dólares (97%), face ao período homólogo, o que veio provocar uma diminuição do Produto Bancário em 91 mil dólares (3%), face a igual período do ano passado. Contudo, verificou-se uma redução na rubrica “Correcções de valor associado ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores” (líquidos de reposição e anulações), as quais diminuíram cerca de 2,9 milhões de dólares face ao período homólogo, o que veio provocar a acima mencionada melhoria do Resultado Líquido.

Valores expressos em milhares de dólares

Principais Indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	827.070	463.085	78,6%
Crédito Concedido	643.915	125.701	412,3%
Depósito de Clientes	249.761	255.193	-2,1%
Capitais Próprios	47.054	39.630	18,7%
Resultado Líquido	-163	-2.832	n/a

Em 30 de Junho de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2271 Dólares (USD)

Em 30 de Junho de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4453 Dólares (USD)

### 3.3.3 Banif Finance (USA), Corp.

A Banif Finance (USA), Corp. (BFUSA), é uma instituição de crédito licenciada no Estado da Flórida, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas.

A sociedade iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2002. Em 31 de Dezembro de 2008, mudou a sua designação de Banif Mortgage Company para Banif Finance (USA), Corp. assim reflectindo a expansão das suas actividades, as quais incluem hoje os financiamentos de comércio internacional, como resultado da fusão com a Banif Forfaiting (USA), Inc..

No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia clientes do Banif – Grupo Financeiro, na compra e/ou construção de habitação própria ou imóveis para investimento, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as decisões sobre operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade do projecto, para além de uma avaliação dos imóveis feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Durante o 1.º semestre de 2011, a sociedade desenvolveu a sua actividade sob condições de mercado muito adversas. Embora continuando a aplicar critérios restritivos na concessão de crédito, a sociedade conseguiu realizar novas operações no 1.º semestre de 2011, no valor total de 2,0 milhões de dólares, o qual compara com o montante total de 18,7 milhões de dólares financiados durante o 1.º semestre de 2010.

O resultado líquido da sociedade, no 1.º Semestre de 2011, foi de 233 milhares de dólares, o qual compara com o resultado líquido negativo de 1 milhão de dólares referente ao período homólogo de 2010.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores da actividade.

Valores expressos em milhares de dólares

Principais Indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	265.049	263.198	0,7%
Capitais Próprios	13.219	9.577	38,0%
Proveitos Totais	5.989	8.330	-28,1%
Lucro Líquido	233	-1.019	n/a

Em 30 de Junho de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2271 Dólares (USD)

Em 30 de Junho de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4453 Dólares (USD)

### 3.3.4 Banif Financial Services Inc.

A Banif Financial Services, Inc. (BFS) é uma sociedade constituída em 2000, registada no Estado da Flórida, licenciada como Registered Investment Adviser, que fornece aos seus clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

A BFS actua nos EUA como US Investment Adviser e tem como missão:

- Desenvolver e apoiar os negócios do Banif - Private Wealth Management contando, para tal, com uma equipa de Investment Advisers que cobre os mercados do Brasil, Venezuela e Argentina;

- Articular com a sede do Banif – Grupo Financeiro em Lisboa, com o Banif (Brasil), com o Banif (Cayman), com o BIB e com outros prestadores de serviços, todo o processo de criação, implementação e manutenção de serviços e produtos do Banif - Private Wealth Management.

No final do 1.º Semestre de 2011, a sociedade contava com um total de 259 Clientes e um total de activos sob gestão de 148 milhões de dólares, indicador que compara com o número de 143 milhões de dólares de activos sob gestão registados no final do período homólogo de 2010.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores da actividade:

Valores expressos em milhares de dólares

Principais Indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	375	300	25,0%
Capitais Próprios	363	282	28,7%
Proveitos Totais	102	240	-57,5%

Em 30 de Junho de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2271 Dólares (USD)

Em 30 de Junho de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4453 Dólares (USD)

### 3.3.5 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.

O 1.º Semestre de 2011 foi negativamente afectado pelos conturbados desenvolvimentos políticos e económicos a nível mundial, nomeadamente pelas grandes mudanças políticas em curso no mundo árabe, que se deverão reflectir numa nova ordem geopolítica, com consequências a vários níveis e, desde logo, no preço do petróleo e da energia, a nível global.

O Japão causa igualmente apreensão, pelas dificuldades apresentadas na recuperação do enorme desastre natural que o atingiu. A economia japonesa não dá sinais de recuperação, uma vez que depende dos seus parceiros consumidores, principalmente os Estados Unidos da América e a Europa, os quais, por sua vez, lidam também com graves problemas, resultantes da crise das suas dívidas soberanas.

Neste contexto, entre os países emergentes, o Brasil continua a representar uma opção atractiva de investimento, designadamente, em função do seu enorme potencial agrícola, e, consequentemente da sua capacidade de produção de alimentos, a que acresce uma riqueza mineral ímpar, com muito a explorar e desenvolver, e uma forte indústria, com um crescimento de cerca de 4% projectado para 2011, suportado por um enorme mercado doméstico, de duzentos milhões de habitantes.

Assumindo-se o Brasil como um atraente destino dos capitais internacionais em busca de oportunidades de alto rendimento, e mesmo de investimento primário, a fim de evitar o fortalecimento exagerado do Real, e manter a inflação sob controlo, o Banco Central do Brasil actuou no 1.º Semestre de 2011 com uma forte ortodoxia económica, atendendo às directivas das autoridades políticas e monetárias, aumentando sucessivamente a taxa de juro interno, que evoluiu de 10,75% a.a. para 12,50% a.a., e que actuou como um inibidor do consumo interno.

Não obstante, os capitais externos, atraídos pelas altas taxas de juro interno, continuaram a entrar fortemente no país, funcionando como uma âncora cambial, com o contínuo fortalecimento do Real, mesmo numa conjuntura de notícias extremamente negativas a nível externo. Para conter novamente a liquidez interna, as autoridades monetárias tomaram medidas macro-prudenciais, limitando, através de impostos sobre operações financeiras, as entradas de capitais para empréstimos de curto prazo ou inferiores a dois anos de prazo, e, simultaneamente, passando a taxar as posições de tesouraria vendidas em moeda estrangeira superiores a 10 milhões de dólares em operações com derivativos. Adicionalmente, foi substancialmente reduzida a capacidade de alavancagem dos bancos na concretização de operações de crédito ao consumo com prazos superiores a 24 meses e nas operações de financiamento automóvel com prazos superiores a 36 meses.

No 1.º Semestre de 2011, acompanhando a tendência do mercado e fiel à sua estratégia, direccionada ao *middle market*, o Banif (Brasil) registou um importante crescimento de 15% nos seus activos líquidos,

para 2.043 milhões de reais, e de 43% na captação de recursos de Clientes, para 1.104 milhões de reais, em comparação com o final do semestre homólogo de 2010.

A Banif Financeira, *brand* para a actividade de crédito automóvel e ao consumo, que funciona em parceria com a promotora Lusicred, já se classifica entre as 20 mais dinâmicas do país no crédito automóvel e apresenta, nestes 4 anos de actuação, indicadores positivos de qualidade de risco, atingindo, em Junho de 2011, um crescimento de 86% em comparação com Junho de 2010, dispondo de uma carteira de crédito de 472 milhões de reais.

Na área de cartões de crédito BanifCard, comercializados sob a bandeira Visa, o banco tem ampliado a sua base de Clientes, inclusivamente desenvolvendo cartões private label, da Lusa e do Palmeiras (no segmento do futebol), da Banif Financeira e da Proteste, além do cartão Banif Classic. Os dois primeiros são concebidos para atingir o público de importantes clubes de futebol profissional, com fortes ligações às comunidades portuguesa e italiana, respectivamente, e os últimos dirigidos aos 40.000 clientes da Banif Financeira e aos 350.000 associados da Proteste. Diversas ações de marketing têm sido desenvolvidas no contexto da venda dos produtos de consumo do Banif (Brasil) com vista a expandir o reconhecimento da marca “Banif” em território brasileiro.

Outra área que tem apresentado uma evolução favorável é a de crédito consignado aos empregados públicos e das forças armadas, a qual, em 30 de Junho de 2011, reflectia uma posição de 249,3 milhões de reais, que compara com a posição de 214,4 milhões de reais no final de Junho de 2010, ou seja, um crescimento líquido de 16%, com activos de risco extremamente baixo, visto que o pagamento é assegurado através de débito directamente efectuado nos vencimentos dos Clientes.

A área de comércio exterior e câmbio tem sido, ao longo dos anos, de importância vital e estratégica no desenvolvimento da actividade, o que levou o banco a ser dealer de câmbio do Banco Central do Brasil durante diversos anos. Actualmente, o Banif (Brasil) é o 23.º banco no *ranking* de câmbio. No que diz respeito aos financiamentos ao comércio exterior, que já tiveram uma participação relativa maior, actualmente ascendem a 104 milhões de reais, recrudescendo substancialmente em função das dificuldades de linhas de crédito de bancos correspondentes em moeda estrangeira.

O cash flow de exploração, que ascendeu a 32,8 milhões de reais apresentou uma evolução favorável de 83% face a Junho de 2010.

Contudo, o resultado líquido de 2 milhões de reais obtido no 1º Semestre de 2011 viria a situar-se 39% abaixo do valor alcançado no período homólogo do ano anterior, em função do forte nível de provisionamento efectuado no ano em curso.

(base IAS/IFRS)

Valores expressos em milhares de reais

Principais Indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	2.042.999	1.776.129	15%
Crédito Concedido Bruto	1.213.259	1.131.773	7%
Recursos de Clientes	1.103.839	772.293	43%
Capitais Próprios	179.749	179.340	0%
Margem Financeira	53.362	59.114	-10%
Produto Bancário	65.815	49.087	34%
Cash-Flow de Exploração	32.794	17.944	83%
Resultado Líquido	2.080	3.425	-39%
ROA (anualizado)	0,10%	0,19%	----
ROE (anualizado)	1,16%	1,91%	----
Número de Agências (*)	25	24	4 %
Número de Empregados	292	309	-6 %

(\*) Inclui "Financeira Banif"

30 de Junho de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 2,2082 Reais (BRL)

30 de Junho de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 2,2601 Reais (BRL)

### 3.3.6 Banca Pueyo, SA

Apesar da grande concorrência no mercado espanhol pela captação de recursos de clientes, no 1.º Semestre de 2011 a Banca Pueyo, SA alcançou o montante de 834 milhões de euros em depósitos de clientes, o que representa um crescimento de 4,71% relativamente ao final do período homólogo de 2010. Este crescimento é muito superior à média de crescimento no sector, em Espanha, a qual, em Maio de 2011, era de 1,17%.

Por outro lado, o crédito concedido atingiu os 690 milhões de euros, o que representa um crescimento de 2,53% relativamente ao mesmo período do exercício anterior. Esta taxa de crescimento representa aproximadamente metade do que se verificava no período homólogo do exercício de 2010, o que resulta, principalmente, da falta de procura de crédito decorrente da actual conjuntura económica, a qual levou a que, de Maio de 2010 a Maio de 2011, o sector financeiro espanhol tenha experimentado uma diminuição de 0,77% do crédito concedido.



Os dados descritos demonstram que o crescimento da Banca Pueyo, S.A. se tem realizado de uma forma bastante equilibrada, sem dependência do mercado interbancário, o que permite a manutenção de excelentes rácios de solvabilidade e de liquidez.

Os resultados líquidos no período em referência foram de 3.799 milhares de euros, o que representa um aumento de 30,19% relativamente ao mesmo período do exercício anterior, e que se deveu essencialmente ao aumento da margem financeira.

O rácio de crédito vencido/crédito total é de 2,04%, ligeiramente inferior ao verificado no final de 2010 e muito inferior à média do sector financeiro espanhol (6,49%), além de que existe uma excelente cobertura por provisões, que atinge 157% do crédito em mora.

No 1.º Semestre de 2010, foram concluídas as obras para a abertura de uma nova agência na cidade de Cáceres, cuja abertura deverá ocorrer no início de Setembro. No segundo semestre do ano em curso, está prevista a abertura de 2 novas agências.

Em face da situação descrita, a Banca Pueyo inicia o 2.º Semestre de 2011 numa situação confortável e com o firme propósito de alcançar os objectivos previstos no início do ano.

Valores expressos em milhares de euros

<b>Principais Indicadores (Normas do Banco de Espanha)</b>	<b>30-06-2011</b>	<b>30-06-2010</b>	<b>Variação %</b>
Activo Líquido	989.915	930.928	6,34%
Crédito Concedido Bruto	690.406	673.402	2,53%
Depósitos de Clientes	833.602	796.125	4,71%
Capitais Próprios	87.882	83.155	5,68%
Margem Financeira	12.490	11.385	9,71%
Produto da Actividade	15.632	13.826	13,06%
Cash-Flow de Exploração	8.066	6.059	33,12%
Resultado Líquido	3.799	2.918	30,19%
ROA	0,68%	0,52%	--
ROE	8,58%	7,09%	--

Crédito Vencido / Crédito Total	2,04%	1,88%	--
Cost to Income	46,90%	52,47%	--
Rácio de Solvabilidade Total	n/d	15,59%	--
Número de Agências	88	86	2,33%
Número de Empregados	228	229	-0,44%

### 3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

O Banco Caboverdiano de Negócios, SA obteve resultados líquidos de cerca de 460 milhares de euros no 1.º Semestre de 2011, o que corresponde a um aumento de cerca de 570% face ao 1.º Semestre de 2010.

O desempenho obtido pelo Banco, a nível dos resultados líquidos, foi baseado nos seguintes contributos, apresentados em termos de variação obtida face ao 1.º Semestre de 2010:

- Crescimento da margem financeira, em cerca de 21%;
- Crescimento do produto bancário, em cerca de 25%;
- Decrescimento dos custos com pessoal, em cerca de 3%;
- Decrescimento dos gastos gerais administrativos, em cerca de 1%;
- Crescimento do cash flow bruto de exploração, em cerca de 74%;
- Decrescimento das amortizações, em cerca de 9%.

Em síntese, no que concerne à conta de resultados, o BCN tem evidenciado uma melhoria substancial da sua margem financeira, em virtude da redução dos custos médios de *funding* (decorrentes da redução

significativa do peso e concentração de Clientes institucionais na carteira de recursos de Clientes), que passou de 3,8% para 3,2%, e do aumento das taxas de juro activas, que passaram de 7,4% para 8,1%.

É ainda de realçar a alteração da taxa de transformação de recursos de Clientes em crédito (líquido), que passou de 67% para 102%, com o consequente aumento do grau de alavancagem do Banco.

Adicionalmente, o aumento da margem financeira tem sido acompanhado por um aumento da margem complementar, o que conduziu a um aumento do produto bancário em 25% face ao período homólogo de 2010. No que concerne a custos de exploração, o BCN tem vindo a manter uma tendência de redução, dando continuidade e sustentação ao Programa de Redução de Custos.

Assim, no 1.º Semestre de 2011, o BCN apresentou um indicador de *cost-to-income* de 61,2% (79,0% no período homólogo) e um ROE (anualizado) de 8,6% (1,4% no período homólogo).

O rácio de solvabilidade situa-se em cerca de 12,15% (11,5% em Junho de 2010) e o rácio de crédito vencido, calculado nos termos da Circular nº 150 de 28/12/2009 do BCV, situa-se em 2,44% (1,76% em Junho de 2010). Deste modo, confirma-se a tendência de reforço da solvabilidade do BCN, ainda que seja igualmente evidente uma tendência de aumento do peso do crédito vencido, o que conduziu a um aumento de 36% nas provisões do exercício.

O BCN possui cerca de 19 milhares de Clientes activos, o que corresponde a um aumento de 11% face ao período homólogo 2010.

A carteira de crédito bruto situa-se em cerca de 91 milhões de euros, tendo apresentado um crescimento de 1% face ao período homólogo de 2010, traduzindo uma abordagem mais selectiva, decorrente do aumento do grau de incumprimento e da alteração significativa do grau de alavancagem do banco, que o força a uma contenção na concessão e a um maior rigor e controlo na gestão de tesouraria. A carteira de recursos situa-se em 86 milhões de euros, tendo apresentado uma redução de 34% face ao período homólogo do ano anterior.

A Rede de Agências é constituída por 21 unidades e o BCN está já presente na totalidade das 9 ilhas do arquipélago, dando por concluído o seu processo de expansão da cobertura geográfica.

Em termos de marketing e lançamento de novos produtos e serviços, o BCN realizou as seguintes iniciativas, no 1.º Semestre de 2011:

- Implementação do processo de cobrança automática e centralizada de comissões;

- Lançamento de novos produtos, com enfoque na captação de recursos (“DP JÁ”);
- Implementação do Plano Anual de Campanhas e respectivo sistema de incentivos (SIPAC);
- Reforço da informação de gestão disponibilizada às unidades de negócio;
- Lançamento da Rede de Promotores e acções comerciais nos EUA.

A nível operacional, procedeu-se à centralização da gestão das aplicações financeiras (DPs), tendo-se revisto igualmente o clausulado contratual e definido regras de serviço para a sua manutenção, constituição e mobilização. Ao nível dos recursos humanos, procedeu-se à implementação do SCD – Sistema de Gestão de Desempenho, através da formação de todos os colaboradores na nova metodologia de avaliação de desempenho.

Valores expressos em milhares de euros

	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Capitais Próprios	10.983	9,849	11,5%
Activo Líquido	115.658	153.167	- 24,5%
Crédito Concedido Bruto	90.901	89.756	1,3%
Depósitos de Clientes	85.684	130.422	- 34,3%
Margem Financeira	2.158,38	1.779	21,3%
Produto de Actividade	3,122	2,493	25,2%
Cash Flow de Exploração	1,543	887	73,8%
Resultado Líquido	464,0	68,9	573,4%
ROA	0,80%	0,09%	--
ROE	8,63%	1,40%	--
Rácio Crédito Vencido	2,4%	1,8%	--
(Circular 150 de 28/12/2009 do BCV)			

Cost to Income	61,2%	79,0%	--
Rácio de Solvabilidade Tier 1	12,07%	11,52%	--
Rácio de Solvabilidade Total	12,07%	11,52%	--
Nº de Agências	21	20	5%
Nº de Empregados	125	129	- 3%

Em 30 de Junho de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 110,265 Escudos Caboverdianos (CVE)

Em 30 de Junho de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 110,265 Escudos Caboverdianos (CVE)

### 3.3.8 Banif Bank (Malta), plc.

Em 2011, o Banif Bank (Malta) Plc. entrou no seu terceiro ano completo de actividade, mantendo-se fiel à estratégia de crescimento e de penetração no mercado definida no seu plano de negócio, a qual continua a ser implementada e se tem traduzido num contínuo investimento infra-estrutural, quer em termos de recursos, quer em termos de soluções disponibilizadas aos Clientes.

Actualmente, a rede comercial do Banif (Malta) é composta por nove Agências, tendo a última, em Rabat, sido aberta ao público no final do 1.º Semestre de 2011. O crescimento da rede comercial tem sido complementado com o correspondente fortalecimento da capacidade operacional do banco, ao nível das áreas do *front* e do *back office*.

No 1.º Trimestre do ano, o banco procedeu ao aumento das suas instalações no Edifício Sede, tendo a extensão ficado totalmente operacional em Março. Ainda no 1.º Semestre, foi inaugurada a rede interna de ATMs e foi lançado um conjunto de novos serviços, entre os quais se destaca o Pagamento de Serviços por Banca Electrónica.

Paralelamente, em termos de recursos humanos, o Banif (Malta) aumentou o número de colaboradores nas suas áreas comerciais e de back-office, atingindo no final de Junho um total de 146 (o número de colaboradores era de 113 em Junho de 2010).

Neste contexto, no período em análise o Banif (Malta) continuou a tendência de crescimento expressivo, quer em termos da sua carteira de crédito, quer de em termos de produto da sua actividade. A carteira de crédito cresceu 95,048 milhões de euros, para um total de 201,021 milhões de euros, o que representou um crescimento de 89,69% quando comparado com os 105,973 milhões de euros em Junho de 2010. Por outro lado, a carteira de depósitos reduziu em 62,774 milhões de euros, dos 260,392 milhões de euros no final de Junho de 2010 para 197,618 milhões de euros no final de Junho de 2011. Esta quebra deveu-se à saída de dois grandes depósitos de curto prazo de cerca de 130 milhões de euros, captados no início de 2010 e não renovados em Março de 2011.

Em termos de produto da actividade, durante o período em análise o Banif (Malta) gerou um total de 3,518 milhões de euros, o que representou um crescimento de 77,94% desta rubrica, quando comparado com os 1,977 milhões de euros de igual período do ano passado. A margem financeira cifrou-se em 2,623 milhões de euros (1,229 milhões de euros em igual período de 2010).

O rendimento de serviços e comissões atingiu os 525 milhares de euros (386 milhares de euros no mesmo período de 2010) enquanto o rendimento da actividade de trade foi de 370 milhares de euros (362 milhares de euros no mesmo período de 2010). O aumento do rendimento de serviços e comissões deveu-se, fundamentalmente, ao crescimento da actividade creditícia, acompanhado de uma maior eficiência dos processos de cobrança. No que respeita aos resultados de trade, o Banif (Malta) manteve a actividade da sala de mercado aos mesmos níveis do período homólogo do ano anterior. Esta actividade consistiu, fundamentalmente, em operações cambiais com Clientes e bancos, bem como na compra e venda de títulos de dívida de companhias localmente cotadas e de companhias do Grupo.

No total, o produto da actividade cobriu 85,34% das despesas operacionais (49,24% no mesmo período de 2010). No decurso do período em análise o Banif (Malta) aumentou significativamente o produto da sua actividade, ao mesmo tempo que manteve os custos operacionais aos níveis de 2010. Estes custos operacionais, incluindo os custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros, depreciação de património e equipamentos e amortização de activos intangíveis, cresceram 2,67%, de 4,015 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2010 para 4,123 milhões de euros no período em análise. Os custos com pessoal, incluindo administração, representaram 50,13% do total de custos operacionais (45,96% no mesmo período de 2010).

O resultado líquido traduziu-se num prejuízo de 751 milhares de euros (-1.621 milhares de euros no mesmo período de 2010). Considerando esta perda e a possibilidade de offset contra previsíveis lucros futuros para efeitos de imposto, registou-se um movimento positivo de imposto diferido de 0,325 milhões de euros (0,781 milhões de euros no mesmo período de 2010).

No período em análise - e pela segunda vez consecutiva - o Banif (Malta) foi nomeado “Melhor Grupo Financeiro em Malta” em 2011 pela World Finance. Este prémio foi atribuído como reconhecimento pela performance financeira do Banif (Malta), pela qualidade do seu corporate governance e pela disponibilização de soluções de valor acrescentado aos seus Clientes. Este prémio representa mais um importante reconhecimento e a clara demonstração da confiança que, no Banif (Malta), depositam os seus Clientes, Empregados e Accionistas.

O Banif (Malta) está convicto de que, durante o 2.º Semestre de 2011, o seu volume de negócios continuará a crescer. Este crescimento terá suporte nos fortes investimentos efectuados e, sobretudo, naquilo que a instituição considera como o seu mais importante factor de diferenciação: os seus recursos humanos. O Banif (Malta) está comprometido com o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, ao mesmo tempo que procura recrutar elementos com experiência e formação adequados e, sobretudo, com elevado potencial.

Valores expressos em milhares de euros

	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	275.826	284.050	-2,9%
Crédito Concedido Bruto	201.021	105.973	89,69%
Depósitos de Clientes	197.618	260.392	-24,11%
Capitais Próprios	21.162	15.467	36,82%
Margem Financeira	2,623%	1,229%	113,4%
Crédito Vencido / Total Crédito	0,82%	0,83%	--
Produto da Actividade	3.518	1.977	77,95%
Resultados Líquidos	-751	-1.621	53,67%
ROA	-0,39%	-0,78%	--
ROE	-5,08%	-9,99%	--
Cost to Income	117,19%	203,08%	--
Número de Agências	9	8	12,5%
Número de Empregados	146	113	15,04%

### 3.3.9 Outras Actividades *Offshore* e Internacionais

A Banif International Holdings, Ltd. (BIH) é uma sociedade holding constituída em 2004 nas Ilhas Cayman, que possui 100% das acções ordinárias das subsidiárias Banif Finance (USA) Corp. ("BFUSA"), Banif Financial Services, Inc. ("BFS") e Banif Forfaiting Company ("BFC"), bem como participações no capital social do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA. (10%) e da Centaurus Realty Group Investimentos Imobiliários, S.A. (12, 48%).

O objectivo da BIH consiste no financiamento, sob a forma de contribuições iniciais e adicionais de capital, das suas subsidiárias a fim de que estas possam desenvolver os respectivos negócios, responder às suas obrigações financeiras e cumprir todos os requisitos regulamentares, de acordo com as licenças e jurisdições no âmbito das quais desenvolvem as suas actividades.

O resultado líquido do 1.º Semestre de 2011 foi negativo em 504 milhares de dólares, que compara com 7 milhares de dólares verificado no 1.º Semestre de 2010.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Valores expressos em milhares de dólares

Principais indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	60.959	42.631	43,0%
Capitais Próprios	26.623	16.749	59,0%
Proveitos Totais	508	689	-26,3%
Lucro Líquido	-504	7	n/a

Em 30 de Junho de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2271 Dólares (USD)

Em 30 de Junho de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4453 Dólares (USD)

A Banif Forfaiting Company, Ltd. (BFC), empresa constituída nas Bahamas em Novembro de 2005, iniciou a sua actividade durante o segundo trimestre de 2007. A BFC fornece apoio adicional às operações de trade finance do Grupo no continente americano. Especificamente, conserva nos seus livros uma carteira de instrumentos de trade finance (letras, promissórias, aceites, etc) para posterior venda/distribuição a terceiros.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Valores expressos em milhares de dólares

Principais indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	26.252	25.310	3,7%
Capitais Próprios	-1.254	-470	n/a
Proveitos Totais	205	1.660	-87,6%
Lucro Líquido	-622	-1.154	n/a

Em 30 de Junho de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2271 Dólares (USD)

Em 30 de Junho de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4453 Dólares (USD)



#### 4. BANCA DE INVESTIMENTO

##### 4.1 Banif – Banco de Investimento, S.A.

As contas do primeiro semestre do Banif - Banco de Investimento espelham, quando comparadas com as do mesmo período do ano transacto, a quebra de actividade imposta por uma situação de retracção económica global e de indisponibilidade de liquidez, por sua vez ditada por uma conjuntura de escassez de liquidez e de crescimento abrupto dos custos de financiamento.

Assim, no plano individual, o produto da actividade decresceu 17%, com quebras na margem financeira e nos proveitos de comissões, apenas parcialmente compensadas por melhorias nos resultados de operações financeiras, enquanto os custos decresceram 4%.

No plano consolidado, da actividade de banca de investimento, o produto da actividade caiu 10%, ainda que aproveitando comissões crescentes na titularização de créditos, na gestão de fundos de pensões e no capital de risco, bem como a referida melhoria nos resultados de operações financeiras.

Com os custos sensivelmente em linha com o ano anterior, as dotações líquidas para provisões e imparidade (neste contexto sob as normas internacionais de contabilidade) atingiam, em Junho de 2011, 0,9 milhões de euros e as dotações para impostos, expressivamente inflacionadas pelo imposto extraordinário sobre o sector bancário, ultrapassavam 1,5 milhões de euros, condicionando o resultado líquido a uma expressão de 2,0 milhões de euros, 51% abaixo do registado no 1.º Semestre de 2010.

Com este resultado, a remuneração do capital próprio médio utilizado desceu de 12,1%, em Junho de 2010, para 6,6%, em Junho de 2011.

(Base IAS/IFRS)

Valores expressos em milhares de euros

Contas Individuais	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	1.290.409,3	1.235.120,9	4%
Capitais Próprios	56.495,6	66.309,1	-15%-
Produto da Actividade	9.586,5	11.483,2	-17%
Cash-Flow	3.209,7	4.868,8	-34%
Resultado do Exercício	997,6	3.072,8	-68%
ROA	0,2%	0,5%	-
ROE	3,6%	9,7%	-
Cost-to-Income	73,0%	62,4%	-
Rácio de Solvabilidade	10,9%	9,6%	-

Valores expressos em milhares de euros

Contas Consolidadas	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	1.292.718,9	1.250.309,5	3%
Capitais Próprios *	73.576,0	92.049,9	-20%
Produto da Actividade	14.555,3	16.199,8	-10%
Cash-Flow	4.974,4	6.425,2	-23%
Resultado do Exercício	2.067,1	4.239,9	-51%
ROA	0,3%	0,8%	-
ROE	6,6%	12,1%	-
Cost-to-Income	70,4%	64,2%	-

(\*) Inclui interesses minoritários de consolidação. Em Junho de 2010 totalizavam 17.826 milhares de euros (dos quais 15.679 milhares de euros relativos a fundos de investimento) Em Junho de 2011 totalizavam 8.595 milhares de euros (dos quais 6.529 milhares de euros relativos a fundos de investimento).

#### 4.1.1 Corporate Finance

A actividade do 1.º Semestre ficou condicionada pelo agravamento das condições financeiras do país, que despoletaram um novo ciclo eleitoral e de governação e a intervenção em Portugal da *Troika* formada pelo FMI, UE e BCE.

O reforço da percepção negativa das agências de rating relativa à dívida soberana da Grécia, Irlanda, Portugal e, mais recentemente, Itália e Espanha traduziu-se em acentuadas e sucessivas descidas das notações de rating da República Portuguesa e dos Bancos Portugueses, actualmente a níveis abaixo de *investment grade*. Esta situação provocou dificuldades acrescidas no acesso aos mercados financeiros por parte de Portugal e do sistema bancário português, com repercussões inevitáveis na actividade dos agentes económicos e, em consequência, na dinâmica de Fusões & Aquisições verificada ao longo do ano.

De acordo com a informação constante da Bloomberg, a actividade de Fusões & Aquisições, em Portugal, registou apenas 16 transacções no 1.º Semestre de 2011, contra 53 transacções no período homólogo do ano transacto. Relativamente a transacções abaixo de 500 milhões de euros, a queda em valor foi de aproximadamente 30%, não se tendo registado transacções com valores superiores àquele montante.

Apesar desta conjuntura extremamente adversa, a Direcção de Corporate Finance logrou desenvolver vários mandatos de assessoria financeira, entre os quais merecem destaque os seguintes:

- Assessoria financeira ao TIIC – Transport Infrastructure Investment Company na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira ao Grupo SAGE na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira ao FICA – Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual, na análise de viabilidade de candidaturas para o financiamento de produções cinematográficas;
- Assessoria financeira à Finaf S.p.A. na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira ao Grupo AtralCipan na alienação de uma participação qualificada;
- Assessoria financeira ao Grupo Cenor na avaliação do conjunto das empresas do grupo;
- Assessoria financeira ao Grupo Lena na análise de oportunidades de desinvestimento em áreas de negócio não estratégicas;
- Assessoria financeira à Investindustrial na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira à AEA Investors e Hüber Packaging na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento.

#### 4.1.2 *Structured Finance*

No 1.º Semestre de 2011 constatou-se um acentuar da tendência, já verificada em 2010, de muito maior restrição e selectividade na concessão de crédito às empresas e projectos de investimento, acompanhada por um ajustamento em alta das condições de *pricing* das operações. Neste contexto, tendo em conta as severas limitações enfrentadas na concessão de crédito, registou-se uma redução significativa na participação do Banco de Investimento em financiamentos em regime de *Project Finance* e *Acquisition Finance*.

Em face deste panorama, a Direcção reforçou a dinâmica comercial orientada para a prestação de serviços de assessoria financeira especializada e tem vindo a reformular a abordagem à estruturação de operações de financiamento, privilegiando a tomada e desintermediação de risco de crédito (em contraponto à tomada de risco directo para balanço). Neste âmbito, destacam-se as seguintes intervenções:

- Mandated Lead Arranger no financiamento à Portquay West I BV para a aquisição de uma participação de 10% da Media Capital;
- Assessor financeiro exclusivo da Rotas do Algarve Litoral (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Algarve Litoral;
- Assessor financeiro exclusivo à SPER (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Baixo Alentejo;
- Assessor financeiro do Grupo ETE, Edifer e TIIC no Concurso Público para a Concessão da Plataforma Logística do Porto de Leixões.

#### 4.1.3 Mercado de Capitais

##### a. Dívida

No 1.º Semestre do ano, a área de Mercado de Capitais – Dívida participou na estruturação e colocação de sete transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 136,88 milhões de euros.

Enquadradas na política de captação de recursos para o Banif - Grupo Financeiro, foram estruturadas as seguintes transacções: uma Emissão de Obrigações Fungíveis para a Banif SGPS, S.A., no montante de 50 milhões de euros com prazo de 2 anos; uma emissão de Floating Rate Notes do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu Euro Medium Term Note Programm, no montante de 20 milhões de euros, com prazo de 3 meses, a qual foi colocada junto de um único investidor institucional e uma Emissão de Obrigações Perpétuas Subordinadas para a Companhia de Seguros Açoreana, S.A., no montante de 10 milhões de euros.

Importa referir que, no âmbito da política de captação de recursos para outras entidades, o Banco liderou uma Emissão de Obrigações Subordinadas para a Rentipar Seguros SGPS, S.A., no montante de 10 milhões de euros, com prazo de 10 anos, e uma Emissão de Obrigações para a Rentiglobo SGPS, S.A., garantida por aval da Rentipar Indústria SGPS, S.A., no montante de 35 milhões de euros e com um prazo de 2 anos.

No cômputo da estruturação de financiamentos garantidos para clientes externos, o Banco de Investimento liderou a estruturação de um Programa de Papel Comercial para a Transinsular – Transportes Marítimos Insulares, S.A. no montante total de 1,875 milhões de euros, com prazo de 3 anos, e estruturou a renovação de dois Programas de Papel Comercial para a Empresa Madeirense de Tabacos, S.A. no montante de 2,5 milhões de euros cada, com prazo de 3 anos.

Por último, no que respeita à actividade internacional, o Banco esteve envolvido no acompanhamento de operações estruturadas com ligação a activos brasileiros.

##### b. Carteira Própria

O 1.º Semestre de 2011 esteve marcado por uma continuação da deterioração das condições de financiamento das economias periféricas da zona euro, com Portugal a assumir protagonismo no 2.º Trimestre, dada a necessidade de efectuar um pedido de ajuda externa.

Neste contexto, atendendo às dificuldades em obter financiamento pelo mercado e à generalizada falta de liquidez, resultantes do contexto macroeconómico anteriormente descrito, o BBI optou pela venda de activos da carteira própria. No total, os activos vendidos representaram quase um terço do valor nominal da carteira própria. Não obstante, continuou a desenvolver-se a actividade de *trading* sem consumo de recursos, de forma a permitir gerar receitas para cumprir o orçamento de actividade da área.

### c. Mercado Secundário: Acções e Obrigações

A incerteza relativa à sustentabilidade do crescimento económico global, conjugado com o aprofundamento da crise da dívida soberana na Zona Euro – com anúncios sucessivos de cortes de *ratings* por parte das principais agências - culminando no pedido de assistência financeira feito por Portugal, provocou um clima de aversão ao risco por parte dos investidores e a preferência por activos financeiros de cariz mais defensivo. Consequentemente, o valor das ordens recebidas no segmento accionista referente ao 1.º Semestre registou uma queda significativa, (de -48%) face ao período homólogo de 2010.

Neste contexto, o Banco de Investimento registou uma quebra no seu volume de negócios e, daí decorrente, uma redução das receitas de intermediação associadas. No entanto, o BBI continua empenhado na consolidação do negócio de *Equities*, quer em Portugal quer no estrangeiro. Nesse sentido, destaca-se, no período em análise, a realização de diversas iniciativas, nomeadamente *roadshows* junto dos principais investidores institucionais nacionais e internacionais. Estas iniciativas, aliadas ao serviço de *Research* e Vendas, deverão contribuir para reforçar o posicionamento do Banco de Investimento junto dos Clientes quando se verificar a melhoria das condições de mercado. Adicionalmente, é de salientar a consistência da qualidade da equipa de *Research*, que, uma vez mais, foi nomeada na categoria de “Melhor Analista” em Portugal pela Deloitte, Investor & Governance Awards.

O Banco de Investimento continuou a assegurar, no âmbito do contrato de liquidez celebrado com a Banif SCPS, a intermediação nas respectivas acções.

Durante o 1.º Semestre de 2011, o Banco de Investimento consolidou a sua posição como um dos principais provedores de liquidez e “*market maker*” em *Eurobonds* brasileiros, aumentando a sua base de Clientes institucionais activos para cerca de 300, espalhados por mais de 30 países. De salientar o crescimento da base de clientes no Médio Oriente e nos EUA.

Os segmentos onde o Banco de Investimento se posiciona como importante participante do mercado secundário incluem Obrigações de *Corporates* Brasileiros, em dólares (USD) e euros (EUR), Obrigações emitidas pela República Brasileira (dólares e euros), a curva de *Pemex* (Petróleos Mexicanos), e também de papéis denominados em reais brasileiros (BRL) mas com liquidação financeira em euros e dólares, para investidores externos que queiram estar expostos à moeda brasileira sem necessidade de abrir conta local. A actividade teve um *turnover* global de cerca de mil milhões de euros no 1.º Semestre do

ano, gerando receitas que ultrapassam o orçamento para o período, abrindo, assim, boas perspectivas para o final do ano.

#### d. Securitização

A 30 de Junho de 2011, o Banco de Investimento era responsável pela gestão de operações de titularização num montante global de aproximadamente 4.520 milhões de euros, correspondentes a 12 emissões, das quais cerca de 4.360 milhões de euros correspondem a emissões efectuadas pela Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Gamma).

No seguimento do requisito anunciado pelo BCE, segundo o qual as operações de titularização teriam de dispor de 2 *ratings* a partir de Março de 2011, de forma a fazerem parte da lista de activos elegíveis da instituição, o Banco de Investimento apoiou o Banif no processo de obtenção de 2.º *rating*, por parte da Agência Fitch, para as operações Azor Mortgages No. 2 e Atlantes Mortgage No. 3, 4 e 5. Estes processos ficaram concluídos entre Janeiro e Fevereiro deste ano, tendo obtido a classificação de A (Azor Mortgages No.2) e AA- (Atlantes Mortgage No. 3, 4 e 5), as quais se vieram juntar ao *rating* já existente da Standard & Poor's.

No 2.º Trimestre de 2011, foi concretizada uma operação de titularização, denominada Atlantes No.1, a qual envolveu a cessão de créditos a pequenas e médias empresas, originados pelo Banif. O Banco de Investimento actuou como *Joint Arranger* na estruturação da referida operação, na qual foram emitidas, pela Gamma, obrigações classe A, B e C, num montante agregado de 1.130 milhões de euros, tendo sido atribuído um *rating* inicial de AAA pela DBRS e Aa2 pela Moody's.

Também durante o 2.º Trimestre, foram reestruturadas duas operações de titularização de crédito originado pelo Banif, estando cinco outras actualmente nesse processo. Esta reestruturação visa adaptar as operações aos critérios, ainda mais exigentes, da agência Standard & Poor's. Este processo, onde o Banco de Investimento actua como *arranger*, ficou concluído durante o mês de Julho.

Ainda em Julho, concretizou-se o processo de obtenção de *rating* por parte da Agência DBRS, relativamente à operação de Titularização Azor Mortgages No.2. O Banco de Investimento desempenha o papel de *arranger* da operação.

Relativamente a outros projectos em curso, está, neste momento, a ser estruturado um Programa de Obrigações Hipotecárias ("Covered Bonds") para o Banif. O referido programa deverá ascender a 3.000.000.000 euros, e irá contar com notação de *rating* por parte da Moody's, que se prevê que venha a ser de Baa3. Estima-se que o referido programa venha a ser aprovado pela CMVM durante o mês de Julho, estando prevista, desde logo, uma 1.ª emissão nesse mesmo mês. O Banco de Investimento participa neste processo como *Co – Arranger*.

Refira-se que, a 30 de Junho de 2011, a Gamma registou um activo líquido total de 4.372 mil milhões de euros e capitais próprios de aproximadamente 5,1 milhões de euros, tendo obtido um resultado líquido de 251,3 milhares de euros.

Valores expressos em milhares de euros

Principais indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	4.371.690,99	2.431.345,9	80%
Capitais Próprios	5.147,6	2.982,9	73%
Resultado do Exercício	251,3	135,2	86%

#### 4.1.4 Private, Institutional e Corporate Clients

Ao longo do 1.º Semestre de 2011, a Direcção de *Private Clients* consolidou as suas linhas de actuação, assentes numa estratégia de crescimento da base de Clientes, quer via novos Clientes particulares, quer através de um plano de dinamização de novos Clientes oriundos da base de Clientes do Banco Privado Português (BPP). Para tal, foi implementada uma estratégia de criação de maior valor acrescentado, quer via produto, quer via serviço, com enfoque no segmento de Clientes monoproduto e com menor rotação de carteira.

No 1.º Semestre, o enquadramento de mercado foi caracterizado por fortes restrições na captação de *funding* e forte aversão ao risco, face ao aumento da incerteza dos mercados financeiros. Apesar desta conjuntura, a actividade da Direcção de *Private Clients* centrou-se na captação de *funding* via Produtos de Passivo (DPS e emissões próprias) sobre a base de Clientes, através de campanhas direccionadas, incluindo produtos diferenciados (Depósitos Indexados / Duplos).

Adicionalmente, implementou-se uma estratégia de redução de crédito concedido por via de aumento de spreads e redução de limites, tendo-se procedido à revisão de todos os contratos de crédito.

Este posicionamento permitiu concentrar os recursos desta Direcção no acompanhamento de Clientes particulares de alto rendimento, activos em investimento e intermediação financeira.

Verificou-se, face ao ano anterior, uma manutenção dos activos sob gestão, na ordem dos 232 milhões de euros, mas com menor preponderância do mercado accionista, por contrapartida do montante alocado a fundos de investimento. O número de clientes cresceu 9%, para cerca de 580 Clientes activos.



Na segunda metade do ano, o Banco de Investimento continuará focado no esforço de captação de novos recursos e na implementação de iniciativas comerciais para aumento da rotação dos activos por Cliente (*equity swaps*, emissões estruturadas, produtos *tailor-made*), assim como na dinamização/consolidação da sua base de Clientes (base actual + base clientes ex-BPP).

A Direcção de *Institutional Clients* tem por missão a angariação de recursos financeiros, promoção de produtos de banca de investimento e de serviços financeiros junto de Clientes Institucionais, cujo processo de originação é desenvolvido, quer no Banco de Investimento quer no Banif - Grupo Financeiro, ou mediante parcerias realizadas com outras instituições.

Esta missão é assegurada através do contacto permanente com este segmento de Clientes, garantindo uma elevada qualidade na informação regular prestada sobre os recursos e produtos comercializados e o necessário acompanhamento permanente dos mesmos.

Neste enquadramento, esta Direcção assumiu a responsabilidade da dinamização comercial dos Clientes Institucionais e teve como principais vectores de actuação, no 1.º Semestre de 2011, o enfoque na i) captação de recursos de balanço; ii) estruturação de operações de crédito; iii) dinamização da actividade de custódia e de serviços de banco depositário a fundos de investimento mobiliário, imobiliário e gestoras de património; iv) a colocação de papel comercial em mercado secundário; v) o aprofundamento do *cross selling*, quer com as outras direcções do BBI (e.g. *Equity*, *Fixed Income*, *Corporate Clients*, Financeira, etc.), quer com o Banif - Grupo Financeiro; vi) participação em *road shows* de colocação de produtos, nomeadamente de fundos alternativos, fundos mobiliários e imobiliários, em Clientes institucionais nacionais ou internacionais.

Apesar do ambiente vivido neste semestre, quer nacional quer internacional, ter sido particularmente difícil, face a anos anteriores, a contribuição da Direcção de *Institutional Clients* para os resultados do banco teve uma evolução bastante favorável, ao atingir, em termos de volume, 301 milhões de euros em recursos, 46 milhões de euros em crédito concedido e 449 milhões de euros em fundos de investimento, expressando assim a importância que este tipo de Cliente tem para a actividade bancária, quer do Banco de Investimento, quer do Banif - Grupo Financeiro.

A Direcção de *Corporate Clients* tem como missão a originação proactiva de negócios junto de empresas e entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banco de Investimento e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os Clientes.

Os resultados atingidos na actual conjuntura reflectem, por um lado, a aposta sectorial efectuada e a forte integração com as diversas áreas de produto no Banco de Investimento, e, por outro lado, o esforço integrado de abordagem comercial para o segmento empresarial, entre os bancos de investimento e comercial e a Açoreana.

Destaca-se ainda o esforço de *cross-selling* desenvolvido juntamente com as unidades de negócio no estrangeiro, com especial destaque para o negócio originado para o Banif BI (Brasil) em várias operações *cross border* com empresas portuguesas e brasileiras. É de notar igualmente o início de um esforço coordenado com o Bankpime para o desenvolvimento de operações *cross border*.

Em 2011, a Direcção de *Corporate Clients* pôs em prática o plano comercial traçado no início do ano, o qual teve como principal foco a originação de negócio para as áreas de *Advisory Services*, *Structured Finance*, *Asset Management*, Mercado de Capitais e operações de *Cross Border* (Brasil e Espanha) junto do *middle market* empresarial português.

#### 4.1.5 Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo Banco de Investimento na gestão de patrimónios de Clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e nos fundos especiais de investimento e pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., nos fundos de pensões.

A estratégia da Área de Gestão de Activos para o ano de 2011 tem assentado nos seguintes vectores:

- Aprofundar o relacionamento estratégico com o Banif – Grupo Financeiro, promovendo o aumento do universo de Clientes que detêm fundos de investimento e o carácter recorrente da respectiva comercialização;
- Desenvolver o relacionamento com investidores institucionais exteriores ao Banif – Grupo Financeiro, de modo a potenciar as aplicações desses investidores em fundos de investimento e em serviços integrados de gestão de patrimónios;
- Manter a ênfase na procura de factores de diferenciação e de valor acrescentado, expressa, nomeadamente, no reenquadramento das estratégias dos fundos de investimento sob gestão e na constituição de novos fundos de investimento, com realce para os fundos de investimento imobiliário de oferta pública;
- Promover a implementação interna referente ao processo UCITS IV quanto à transposição das normas europeias a vigorar nos fundos de investimento, dotando-os da exigível, a muito curto prazo, harmonização a nível europeu.

A 30 de Junho de 2011, a Área de Gestão de Activos administrava um volume total de activos de 3.041 milhões de euros, que compara com 2.104 milhões de euros em 30 de Junho de 2010, o que consubstancia um acréscimo de 44,56%.

**a) Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)**

No âmbito da estratégia delineada, a sociedade colocou especial ênfase no constante acompanhamento do mercado e na adequação dos fundos de investimento sob sua gestão às necessidades comerciais, percepcionadas num ambiente económico extremamente adverso e de enorme instabilidade. Neste âmbito, destaca-se, no início do semestre, a implementação de alterações efectuadas à política de investimento do Banif Brasil – Fundo Especial de Investimento Aberto, no sentido do alargamento dos respectivos limites de investimento e espectro de actuação.

No início de Março de 2011, procedeu-se à redução dos mínimos de subscrição exigidos nos fundos de investimento harmonizados, adaptando a oferta da Banif Gestão de Activos à nova realidade conjuntural, tendo em consideração, quer as necessidades dos actuais Clientes, quer a angariação de novos participantes.

No âmbito dos fundos de investimento imobiliário, deve realçar-se a redução temporária das comissões de gestão (componentes variável e fixa) cobradas pelos fundos de investimento Banif Imogest e Banif Imopredial. Ainda relativamente ao Banif Imopredial, salienta-se a redução temporária da comissão de depósito do Fundo.

Em Abril de 2011, realizou-se um novo aumento de capital do fundo de investimento imobiliário fechado Imóveis Brisa, no montante de 1 milhão de euros.



Em Assembleia de Participantes realizada em 12 de Abril de 2011, foi deliberada a prorrogação do período de duração do Fundo Banif Imogest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado por mais três anos, ou seja, até 23 de Abril de 2014. Este fundo teve início em 2001 e tinha um prazo inicial de duração de 10 anos.

Em Maio de 2011, promoveu-se, em conjunto com o Banif - Banco de Investimento, o lançamento de um novo produto dirigido à respectiva rede de private banking, o Banif Investimento Duplo, produto financeiro complexo que conjugou um depósito a prazo emitido pelo banco com o investimento em um de dois fundos especiais de investimento mobiliário geridos pela Banif Gestão de Activos, seleccionados pelo Cliente, Banif Brasil ou Banif Ásia.

Em 30 de Junho de 2011, o volume de activos sob gestão cifrava-se em 1.450 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 54,38% relativamente ao valor gerido no final do 1.º Semestre de 2010.

A quota de mercado da Banif Gestão de Activos, que se situava nos 3,80% em Junho de 2009 e em 3,43% em Junho de 2010, cifrou-se em 6,01% em 30 de Junho de 2011.

Inversamente, os proveitos da sociedade sofreram uma quebra expressiva devido à redução do valor das comissões de desempenho cobradas e do valor unitário médio das comissões de gestão aplicadas, designadamente nos fundos imobiliários de maior expressão.

Esta evolução da actividade da sociedade traduziu-se num resultado líquido de cerca de 581,7 milhares de euros, neste semestre, para capitais próprios de 9.278,9 milhares de euros.

Valores expressos em milhares de euros

Principais indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	12.767,4	13.895,1	-8%
Capitais Próprios	9.278,9	8.994,0	3%
Resultado do Exercício	581,7	1.635,3	-64%

**b) Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)**

A sociedade prosseguiu, no 1.º Semestre de 2011, a actividade comercial junto de empresas e associações sócio-profissionais, que se traduziu na apresentação de quatro propostas de constituição de novos Fundos de Pensões e de uma proposta de transferência de gestão.

Na sequência do lançamento, no último semestre de 2010, de 4 novos fundos de pensões abertos, de comercialização conjunta, para empresas e particulares, em parceria com a Optimize Investment Partners – SGFIM, S.A., com a Optimize – Mediação de Seguros Unipessoal, Lda. e com a MDS – Corretores de Seguros, S.A., a Banif Açor Pensões concretizou mais duas adesões colectivas, com a Ribeiro Moreira – Gestão e Serviços, Lda. e com a Progifer – Promoção Imobiliária, S.A., por transferência dos respectivos Planos de Pensões.

A estratégia de investimento nos fundos sob gestão adoptou um posicionamento defensivo no período, com uma redução progressiva da componente accionista (cerca de 12%, em média) por contrapartida do aumento da liquidez acima dos valores de referência dos diversos fundos (cerca de 23%, em média).

O volume de activos sob gestão passou de 265 milhões de euros, em Junho de 2010, para 295 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2011, o que representou um acréscimo de 11,3%.

O Resultado Líquido obtido pela sociedade cifrou-se em 108,8 milhares de euros, contra 65,6 milhares no mesmo período do ano anterior, o que representou um acréscimo de 65,8%.

Valores expressos em milhares de euros

Principais indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	4.322,9	4.163,9	4%
Capitais Próprios	4.062,1	3.858,8	5%
Resultado do Exercício	108,8	65,6	66%

### c) Gestão de Patrimónios

Nas actividades de Gestão de Patrimónios e de Consultoria para o Investimento, os mandatos mais relevantes foram os dos fundos de pensões e o da Açoreana. O reforço dos recursos afectos a esta área, realizado no 2.º Semestre de 2010, permitiu uma melhoria no serviço prestado, não só ao nível da gestão segregada das carteiras mas sobretudo ao nível do acompanhamento, factor crítico tendo em linha de conta as condições económicas e financeiras adversas verificadas em Portugal. Adicionalmente, desenvolveram-se esforços no sentido de promover o serviço de gestão de carteiras por conta de outrem junto de Clientes institucionais e de particulares de elevado rendimento.

O Banco de Investimento e sociedades participadas tinham sob gestão e encontravam-se mandatados para prestar serviços de consultoria para o investimento em carteiras que, em 30 de Junho de 2011, atingiram o montante total de 1.296 milhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 44% face a Junho de 2010.

#### 4.1.6 Pequenas e Médias Empresas

A Direcção de PMEs tem como missão a execução de mandatos de assessoria financeira e a estruturação de financiamentos no segmento das pequenas e médias empresas, tendo como principal objectivo a oferta de serviços de banca de investimento que se coadunem com as necessidades do tipo de empresas e das operações dominantes originadas junto do Banif - Grupo Financeiro, actuando em parceria com os Centros de Empresas do Banif.

O 1º Semestre foi marcado pela continuidade do abrandamento da actividade, dado as PMEs terem sido o segmento de empresas que mais sofreu com a conjuntura macroeconómica, em termos de serviços de assessoria financeira.

Deste modo, a Direcção de PMEs, em conjunto com a Direcção de *Corporate Clients*, intensificou os contactos comerciais proactivos junto das empresas, de forma a alargar a base de Clientes e os mandatos de assessoria financeira sob execução

#### 4.1.7 *Real Estate Finance*

A Direcção de *Real Estate Finance* foca a sua actividade na estruturação, tomada e gestão de crédito estruturado especialmente orientado ao mercado imobiliário, bem como na prestação de serviços de assessoria financeira especializada para este segmento, quer na lógica *buy side* quer na de *sell side*.

Durante o 1.º Semestre de 2011, a actividade da Direcção de Real Estate Finance foi fortemente impactada pela crise que assola Portugal e, em particular, pelas restrições de liquidez e pelo incremento acentuado do custo de *funding* do banco, que obrigou a uma forte contenção do crédito concedido a Clientes, com reflexos directos na geração de negócio e na rentabilidade desta área de actividade.

Neste contexto, a Direcção de Real Estate Finance concentrou-se na gestão e optimização da carteira de crédito existente e no desenvolvimento da actividade de Real Estate Advisory, que, neste primeiro semestre, possibilitou a formalização de três mandatos de assessoria a Clientes, estando ainda em processo de negociação outras oito propostas de assessoria especializada.

#### 4.1.8 Financeira e Crédito

O 1.º Semestre de 2011 foi caracterizado pelo contínuo agravamento das condições de acesso a fontes de liquidez externa, acentuando-se a dependência dos bancos portugueses do BCE. A actividade da Direcção Financeira concentrou-se em quatro grandes áreas de actuação:

- Garantir fontes alternativas de liquidez e, em paralelo, uma diminuição da dependência do BCE, monitorizando o custo de *funding* quer para o Banco de Investimento quer para o Banif – Grupo Financeiro;
- Acompanhar, em conjunto com as áreas comerciais, o processo de desalavancagem do Balanço do Banco de Investimento, de acordo com o *Business Plan* definido pelo Banif – Grupo Financeiro e em consonância com o Banco de Portugal;
- Alargar a captação de recursos junto de Clientes Institucionais e Particulares;
- Servir os Clientes na gestão e cobertura de Riscos Financeiros (Cambiais, Taxa de Juro, *Commodities*).

O Banco de investimento tem vindo, desde o início de 2011, a aumentar as suas fontes de financiamento, tendo aumentado o número de contrapartes de reportes, o que permitiu multiplicar as fontes de financiamento para além do BCE e auto-financiar posições em USD, quer *Corporate*, quer em Mercados Emergentes.

Continuou a fomentar-se o estreitamento da colaboração do Banco de Investimento com empresas do Banif – Grupo Financeiro, nomeadamente da área Seguradora, através da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., tendo esta relação sido fortemente incrementada, o que permitiu gerar e distribuir sinergias nas áreas de mercado monetário.

Durante o 1.º Semestre de 2011, o Banco de Investimento incentivou e acelerou a captação de recursos, de Clientes Particulares Institucionais e *Corporate*, o que possibilitou também diversificar as fontes de financiamento. Foi particularmente relevante o esforço de captação junto de Clientes Particulares,

nomeadamente dos Clientes captados no âmbito do Fundo Especial de Investimento BPP, que, desde meados de 2010, é gerido pela Banif Gestão de Activos.

Também durante o 1.º Semestre de 2011, o banco de Investimento aumentou o número de contrapartes de *Foreign Exchange* e de Derivados com ISDA e CSpA assinados, o que possibilitou o fecho de operações de cobertura com Clientes, quer sobre Derivados, quer sobre *Foreign Exchange*, no montante global de mil milhões de euros. Parte desta actividade está relacionada com operações para a carteira própria e outra parte com operações por conta de Clientes, nomeadamente no mercado brasileiro.

Alargou-se ainda a capacidade do Banco de Investimento cotar e valorizar Derivados, através da implementação de novos sistemas de informação, sempre numa perspectiva de cobertura de risco para Clientes, nomeadamente derivados de taxa de juro, de crédito e de *commodities*.

#### 4.1.9 Private Equity

A Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. constitui o veículo principal para concretizar a actividade de *Private Equity* do Banco de Investimento. Durante o 1.º Semestre de actividade de 2011, a Banif Capital concentrou a sua actividade na gestão dos três fundos actualmente geridos por esta sociedade: i) o Fundo Capven, orientado para o segmento de Pequenas e Médias Empresas, ii) o Banif Capital Infrastructure Fund, focado no segmento de Infra-estruturas e iii) o Banif Global Private Equity Fund, um fundo de fundos de capital de risco.

Relativamente aos dois primeiros fundos, mantiveram-se inalteradas as posições assumidas por cada um deles nos diferentes investimentos, sendo que a redução de valor dos mesmos se deveu à reavaliação de activos que apresentaram desvalorizações face aos valores apurados no final de 2010.

O Banif Global Private Equity Fund iniciou a sua actividade em 28 de Julho de 2010, com um capital de 25 milhões de euros, e concretizou a sua política de investimento através do investimento em três sociedades anteriormente geridas pelo Banco Privado Português: a HarbourVest International Private Equity Partners V-Partnership Fund L.P., a NB Crossroads Fund XVIII – Institutional Asset Allocation L.P. e a Coller International Partners V-A, L.P.. Durante o 1.º Semestre, reverteram para o fundo 2 milhões de unidades de participação, sendo que o seu impacto na valorização do fundo ainda não está concluído.

Já no final do 1.º Semestre de 2011, a Banif Capital realizou um investimento adicional, adquirindo 37,5%, da sociedade WIL Projectos Turísticos S.A.. Esta sociedade projectou e desenvolveu um aldeamento turístico comercialmente designado por Vale da Lapa Resort & Spa, que já se encontra em actividade, com a categoria de 5 estrelas.



Valores expressos em milhares de euros

Principais indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	1.999,4	1.876,1	7%
Capitais Próprios	323,1	295,4	9%
Resultado do Exercício	-36,4	19,9	n/a

#### 4.2 A actividade da Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

##### 4.2.1 Banif Securities, Inc.

Durante o 1.º Semestre de 2011, assistiu-se a uma quebra generalizada de volumes transaccionados nos mercados (de 15% a 20%).

Apesar disso, e em relação ao 1.º Semestre de 2010, a Banif Securities Inc. conseguiu aumentar ligeiramente a sua base de proveitos (+ 1,08% que em período homólogo do ano passado).

Ao mesmo tempo, fruto da redução operada no quadro de pessoal e de menores custos de execução, os custos de funcionamento fixaram-se, aproximadamente, em 1 milhão de dólares, baixando de 1,3 milhões no ano transacto (- 19,9%).

Globalmente, a empresa sofreu um prejuízo de 60 milhares de dólares no 1.º Semestre de 2011, contra um prejuízo de 332 milhares de dólares no período homólogo do ano anterior.

##### 4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.

O 1.º Semestre de 2011 foi marcado pelo agravamento da crise financeira, em especial na Europa, depois de Portugal seguir a Irlanda na aceitação de um plano de austeridade para a obtenção de ajuda externa. Este facto, associado à falta de um acordo de fundo nos Estados Unidos sobre a elevação do tecto do endividamento, gerou um clima de nervosismo por parte dos investidores, que se acentuou ao longo do semestre.

A inflação no Brasil continuou a dar sinais de que poderia sair da banda superior, levando o Banco Central a retomar a subida gradual dos juros básicos. Os investidores procuraram mais aplicações em renda fixa, em detrimento do investimento em Bolsa de Valores, o qual acabou por fechar o semestre com uma queda de 10%.

A crise internacional, apesar de centrada essencialmente na Europa, contribuiu para agravar os resultados correntes do Banif BI (Brasil) em função dos condicionalismos de liquidez no Grupo, que impediram a realização de novas operações de crédito e dificultaram a angariação de mandatos de M&A e Structured Finance no semestre.

Já o resultado líquido do Banif BI (Brasil) – 45,5 milhões de Reais - beneficia da contabilização da mais valia na venda de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio ao Grupo Caixa Geral de Depósitos que, entretanto, foi objecto de autorização presidencial. Sem aquele resultado extraordinário, o Banco teria registado um prejuízo no semestre por via do reconhecimento de provisões de perdas na carteira de crédito, de uma margem financeira negativa e do reconhecimento de resultados negativos com títulos (regras Brasil GAAP).

A margem financeira, negativa por via do custo de *carrying* de activos imobiliários mantidos ao custo inicial e do crédito deteriorado, foi ainda agravada pelos efeitos de uma estratégia prudente na gestão da liquidez, que gerou arbitragens negativas no âmbito de novas operações de tesouraria, prejudicando o custo de *funding* do Banco.

O Banif BI (Brasil) reduziu os seus custos operacionais em cerca de 14% (individual) e 5% (consolidado) em comparação com o semestre anterior. Este decréscimo está relacionado com o plano de redução de custos que o banco colocou em prática para adequar sua estrutura às actuais realidades do mercado.

Na Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, a forte queda nos principais indicadores bolsistas locais tem levado a uma redução significativa dos volumes transacionados por pequenos investidores, a que acresce um forte aumento na competição entre as instituições financeiras (Corretoras/Home Brokers), determinado, em parte, pela entrada de novos *players* no mercado, o que explica a queda de 15,5% em comparação com o semestre anterior.

(base IAS/IFRS)		Valores expressos em milhares de reais	
Contas Consolidadas	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	904.132,3	1.160.012,0	-22%
Capitais Próprios	156.417,1	129.233,5	21%
Produto da Actividade	22.213,6	33.813,3	-34%
Cash-Flow	-18.593,6	-9.257,4	-101%
Resultado do Exercício	45.568,1	-10.508,7	n/a
ROA	9,6%	-2,0%	-
ROE	82,2%	-15,0%	-
Cost-to-Income	190,4%	132,0%	-

30 de Junho de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 2,2082 Reais (BRL)

30 de Junho de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 2,2601 Reais (BRL)

## Mercado de Capitais

Durante o 1.º Semestre de 2011, os esforços da área de Mercado de Capitais foram focados na estruturação de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") para colocação no mercado de capitais local. Neste contexto, destacam-se as operações *built to suit* em estruturação, que englobam o *bridge loan* para a construção e a securitização de recebíveis de rendas de dois *call centers*, um centro de distribuição e um "galpão" de armazenagem. Em conjunto, as emissões de CRI deverão movimentar cerca de 80 milhões de reais.

A área também está a participar na estruturação de uma emissão de CRI, que tem como activo subjacente um contrato atípico de locação da Petrobrás Distribuidora, no valor de 350 milhões de reais. Nesta operação, os recursos arrecadados serão utilizados para a construção de um terminal de combustíveis e para a expansão e modernização da fábrica de lubrificantes da companhia.

## Administração Financeira

O 1.º Semestre de 2011 foi marcado pelo agravamento da crise financeira, que levou a um maior nervosismo por parte dos investidores.

As medidas para contenção do câmbio implementadas no Brasil, principalmente em 2010, não surtiram efeito e o Real acabou por fechar o semestre em R\$1,5611/US\$, ou seja, com uma queda de 6,3%. Isto foi consequência, principalmente, da continuidade dos investimentos directos no país, cuja renda média teve uma subida substancial, sobretudo motivada pelo aumento do crédito disponível.

O agravamento da crise em Portugal fez com que o Banif BI (Brasil) voltasse a procurar novas oportunidades de negócio no Brasil, principalmente na assessoria a empresas portuguesas que procuram oportunidades de investimento no Brasil, em função da falta de oportunidades no país de origem. Em suma, o Banco continuou a oferecer soluções para os seus Clientes e, de uma maneira mais agressiva, para o mercado de *Mid e Upper Mid Caps*.

#### Advisory Services – M&A

Ao longo do 1.º Semestre de 2011, a área de M&A focou a sua actividade na condução das operações do *pipeline* de Clientes, principalmente em alguns sectores específicos, nomeadamente, tecnologia da informação, BPO (*Business Process Outsourcing*), auto-peças e telecomunicações.

Actualmente, a área está a prestar assessoria a: (i) uma grande empresa do segmento de BPO, num mandato *umbrella* para a aquisição de diversos *players* e consolidação do sector; (2) um Grupo de Tecnologia com frentes diferenciadas de actuação, na qual possui mandatos *buy side* (para controle) e *sell side* parcial para a atracção de investidores estratégicos minoritários (nesses mandatos, o banco está em negociação com um conjunto de empresas em frentes diferenciadas e acredita que, no 2.º Semestre de 2011, alguns mandatos possam vir a ser efectivados); (3) um grupo de origem ibérica, no segmento de Projectos de Engenharia, que tem vindo a assessorar na aquisição de uma empresa-alvo.

Paralelamente, o Banif BI (Brasil) tem explorado diversas oportunidades de negócios *cross border* com o Banco de Investimento em Portugal, nomeadamente nos sectores imobiliário, de construção pesada e infra-estruturas, hoteleiro e de tecnologias de informação.

A área de *Structured Finance & Infraestrutura* actuou na estruturação financeira de projectos nas áreas de energias renováveis, particularmente em energia eólica e em Pequenas Centrais Hidroeléctricas.

Existem ainda alguns projectos em perspectiva, para assinatura nos próximos dois meses, em especial nos segmentos de autopeças e BPO de telecomunicações.

O Banif BI (Brasil) tem ainda explorado diversas oportunidades de negócios *cross border* com o BBI, em Portugal e Espanha, dado o interesse de diversos Clientes ibéricos em investir no Brasil (nomeadamente nos sectores imobiliário, de construção pesada e infra-estrutura, hoteleiro, IT e educação).

Outra frente de negócios são as parcerias com consultorias e boutiques que possam ser ou (i) complementares à *expertise* do Banif BI (Brasil), ou (ii) onde o banco possa participar em operações através do financiamento de uma aquisição ou da estruturação de outro produto.

No 1.º Semestre de 2011, a equipa de *Structured Finance & Infraestrutura* actuou fortemente na estruturação financeira e M&A de projectos nas áreas de energias renováveis, particularmente em energia eólica e pequenas centrais hidroeléctricas. A área dedicou-se à estruturação de um financiamento de longo prazo para uma concessionária de saneamento na Região Sul e num *bridge loan* a uma entidade do sector de logística.

### Banif Real Estate

O Banif Real Estate encerrou o 1.º Semestre de 2011 com três fundos de investimento, totalizando 170 milhões de reais sob gestão. O mais antigo, o Fundo de Investimento Imobiliário Europar, um fundo fechado com cotas negociadas em Bolsa, apresentou uma queda de 8,8% durante o período, o que se compara a uma queda de 10% do Índice Ibovespa. O fundo tem apresentado uma rentabilidade atractiva aos seus participantes, distribuindo mensalmente 1,36 reais por cota, ou 0,70% a.m. sobre o preço médio de negociação no ano.

### Banif Gestão de Activos (Brasil) S.A.

Com a queda de 10% verificada na Bolsa, foram os fundos de renda fixa e de curto prazo os que apresentaram maior volume de captação líquida no semestre, atingindo 52 mil milhões de reais e 13 mil milhões de reais, respectivamente, de um total de 51 mil milhões de reais líquidos captados pela indústria de fundos nesse mesmo período. O maior perdedor foi a categoria Multimercados, com os resgates líquidos no semestre a atingirem 31 mil milhões de reais. A Banif Gestão de Activos é um pequeno *player* no mercado, com activos sob gestão de 106 milhões de reais em Junho.

Em termos de rentabilidade, o destaque ficou por conta dos fundos de renda fixa, com uma valorização de 5,92% no acumulado do ano. Em função das mudanças mundiais, foi reestruturada a Banif Gestão de Activos, concentrando os esforços em fundos com estratégia de renda fixa. Assim sendo, vale a pena destacar a *performance* do fundo referenciado DI, o qual teve uma rentabilidade equivalente a 100,56% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), no período. A Banif Gestão de Activos (Brasil), SA tinha 106 milhões de reais sob gestão em Junho de 2011.

**Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.**

Durante o 1.º Semestre de 2011, a BM&F Bovespa apresentou um desempenho irregular e insatisfatório, em face das perspectivas que o mercado apontava para o período. Inversamente, as taxas de juro atingiam 11,65% contra 9,09% no mesmo período de 2010, justificando uma transferência patrimonial para renda fixa e depósitos.

A redução do mercado reflectiu-se directamente nos resultados auferidos no semestre. O número de ordens executadas conheceu uma redução média de 36,5% quando comparado com o período homólogo de 2010. O saldo total depositado (*float*) também sofreu uma redução (de 30%), parcialmente compensada pela já referida elevação na taxa *Selic*, que remunera o *float*.

Dada a eminente redução do mercado, detectada já em Dezembro de 2010, e a falta de atractividade para a Bolsa no que tange a novos investidores, a Corretora adoptou como estratégia o fortalecimento dos relacionamentos existentes, de modo a prevenir os efeitos de possíveis investidas dos seus concorrentes.

Ao longo do 1.º Semestre de 2011, a actividade da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. foi já conduzida no contexto da operação de venda de 70% do respectivo capital social ao Grupo Caixa Geral de Depósitos, pelo que a sua gestão foi efectuada em linha com as premissas e condicionantes acordadas pelas partes no âmbito da referida operação.

Já em Agosto, conforme atrás referido, foi publicado o Decreto Presidencial que se aguardava para a efectivação da venda da Banif Corretora de Valores e Câmbio ao Grupo Caixa Geral de Depósitos.

**4.2.3 Banco de la Pequeña e Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)**

A actividade do Bankpime, no 1.º Semestre de 2011, continuou a ser fortemente impactada pela conjuntura macroeconómica espanhola.

Sendo assim, os resultados do semestre foram fortemente marcados por um ambiente económico adverso, que se traduziu no aumento das perdas em 48,4% quando comparados com o período homólogo de 2010. No entanto, em 2010, o Bankpime teve resultados não recorrentes, sem os quais a variação seria de 5,4%.

Quanto ao produto bancário, este desceu 26% em termos homólogos, fortemente impactado pela descida da margem financeira (em 30%) e pelos resultados de operações financeiras (em 65%).

A margem financeira desceu devido à rigidez da carteira de crédito, ao baixo número de operações novas com margem superior e ao aumento de custo de *funding* decorrente das condições de mercado.

Os resultados em operações financeiras desceram devido a um resultado não recorrente em 2010. Sem esse resultado, os resultados em operações financeiras teriam subido 120%.

Os gastos gerais administrativos desceram 11,8%, em resultado da política de contenção de despesas implementada na instituição.

Valores expressos em milhares de euros

Contas Consolidadas (conforme normas do Banco de Espanha)	30-06-2011	30-06-2010	Variação %
Activo Líquido	512.055,0	653.897,0	-22%
Capitais Próprios	16.779,0	50.137,0	-67%
Produto da Actividade	8.731,0	11.877,0	-26%
Cash-Flow	-2.871,0	-1.274,0	-125%
Resultado do Exercício	-7.891,0	-5.316,0	-48%
ROA	-2,8%	-1,6%	-
ROE	-64,0%	-19,2%	-
Cost-to-Income	140,3%	117,5%	-

Nota: Valores correspondentes ao Bankpime a 100% (o Banif – Grupo Financeiro só detém uma participação de 28,861% a 30 de Junho de 2011 e detinha uma participação de 27,5% a 30 de Junho de 2010)

## 5. SECTOR SEGURADOR

No 1.º Semestre de 2011, de acordo com os dados disponibilizados pela APS – Associação Portuguesa de Seguradores, o Sector Segurador registou uma diminuição do volume de prémios de -29,1%, considerando a produção de contratos de investimento no Ramo Vida, relativos a produtos puramente financeiros.

O ramo Vida, considerando os contratos de investimento, apresentou, até Junho de 2011, uma variação negativa na produção de -38,9%. Para esta variação contribuiu significativamente o decréscimo de -71,2% registado nos produtos PPR.

O conjunto dos ramos Não Vida continua a demonstrar uma performance discreta ao registar, até Junho de 2011, uma variação positiva na produção de +0,1%. O reduzido aumento da produção dos ramos Não Vida foi, em parte, condicionado por uma conjuntura macroeconómica adversa, afectando, sobretudo, os ramos Acidentes de Trabalho (-2,4%) e Acidentes Pessoais (-10,4%).

## 5.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

### Principais Linhas de Actuação

Concluída no início de 2011 a fusão jurídica, no âmbito da qual integrou, por incorporação, a Global – Companhia de Seguros, S.A. e a Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., importa agora à Companhia de Seguros Açoreana, S.A. reforçar a sua dinâmica e capacidade de actuação no mercado segurador e consolidar a sua posição como o maior operador de capitais privados portugueses no segmento Não Vida.

As opções estratégicas aprovadas para o triénio 2011-2013, que reflectem a operação de integração das três Companhias numa única, têm enfoque em três objectivos:

- Rentabilidade;
- Manutenção da quota de mercado;
- Sustentabilidade.

No Plano Estratégico 2011-2013 a Açoreana lança como fórmula essencial de actuação a seguinte equação:  $R^2E^2$

Pretende-se que a Açoreana alcance níveis de rentabilidade em linha com as *best practices* ao nível do mercado, no que respeita ao nível de ROE, de modo a tornar-se, cada vez mais, uma referência no mercado por via da eficiência e da eficácia na qualidade de serviço, capacidade de inovação e rapidez de resposta.

Os objectivos corporativos da Açoreana, acima enunciados, consubstanciam-se nos seguintes quatro eixos de actuação:

- Rentabilidade técnica e gestão de risco;
- Manutenção da quota de mercado e optimização da gestão dos canais de distribuição;
- Modernização e eficiência operativa;



- Reforçar do governance e da cultura da Companhia.

### Evolução da Actividade e Principais Indicadores

O volume de negócios da Companhia de Seguros Açoreana, S.A. atingiu, durante o 1.º Semestre de 2011, o montante global de 244,4 milhões de euros, dos quais 92,3 milhões de euros referentes ao ramo Vida e 152,1 milhões de euros referentes aos ramos Não Vida.

Os ramos Não Vida, apresentam, no final de Junho, uma variação negativa do volume de prémios na ordem dos -6,6%, quando comparado com os valores agregados do 1.º Semestre de 2010, destacando-se a diminuição verificada nos Ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel e Responsabilidade Civil. Esta variação traduz, para além da perda sempre expectável em cenários de fusão e do contexto económico desfavorável, o impacto do processo de saneamento de carteira implementado pela Companhia, em alinhamento com o objectivo estratégico de melhorar os níveis de rentabilidade da carteira dos ramos Não Vida.

Não obstante, importa referir a evolução muito positiva registada pelos ramos Saúde e Acidentes Pessoais, respectivamente de +9,5% e +4,0% face ao período homólogo de 2010.

O Ramo Vida apresenta uma variação de -14,9% face aos valores agregados do período homólogo do ano anterior. Relativamente aos produtos considerados estratégicos, o Vida Risco apresentou uma variação positiva de +0,1% enquanto os PPR's apresentaram uma variação de -37,1%. Ainda assim, a Companhia registou uma performance melhor que o mercado segurador, o qual registou uma diminuição nos mesmos produtos de respectivamente -2,0% e -71,2%.

A distribuição dos produtos de seguros é efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e por 34 delegações próprias as quais resultam do processo de consolidação da rede da Açoreana após a integração da Global e da Global Vida. A estrutura actual conta com cerca de 4 265 agentes.

No final do 1.º Semestre de 2011 a quota de mercado da Açoreana era de 4,1%. No segmento Vida a quota era de 2,4% e no segmento Não Vida de 7,0%.

Os resultados líquidos obtidos no 1.º Semestre de 2011, no montante de 5,1 milhões de euros, revelam uma excelente recuperação face a 2010, não obstante, o contexto económico extremamente adverso em que a actividade se desenvolveu, bem como a actual conjuntura desfavorável dos mercados de capitais, com os respectivos impactos na gestão das carteiras de investimentos.

O activo líquido e os capitais próprios da Açoreana, no 1.º Semestre de 2011, atingiram, respectivamente, o montante de 1.373,5 milhões de euros e de 114,1 milhões de euros.

Com vista ao reforço dos níveis da margem de solvência, os accionistas da Açoreana procederam, em Abril de 2011, ao aumento do capital social da Companhia em 25 milhões de euros, situando-se o mesmo, actualmente, em 107,5 milhões de euros.

#### Grandes Agregados Económicos – Financeiros

Valores expressos em milhares de euros

Agregados	Junho	Junho	Variação	
	2010	2009	Valor	%
<b>Volume Negócios</b>	244.412	271.328	-26.916	-9,9%
<b>Vida</b>	92.276	108.373	-16.098	-14,9%
<b>Não Vida</b>	152.136	162.955	-10.819	-6,6%
<b>Activo Líquido</b>	1.373.525	1.412.081	-38.556	-2,7%
<b>Capitais Próprios</b>	114.076	99.101	14.975	15,1%
<b>Investimentos</b>	1.219.730	1.284.580	-64.850	-5,0%
<b>Cash-Flow Operacional</b>	8.075	-10.092	18.167	180,0%
<b>Resultado Antes Imposto</b>	6.963	-12.027	18.990	157,9%
<b>Resultados Líquidos</b>	5.056	-9.257	14.313	154,6%

Nota: Para efeitos de comparabilidade, os valores de Junho de 2010 reflectem os valores agregados das 3 Companhias (Açoreana, Global Seguros e Global Vida).

## 6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO

### 6.1 Banif Imobiliária, S.A.

A Banif Imobiliária, SA tem desenvolvido a sua actividade centrada na gestão de imóveis de propriedade própria ou de outras entidades integradas no Banif - Grupo Financeiro, particularmente no ramo da Banif Comercial, SGPS, SA. Essencialmente, a sua actividade divide-se em duas áreas distintas:

- A aquisição de imóveis para arrendamento a entidades do Grupo Banif;

- A gestão, orientada fundamentalmente para a alienação ou arrendamento de património próprio ou de outras entidades do Grupo Banif, activos esses designados por “imóveis não afectos à exploração”.

A Banif Imobiliária assegura, ainda, a gestão de aspectos processuais e administrativos de imóveis detidos por três Fundos de Investimento Imobiliário tendo, para esse efeito, celebrado contratos de prestação de serviços com a Banif Gestão de Activos, sociedade gestora dos referidos Fundos.

O valor dos imóveis afectos à exploração tem diminuído, por um lado na medida em que os mesmos têm vindo a ser vendidos a um Fundo Imobiliário especializado e, por outro lado, devido à estagnação do processo de abertura de novas agências. No semestre em apreço, a Banif Imobiliária não vendeu qualquer imóvel, tendo gerado receitas de 562 milhares de euros, provenientes de contratos de arrendamento.

Conforme atrás referido, a Sociedade também desenvolve a sua actividade no âmbito dos imóveis “não afectos à exploração”, de propriedade própria ou de outras sociedades do Grupo, cujo objectivo prioritário é proceder à sua venda, arrendamento ou valorização para essas finalidades.

Assim, no final do semestre em apreço, o valor destes imóveis ascende a 287,7 milhões de euros contra 143,7 milhões de euros no final de Junho de 2010, ou seja duplicou face a igual período do ano transacto. No 1.º Semestre de 2011, a Banif Imobiliária adquiriu um conjunto de imóveis pelo valor de 28,5 milhões de euros.

No que concerne ao “desinvestimento” neste tipo de imóveis, durante o 1.º Semestre de 2011 a Banif Imobiliária contratou novas vendas no montante de 2,7 milhões de euros contra 10,1 milhões de euros em igual período do ano anterior, tendo ainda realizado vendas no valor de 6,6 milhões de euros, contra 5,2 milhões de euros em igual período do ano passado.

A Banif Imobiliária tem, ainda, actualmente, sob gestão um conjunto de activos imobiliários, próprios e alheios, cujo valor, reportado a 30 de Junho de 2011, ascendia a 278,5 milhões de euros, bem como, ainda colabora ao nível administrativo em outros imóveis e que ascendem a mais 33,7 milhões de euros.

Até 30 de Junho de 2011, os proveitos totais gerados ascenderam a 2.896 milhares de euros, provenientes essencialmente de rendas, no valor de 818 milhares de euros, de vendas de mercadorias, no montante 853 milhares de euros, de serviços prestados, que ascenderam a 341 milhares de euros e, ainda, de uma indemnização no montante de 884 milhares de euros, tendo os seus custos totais atingido o valor de 4.268 milhares de euros, para os quais contribuíram, fundamentalmente, os custos com as mercadorias vendidas e com as matérias consumidas do montante de 1.085 milhares de euros e os juros pagos, referentes a financiamentos contratados, no valor de 2.656 milhares de euros.

No decurso do primeiro semestre de 2011, prosseguiram um conjunto de acções, em diferentes domínios tendentes à valorização e arrendamento dos imóveis de maior expressão financeira, tendo, para o efeito, sido estabelecidos contactos com as entidades competentes e com potenciais interessados, encontrando-se negociações em curso, para alguns imóveis de elevado montante.

O Resultado Líquido apurado no 1.º semestre de 2011 cifrou-se em – 1.372 milhares de euros.

Valores expressos em milhares de euros

	30-06-2011	30-06-2010	Varição %
<b>Activo Líquido</b>	138.874	72.282	92%
<b>Capitais Próprios</b>	1.175	2.909	-60%
<b>Resultado do Exercício</b>	-1.030	-181	-

## 6.2 BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

O plano de actividades da BanifServ para 2011 comporta 38 projectos, dos quais 7 foram concluídos no decorrer do primeiro semestre, 1 foi anulado e 5 foram subsequentemente incluídos já no decorrer do ano.

A tecnologia e os sistemas de informação continuam a desempenhar um papel fundamental no suporte e no desenvolvimento da actividade, quer através da disponibilização de novas ferramentas, quer disponibilizando os meios necessários para promover a eficácia, a eficiência e a racionalização de custos e de recursos.

Dos projectos desenvolvidos, alguns englobando mais do que uma Agrupada, merecem referência os seguintes:

- Desenvolvimento de uma nova solução de suporte aos balcões do Banif, reforçando os níveis de ergonomia, navegabilidade e qualidade da informação ao dispor dos utilizadores internos e Clientes (em curso);
- Conclusão da disponibilização de uma nova operativa de Depósitos à Ordem para o Banif, melhorando o nível de funcionalidades, operacionalidade, integração e flexibilidade do sistema, criando um novo patamar de cobertura dos requisitos de negócio;

- Cisão-Fusão da Agrupada Banif Co, através da integração dos seus sistemas de informação e respectiva carteira no Banif e no Banif Mais (em curso);
- Desenvolvimento de um novo sistema de gestão de Terminais de Pagamentos Automático e Caixas Automático para o Banif, reforçando o controlo operacional e melhorando o nível de serviço prestado aos clientes (em curso);
- Disponibilização de novas funcionalidades na Banca Electrónica, alargando dessa forma o leque de operações ao dispor dos clientes, das quais se indicam, a título de exemplo, a disponibilização de notas de lançamento em formato electrónico (em curso);
- Desenvolvimento de um novo portal externo do Banif, para Clientes e Não Clientes, disponibilizando uma nova área segura e novas funcionalidades electrónicas para realização de operações com o Banco (em curso);
- Desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de linhas e limites de Crédito para o Banif, melhorando a operacionalidade e o grau de alinhamento da aplicação com os requisitos de negócio;
- Desenvolvimento de um novo sistema de gestão de Garantias emitidas para o Banif, tendo por base uma reengenharia dos processos actuais, com o objectivo principal de aumentar o controlo e a eficiência da operativa (em curso);
- Desenvolvimento do suporte informático a cartões pré-pagos para o Banif, reforçando por esse meio o leque de produtos a oferecer aos Clientes (em curso);
- Alargamento da utilização da solução de *single sign-on*, actualmente já em funcionamento nos balcões, para os utilizadores dos edifícios centrais do Banif reforçando a ergonomia, segurança e a facilidade de utilização dos postos de trabalho (em curso).

O número de colaboradores da BanifServ é de 58, 3 dos quais em regime de contrato a termo. Destes elementos, 30 estão afectos à manutenção, ao desenvolvimento de projectos e ao órgão de relacionamento com os Clientes, 23 aos sistemas e à gestão da produção, 2 ao suporte administrativo e 3 são elementos de gestão.

No final do 1.º Semestre de 2011, a BanifServ apresentou proveitos de 6,1 milhões de euros, dos quais 5,5 milhões de euros são respeitantes à prestação de serviços às Agrupadas, 480 milhares de euros de trabalhos para o próprio ACE, 47 milhares de euros de outros rendimentos e ganhos e 1.130,29 euros de proveitos financeiros.



CONFIANÇA



HUMANISMO



EFICÁCIA



INOVAÇÃO



AMBIÇÃO

# 03

## ANÁLISE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS E PERSPECTIVAS FUTURAS



**BANIF**

### III. ANÁLISE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

#### 1. ANÁLISE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

Os resultados líquidos da Banif SGPS atingiram 8,5 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2011, representando uma descida de 38,3% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

##### Análise dos Resultados

O Produto da Actividade do Grupo atingiu 277,3 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2011, registando um aumento de 10,2% em termos homólogos. Para este desempenho contribuíram vários factores, nomeadamente:

- Uma diminuição de 13,0% na Margem Financeira, para 147,5 milhões de euros, devida ao incremento dos custos de financiamento decorrentes do endividamento das holdings do Grupo (+ 125,6% para 18,8 milhões de euros), a que se juntou o agravamento do custo dos recursos de clientes e a redução da actividade creditícia, em especial no 1.º Semestre de 2011. Com efeito, o aumento dos *spreads* de crédito registado ao nível do segmento de empresas não foi suficiente para compensar o aumento do custo médio dos depósitos a prazo de clientes, pelo que a margem de intermediação sofreu uma ligeira redução ao longo do semestre em apreciação;
- Os Outros Proveitos aumentaram 59,6% para 120,2 milhões de euros decompondo-se, essencialmente, numa diminuição de 10,5% nas comissões líquidas, para 54,4 milhões de euros, e no registo de uma mais-valia da alienação de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, que se cifrou no montante de 34 milhões de euros (líquidos de impostos correspondentes a 28,6 milhões de euros);
- Os Resultados de Operações Financeiras aumentaram de 6,9 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2010 para 9,6 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2011.

Relativamente à estrutura de custos, os Custos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal (custos de funcionamento) totalizaram 160,7 milhões de euros, aumentando 0,4% face ao final do 1.º Semestre de 2010. No 1.º Semestre de 2011 foram encerradas 11 agências bancárias em Portugal, essencialmente devido à forte política de contenção de custos prosseguida ao nível doméstico. O rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade)<sup>1</sup> desceu de 71,2%, no final do 1.º Semestre de 2010, para 63,6%, no final 1.º Semestre de 2011.

<sup>1</sup> Estes rácios excluem as actividades não financeiras e auxiliares. O produto da actividade inclui o resultado de 'Investimento em associadas' excluídas da consolidação.

Assim, o Cash Flow de exploração consolidado do Banif – Grupo Financeiro ascendeu a 116,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 27,1% relativamente ao final do 1.º Semestre de 2010.

No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas do exercício, registou-se, no final do 1.º Semestre de 2011, um aumento de 88,6% para 80,8 milhões de euros. Atendendo à actual conjuntura económica, o Grupo manteve uma política prudente e conservadora no que respeita à avaliação da imparidade da carteira de crédito, que resultou num reforço da imparidade no montante de 72,8 milhões de euros no 1.º Semestre de 2011, face aos 37,6 milhões de euros do 1.º Semestre de 2010.

Face ao resultado líquido de 8,5 milhões de euros obtido pelo Banif – Grupo Financeiro em 30 de Junho de 2011, o Retorno dos Capitais Próprios (ROE) fixou-se em 1,7%, contra 2,9% no final do 1.º Semestre 2010, enquanto o Retorno sobre os Activos (ROA) atingiu 0,11%, face a 0,18% a 30 de Junho de 2010. Ambos os rácios foram calculados em termos anualizados e com base em valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Grupo.

### **Análise do Balanço**

O Activo Líquido do Banif - Grupo Financeiro totalizava 17.032,6 milhões de euros, em 30 de Junho de 2011, registando um crescimento de 9,4% face ao final do 1.º Semestre de 2010.

Neste âmbito, o Crédito Bruto Concedido a Clientes, deduzido de títulos classificados em empréstimos concedidos e contas a receber, atingiu 12.313,3 milhões de euros a 30 de Junho de 2011, descendo cerca de 1,5% em termos homólogos. No mesmo período, o rácio de Imparidade do Crédito/Crédito Total subiu de 4,42% para 5,35%, influenciado sobretudo pelo agravamento dos níveis de incumprimento do crédito às empresas, por sua vez resultante de uma conjuntura económica bastante desfavorável.

Em termos de recursos de Clientes, merece referência o crescimento homólogo de 8,9% registado nos Depósitos, para 8.122 milhões de euros. Considerando a totalidade de recursos de clientes em balanço (incluindo, além dos depósitos, os certificados de depósitos e outros títulos de dívida), o crescimento homólogo foi de 12,9% para 9.194 milhões no final do 1.º Semestre de 2011, traduzindo um rácio de transformação de 127% contra 150% em Junho de 2010 (calculado sobre crédito líquido de imparidade e recursos totais de clientes).

Quanto aos recursos “fora de balanço”, o seu total ascendia a 3.836 milhões de euros a 30 de Junho de 2011, com a comparação homóloga (+27,4%) a beneficiar ainda do efeito da integração dos activos sob gestão da unidade de banca de investimento, associados ao fundo de gestão passiva do BPP e à carteira da Global – Companhia de Seguros, SA e Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA, entretanto adquiridas pela unidade seguradora do Grupo, Companhia de Seguros Açoreana, SA, eventos ocorridos nos 2.º semestre de 2010.



Os Capitais Próprios, deduzidos de Interesses Minoritários, registaram um aumento de 7,6%, de 944,4 milhões de euros para 1.016,6 milhões de euros entre o final dos 1.ºs Semestres de 2010 e 2011, essencialmente em resultado dos seguintes factores (aumentos (+); diminuições (-)):

(+) Aumento de capital no montante de 80 milhões de euros, totalmente realizado em Dezembro de 2010;

(+) Resultado acumulado nos últimos Semestre de 2010 de 19,6 milhões de euros;

(+) Resultado acumulado do 1.º Semestre de 2011 de 8,5 milhões de euros;

(-) Diminuição das reservas de reavaliação em 36,8 milhões de euros;

(-) Variações cambiais negativas de 1,8 milhões de euros.

Os Fundos Próprios de Base do Grupo (Tier 1), em base IAS/IFRS e Basileia, totalizavam 1.097,5 milhões de euros, enquanto os Activos Ponderados (Risk Weighted Assets) ascendiam a 13.049 milhões de euros, a que correspondia um rácio de Tier 1 no final do 1.º Semestre de 2011 de 8,41% (contra 7,89% no final do 1.º Semestre de 2010). O Core Tier 1 do Grupo, também em base IAS/IFRS e Basileia, era no final do 1.º Semestre de 2011 de 7,84% (contra 6,68% no final do 1.º Semestre de 2010). Por seu turno, os Fundos Próprios Totais do Banif – Grupo Financeiro elevavam-se a 1.280,8 milhões de euros, a que correspondia um rácio de solvabilidade total de 9,82% (contra 9,89% no final do 1.º Semestre de 2010).

### Resultados por área de negócio

O Banif - Grupo Financeiro organiza a sua actividade por cinco grandes áreas de negócio, cujo desempenho em termos dos resultados recorrentes obtidos se descreve de seguida:

**Banca Comercial:** os resultados atingiram cerca de 4,6 milhões de euros, representando um decréscimo de 47% face a igual período de 2010, em resultado do reforço de imparidade de crédito principalmente nas unidades domésticas.

**Crédito especializado:** os resultados situaram-se em 2,1 milhões de euros no 1º Semestre de 2011, face a 15,7 milhões obtidos no 1º Semestre de 2010. Apesar do bom desempenho operacional das unidades que compõem a sub-holding Banif Mais SGPS, SA com um resultado positivo de 11,0 milhões de euros em 2011

(+30% em termos homólogos), o processo de integração da Banif Co – Instituição Financeira de Crédito SA por fusão no Banco Mais, SA, prejudicou o comparativo global face a 2010.

**Banca de Investimento:** os resultados situaram-se em 16,1 milhões de euros, face a um lucro de 2,5 milhões de euros no 1º Semestre de 2010, essencialmente explicada pela mais valia de 28,6 milhões de euros da alienação de 70% da Banif Corretora de Câmbios e Valores com sede no Brasil.

**Seguros:** o contributo da Rentipar Seguros, SGPS, SA situou-se em 0,7 milhões de euros, que compara com -1,9 milhões de euros no 1º Semestre de 2010. Este desempenho é essencialmente explicado pela actividade operacional da Companhia de Seguros Açoreana, que apresentou uma melhoria significativa face ao ano transacto, fruto das medidas de reestruturação tomadas entretanto.

**Holdings:** o impacto da consolidação das holdings agravou-se de -11,22 milhões de euros para -14,95 milhões de euros no 1º Semestre de 2011, reflectindo essencialmente o incremento dos custos de financiamento associados ao seu endividamento.

	Actividade Doméstica			Actividade Internacional			Total		
	Jun-11	Jun-10	Variação	Jun-11	Jun-10	Variação	Jun-11	Jun-10	Variação
Banca Comercial	- 0,57	2,70	-121%	5,20	5,96	-13%	4,63	8,66	-47%
Crédito Especializado	2,43	16,21	-85%	- 0,33	- 0,49	-34%	2,10	15,72	-87%
Banca Investimento	0,07	5,41	-99%	15,98	- 2,89	-653%	16,05	2,52	538%
Holdings e outros	- 13,19	- 10,32	28%	- 1,77	- 0,90	95%	- 14,95	- 11,22	33%
Seguros	0,67	- 1,89	-136%	-	-	-	0,67	- 1,89	-136%
<b>Total</b>	<b>- 10,59</b>	<b>12,11</b>	<b>- 4,13</b>	<b>19,09</b>	<b>1,67</b>	<b>- 6,04</b>	<b>8,50</b>	<b>13,78</b>	<b>-38%</b>

## Rede Comercial

A rede de pontos de venda do Banif - Grupo Financeiro passou de 622 para 585, entre 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2011, essencialmente em resultado da racionalização da rede de escritórios da área de Seguros do Grupo, que passou de 85 para 59 unidades entre as referidas datas. O número de agências bancárias em Portugal diminuiu de 378 para 373 nos últimos 12 meses, já que as aberturas ainda ocorridas durante o ano de 2010 foram compensadas pelos encerramentos registados já no 1º Semestre de 2011. Atendendo às actuais circunstâncias económicas, o Grupo continuará a avaliar de forma criteriosa a dimensão da sua rede em Portugal com base em estritos critérios de produtividade e eficiência.

Relativamente à actividade seguradora do Banif – Grupo Financeiro, o volume de prémios emitidos de 221,0 milhões de euros evidencia uma diminuição de 5,0% relativamente ao 1.º Semestre de 2010.

## ANÁLISE COMPARATIVA

Banif - Grupo Financeiro

Expresso em milhares de Euros

Balço	30-06-2011	30-06-2010	Varição absoluta	Varição %
1 Activo Líquido	17.032.684	15.568.251	1.464.433	9,4%
2 Crédito Concedido (Bruto) (1)	12.313.324	12.495.624	-182.300	-1,5%
3 Depósitos de clientes	8.122.275	7.459.057	663.218	8,9%
4 Recursos totais de Clientes (balço)	9.193.746	8.141.742	1.052.004	12,9%
5 Capitais Próprios (2)	1.016.553	944.412	72.141	7,6%
Demonstração de resultados	30-06-2011	30-06-2010	Varição absoluta	Varição %
6 Margem Financeira	147.474	169.548	-22.074	-13,0%
7 Lucros em Operações Financeiras (líq.)	9.637	6.912	2.725	39,4%
8 Outros Proveitos (líq.)	120.236	75.322	44.914	59,6%
9 Produto da Actividade	277.347	251.782	25.565	10,2%
10 Custos com Pessoal	91.202	92.735	-1.533	-1,7%
11 Gastos Gerais Administrativos	69.466	67.261	2.205	3,3%
12 Cash Flow	116.679	91.786	24.893	27,1%
13 Amortizações do Exercício	18.097	18.729	-632	-3,4%
14 Provisões e Imparidade (líq.)	80.835	42.865	37.970	88,6%
15 Equivalência Patrimonial	1.292	-2.370	3.662	154,5%
16 Diferenças de consolidação negativas	-	-	-	-
17 Resultado antes de Impostos	19.039	27.822	-8.783	-31,6%
18 Impostos (correntes e diferidos)	4.675	11.337	-6.662	-58,8%
19 Interesses Minoritários	5.864	2.704	3.160	116,9%
20 Resultado Consolidado	8.500	13.781	-5.281	-38,3%
Outros indicadores	30-06-2011	30-06-2010	Varição absoluta	Varição %
21 Prémios de Seguros (Total)	220.971	232.625	-11.654	-5,0%
- Prémios Vida	90.455	102.827	-12.372	-12,0%
- Prémios Não Vida	130.516	129.798	718	0,6%
22 Activos sob Gestão (valores em milhões de euros)	3.836	3.012	824	27,4%
23 Imparidade de Crédito / Crédito Total	5,35%	4,42%	-	-
24 ROE	1,7%	2,9%	-	-
25 ROA	0,11%	0,18%	-	-
26 Rácio de Solvabilidade (base Core Criteria de Basileia)	9,82%	9,89%	-	-
27 Tier 1 (base Core Criteria de Basileia)	8,41%	7,89%	-	-
28 Core Tier 1 (base Core Criteria de Basileia)	7,84%	6,68%	-	-
29 Rácio de Solvabilidade (base regulamentar Banco de Portugal)	8,30%	8,63%	-	-
30 Tier 1 (base regulamentar Banco de Portugal)	7,06%	6,09%	-	-
31 Core Tier 1 (base regulamentar Banco de Portugal)	6,49%	4,88%	-	-
32 Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médio	0,24%	0,37%	-	-
33 Produto da Actividade / Activo Líquido Médio	3,45%	3,38%	-	-
34 Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios (Incluindo Interesses Minoritários)	3,0%	4,7%	-	-
35 Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade (3)	63,6%	71,2%	-	-
36 Custos Com Pessoal / Produto da Actividade (3)	32,7%	36,8%	-	-

(1) Deduzidos de títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber

(2) Deduzidos de Interesses Minoritários

(3) Estes rácios excluem as actividades não financeiras e auxiliares. O produto da actividade inclui o resultado de Investimento em associadas excluídas da consolidação

## 2. Perspectivas Futuras

O enquadramento macroeconómico em que o sector bancário português e, logo, o Banif – Grupo Financeiro, têm vindo a desenvolver a sua actividade tem-se caracterizado por um crescente nível de complexidade, decorrente, por um lado, de uma maior e mais exigente regulamentação ao nível da supervisão do sector financeiro, e, por outro, de condições de mercado particularmente adversas, consubstanciadas, designadamente, em importantes constrangimentos de liquidez, no aumento do custo de *funding* e na deterioração da qualidade da carteira de crédito.

Recentemente, estas condições de mercado foram agravadas pela crise das finanças públicas dos países do Sul da Europa, que levou à subida dos *spreads* das respectivas dívidas soberanas, ao *downgrade* das suas notações de *rating* e ao agravamento das dificuldades, por parte dos bancos destes países, de acesso aos mercados monetários e de capitais internacionais, os quais se viram, assim, limitados a recorrer às operações de refinanciamento do Banco Central Europeu e à captação de recursos junto dos seus Clientes.

A deterioração persistente e continuada das condições de financiamento da República Portuguesa, particularmente visível durante o mês de Março, veio a resultar num pedido de auxílio financeiro às instâncias europeias por parte do Governo Português no início de Abril, na sequência do qual foram assinados as Letters of Intent (LoI), o Memorandum of Economic and Financial Policies (MEFP), o Technical Memorandum of Understanding (TMoU) e o Memorandum of Understanding on Specific Economic Policy Conditionality (MoU) com a UE, o BCE e o FMI, já em Maio.

Os MEFP, TMoU e MoU contemplam um pacote de ajuda de 78 mil milhões de euros e estabelecem, entre outras medidas abrangentes para toda a economia, um novo enquadramento estratégico para o sector financeiro durante o período de vigência do Acordo (2011-2014), com enfoque específico sobre requisitos de capital e liquidez.

Neste contexto, o Banif – Grupo Financeiro está, presentemente, a proceder a uma reavaliação profunda e exaustiva de todo o seu portfólio de negócios, doméstico e internacional, com o intuito de otimizar a sua alocação de capital pelos vários segmentos de negócio e geografias, de forma a atingir de forma eficiente, os requisitos de capital definidos pelo Banco de Portugal, de 9% em 2011 e de 10% em 2012, relativamente ao rácio *Core Tier 1*.

Adicionalmente, o Banif – Grupo Financeiro continua comprometido com os esforços de desalavancagem de balanço para níveis que permitam, a breve prazo, um regresso normalizado a fontes de mercado tradicionais, o que passará por uma aposta reforçada na captação de depósitos mas também por uma redução selectiva da carteira de crédito doméstica, quer por via do abrandamento dos actuais níveis de produção, quer por via de vendas em mercado secundário, caso as condições de mercado o permitam.

O Banif – Grupo Financeiro está igualmente empenhado em melhorar de forma substancial os seus níveis de eficiência operacional, através de medidas efectivas de redução de custos, entre as quais se inclui o lançamento de uma plataforma de serviços partilhada em Portugal, que deverá abranger as unidades de retalho (Banif), de crédito especializado (Banif Mais) e de banca de investimento (Banco de Investimento).

Importa salientar que as exigências colocadas no âmbito dos MEFP, TMOU e MOU se focam sobretudo ao nível de Portugal, pelo que o Grupo continua apostado em preservar a capacidade de geração de valor dos seus negócios internacionais, de forma a acomodar potenciais menores níveis de rentabilidade no mercado doméstico. Por outro lado, o impacto esperado do severo ajuste orçamental e de contas externas a que a economia portuguesa será sujeita nos próximos trimestres obriga a uma monitorização apertada dos desenvolvimentos operacionais, que poderão implicar reavaliações regulares das medidas que venham a ser tomadas.

# 04

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



**BANIF**

GRUPO  
FINANCEIRO

## IV - Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 1 - Balanço

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Não Auditado

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2011			31-12-2010
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	248.434	-	248.434	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	222.097	-	222.097	217.814
Activos financeiros detidos para negociação	8	339.713	-	339.713	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	294.140	-	294.140	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	10,17	1.557.040	(4.119)	1.552.921	294.410
Aplicações em instituições de crédito		473.760	-	473.760	491.022
Crédito a clientes	11,17	12.358.349	(659.372)	11.698.977	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade		49.227	-	49.227	63.939
Activos com acordo de recompra		51.142	-	51.142	51.004
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	17	259.648	(8.284)	251.364	167.456
Propriedades de investimento	12	682.556	-	682.556	272.591
Outros activos tangíveis	13	448.367	(169.916)	278.451	269.957
Activos intangíveis	14,17	94.829	(71.176)	23.653	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	15,17	170.128	(10.067)	160.061	151.280
Activos por impostos correntes		22.121	-	22.121	27.104
Activos por impostos diferidos		113.315	-	113.315	72.697
Provisões técnicas de resseguro cedido		-	-	-	-
Outros activos		583.635	(12.883)	570.752	428.548
Devedores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros activos	16,17	583.635	(12.883)	570.752	428.548
<b>Total do Activo</b>		<b>17.968.501</b>	<b>(935.817)</b>	<b>17.032.684</b>	<b>15.710.692</b>
Recursos de Bancos Centrais	18	-	-	2.867.083	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	103.071	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19	-	-	111.656	118.886
Recursos de outras instituições de crédito	20	-	-	1.408.790	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	21	-	-	8.122.275	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos	22	-	-	2.307.599	2.380.021
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	600	1.303
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	23	-	-	13.984	15.230
Provisões técnicas		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes		-	-	11.240	10.850
Passivos por impostos diferidos		-	-	57.414	32.211
Instrumentos representativos de capital	24	-	-	35.839	45.651
Outros passivos subordinados	25	-	-	242.983	268.178
Outros passivos		-	-	361.368	349.150
Credores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros passivos	26	-	-	361.368	349.150
<b>Total do Passivo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.643.902</b>	<b>14.431.815</b>
Capital	27	-	-	570.000	570.000
Prémios de emissão	27	-	-	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	27	-	-	95.900	95.900
Ações próprias	27	-	-	(1.095)	(1.043)
Reservas de reavaliação	27	-	-	(33.277)	(10.572)
Outras reservas e resultados transitados	27	-	-	272.411	243.328
Resultado do exercício	27	-	-	8.500	33.426
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Interesses minoritários	28	-	-	372.229	243.724
<b>Total do Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.388.782</b>	<b>1.278.877</b>
<b>Total do Passivo + Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.032.684</b>	<b>15.710.692</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 2 – Demonstração de Resultados

**BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS**

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

Não Auditado

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	1.º Semestre		2.º Trimestre	
	30-06-2011	30-06-2010	30-06-2011	30-06-2010
Juros e rendimentos similares	424.404	351.007	220.051	180.404
Juros e encargos similares	(276.930)	(181.459)	(150.497)	(91.921)
<b>Margem financeira</b>	<b>147.474</b>	<b>169.548</b>	<b>69.554</b>	<b>88.483</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	351	825	53	413
Rendimentos de serviços e comissões	66.470	71.035	32.217	38.262
Encargos com serviços e comissões	(12.117)	(10.311)	(6.055)	(5.964)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(17.434)	5.501	(10.516)	(1.773)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(900)	1.313	(1.015)	1.313
Resultados de reavaliação cambial	18.203	(727)	8.152	(1.208)
Resultados de alienação de outros activos	35.182	1.515	31.689	1.014
Prémios líquidos de resseguro	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros	-	-	-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	-	-	-	-
Outros resultados de exploração	40.118	13.083	33.455	9.346
<b>Produto da actividade</b>	<b>277.347</b>	<b>251.782</b>	<b>157.534</b>	<b>129.886</b>
Custos com pessoal	(91.202)	(92.735)	(46.064)	(46.646)
Gastos gerais administrativos	(69.466)	(67.261)	(36.570)	(35.051)
Amortizações do exercício	13,14 (18.097)	(18.729)	(8.971)	(9.236)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23 (1.269)	783	(829)	679
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17 (72.840)	(37.614)	(52.311)	(21.029)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17 -	(4.895)	-	(3.345)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17 (6.726)	(1.139)	(5.451)	218
Diferenças de consolidação negativas	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	15 1.292	(2.370)	1.041	(4.244)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>19.039</b>	<b>27.822</b>	<b>8.379</b>	<b>11.232</b>
Impostos	(4.675)	(11.337)	(2.486)	(7.099)
Correntes	(11.279)	(7.326)	(7.167)	(4.507)
Diferidos	6.604	(4.011)	4.681	(2.592)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>14.364</b>	<b>16.485</b>	<b>5.893</b>	<b>4.133</b>
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-	-	-
Interesses que não controlam	28 (5.864)	(2.704)	(3.696)	(1.096)
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>8.500</b>	<b>13.781</b>	<b>2.197</b>	<b>3.037</b>
Resultado por acção básico (expresso em € por acção)	0,01	0,03	0,00	0,01
Resultado por acção diluído (expresso em € por acção)	0,01	0,02	0,00	0,01

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



### 3 – Demonstração do Rendimento Integral

BANIF - SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

Não Auditado

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>30-06-2011</u>	<u>30-06-2010</u>
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>14.364</b>	<b>16.485</b>
<u>Outro rendimento integral</u>		
Activos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos / (perdas) no justo valor	(26.890)	(3.557)
Impostos ganhos / (perdas) no justo valor	7.373	965
Ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	(5.109)	(1.984)
Impostos ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	1.206	277
Ganhos em reavaliações imóveis	50	517
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	799	833
Impostos de instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(134)	(145)
	<u>(22.705)</u>	<u>(3.094)</u>
Variações cambiais	(2.897)	14.672
<b>Total do rendimento integral líquido de impostos, antes de interesses que não controlam</b>	<b>(11.238)</b>	<b>28.063</b>
Interesses que não controlam	(5.864)	(2.704)
<b>Total do rendimento integral, líquido de impostos</b>	<b>(17.102)</b>	<b>25.359</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

## DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITALS PRÓPRIOS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

Não Auditado

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Outros Instrumentos de Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas de Reavaliação	Resultados Transitados	Outras Reservas	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldos em 31-12-2010	570.000	95.900	(1.043)	104.114	(10.572)	374.460	(131.132)	33.426	243.724	1.278.877
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior										
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	33.426	-	(33.426)	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral	-	-	-	-	(22.705)	-	(2.897)	8.500	-	(17.102)
Acções próprias	-	-	(52)	-	-	-	-	-	-	(52)
Operações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	128.505	128.505
Outras variações em capital próprio	-	-	-	-	-	-	(1.446)	-	-	(1.446)
<b>Saldos em 30-06-2011</b>	<b>570.000</b>	<b>95.900</b>	<b>(1.095)</b>	<b>104.114</b>	<b>(33.277)</b>	<b>407.886</b>	<b>(135.475)</b>	<b>8.500</b>	<b>372.229</b>	<b>1.388.782</b>
Saldos em 31-12-2009	490.000	104.114	(1.035)	95.900	6.645	328.715	(136.662)	54.075	238.174	1.179.926
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	45.745	-	(45.745)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(11.270)	(8.330)	-	(19.600)
Distribuição de dividendos preferenciais	-	-	-	-	-	-	(1.543)	-	-	(1.543)
Rendimento integral	-	-	-	-	(3.094)	-	14.672	13.781	-	25.359
Acções próprias	-	-	(19)	-	-	-	-	-	-	(19)
Operações com Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	17.407	17.407
Outras variações em capital próprio	-	-	-	-	-	-	(1.537)	-	-	(1.537)
<b>Saldos em 30-06-2010</b>	<b>490.000</b>	<b>104.114</b>	<b>(1.054)</b>	<b>95.900</b>	<b>3.551</b>	<b>374.460</b>	<b>(136.340)</b>	<b>13.781</b>	<b>255.581</b>	<b>1.199.993</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 5 - Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

Não Auditado

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30-06-2011	30-06-2010
<b>ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>		
<u>Resultados de Exploração:</u>		
Resultado líquido do exercício	8.500	13.781
Imparidade em crédito concedido	72.840	37.614
Outras perdas por imparidade	6.726	6.034
Provisões do exercício	1.269	(783)
Amortizações do exercício	18.097	18.729
Dotação para impostos do exercício	4.675	11.337
Interesses que não controlam	5.864	2.704
Derivados (líquido)	1.106	(239)
Resultados de empresas excluídas da consolidação	(1.292)	2.370
Dividendos reconhecidos	(351)	(825)
Juros pagos de passivos subordinados	11.149	10.645
Juros pagos de passivos não subordinados	9.793	8.384
Ganhos não realizados em propriedades de investimento	(7.804)	0
	<b>130.572</b>	<b>109.751</b>
<u>Variação dos Activos e Passivos Operacionais:</u>		
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros detidos para negociação	156.715	(20.194)
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros ao justo valor através de resultados	107.141	7.297
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros disponíveis para venda	(1.258.516)	(127.729)
(Aumento)/Diminuição de aplicações em outras instituições de crédito	17.262	(105.389)
(Aumento)/Diminuição de investimentos detidos até à maturidade	14.712	12.062
(Aumento)/Diminuição de empréstimos a clientes	435.546	(720.863)
(Aumento)/Diminuição de activos não correntes detidos para venda	(87.066)	(7.766)
(Aumento)/Diminuição de activos com acordo de recompra	(138)	(66.218)
(Aumento)/Diminuição de outros activos	(447.964)	(132.565)
Aumento/(Diminuição) de recursos de bancos centrais	928.936	440.168
Aumento/(Diminuição) de passivos financeiros detidos para negociação	(79.114)	39.942
Aumento/(Diminuição) de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(7.230)	(43.921)
Aumento/(Diminuição) de recursos de outras instituições de crédito	34.037	(92.815)
Aumento/(Diminuição) de recursos de clientes	282.225	657.583
Aumento/(Diminuição) de responsabilidades representadas por títulos	57.578	(15.297)
Aumento/(Diminuição) de outros passivos	90.447	10.570
	<b>244.571</b>	<b>(165.135)</b>
<b>Fluxos das actividades operacionais</b>	<b>375.143</b>	<b>(55.384)</b>
<b>ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Investimento em subsidiárias e associadas	-	(33.383)
Aquisição de activos tangíveis	(13.998)	(19.489)
Alienação de activos tangíveis	3.257	6.598
Aquisição de activos intangíveis	(4.671)	(2.075)
Aquisição de propriedades de investimento	(69.415)	(3.182)
Alienação de propriedades de investimento	37.011	664
Dividendos recebidos	351	825
Caixa e equivalentes de novas entidades no perímetro	2.824	-
<b>Fluxos das actividades de investimento</b>	<b>(44.641)</b>	<b>(50.042)</b>
<b>ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Aquisição de acções próprias	(52)	(19)
Reembolso de passivos subordinados	(35.712)	(11.779)
Juros pagos de passivos subordinados	(11.149)	(10.645)
Emissão de obrigações não subordinadas	20.000	150.000
Reembolso de obrigações não subordinadas	(150.000)	-
Instrumentos representativos de capital	(9.812)	1.654
Juros pagos de obrigações não subordinadas	(9.793)	(8.384)
Dividendos pagos de acções ordinárias	-	(19.600)
Dividendos pagos de acções preferenciais	-	(4.719)
<b>Fluxos das actividades de financiamento</b>	<b>(196.518)</b>	<b>96.508</b>
	<b>133.983</b>	<b>(8.918)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>		
Caixa e seus equivalentes no início do período	336.548	507.176
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	470.531	498.258
	<b>133.983</b>	<b>(8.918)</b>
<b>Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 30 de Junho</b>		
Caixa	49.487	60.552
Depósitos à ordem em bancos centrais	198.947	245.050
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	151.811	115.312
Cheques a cobrar	23.654	27.332
Outros	46.632	50.012
	<b>470.531</b>	<b>498.258</b>
<b>Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade</b>	-	-

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif - Grupo Financeiro (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro.

A Banif - SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Rua João Tavira, nº 30, 9004 – 509 Funchal, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 15.

A Banif – SGPS, SA é detida em 53,871% pela Rentipar Financeira, SGPS, SA e esta pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque.

As acções da Banif - SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 31 de Agosto de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 30 de Junho de 2011.

Nos termos do n.º3, artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários, declara-se que as presentes demonstrações financeiras não foram sujeitas a auditoria ou a revisão limitada.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas em 31 de Dezembro de 2010, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia, e não tiveram efeitos na posição financeira ou performance do Grupo.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

O IASB emitiu uma alteração à IAS 24 que:

- Altera a definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenta parcialmente as divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

- Obriga explicitamente a divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão

Esta emenda alterou a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo

Com esta emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos de serviços futuros feitos antecipadamente e, em cada ano, a análise do *surplus* do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafos 41 da IAS 39.

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

Projecto de melhorias de Maio de 2010, no âmbito do qual o IASB aprovou 11 emendas a seis normas.

Normas que ainda não foram endossadas pela União Europeia

O IASB publicou algumas normas que ainda não foram endossadas pela União Europeia em 30 de Junho de 2011, pelo que ainda não foram adoptadas pelo Grupo nesta data.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – (Fase 1: Classificação e mensuração): emitida pelo IASB em 12 de Novembro de 2009 e 28 de Outubro de 2010, com aplicação obrigatória para os períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Emendas à IFRS 7 – “Divulgações – transferências de activos financeiros”: emitidas em 7 de Outubro de 2010 e aplicável para períodos com início em ou após 1 de Julho de 2011.

Emendas à IAS 12 – “Impostos diferidos: recuperabilidade de activos subjacentes”: emitidas em 20 de Dezembro de 2010, com aplicação para períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2012.

IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”: emitida em 12 de Maio de 2011 e aplicável em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2013.

IFRS 11 – “Combinações conjuntas”: emitida em 12 de Maio de 2011 e aplicável em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2013.

IFRS 12 – “Divulgações de interesses em outras entidades”: emitida em 12 de Maio de 2011 e aplicável em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2013.

IFRS 13 – “Justo valor”: emitida em 12 de Maio de 2011 e aplicável em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2013.

IAS 27 (Revista) – “Demonstrações financeiras separadas”: emitida em 12 de Maio de 2011 e aplicável em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2013.

IAS 28 (Revista) – “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos”: emitida em 12 de Maio de 2011 e aplicável em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Emendas à IAS 19 “ Benefícios dos empregados”: emitidas em 16 de Junho de 2011, com aplicação nos períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Emendas à IAS 1 “Apresentação de demonstrações financeiras”: emitidas em 16 de Junho de 2011 com aplicação nos períodos com início em ou após 1 de Julho de 2012.

O Grupo está a estudar o potencial impacto destas normas e emendas nas demonstrações financeiras consolidadas.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

3. **BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILISTICAS**

3.1 **Bases de apresentação de contas**

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de Junho de 2011 estão elaboradas de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares não incluem todas as informações e divulgações necessárias nas demonstrações financeiras anuais, e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais em 31 de Dezembro de 2010.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banif - Grupo Financeiro foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*) tal como adoptadas na União Europeia, em 30 de Junho de 2011, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02, e no pressuposto da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, arredondado para o milhar mais próximo.

3.2 **Informação comparativa**

O Grupo não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 **Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras**

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão do Grupo, os quais afectam o valor dos activos e passivos,

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão do Grupo utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas e pressupostos por parte da Gestão do Grupo mais significativos são as seguintes:

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, dado que a Gestão do Grupo considera que o Grupo e a empresa – mãe têm os meios e capacidade de continuar os negócios no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão do Grupo teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash-flows* e capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros que não pode ser determinado através de cotações (*marked to market*) disponíveis em mercados activos é determinado através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos de *discounted cash-flows (marked to model)*. Os dados de *input* nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis no mercado. Contudo, quando tal não é possível é utilizado um julgamento para estabelecer o justo valor, nomeadamente ao nível da liquidez, taxas de correlação e volatilidade.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.



---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

*Imparidade em instrumentos de capital*

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamento. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio durante mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

*Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio*

O justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio, classificados em Outros Activos Tangíveis, são determinados com base em avaliações efectuadas por peritos independentes. Estas avaliações têm por base estimativas de rendimento e de custos de manutenção ou substituição e ainda valores comparáveis de mercado.

*Activos por impostos diferidos*

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

*Consolidação de entidades de finalidade especiais (SPE)*

O Grupo recorre à constituição de entidades de finalidade especiais (SPE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos e emissão de dívida.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesses SPE.

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma (planos de benefícios definidos) é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

3.4 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Banif - SGPS, S.A. e das Entidades por si controladas (denominadas “subsidiárias”), incluindo fundos de investimento nos quais o Grupo detém mais de 50% das unidades de participação e entidades de propósito especiais (SPE’S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade. As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas na consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo no âmbito de operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Banif - Grupo Financeiro.

Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam”, incluída no capital próprio.

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

### 3.5 Concentrações de actividades empresariais e goodwill

A aquisição de subsidiárias é registada de acordo com o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, de activos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data de aquisição.

O *goodwill* corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que, se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição ("*goodwill* negativo"), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o *goodwill* positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o *goodwill* apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O *goodwill* imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do *goodwill* é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o *goodwill* respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em *goodwill* não podem ser revertidas em períodos futuros.

### 3.6 Investimentos em associadas

Tratam-se de investimentos em Entidades em que o Grupo detém influência significativa e que não sejam nem subsidiárias, nem "*Joint ventures*", nem participações detidas através de fundos de investimento, de capital de risco ou de Bancos (*seed capital*), classificados como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no reconhecimento inicial.

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subseqüentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados. O valor do investimento é anualmente objecto de análise de imparidade.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

### 3.7 Empreendimentos conjuntos

Corresponde a investimentos em entidades em que o Grupo partilha o controlo com outra parte, por acordo contratual em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade exigem o consenso unânime das partes que partilham o controlo.

Os interesses do Grupo em empreendimentos conjuntos são reconhecidos utilizando o método de consolidação proporcional. A consolidação proporcional é um método de contabilização em que a parte do Grupo em cada um dos activos, passivos, rendimentos e gastos da entidade conjuntamente controlada é combinada linha a linha com itens equivalentes das demonstrações financeiras do Grupo. De acordo com este método, não existem interesses que não controlam.

### 3.8 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção. Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.8.1 Demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas, sem efeito fiscal, por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

3.9 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.10 Instrumentos financeiros

3.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data do seu reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.10.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. No caso dos instrumentos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e os dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor registadas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros fazem parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos cuja performances são avaliadas numa base de justo valor, de acordo

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada;  
ou

- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após o reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados os títulos cuja gestão e avaliação da sua performance tem por base o justo valor.

Os passivos financeiros designados como passivos ao justo valor através de resultados referem-se a instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que o Grupo não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, à data de referência das presentes demonstrações financeiras, esta rubrica inclui essencialmente títulos de rendimento fixo, participações consideradas estratégicas e instrumentos de capital para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição no caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”, quando o direito ao seu recebimento é estabelecido. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Activos com acordo de recompra

Esta rubrica corresponde ao valor de compra do activo acrescido do juro implícito no preço de revenda, que está a ser reconhecido de acordo com o princípio da especialização. O Grupo não reconhece os activos na rubrica da sua natureza, dado que não assume os riscos ou benefícios da detenção dos mesmos.



6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, estes activos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (*write-off*), quando não há expectativas realísticas de recuperação desses montantes, mesmo através das garantias associadas (colaterais). Esta avaliação é independente dos procedimentos de abate ao activo de empréstimos nas contas individuais das subsidiárias, ao abrigo das normas locais aplicáveis a essas entidades.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos,  
Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Justo valor

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros registados nas categorias de Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“*bid*”) conhecida;
- No caso de instrumentos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“*discounted cash flow*”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

3.10.3 Imparidade de Activos Financeiros

Activos Financeiros ao custo amortizado

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões”. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos *cash flows* futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões” acima referida.

Activos Financeiros disponíveis para venda

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não irá ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras os activos financeiros disponíveis para venda são analisados, verificando-se o registo de indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. O Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2010) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2010) pode ser considerado significativo ou prolongado.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

As perdas por imparidade registadas em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

#### 3.10.4 Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, mas, embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

---

**6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011**  
**BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias***(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso tal não se verifique, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

**Contabilidade de cobertura**

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

À data das demonstrações financeiras são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas pela comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

**Cobertura de Justo Valor**

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo, o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Cobertura de fluxos de caixa

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

3.10.5 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e



---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de “pass-through” e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

3.10.6 Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros. Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira, mediante a verificação de determinadas circunstâncias, instrumentos financeiros das categorias de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Activos financeiros disponíveis para venda, Outros créditos e valores a receber ou para Activos financeiros detidos até à

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros com data a partir de 1 de Julho de 2008 e 31 de Outubro de 2008.

As reclassificações são registadas ao justo valor dos instrumentos na data da reclassificação que se torna, assim, a nova base do custo amortizado nas novas categorias para os activos financeiros reclassificados para as categorias de Outros créditos e valores a receber ou Activos financeiros detidos até à maturidade.

Para um activo financeiro reclassificado da categoria Activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas registados nesse activo anteriormente reconhecidos em Reservas são amortizados nos resultados do exercício durante a vida remanescente do activo financeiro pelo método da taxa de juro efectiva. Se se considerar posteriormente a existência de imparidade nestes activos, o montante que ainda se encontra reconhecido em reservas é registado na demonstração de resultados.

O Grupo pode reclassificar activos de negociação, que não sejam derivados da categoria de Activos financeiros detidos para negociação, para a categoria de Outros créditos e valores a receber se os activos cumprirem a definição de um empréstimo ou conta a receber e o Grupo tiver a intenção e capacidade de deter o activo no futuro ou até à sua maturidade. Se um activo financeiro for reclassificado e posteriormente o Grupo estimar um aumento nos fluxos de caixa futuros em resultado de uma melhor perspectiva de recuperação desses recebimentos de caixa, o efeito desse aumento é registado como um ajustamento à taxa efectiva desde a data da alteração da estimativa.

As reclassificações são feitas discricionariamente pela Administração do Grupo e são determinadas instrumento a instrumento. O Grupo não faz qualquer reclassificação para a categoria de Activos financeiros ao justo valor através de resultados após o reconhecimento inicial.

### 3.11 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente por o Grupo não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de Investimento".

### 3.12 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequentes ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, reflectindo as condições de mercado na data de balanço. Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídos nos resultados do ano a que respeitam.

As propriedades de investimento são desreconhecidas assim que alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.13 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio os imóveis utilizados pelo Grupo no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como “custo estimado” de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa.

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

### 3.14 Locação

O Grupo classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

#### 3.14.1 Locações operacionais

##### Como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

##### Como locador

Os activos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas e são registadas no balanço na rubrica “Outros activos tangíveis”, ao custo, deduzido de amortizações e por perdas de imparidade.

As rendas relativas aos contratos de locação operacional são registadas em proveitos do período a que respeitam.

#### 3.14.2 Locações financeiras

##### Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados na rubrica “Outros activos fixos tangíveis”, pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas em encargos financeiros e amortizações, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo. Os juros suportados são registados como custos financeiros. Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

3.15 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se situa entre os 3 e os 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.16 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

### 3.17 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 30 de Junho de 2011 são as seguintes:

#### Responsabilidades com pensões e assistência médica

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e planos de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a companhias de seguros.

As entidades do Banif - Grupo Financeiro, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

a) Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Os empregados desta Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), em 1 de Janeiro de 2009, que passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

Nos termos do referido diploma, o Regime Geral da Segurança Social passará a assegurar a protecção dos empregados originários do BBCA nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade da Sociedade a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte. A taxa contributiva será de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), que é extinta. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo originários do BBCA passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT).

De acordo com a orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal, atendendo que se mantém inalterado o plano do ACT e que não existe redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

A assistência médica dos empregados bancários é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos respectivos Sindicatos. O SAMS proporciona aos seus beneficiários serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com regulamentação interna.

Em 2008, a Sociedade celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social para os seus empregados, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos por este AE.



6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

Assim, a Sociedade proporciona aos seus empregados os seguintes benefícios com pensões e assistência médica:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
  - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
  - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
- Plano de Pensões BBCA (benefício definido), fechado a novas adesões, em que a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados originários do BBCA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, em conformidade com o ACT e Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, nos termos do qual o direito à pensão dos empregados no activo originários do BBCA passa a ser coberto pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do ACT. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades da Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
- Fundo de Pensões BBKA, que financia o Plano de Pensões do BBKA.

b) Outras entidades do Grupo

As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A., a Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., Banif Mais, S.A, Tecn crédito ALD - Aluguer de Automóveis, SA e Margem – Mediação de Seguros, Lda, proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões autónomos.

Para os planos de benefício definido, o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

O aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, que correspondem ao acréscimo por a reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade, são reconhecidos em custos do exercício.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

O Grupo avalia, para cada plano de benefício definido, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em contribuições futuras necessárias.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

#### Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de Resultados.

#### 3.18 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflecta o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### 3.19 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital, quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

### 3.20 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

### 3.21 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efectiva dos mesmos.

### 3.22 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica “rendimento de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011 BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

### 4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	30-06-2011		31-12-2010	
			% participação efectiva	Interesses minoritários	% participação efectiva	Interesses minoritários
Banif Comercial, SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif (Açores) SGPS, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Finance, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Numberone, SGPS, Lda	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc San José	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Investaor, SGPS, S.A.	Portugal	Banif (Açores) SGPS, S.A.	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Investaor Hotéis S.A.	Portugal	Investaor, SGPS, SA	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Açotur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	Portugal	Investaor, SGPS, SA	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Turotel, Turismo e Hotéis dos Açores, S.A.	Portugal	Investaor, SGPS, SA	58,07%	41,93%	58,07%	41,93%
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.	Portugal	Açotur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Comercial, SGPS Banif International Holdings, Ltd Banif SGPS, S.A.	98,50%	1,50%	98,50%	1,50%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	Portugal	Banif Holding (Malta) PLC	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimentos, S.A.	61,89%	38,11%	61,89%	38,11%
Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Gamma - Soc. Titularização de Créditos, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Numberone SGPS, Lda	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Asset Management Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Multifund Ltd.	Ilhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Internacional Holdings, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Financial Services, Inc	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Finance (USA) corp.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Forfating Company, Ltd.	Bahamas	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Trading, Inc.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Securities, Inc.	E.U.A	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Econofinance, S.A	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif ( Brasil), Ltd.	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A. Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Bank, Ltd	Bahamas	Banif Comercial - SGPS, S.A. Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão de Activos (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Imobiliária, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banifserv-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de	Portugal	ACE (*)	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	72,00%	28,00%	72,00%	28,00%
Banco Caboverdiano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Banif - SGPS, S.A.	51,69%	48,31%	51,69%	48,31%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
		Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd				

## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011 BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	30-06-2011		31-12-2010	
			% participação directa	Interesses minoritários	% participação directa	Interesses minoritários
Banif Mais, SGPS, SA	Portugal	Banif - SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Tecnicredito ALD	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banco Mais, SA	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Plus Bank ZRT	Hungria	Banco Mais SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Margem Mediação de Seguros, Lda	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
TCC Investments Luxembourg	Luxemburgo	Banco Mais, SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Ecoprogresso Trading, SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Banif - SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif US Real Estate	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Beta Securitizadora	Brasil	FIP Banif Real Estate	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
SPE Panorama	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
Art Invest	Brasil	FIP Banif Real Estate	94,29%	5,71%	94,29%	5,71%
Banif Fortuny	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	62,58%	37,42%	62,58%	37,42%
Infra Invest FEIA	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Imogest	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Capven	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	66,02%	33,98%	62,59%	37,41%
Banif Inv. Conservador	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	67,98%	32,02%	66,66%	33,34%
Banif Inv. Moderado	Portugal	Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A.	67,98%	32,02%	66,66%	33,34%
Banif Iberia	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	60,46%	39,54%	62,29%	37,71%
Banif Renda Habitação	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	66,44%	33,56%	59,10%	40,90%
Banif Gestão Imobiliária	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	49,55%	50,45%	49,96%	50,04%
Banif Gestão Patrimonial	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Gestarquipark	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
ZACF - Participações Ltda	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	74,11%	25,89%	69,13%	30,87%
Banif Gestão Activa	Brasil	Imogest	66,02%	33,98%	62,59%	37,41%
FIP Real Estate Brasil	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	98,50%	1,50%	98,50%	1,50%
Banif Real Estate Polska	Polónia	Banif - Banco de Investimento S.A.	61,53%	38,07%	53,69%	46,31%
Tiner Polska	Polónia	Imopredial	63,18%	36,82%	-	-
Imopredial	Portugal	Imopredial	53,66%	46,34%	-	-
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	53,66%	46,34%	-	-
Banif Nitor FI Açores	Brasil	Banif (Açores) SGPS, S.A.	-	-	51,00%	49,00%
Banif Nitor Maestro FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	82,10%	17,90%
Banif Nitor Institucional FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	94,06%	5,94%
Banif Equity Hedge FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	66,15%	33,85%
Gavea Empreend. e Participações	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	87,84%	12,16%
		Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	-	-	98,50%	1,50%

(\*) A Banifserv – ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Banif - Grupo Financeiro:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	85,0%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,5%
Banif GO	8,0%
Banif Banco de Investimento, SA	1,5%
Banif Rent - Aluguer, gestão e Comércio de Veículos Automóveis	4,0%

A sociedade Banif Ecoprogresso Trading, SA consolida pelo método de consolidação proporcional.

O detalhe das entidades associadas está divulgado na Nota 15.

O Grupo alienou 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbios, SA pelo montante de 129.500 milhares de reais, tendo o Grupo registado uma mais-valia líquida de impostos de 65.305 milhares de reais (28.553 milhares de euros). Assim, o Grupo manteve uma participação de 30% (Ver Nota 15).

O Grupo alienou 51% da sociedade Centro Venture – Soc. Capital de Risco, SA pelo montante de 165 milhares de euros, tendo o Grupo registado uma menos valia de 107 milhares de euros.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

O Grupo procedeu à consolidação, devido à aquisição de unidades de participação, dos fundos de investimento Imopredial, Banif Real Estate Polska e a sociedade Tiner Polska, cujos activos no Grupo ascendem a 431.741 milhares de euros, dos quais 2.824 milhares de euros de caixa e seus equivalentes

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as entidades de propósitos especiais incluídas na consolidação foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Natureza	30-06-2011 % participação	31-12-2010 % participação
Atlantes Mortgage Nº1 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº2 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº3 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº4 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº5 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº6 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº7 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage Nº 1	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage Nº 2	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Finance Nº3	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Euro Invest Series 3A, 3B, 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%
Atlantes N.º 1	Veículos de Securitização	100,00%	-

5. RELATO POR SEGMENTOS

O Banif - Grupo Financeiro encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial, SGPS, SA, que agrega a actividade de banca comercial e de crédito especializado, e Banif – Investimentos - SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo, que não apresenta materialidade.

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Grupo correspondem à forma como a informação analisada pela Gestão do Grupo:



## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011 BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

**Banca Comercial** – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação.

**Banca de Investimento** – Abrange a actividade de intervenção no mercado primário e secundário de capitais, por conta própria ou por conta de terceiros, como sendo transacções, *corporate finance* e aquisições e fusões.

**Gestão de Activos** – Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação.

**Holdings e Outros** – Abrange todas as operações efectuadas pelas holdings do Grupo e segmentos não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

Os reportes utilizados pela Gestão têm como base informação contabilística de acordo com as IAS/IFRS.

### Segmentos de negócio

30-06-2011	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	244.836	3.591	1	7	248.434
Disponibilidades em outras instituições de crédito	172.647	46.168	3.097	185	222.097
Activos financeiros detidos para negociação	125.900	193.495	20.318	0	339.713
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	81.954	104.016	79.720	28.450	294.140
Activos financeiros disponíveis para venda	1.283.493	268.178	-	1.250	1.552.921
Aplicações em instituições de crédito	406.091	67.611	58	-	473.760
Crédito a clientes	11.188.753	485.017	10.179	15.028	11.698.977
Investimentos detidos até à maturidade	4.940	44.287	-	-	49.227
Activos com acordo de recompra	51.142	-	-	-	51.142
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	245.165	3.638	-	2.561	251.364
Propriedades de investimento	51.981	-1.491	550.166	81.900	682.556
Outros activos tangíveis	161.085	16.432	34.194	66.739	278.451
Activos intangíveis	16.566	4.028	25	3.035	23.653
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	28.586	8.440	1.275	121.760	160.061
Activos por impostos correntes	12.371	3.737	153	5.859	22.121
Activos por impostos diferidos	63.548	33.632	54	16.080	113.315
Outros activos	381.874	93.032	49.284	46.563	570.752
<b>Total do Activo</b>	<b>14.520.933</b>	<b>1.373.812</b>	<b>748.522</b>	<b>389.418</b>	<b>17.032.684</b>
Recursos de bancos centrais	2.532.895	334.188	-	-	2.867.083
Passivos financeiros detidos para negociação	22.761	80.310	-	-	103.071
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	98.578	13.078	-	-	111.656
Recursos de outras instituições de crédito	975.973	288.134	92.848	51.834	1.408.790
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.820.344	201.085	-	845	8.122.275
Responsabilidades representadas por títulos	2.034.510	125.501	-	147.588	2.307.599
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	600	-	-	-	600
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.926	935	2.143	979	13.984
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	10.307	919	-	14	11.240
Passivos por impostos diferidos	42.257	7.447	42	7.668	57.414
Instrumentos representativos de capital	30.000	-	-	5.839	35.839
Outros passivos subordinados	228.140	14.843	-	-	242.983
Outros passivos	314.021	15.787	28.344	3.216	361.368
<b>Total do Passivo</b>	<b>14.220.312</b>	<b>1.082.226</b>	<b>123.378</b>	<b>217.984</b>	<b>15.643.902</b>

## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011

### BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31-12-2010	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	116.509	2.218	-	7	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	133.981	82.541	1.154	138	217.814
Activos financeiros detidos para negociação	85.704	346.271	29.336	-	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	167.878	133.752	86.898	4.980	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	100.609	192.551	-	1.250	294.410
Aplicações em instituições de crédito	472.363	6.042	12.617	-	491.022
Crédito a clientes	11.662.024	522.312	-	21.918	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade	3.548	60.391	-	-	63.939
Activos com acordo de recompra	22.615	28.389	-	-	51.004
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	153.445	2.657	-	11.354	167.456
Propriedades de investimento	37.671	-	177.331	57.589	272.591
Outros activos tangíveis	177.156	17.922	6.898	67.981	269.957
Activos intangíveis	15.809	4.297	24	2.933	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	55.411	15.308	1.084	79.477	151.280
Activos por impostos correntes	17.645	4.467	724	4.268	27.104
Activos por impostos diferidos	47.355	19.807	1	5.534	72.697
Outros activos	253.462	60.390	26.426	88.270	428.548
<b>Total do Activo</b>	<b>13.523.185</b>	<b>1.499.315</b>	<b>342.493</b>	<b>345.699</b>	<b>15.710.692</b>
Recursos de bancos centrais	1.650.966	287.181	-	-	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação	28.349	116.773	137	-	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	104.501	14.385	-	-	118.886
Recursos de outras instituições de crédito	1.042.591	180.768	11.500	52.020	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.455.978	282.207	-	101.865	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos	2.155.350	126.657	-	98.014	2.380.021
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1.303	-	-	-	1.303
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.016	4.702	533	979	15.230
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	8.000	2.769	-	81	10.850
Passivos por impostos diferidos	20.103	1.721	-	10.387	32.211
Instrumentos representativos de capital	40.000	-	-	5.651	45.651
Outros passivos subordinados	253.465	14.713	-	-	268.178
Outros passivos	201.582	140.396	6.060	1.112	349.150
<b>Total do Passivo</b>	<b>12.971.204</b>	<b>1.172.272</b>	<b>18.230</b>	<b>270.109</b>	<b>14.431.815</b>

30-06-2011	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	138.778	14.194	(2.053)	(3.445)	147.473
Margem financeira: Inter - Segmentos	20.428	(4.894)	(519)	(15.014)	-
<b>Margem financeira</b>	<b>159.206</b>	<b>9.300</b>	<b>(2.573)</b>	<b>(18.459)</b>	<b>147.474</b>
Rendimento de instrumentos de capital	314	37	-	-	351
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	50.623	13.234	2.259	353	66.470
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	4.040	1.215	2.165	259	7.679
<b>Rendimento de serviços e comissões</b>	<b>54.663</b>	<b>14.448</b>	<b>4.425</b>	<b>612</b>	<b>74.149</b>
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(10.398)	(1.320)	(237)	(162)	(12.117)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(835)	(40)	(3.301)	(151)	(4.328)
<b>Encargos com serviços e comissões</b>	<b>(11.234)</b>	<b>(1.361)</b>	<b>(3.538)</b>	<b>(313)</b>	<b>(16.446)</b>
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(4.237)	(7.226)	(2.305)	(3.666)	(17.434)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(293)	(607)	-	-	(900)
Resultados de Reavaliação Cambial	6.798	8.711	40	2.654	18.203
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.080	34.102	-	-	35.182
Outros Resultados de Exploração	24.527	(4.930)	13.859	3.311	36.767
<b>Produto da Actividade</b>	<b>230.824</b>	<b>52.475</b>	<b>9.908</b>	<b>(15.860)</b>	<b>277.347</b>
Custos com Pessoal	(76.040)	(12.563)	(1.118)	(1.481)	(91.202)
Outros gastos administrativos	(51.369)	(10.886)	(5.716)	(1.495)	(69.466)
Amortizações do exercício	(15.589)	(1.283)	(39)	(1.186)	(18.097)
Provisões líquidas de anulações	(691)	(394)	(184)	-	(1.269)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(66.892)	(5.948)	-	-	(72.840)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(4.821)	(199)	(980)	(727)	(6.726)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.266	(2.120)	9	2.138	1.292
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>16.688</b>	<b>19.083</b>	<b>1.879</b>	<b>(18.611)</b>	<b>19.039</b>
Correntes	(4.459)	(1.088)	(3.019)	3.890	(4.675)
Diferidos	(6.523)	(1.753)	(3.003)	-	(11.279)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>12.229</b>	<b>17.995</b>	<b>(1.139)</b>	<b>(14.721)</b>	<b>14.364</b>
Interesses que não controlam	(5.499)	(53)	(752)	440	(5.864)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>6.730</b>	<b>17.942</b>	<b>(1.891)</b>	<b>(14.281)</b>	<b>8.500</b>

## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011 BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

30-06-2010	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	156.679	13.148	980	(1.259)	169.548
Margem Financeira: Inter - Segmentos	8.107	(396)	329	(8.040)	0
<b>Margem financeira</b>	<b>164.786</b>	<b>12.752</b>	<b>1.309</b>	<b>(9.299)</b>	<b>169.548</b>
Rendimento de instrumentos de capital	313	168	-	344	825
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	48.275	17.118	5.132	510	71.035
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	2.887	554	1.726	2	5.169
<b>Rendimento de serviços e comissões</b>	<b>51.162</b>	<b>17.673</b>	<b>6.858</b>	<b>512</b>	<b>76.204</b>
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(8.775)	(1.208)	(313)	(14)	(10.311)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(2.438)	(62)	(3.271)	(170)	(5.962)
<b>Encargos com serviços e comissões</b>	<b>(11.213)</b>	<b>(1.291)</b>	<b>(3.585)</b>	<b>(184)</b>	<b>(16.273)</b>
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	3.719	(1.012)	2.229	566	5.501
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	-	-	-	1.313
Resultados de Reavaliação Cambial	2.329	(2.749)	(39)	(268)	(727)
Resultados de Alienação de Outros Activos	728	58	541	718	2.046
Outros Resultados de Exploração	10.270	(2.087)	2.386	2.773	13.342
<b>Produto da Actividade</b>	<b>222.094</b>	<b>24.826</b>	<b>9.698</b>	<b>-4.836</b>	<b>251.782</b>
Custos com Pessoal	(76.726)	(12.753)	(1.723)	(1.533)	(92.735)
Outros gastos administrativos	(51.437)	(10.768)	(3.714)	(1.342)	(67.261)
Amortizações do exercício	(16.034)	(1.226)	(51)	(1.419)	(18.729)
Provisões líquidas de anulações	351	963	(531)	-	783
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(39.900)	2.365	(79)	-	(37.614)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(274)	-	-	(4.822)	(4.895)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(165)	(32)	(942)	-	(1.139)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	973	(1.452)	(19)	(1.871)	(2.370)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>38.882</b>	<b>2.123</b>	<b>2.639</b>	<b>(15.822)</b>	<b>27.822</b>
Correntes	(10.834)	(927)	(2.192)	2.616	(11.337)
Diferidos	(3.682)	(2.492)	(1.150)	(3)	(7.326)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>28.047</b>	<b>1.196</b>	<b>448</b>	<b>(13.206)</b>	<b>16.485</b>
Interesses que não controlam	(2.839)	(24)	68	91	(2.704)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>25.208</b>	<b>1.172</b>	<b>516</b>	<b>(13.115)</b>	<b>13.781</b>

## 6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-06-2011	31-12-2010
Caixa	49.484	57.923
Dépósitos à ordem em Banco Centrais	198.947	60.490
Juros de disponibilidades	3	321
<b>Total</b>	<b>248.434</b>	<b>118.734</b>

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais incluem o montante de 189.376 milhares de euros, que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa no Banco de Portugal. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>30-06-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Cheques a cobrar	23.654	26.865
No país	23.502	26.759
No estrangeiro	152	106
Déposito à ordem	151.811	137.031
No país	5.323	13.125
No estrangeiro	146.488	123.906
Outros	46.632	53.918
<b>Total</b>	<b>222.097</b>	<b>217.814</b>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País, em 30 de Junho de 2011, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Julho de 2011.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>30-06-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	79.846	115.023
Instrumentos de dívida	189.787	280.930
Instrumentos de capital	70.080	65.358
<b>Total</b>	<b>339.713</b>	<b>461.311</b>

Instrumento de dívida no montante 3.484 milhares de euros encontra-se a caucionar operações de *Repo's*.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>30-06-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Instrumentos de capital	193.045	233.306
Instrumentos de dívida	101.095	160.202
<b>TOTAL</b>	<b>294.140</b>	<b>393.508</b>

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Instrumentos de dívida no montante 41.260 milhares de euros encontram-se a caucionar operações de refinanciamento junto do Eurosistema (operações de cedência de liquidez) junto do Banco Central Europeu.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>30-06-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Instrumentos de dívida	1.514.497	275.314
Instrumentos de capital	42.543	23.215
Imparidade	(4.119)	(4.119)
<b>Total</b>	<b>1.552.921</b>	<b>294.410</b>

Os Instrumentos de dívida incluem 1.043.152 milhares de euros de bilhetes do tesouro adquiridos no corrente exercício.

Instrumentos de dívida no montante 1.427.296 de milhares de euros encontram-se a caucionar operações de refinanciamento junto do Eurosistema (operações de cedência de liquidez) junto do Banco Central Europeu.

Obrigações do Tesouro no montante de 41.076 milhares de euros correspondem a “Activos dados em garantia” que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e Clearstream Banking Luxemburg.

Os títulos Garval, Lisgarante e Norgarante (instrumentos de capital) no montante de 1,5 milhares de euros, encontram-se a caucionar os compromissos com a sociedade Garantia Mútua.

Instrumento de dívida no montante 7.528 milhares de euros encontra-se a caucionar operações de Repo's.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

# 11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas de Crédito	30-06-2011	31-12-2010
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.780.483	1.858.327
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	242.520	281.340
Empréstimos	2.542.265	2.616.700
Descobertos	66.593	90.604
Factoring	174.220	172.284
Locação Financeira	356.265	389.884
Outros	201.594	331.172
Crédito a Particulares		
Habitação	3.491.500	3.369.796
Consumo	1.056.170	1.064.837
Outras finalidades		
Empréstimos	611.898	668.146
Contas Correntes	192.245	201.571
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	12.386	17.877
Locação financeira	23.672	91.959
Descobertos	46.342	54.256
Outros	228.224	244.609
Outros créditos e valores a receber (titulados)	209.189	440.737
Crédito e juros vencidos	1.050.498	831.401
Rendimentos a receber	87.126	91.012
Despesas com rendimento diferido	-	-
Receitas com rendimento diferido	(14.841)	(15.401)
Imparidade em Crédito Concedido	(659.372)	(594.857)
<b>Total</b>	<b>11.698.977</b>	<b>12.206.254</b>

A rubrica “Crédito e juros vencidos” inclui prestações vencidas há mais de 90 dias. As prestações vencidas entre 30 dias e 90 dias correspondem a 117.766 milhares de euros (184.549 milhares de euros em 2010).

Em “Empréstimos a empresas” e “Outros créditos e valores a receber” o montante de 143.900 milhares de euros, está utilizado como caução de operações de refinanciamento com o BCE.

## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011 BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumento de dívida no montante 1.421 milhares de euros encontra-se a caucionar operações de *Repo's*.

## 12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no período de referência:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Reavaliações	Alienações	Transferências			Diferenças de câmbio	Saldo em 30-06-2011
						Imóveis de serviço próprio	Activos detidos p/ venda	Outros activos		
Edifícios e terrenos	272.591	371.421	69.415	7.804	(37.011)	-	-	-	(1.664)	682.556
	272.591	-	69.415	7.804	(37.011)	-	-	-	(1.664)	682.556

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

## 13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.13, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2009.

Os movimentos registados no período em referência são apresentados, como seguem:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade do exercício	Alienações	Abates	Regularizações	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 30-06-2011
			Aquisições	Reavaliações (líquido)								
Imóveis	149.927	-	1.516	-	1.481	(4.598)	-	-	(746)	-	(1.046)	146.535
Equipamento	31.053	-	1.391	-	16	(5.014)	-	(5)	(419)	-	(412)	26.810
Activos em locação operacional	77.171	-	6.439	-	(7.947)	(5.169)	-	(3.252)	-	(108)	-	67.135
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	11.530	23.609	4.628	-	(1.738)	-	-	-	-	-	-	38.028
Outros activos tangíveis	276	-	23	-	-	(53)	-	-	(104)	-	-	142
Total	269.957	23.609	13.998	-	(8.188)	(14.834)	-	(3.257)	(1.269)	(108)	(1.458)	278.451

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

14. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates	Regularizações	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 30-06-2011
Goodwill	2.933	-	-	-	-	-	-	-	2.933
Activos intangíveis em curso	14.613	-	3.271	1.398	(403)	-	-	-	18.878
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4.461	-	1.225	(1.284)	(2.793)	(1.068)	-	137	677
Outros activos intangíveis	1.056	-	175	-	(66)	-	-	-	1.165
<b>Total</b>	<b>23.063</b>	<b>0</b>	<b>4.671</b>	<b>114</b>	<b>(3.263)</b>	<b>(1.068)</b>	<b>-</b>	<b>137</b>	<b>23.653</b>

Relativamente ao goodwill registado em 30 de Junho de 2011:

- para a sociedade Investaor, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 2.218 milhares de euros), e foi efectuado em 2010 uma actualização do mesmo, sendo registado uma imparidade de 314 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash-Flows*, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação, foram utilizados os seguintes parâmetros:
  - Taxa de inflação: 2,00% (2009: 2,00%)
  - Taxa de rendimento real: 3,00% (2009:2,50%)
  - Taxa de risco: 4,00% (2009:4,00%)
  - Taxa de actualização: 9,26% (2009: 8,73%)
  - Taxa de risco adicional (perpetuidade): 1,00% (2009: 1,00%)
  - Taxa de capitalização: 8,19% (2009: 7,67%)
- para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 872 milhares de euros em 2007 e 215 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2010 uma actualização do mesmo, sendo registada uma imparidade de 57 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash-Flows*. Na avaliação foram utilizados os seguintes parâmetros:
  - Euro Risk free Rate (Rf): 3,21% (2009: 3,20%)
  - Mature Market Risk Premium (Rm - Rf): 5,50% (2009: 5,50%)
  - Country Rating B1, Default spread: 4,50% (2009: 6,50%)
  - Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets: 1,5 (2009: 1,5)



## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011 BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Adjusted Risk Premium: 12,25% (2009: 15,25%)
- Implied KE: 16,66% (2009: 18,32%)
- Perpetual growth rate: 3,00% (2009: 3,00%)
- Período de análise considerado foi de 6 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

Até ao final do 1º semestre de 2011, não foram registadas quaisquer perdas por imparidade em activos intangíveis.

## 15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

30-06-2011										
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido	
Rentpar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Banif - SGPS, SA	47,69%	61.856	834	129.708	1.414	675	
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe, 2 Villanueva de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	33,32%	28.586	27.449	85.792	3.799	1.266	
Bankprime	Travessera de Gràcia, nº 11	Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	28,66%	4.809	6.040	16.779	(7.891)	(2.262)
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 de la Serena	Imobiliário	Banif - SGPS, SA	33,33%	2.608	-	7.825	89	30	
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(990)	(51)	(13)	
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	25,00%	1.346	-	5.384	59	15	
Pedidos Liz	Portugal	Fundo de Investimento	Imogest	33,01%	-	-	(3)	(1)	(1)	
Centaurus Reality Goup	São Paulo - Brasil	Imobiliário	Banif Holding (Malta) Banif International Holdings	38,05%	12.299	9.428	32.895	3.801	1.573	
Banif Europa Leste	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Fundo de Investimento	Banif - Banco de Investimento, SA	47,68%	1.276	-	2.676	19	9	
Banif Corretora de Cambios e Valores	Brasil	Corretora	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	30,00%	3.530	-	11.733	-	-	
					116.310	43.751	291.799	1.238	1.292	

Conforme descrito na Nota 4, a Banif Corretora de Câmbios e Valores passou a ser uma entidade associada no perímetro de consolidação do Grupo.

## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011 BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

							31-12-2010			
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido	
Rentpar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Banif - SGPS, SA	47,69%	64.017	834	134.239	4.438	2.116	
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe, 2 Villanueva de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	33,32%	27.963	27.449	83.922	5.761	1.920	
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11	Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	27,50%	6.903	7.067	25.101	(29.474)	(8.105)
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 de la Serena	Imobiliário	Banif - SGPS, SA	33,33%	2.589	-	7.766	112	37	
Espaco 10	Av. Barbosa du Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(941)	(46)	(11)	
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	25,00%	1.338	-	5.351	(254)	(63)	
Pedidos Liz	Portugal	Fundo de Investimento	Imogest	31,30%	2	-	6	(2)	(1)	
Centaurs Realty Goup	São Paulo - Brasil	Imobiliário	Banif Holding (Malta) Banif International Holdings	37,65%	12.036	-	29.602	(30)	-	
Banif Europa Leste	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Fundo de Investimento	Banif - Banco de Investimento, SA	40,29%	1.082	-	2.686	169	68	
					115.930	35.350	287.732	(19.326)	(4.039)	

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Bankpime foram realizados teste de imparidade com referência a 31 de Dezembro de 2010, com recurso à metodologia dos “Discounted Free Cash Flows to Equity” e com os seguintes pressupostos:

- Bankpime:

CoE: 12,5% (2009:10,9%)

Financiamento da variação dos Activos (min. Tier I): 8,0% (2009: 8,0%)

Taxa de crescimento – perpetuidade: 3,0% (2009: 2,0%)

Taxa de imposto: 30,0% (2009: 30%)

P/E Múltiplo implícito – Valor Terminal: 9,2 (2009: 13,6)

Período de análise: 9 anos

A estimativa de valor para o Bankpime oscila entre 50,8 milhões de euros (valor transaccional) e 66 milhões de euros (valor intrínseco).

O Grupo, em 30/06/2011, na análise da imparidade do Bankpime reconheceu 1.027 milhares de euros de imparidade do goodwill do Bankpime.

- Banca Pueyo:

RoE – Sustentável/Longo Prazo: 13,0%

CoE – Cost of Equity: 11,0% (2009: 9,5%)

g: 3,0% (2009: 2,0%)

P/BV Implícito: 1,24

Período de análise: 7 anos

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Rentipar Seguros, SGPS:

Taxa de inflação: 2,00%

Taxa de rendimento real: 2,92%

Taxa de risco: 4,71%

Taxa de actualização: 9,92%

Taxa de risco adicional (perpetuidade): 0,00%

Taxa de capitalização: 7,92%

Taxa de juro sem risco: 4,98%

Taxa de crescimento nominal na perpetuidade: 2,0%

Período de análise: 7 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2011	31-12-2010
Ouro	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	524	525
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1
	<u>547</u>	<u>548</u>
Bonificações a receber	10.294	10.335
	<u>10.294</u>	<u>10.335</u>
Suprimentos	25.765	22.116
Devedores diversos	197.442	145.176
Sector público administrativo	14.649	5.199
Outros rendimentos a receber	1.854	4.972
Fundo de pensões	17.411	17.329
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	781	405
Seguros	1.374	786
Posição cambial	5.474	7.105
Aplicações - conta caução	8.220	2.979
Outros activos	299.824	218.770
	<u>572.794</u>	<u>424.837</u>
Perdas de imparidade	202	(12.883)
<b>Total</b>	<b>570.752</b>	<b>428.548</b>

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

17. IMPARIIDADE DE CRÉDITO E DE OUTROS ACTIVOS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 30 de Junho de 2011 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 30-06-2011
Imparidade em crédito concedido	594.857	-	99.866	(8.325)	(27.026)	659.372
<b>Total</b>	<b>594.857</b>	<b>-</b>	<b>99.866</b>	<b>(8.325)</b>	<b>(27.026)</b>	<b>659.372</b>

O movimento em imparidade de outros activos no período findo em 30 de Junho de 2011 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 30-06-2011
Activos Financeiros disponíveis para venda	4.119	-	-	-	-	4.119
Activos não correntes detidos para venda	5.379	-	3.407	(253)	(249)	8.284
Investimentos em associadas e filiais	9.040	-	1.027	-	-	10.067
Goodwill	371	-	-	-	-	371
Devedores e outras aplicações	7.172	3.444	3.090	(274)	(549)	12.883
<b>Total</b>	<b>26.081</b>	<b>3.444</b>	<b>7.524</b>	<b>(527)</b>	<b>(798)</b>	<b>35.724</b>

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<b>30-06-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Recursos de Bancos Centrais	2.866.420	1.937.628
Juros de recursos de Bancos Centrais	663	519
<b>Total</b>	<b>2.867.083</b>	<b>1.938.147</b>

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que, de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – “*Fair Value Option*”, foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	30-06-2011	31-12-2010
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	-	4.957
Euro Invest Série 8	26.003	19.518
Euro Invest Série 9	38.906	42.020
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	5.284	5.521
Banif - Banco Investimento (Brasil)	14.628	20.476
Banif Cayman	42.035	42.837
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(15.200)	(16.443)
<b>Total</b>	<b>111.656</b>	<b>118.886</b>

Em 30 de Junho de 2011, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Detidas pelo Grupo	Valor balanço
Euro Invest S8	13-04-2007	13-04-2012	5%	26.003	(8.717)	17.286
Euro Invest S9	22-10-2007	22-10-2012	6%	38.906	(1.707)	37.199
BBI Brasil	2010	26-03-2012	5,3%	4.579	-	4.579
BBI Brasil	2010	26-03-2012	5,0%	10.049	(1.549)	8.500
Banco Banif Brasil 2014	17-12-2004	17-12-2014	7%	5.284	(3.227)	2.057
Banif Cayman Zero Coupon	02-06-2008	02-06-2018	-	42.035	-	42.035
				126.856	(15.200)	111.656

Em 2011, foram reembolsados as seguintes emissões:

- BBCA 2006/2011 no montante de 4.705 milhares de euros.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

20. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>30-06-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	134.556	165.761
Empréstimos	383.005	294.750
Outros	5.158	13.879
	<u>522.719</u>	<u>474.390</u>
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	27.733	17.083
Empréstimos	211.290	626.744
Operações de venda com acordo de recompra	552.627	151.558
Outros	88.566	11.788
	<u>880.216</u>	<u>807.173</u>
Encargos financeiros	5.855	5.316
<b>Total</b>	<b>1.408.790</b>	<b>1.286.879</b>

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>30-06-2011</b>	<b>31-12-2010</b>
Depositos		
À Vista	1.401.668	1.647.748
A prazo	6.120.585	5.521.242
Poupança	99.112	108.826
Outros	427.717	409.842
	<u>8.049.082</u>	<u>7.687.658</u>
Outros débitos		
Empréstimos	845	100.908
Outros	72.348	51.484
	<u>73.193</u>	<u>152.392</u>
<b>Total</b>	<b>8.122.275</b>	<b>7.840.050</b>

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	30-06-2011	31-12-2010
Banif Finance	352.974	357.902
Banif	521.451	652.292
Atlantes SME 1	1.070.705	-
Atlantes Mortgage N.º3	508.852	524.246
Atlantes Mortgage N.º2	295.550	305.817
Atlantes Mortgage N.º4	550.000	550.000
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	500.000
Atlantes Mortgage N.º6	81.093	87.159
Atlantes Mortgage N.º7	386.820	397.000
Azor Mortgage N.º2	243.965	252.900
Atlantes Mortgage N.º1	178.983	188.534
Azor Mortgage N.º1	74.616	78.817
Atlantes Finance N.º3	279.101	341.116
Banif - SGPS	150.000	100.000
Banif Cayman	83.515	84.969
Banif International Bank Ltd	35.000	35.000
Beta Securitizadora	18.051	19.540
Grupo Banif Mais SGPS	267.081	348.329
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(4.003.229)	(3.120.006)
<b>Sub - Total</b>	<b>1.594.528</b>	<b>1.703.615</b>
Certificados de depósito	706.836	661.616
Encargos Financeiros	6.235	14.790
<b>Total</b>	<b>2.307.599</b>	<b>2.380.021</b>

## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011

### BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2011, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Devidas pelo Grupo	Valor balanço
Banif Finance 2007-2012	22-05-2007	22-05-2012	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	278.379	(24.000)	254.379
Banif Finance 2010-2013 EUR	23-10-2010	23-10-2013	6,00%	40.000	(271)	39.729
Banif Finance 2010-2013 USD	23-10-2010	23-10-2013	5,00%	34.595	(2.032)	32.563
Atlantes Mortgage Nº1 classe A	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,27%	141.483	(13.765)	127.718
Atlantes Mortgage Nº1 classe B	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,65%	22.500	-	22.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe C	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 1,30%	12.500	-	12.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe D	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 3,75%	2.500	-	2.500
Azor Mortgage Nº1 classe A	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	46.616	(1.493)	45.123
Azor Mortgage Nº1 classe B	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,38%	19.000	-	19.000
Azor Mortgage Nº1 classe C	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,75%	9.000	(2.000)	7.000
Atlantes Mortgage Nº2 classe A	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,33%	269.650	(269.650)	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe B	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,95%	18.400	(18.400)	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe C	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 1,65%	7.500	(7.500)	-
Azor Mortgage Nº2 classe A	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	197.465	(197.465)	-
Azor Mortgage Nº2 classe B	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,8%	46.500	(46.500)	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe A	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,2%	467.452	(467.452)	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe B	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,5%	41.400	(41.400)	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe A	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	514.250	(514.250)	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe B	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	35.750	(35.750)	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe A	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	455.000	(455.000)	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe B	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	45.000	(45.000)	-
Atlantes Mortgage Nº6 classe A	30-06-2010	23-10-2016	4,5%	81.093	(81.093)	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe A	19-11-2010	19-11-2066	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	347.120	(347.120)	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe B	19-11-2010	19-11-2066	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	39.700	(39.700)	-
Atlantes Finance N.º3 classe A	29-07-2010	29-04-2026	Euribor 3 meses acrescida 1,1%	105.063	(105.063)	-
Atlantes Finance N.º3 classe B	29-07-2010	29-04-2026	Euribor 3 meses acrescida 2,5%	174.038	(174.038)	-
Atlantes N.º1 classe A	21-04-2011	25-08-2042	Euribor 3 meses acrescida 1,8%	515.405	(422.327)	93.078
Atlantes N.º1 classe B	21-04-2011	25-08-2042	Euribor 3 meses acrescida 2%	555.300	(555.300)	-
Banif - SGPS 2008 - 2011	15-07-2008	15-07-2011	1.º ano: 6,25%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 0,75%	50.000	(1.908)	48.092
Banif - SGPS 2010 - 2013	21-12-2010	21-12-2013	6,00%	100.000	(920)	99.080
Banif Cayman Zero Coupon EUR 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	19.809	-	19.809
Banif Cayman Zero Coupon USD 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	13.706	-	13.706
Banif Cayman	22-10-2007	22-10-2012	Euribor 6 meses acrescida 1,4%	50.000	(50.000)	-
Beta Securitizadora 2017	06-06-2008	06-06-2017	11,00%	3.155	-	3.155
Beta Securitizadora 2018	06-11-2008	06-11-2018	10,50%	1.073	-	1.073
Beta Securitizadora 2010		30-09-2026	-	13.823	-	13.823
Banif Internacional Bank	13-04-2007	13-04-2012	Euribor 6 meses acrescida 0,25%	35.000	(35.000)	-
BMORE Finance N.º5 plc	01-11-2007	01-11-2017	Conduit +1%	225.139	-	225.139
Banco Mais 2007/2012	26-10-2007	26-10-2012	3,25%	30.000	-	30.000
BMORE N.º4 Class A Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,20%	-	-	-
BMORE N.º4 Class B Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,35%	-	-	-
BMORE N.º4 Class C Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,55%	3.942	-	3.942
BMORE N.º4 Class D Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,94%	8.000	-	8.000
Banif 2009 - 2012 com garantia República Portuguesa	08-05-2009	08-05-2012	3,25%	501.451	(48.832)	452.619
Banif 2011	14-04-2011	14-07-2011	Euribor 3 meses +4,5%	20.000	-	20.000
<b>Total</b>				<b>5.597.757</b>	<b>(4.003.229)</b>	<b>1.594.528</b>

No corrente exercício foram reembolsados os seguintes títulos:

- Banco Mais PC 8ª emissão no montante de 20 milhões de euros;



---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

- Banif 2011 no montante de 150 milhões de euros.

Operações de Titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo, a empresas e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBKA (a 2ª do Grupo Banif) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages PLC. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo Banif, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de *rating*, CMVM, dos

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623,7 milhões de Euros.

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º6

Em Junho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º6, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 91 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 6, Classe A e B com um valor nominal agregado de 113 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º7

Em Novembro de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º7, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito hipotecário residencial cujo valor ascendeu a 397 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage n.º7, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 460,55 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º3

Em Julho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º3, no âmbito da qual o Banif, Banco Mais e Banif Go cederam à Gamma uma carteira de crédito

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

automóvel, leasing automóvel, aluguer de longa duração e crédito ao consumo, cujo valor ascendeu a 382,5 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance N.º 3, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 411,2 milhões de euros.

Atlantes N.º1

Em Abril de 2011, foi concretizada a operação Atlantes N.º1, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito a empresas cujo valor ascendeu a 1.110,6 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes N.º1, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 1.132,9 milhões de euros.

BMORE Finance N.º4 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par. O prazo total da operação é de 10 anos, com um revolving period de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

BMORE Finance N.º5 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 5 plc foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. Esta é uma operação integrada, em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper* com um *revolving period* de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em 400 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage n.º4, Atlantes Mortgage N.º5, Atlantes Mortgage N.º7, Azor Mortgage N.º2 e Atlantes Finance N.º3, o montante de 2.707.200 milhares de euros, estão detidas

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

por entidades do Grupo, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

## 23. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 30 de Junho de 2011 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 30/06/2011
Provisões para garantias e compromissos	2.126	-	1.227	24	(631)	2.746
Contingências fiscais	11.186	-	-	(4.045)	-	7.141
Outras provisões	1.918	1.407	1.260	99	(587)	4.097
<b>Total</b>	<b>15.230</b>	<b>1.407</b>	<b>2.487</b>	<b>(3.922)</b>	<b>(1.218)</b>	<b>13.984</b>

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

Operações não incluídas no balanço:

- As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

	30-06-2011	31-12-2010
Garantias prestadas (das quais:)	590.908	1.071.263
Garantias e avals	504.696	870.638
Aceites e endossos	-	-
Cartas de Crédito e Stand-by	-	-
Créditos documentários abertos	86.212	200.625

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, apresentam a seguinte composição:

	30-06-2011	31-12-2010
Outros passivos eventuais (dos quais:)	4.067.026	2.712.255
Fianças e Indemnizações	-	-
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Activos dados em Garantia	4.067.026	2.712.255
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	1.070.557	1.197.193
Compromissos irrevogáveis	645.910	411.516
Compromissos revogáveis	424.647	785.677
<b>Total</b>	<b>5.137.583</b>	<b>3.909.448</b>

Os “Activos dados em garantia” correspondem a títulos cedidos em *repo's* e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

## 24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica “Instrumentos representativos de capital” correspondem às seguintes situações:

- Remuneração fixa dos VMOCs (fixa: 0,03 Eur por VMOCs / ano). A Banif – SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 5.745 milhares de euros referentes a esta remuneração fixa dos VMOCs.
- Valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, emitidos pelo Banif, nas seguintes condições:  
Emissão: 50 milhões de euros  
Data emissão: 30/12/2009  
Data maturidade: indeterminada  
Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:
  - (i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;
  - (ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses,

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

Em 30/06/2011, existem 20 milhões de euros detidos por entidades do Grupo.

Esta rubrica inclui 94 milhares de euros de juros corridos.

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	30-06-2011	31-12-2010
Banif - Banco de Investimento	30.000	30.000
Banco Mais	-	5.688
Banif - Banco Internacional do Funchal	401.745	428.388
Banif Go	21.000	21.000
Banif Finance Ltd	147.008	158.784
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(355.029)	(373.424)
<b>Sub total</b>	<b>244.724</b>	<b>270.436</b>
Encargos Financeiros e encargos diferidos	(1.741)	(2.258)
<b>Total</b>	<b>242.983</b>	<b>268.178</b>

## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011

### BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2011, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Devidas pelo Grupo	Valor balanço
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	29-06-2006	29-06-2016	Primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 0,875%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	05-05-2007	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 1,35%	15.000	(330)	14.670
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	16-07-2001	16-07-2011	1º cupão: 5,375%; cupões seguintes Euribor 6 meses acrescida de 0,75%	12.471	(8.720)	3.751
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	20.749	-	20.749
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	30.272	(30.272)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38.040	(38.040)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23.056	(23.056)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	Euribor 3 meses acrescida 4,0362% 6,47%	75.000	(75.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	23.625	(1.063)	22.562
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/06/2014: 4,5%; restante período: Euribor 6 meses acrescida 2,75%	99.265	-	99.265
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	19.431	(1.488)	17.943
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	9.836	(613)	9.223
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25.000	(25.000)	-
BBCA 2008 - perpétua	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	10.000	(10.000)	-
Banif Go 2005 - 2015	30-06-2005	30-06-2015	Euribor 12 meses acrescida 1,5%	6.000	(6.000)	-
Banif Go 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescido 3,0362%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000	(15.000)	-
Banif Finance 2004 - 2014	29-12-2004	29-12-2014	até ao 21º cupão: Euribor 3 meses acrescida 0,80%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,30%	10.880	(1.508)	9.372
Banif Finance 2006 - perpétua	22-12-2006	perpétua	até 22 de Dezembro de 2016: Euribor 3 meses acrescido 1,37%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 2,37%	24.988	-	24.988
Banif Finance 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescido 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,25%	11.140	-	11.140
Banif Finance 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	3%, Passivo emitido a 75%	100.000	(88.939)	11.061
<b>Total</b>				<b>599.753</b>	<b>(355.029)</b>	<b>244.724</b>

Em 2011 foi reembolsado o passivo subordinado Banco Mais 2011 no montante de 5.688 milhares de euros.



6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-06-2011	31-12-2010
Credores e Outros Recursos	59.672	60.700
Por gastos com pessoal	32.558	31.095
Por gastos gerais administrativos	3.984	3.883
Outros juros e encargos similares	1.024	3.826
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	2.771	4.284
De garantias prestadas o outros passivos eventuais	162	211
Posição cambial	5.826	6.246
Sector público administrativo	24.452	20.923
Outros	230.919	217.982
<b>Total</b>	<b>361.368</b>	<b>349.150</b>

27. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	30-06-2011	31-12-2010
Capital	570.000	570.000
Prémios de emissão	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	95.900	95.900
Acções próprias	(1.095)	(1.043)
Reservas de reavaliação	(33.277)	(10.572)
Reserva Legal	31.527	30.091
Outras reservas e resultados transitados (livres)	240.884	213.237
Resultado do exercício	8.500	33.426
Dividendos antecipados	-	-
Interesses que não controlam	372.229	243.724
<b>Total do Capital</b>	<b>1.388.782</b>	<b>1.278.877</b>

O capital social é constituído por 570.000.000 acções, de valor nominal de €1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

28. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de interesses que não controlam apresenta a seguinte composição:

Entidade	30-06-2011	31-12-2010	30-06-2011	30-06-2010
	Valor balanço	Valor balanço	Resultado	Resultado
Imopredial	139.387	-	(981)	-
Banif Finance	130.381	133.760	(5.254)	(3.179)
Imogest	48.113	53.122	-	(184)
Banif Cayman	12.119	13.009	-	(332)
FIP Banif Real Estate Brasil	8.694	-	(35)	23
Banif Bank (Malta)	6.143	3.923	119	454
Banco Caboverdiano de Negocios	5.208	5.011	(389)	(17)
Banif Gestão Patrimonial	3.393	4.300	138	158
Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores	2.924	3.010	82	30
Investaor SGPS SA	2.595	2.624	29	4
Investaor Hoteis SA	2.162	2.418	192	132
Banif International Holdings	2.133	1.754	54	-
Banif Açor Pensões	1.594	1.542	(53)	(25)
Banif Gestão Activa	1.503	1.873	(12)	-
Tiner Polska	1.039	-	(129)	-
Art Invest	1.020	1.037	22	(6)
Capven	929	1.313	332	70
Banif Finance (USA)	744	772	(24)	116
Investimentos Turísticos e Similares Hóteis e Apart-Hotel Pico	457	457	-	(1)
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	403	(16)	4	(128)
SPE Panorama	389	481	15	8
Turotel - turismo e Hóteis dos Açores	356	460	84	34
Banif Inv. Conservador	332	309	2	(5)
Banif Inv. Moderado	256	358	5	9
Banif Real Estate Polska	66	-	(66)	-
Gestarquipark	42	2.424	(44)	(52)
Banif Financial Services Inc	24	27	-	9
Beta Securitizadora	6	46	-	(3)
Banif Forfaiting Company	(165)	(98)	45	130
Banif Trading Inc	(18)	(19)	-	1
Banif Nitor Institucional FIM	-	4.496	-	(6)
Banif Iberia	-	3.017	-	41
Banif Equity Hedge	-	949	-	(46)
Banif Maestro	-	423	-	(14)
Banif Nitor FI Açores	-	397	-	74
Centro Venture	-	261	-	1
FIP Banif Real Estate	-	279	1	-
ZACF	-	5	(1)	-
<b>Total</b>	<b>372.229</b>	<b>243.724</b>	<b>(5.864)</b>	<b>(2.704)</b>

A rubrica de interesses que não controlam relativos à Banif Finance é constituída por:

- Emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 48 milhões de euros em exercícios anteriores.

- Emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 dólares, no montante de 15 milhões de Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anuais e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão total, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 10 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade anualmente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica de interesses que não controlam relativa ao Banif Cayman respeita à:

- Emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	Elementos chave de gestão		Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão		Associadas		Accionistas		Outras Entidades	
	30-06-2011	31-12-2010	30-06-2011	31-12-2010	30-06-2011	31-12-2010	30-06-2011	31-12-2010	30-06-2011	31-12-2010
Crédito e aplicações	2.578	2.615	264	247	5.046	55.214	9.920	50.501	52.872	68.898
Depósitos	3.879	6.000	575	887	49.052	32.914	117.194	4.668	20.136	9.197
Suprimentos	-	-	-	-	11.676	65.947	-	846	13.750	21.889
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-	-	100.689	-	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	30-06-2011	30-06-2010	30-06-2011	30-06-2010	30-06-2011	30-06-2010	30-06-2011	30-06-2010	30-06-2011	30-06-2010
Comissões e serviços	-	-	-	-	794	581	-	-	185	328
Juros e encargos	40	30	5	5	174	-	-	2.218	203	756
Juros e Rendimentos	9	1	2	-	676	1.297	39	-	1.498	903

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

As partes relacionadas do Banif - Grupo Financeiro são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Dr. António Manuel Rocha Moreira  
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes  
Dr. José Marques de Almeida  
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira  
Dr. Nuno José Roquette Teixeira  
Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes  
Dr. Fernando José Inverno da Piedade  
Sr. Vítor Hugo Simons  
Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro  
Dra. Paula Cristina Moura Roque

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida  
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida  
Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos  
Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires  
Filipe Gouveia Marques dos Santos  
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto  
Artur Rangel Fernandes  
Nicole Rangel Fernandes  
Mateus Boarotto Fernandes  
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira  
Joana Sá Reis Rocha Moreira  
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira  
Maria Alice Pereira de Almeida  
João Paulo Pereira Marques de Almeida  
Maria José Pereira Marques de Almeida  
Maria João Pereira Marques de Almeida  
Catherine Thérèse Laurence da Silveira  
Alexandre Tiago da Silveira  
Héloise Maria da Silveira  
Gaspar Antoine da Silveira  
Luisa Maria Campina Pinto da Piedade  
Carolina Pinto Inverno da Piedade  
Leonor Pinto Inverno da Piedade  
Anabela Delgado Courinha e Ramos Simons

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Nidia da Mota Simons  
João Pedro da Mota Simons  
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons  
Lorenzo Roque Dal Fabbro  
Bianca Maria Roque Dal Fabbro  
Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobral Roquette Teixeira  
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
Isabel Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
Ana Cristina dos Santos de Figueiredo e Sousa Nunes  
Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, SGPS  
Companhia de Seguros Açoreana  
Espaço Dez  
Banca Pueyo  
Bankpime  
Inmobiliaria Vegas Altas  
MCO2  
Centaurus Reality Group  
Pedidos Liz

Accionistas:

Rentipar Financeira, SGPS  
Vestiban – Gestão e Investimentos  
Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS  
Joaquim Ferreira de Amorim  
Evaesco SGPS

Outras entidades:

Renticapital, Investimentos Financeiros

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

Rentipar Investimentos, SGPS  
Rentipar Industria SGPS  
Rentiglobo, SGPS  
Empresa Madeirense de Tabacos  
SIET Savoy  
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira  
RAMA – Rações para Animais  
SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas  
Avipérولا  
Aviatlântico  
SOIL, SGPS  
Rentimundi – Investimentos Imobiliários  
Mundiglobo – Habitação e Investimentos  
Habiprede – Sociedade de Construções  
Genius – Mediação de Seguros  
Rentimedis – Mediação de Seguros  
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo  
Dualimo  
FN Participações SGPS, SA  
Core Investimentos, consultoria e Serviços, Lda

30. CONDIÇÕES ESPECIAIS SOBRE O RISCO SOBERANO DE GRÉCIA, IRLANDA E PORTUGAL

Três países europeus, Grécia, Irlanda e Portugal, sofreram uma deterioração das suas finanças públicas num contexto adverso de conjuntura económica e financeira desfavorável. Esta situação levou os agentes do mercado a não adquirirem títulos de dívida pública emitidos por estes países para financiarem os défices públicos.

As políticas de solidariedade europeias previstas para estas situações, levaram os países da zona euro em conjunto com o Fundo Monetário Internacional a porem em prática um conjunto de mecanismos de apoio, levando à formulação e implementação de planos de ajustamento na Grécia, e posteriormente para a Irlanda e Portugal.

Em Maio de 2010, os governos da zona euro e o FMI comprometeram-se num programa de auxílio de 110 milhares de milhões de euros à Grécia em troca de um compromisso de redução do défice do sector público. Durante o primeiro semestre de 2011, as autoridades europeias



## 6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011

### BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

reafirmaram o seu apoio à Grécia, o que levou a conversações para a implementação de um segundo programa de auxílio com o apoio do sector privado. Em 21 de Julho de 2011, os 17 membros da zona euro deliberaram um segundo programa de apoio à Grécia no valor conjunto de 160 milhares de milhões de euros. Este plano, inclui a participação do sector privado num montante que se estima em 135 milhares de milhões de euros.

O plano de apoio à Irlanda foi adoptado em Novembro de 2010, no valor de 85 milhares de milhões de euros e o plano para Portugal foi adoptado em Maio de 2011 e prevê um total de 78 milhares de milhões de euros de apoio.

Todos estes planos estão a ser acompanhados por um conjunto de medidas que visam uma redução significativa dos desequilíbrios das contas públicas dos países visados.

Com base nas medidas adoptadas, o Grupo não prevê perdas de imparidade para as exposições directas ao risco destes países.

Exposições do Grupo:

	Prazo Residual					Total	Provisões / Imparidade	Reserva IV	Líquido
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	> 5 anos				
Portugal									
Activos financeiros Disp. Venda									
Governo Central	1.089.402	8.242	-	22.335	18.666	1.138.645	-	(31.203)	1.169.848
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	284.234	984	2.904	-	-	288.122	-	(3.339)	291.461
Empresas Públicas	-	-	-	-	3.628	3.628	-	(1.518)	5.146
	1.373.636	9.226	2.904	22.335	22.294	1.430.395	-	(36.060)	1.466.455
Investimentos detidos até maturidade									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	8.108	-	2.509	-	-	10.617	-	-	10.617
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	8.108	0	2.509	0	0	10.617	-	-	10.617
Crédito									
Governo Central	1.588	990	1.990	2.104	72.258	78.930	-	-	78.930
Governos Locais e regionais	15.400	-	37.750	-	20.000	73.150	-	-	73.150
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	12.161	-	-	-	26.964	39.125	-	-	39.125
	29.149	990	39.740	2.104	119.222	191.205	-	-	191.205
	1.410.893	10.216	45.153	24.439	141.516	1.632.217	-	(36.060)	1.668.277
Grécia									
Activos financeiros Disp. Venda									
Governo Central	1.761	-	-	-	-	1.761	-	(183)	1.944
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.761	0	0	0	0	1.761	-	(183)	1.944
Investimentos detidos até maturidade									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	959	959	-	-	959
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0	0	0	0	959	959	-	-	959
	1.761	0	0	0	959	2.720	-	(183)	2.903
Irlanda									
Activos financeiros Disp. Venda									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	2.152	-	-	-	-	2.152	-	(292)	2.444
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.152	0	0	0	0	2.152	-	(292)	2.444
	2.152	0	0	0	0	2.152	-	(292)	2.444

---

6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2011  
BANIF-SGPS, S.A. e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

A sociedade Rentipar Seguros, entidade associada, apresenta a seguinte exposição:

Portugal: 40.241 milhares de euros

Grécia: 13.221 milhares de euros

Irlanda: 22.190 milhares de euros

31. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Banif - SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 30 de Junho de 2011, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

# 05

## OUTRAS INFORMAÇÕES



**BANIF**

GRUPO  
FINANCEIRO

**V. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Em Assembleia Geral Anual da Sociedade, realizada em 15 de Abril de 2011, foram aprovados o Relatório de Gestão da Banif SGPS, SA, Individual e Consolidado, respeitante ao exercício de 2010 e as Contas da Banif SGPS, SA, Individuais e Consolidadas, respeitantes ao mesmo exercício.

Foram igualmente aprovadas as demais propostas apresentadas, relativas a pontos da Ordem do Dia, nomeadamente a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Foram ainda aprovadas, uma proposta do Conselho de Administração para ratificação da cooptação do Sr. Dr. Nuno José Roquette Teixeira como Membro daquele órgão, a Eleição da Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 178), representada pelo Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC 896), para as funções de Revisor Oficial de Contas, pelo período de um ano, até à próxima Assembleia Geral Anual, e uma proposta do Conselho de Administração para distribuição aos Accionistas e titulares de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis de um total de 12.800.000,00 euros, (doze milhões e oitocentos mil euros) sob a forma de dividendos, a pagar durante o exercício de 2011, nos termos e caso se venham a verificar as condições constantes da referida proposta.

Por fim, foi aprovada uma proposta dos accionistas Rentipar Financeira, SGPS, S.A. e Auto Industrial – Investimentos e Participações, SGPS S.A., para eleição dos Senhores Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro e Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes, para exercício de funções no Conselho de Administração da sociedade, até ao final do mandato em curso (2009-2011), juntamente com os demais membros daquele órgão, anteriormente designados.

Os Srs. Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro e Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes iniciaram funções já no 2.º Semestre de 2011 (no dia 4 de Julho), após a conclusão dos respectivos processos de registo no Banco de Portugal, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Ainda durante o 1.º Semestre de 2011, o Sr. Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha apresentou renúncia ao cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Banif SGPS, SA, para o qual fora eleito em reunião da Assembleia Geral da Sociedade de 31 de Março de 2009. A mencionada renúncia produziu efeitos em 26 de Maio de 2011.

## 1. Órgãos Sociais e Estatutários

À data de 30 de Junho de 2011, é a seguinte a composição dos órgãos sociais e estatutários:

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL<sup>1</sup>

**Secretário:** Dr. Miguel José Luís de Sousa

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO<sup>2</sup>

**Presidente:** Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

**Vice-Presidente:** Dr. Carlos David Duarte de Almeida

**Vogais:** Dr. António Manuel Rocha Moreira  
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes  
Dr. José Marques de Almeida  
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira  
Dr. Nuno José Roquette Teixeira

**Suplente:** Dr. Fernando José Inverno da Piedade

### CONSELHO FISCAL

**Presidente:** Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

**Vogais Efectivos:** Dr. António Ernesto Neto da Silva

---

<sup>1</sup> O Sr. Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha apresentou renúncia ao cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Banif – SGPS, S.A., para o qual fora eleito em reunião da Assembleia Geral da Sociedade de 31 de Março de 2009. A mencionada renúncia produziu efeitos em 26 de Maio de 2011.

<sup>2</sup> Não estão referidos a Sr.ª Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro e p Sr. Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes, eleitos para o Conselho de Administração na reunião da Assembleia Geral de 15 de Abril de 2011, uma vez que estes apenas iniciaram funções já no 2.º Semestre de 2011 (no dia 4 de Julho), após a conclusão dos respectivos processos de registo no Banco de Portugal, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Dr. José Lino Tranquada Gomes

Vogal Suplente: Dr. José Pedro Lopes Trindade

**CONSELHO CONSULTIVO**

Eng.º António Fernando Couto dos Santos  
Professor Doutor António Soares Pinto Barbosa  
Dr. Fernando José Inverno da Piedade  
Comendador João Francisco Justino  
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos  
Comendador Jorge Sá  
Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha  
Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro  
Dr. Mário Raúl Leite Santos  
Dr. Miguel José Luís de Sousa  
Dr.ª Paula Cristina Moura Roque  
Dr. Roberto de Sousa Rocha Amaral  
Dr. Rui Alberto Faria Rebelo

**COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES**

Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho  
Dr. António Gonçalves Monteiro  
Dr. Enrique Santos

**SECRETÁRIO DA SOCIEDADE**

Efectivo: Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

Suplente: Dr.ª Vanda Maria Marcelino de Melo

## 2. Carteira de Acções Próprias

Durante o 1.º Semestre de 2011, o Banif– Banco de Investimento, S.A., sociedade dominada pela Banif - SGPS, SA, efectuou as transacções a seguir descritas de acções da Banif SGPS, SA, as quais foram todas executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa), em execução do contrato de liquidez celebrado entre aquele Banco e a Euronext Lisboa. Face ao disposto no art.º 325-A do Código das Sociedades Comerciais, são as referidas acções consideradas acções próprias da sociedade dominante.

Total em 31 de Dezembro de 2010: 10.000 acções detidas através do Banif – Banco de Investimento, SA

Tipo de Transacção	Data	Mercado	Quantidade	Valor (em EUR)
Compra	10-Jan-11	Euronext Lisboa	3.000	2.460
Compra	10-Jan-11	Euronext Lisboa	2.000	1.620
Compra	10-Jan-11	Euronext Lisboa	3.000	2.370
Venda	12-Jan-11	Euronext Lisboa	8.000	6.720
Compra	17-Jan-11	Euronext Lisboa	2.826	2.402
Compra	17-Jan-11	Euronext Lisboa	2.174	1.848
Venda	17-Jan-11	Euronext Lisboa	3.000	2.700
Venda	17-Jan-11	Euronext Lisboa	5.000	4.450
Venda	19-Jan-11	Euronext Lisboa	4.000	3.840
Compra	25-Jan-11	Euronext Lisboa	4.000	3.760
Compra	27-Jan-11	Euronext Lisboa	7.525	7.149
Compra	27-Jan-11	Euronext Lisboa	475	451
Compra	27-Jan-11	Euronext Lisboa	108	103
Compra	27-Jan-11	Euronext Lisboa	4.892	4.647
Compra	28-Jan-11	Euronext Lisboa	3.000	2.760
Compra	31-Jan-11	Euronext Lisboa	2.000	1.880
Compra	11-Fev-11	Euronext Lisboa	1.298	1.233
Compra	11-Fev-11	Euronext Lisboa	100	95
Compra	11-Fev-11	Euronext Lisboa	1.102	1.047
Compra	15-Fev-11	Euronext Lisboa	2.064	1.981
Compra	15-Fev-11	Euronext Lisboa	436	419



Venda	16-Fev-11	Euronext Lisboa	5.000	4.950
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	1.031	1.010
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	1.865	1.828
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	1.881	1.843
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	3.704	3.630
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	4.215	4.131
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	104	102
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Venda	16-Fev-11	Euronext Lisboa	3.670	3.633
Venda	16-Fev-11	Euronext Lisboa	1.330	1.317
Venda	16-Fev-11	Euronext Lisboa	5.000	4.950
Compra	16-Fev-11	Euronext Lisboa	200	196
Compra	10-Mar-11	Euronext Lisboa	493	458
Compra	10-Mar-11	Euronext Lisboa	507	472
Compra	11-Mar-11	Euronext Lisboa	2.255	2.030
Compra	11-Mar-11	Euronext Lisboa	372	339
Compra	11-Mar-11	Euronext Lisboa	5.000	4.550
Compra	11-Mar-11	Euronext Lisboa	553	503
Compra	11-Mar-11	Euronext Lisboa	2.334	2.124
Compra	11-Mar-11	Euronext Lisboa	745	678





Compra	11-Mar-11	Euronext Lisboa	5.000	4.550
Compra	11-Mar-11	Euronext Lisboa	2.248	2.046
Compra	11-Mar-11	Euronext Lisboa	493	449
Compra	15-Mar-11	Euronext Lisboa	2.500	2.200
Compra	16-Mar-11	Euronext Lisboa	2.500	2.200
Compra	16-Mar-11	Euronext Lisboa	3.000	2.580
Compra	16-Mar-11	Euronext Lisboa	2.000	1.740
Compra	16-Mar-11	Euronext Lisboa	1.896	1.612
Compra	16-Mar-11	Euronext Lisboa	500	425
Compra	16-Mar-11	Euronext Lisboa	104	88
Compra	17-Mar-11	Euronext Lisboa	100	86
Venda	23-Mar-11	Euronext Lisboa	2.212	1.858
Compra	23-Mar-11	Euronext Lisboa	4.568	3.855
Compra	23-Mar-11	Euronext Lisboa	432	365
Compra	30-Mar-11	Euronext Lisboa	316	256
Compra	30-Mar-11	Euronext Lisboa	123	100
Compra	30-Mar-11	Euronext Lisboa	123	100
Compra	30-Mar-11	Euronext Lisboa	4.438	3.599
Venda	01-Abr-11	Euronext Lisboa	5.000	4.195
Venda	06-Abr-11	Euronext Lisboa	2.756	2.210
Venda	06-Abr-11	Euronext Lisboa	1.984	1.589
Venda	06-Abr-11	Euronext Lisboa	260	209
Compra	15-Abr-11	Euronext Lisboa	2.727	2.075
Compra	15-Abr-11	Euronext Lisboa	2.075	1.579
Compra	15-Abr-11	Euronext Lisboa	1.198	912
Compra	18-Abr-11	Euronext Lisboa	2.842	2.089
Compra	18-Abr-11	Euronext Lisboa	770	566
Compra	26-Abr-11	Euronext Lisboa	2.000	1.440
Compra	26-Abr-11	Euronext Lisboa	2.500	1.793



Compra	26-Abr-11	Euronext Lisboa	500	359
Compra	27-Abr-11	Euronext Lisboa	2.115	1.459
Compra	04-Mai-11	Euronext Lisboa	4	3
Compra	20-Mai-11	Euronext Lisboa	3.885	2.681
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	5.000	3.650
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	4.026	2.939
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	4.100	3.030
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	800	591
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	781	580
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	1.250	936
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	4.500	3.411
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	269	204
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	2.750	2.087
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	500	379
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	2.500	1.873
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	469	348
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	100	74
Venda	24-Mai-11	Euronext Lisboa	974	711
Compra	01-Jun-11	Euronext Lisboa	10.000	7.250
Compra	01-Jun-11	Euronext Lisboa	749	543
Compra	14-Jun-11	Euronext Lisboa	1.299	943
Compra	14-Jun-11	Euronext Lisboa	128	93
Compra	14-Jun-11	Euronext Lisboa	711	516
Compra	14-Jun-11	Euronext Lisboa	299	217
Compra	14-Jun-11	Euronext Lisboa	63	46
Compra	15-Jun-11	Euronext Lisboa	1.100	787
Compra	15-Jun-11	Euronext Lisboa	100	72
Compra	15-Jun-11	Euronext Lisboa	2.170	1.562
Compra	15-Jun-11	Euronext Lisboa	400	288

Compra	16-Jun-11	Euronext Lisboa	2.500	1.750
Compra	16-Jun-11	Euronext Lisboa	1.460	1.022
Compra	16-Jun-11	Euronext Lisboa	1.040	728
Compra	17-Jun-11	Euronext Lisboa	2.500	1.710
Compra	17-Jun-11	Euronext Lisboa	7.500	4.928
Compra	17-Jun-11	Euronext Lisboa	2.500	1.643
Venda	22-Jun-11	Euronext Lisboa	140	93
Venda	22-Jun-11	Euronext Lisboa	9.857	6.545
Compra	22-Jun-11	Euronext Lisboa	4.550	2.967
Compra	22-Jun-11	Euronext Lisboa	1.447	943
Compra	22-Jun-11	Euronext Lisboa	2.000	1.304
Compra	22-Jun-11	Euronext Lisboa	2.000	1.304
Compra	23-Jun-11	Euronext Lisboa	5.669	3.628
Compra	23-Jun-11	Euronext Lisboa	200	128
Compra	23-Jun-11	Euronext Lisboa	131	84
Compra	23-Jun-11	Euronext Lisboa	1.500	933
Compra	23-Jun-11	Euronext Lisboa	2.500	1.525

---

Total em 30 de Junho de 2011: 97.504 acções detidas através do Banif – Banco de Investimento, SA

Por outro lado, durante o período em apreciação, não foi efectuada qualquer transacção de acções próprias pela Banif - SGPS, SA, pelo que, em 30 de Junho de 2011, esta sociedade se mantinha titular das mesmas **821.951** acções que detinha no início do ano.

O total de acções próprias existente em 30 de Junho de 2011 era, assim, de 919.455 unidades.

### 3. Titulares de Participações Sociais Qualificadas

Nos termos do art.º 9 n.º 1, al. c) do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informa-se sobre os accionistas titulares de participações qualificadas, com referência a 30 de Junho de 2011, de acordo com o artigo 20.º do CVM, em conformidade com os elementos existentes na sociedade:

- **HERANÇA INDIVISA DE HORÁCIO DA SILVA ROQUE**, detinha directamente **1.308.888** acções da Banif – SGPS, SA, correspondentes a 0,230% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, sendo-lhe ainda imputáveis os direitos de voto correspondentes a
  - **307.063.133** acções, correspondentes a 53,871% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, detidas pela **Rentipar Financeira SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;
  - **1.152.997** acções, correspondentes a 0,202% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que são titulares os **membros do Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA** – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 20.082 acções; Dr. José Marques de Almeida: 1.117.440 acções; Sr. Vitor Hugo Simons: 15.475 acções – (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);
  - **27.583.051** acções, correspondentes a 4,839% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular a **Vestiban – Cestão e Investimentos, SA**, sociedade dominada pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque (art.º 20.º, n.º 1, als. b) e 21.º do CVM);
  - **267.750** acções, correspondentes a 0,047% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular a **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda**, sociedade dominada (nos termos do art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;
  - **131.410** acções, correspondentes a 0,023% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que é titular a **Renticapital – Investimentos Financeiros, SA**, sociedade dominada (nos termos do art.º 20.º, n.º 1, als. b) e i) e art.º 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;
  - **3.171.385** acções, correspondentes a 0,556% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que é titular a **Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social**, entidade considerada dominada (nos termos do art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;

Num total de 340.678.614 acções, correspondentes a 59,768% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, S.A.

- **AUTO INDUSTRIAL, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA**, pessoa colectiva n.º 505.025.752, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa, era titular de **76.377.857** acções, representativas de 13,400% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.
- **JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM**, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:
  - **13.493.270** acções, correspondentes a 2,367% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a **Evaesco**, SGPS, SA, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e art.º 21.º, ambos do CVM), pelo próprio;
  - **12.138** acções, correspondentes a 0,002% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular um **membro do Conselho de Administração da Evaesco**, SGPS, SA – Carla de Castro Amorim (art.º 20.º, n.º 1, al.s b), d) e i) do CVM).

Num total de **13.505.408** acções, correspondentes a **2,369%** do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, S.A.

Participações Qualificadas - Imputação de Direitos de Voto – Art.º 20.º CVM	% capital social / direitos de	N.º de acções
<b>Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque</b>		
- directamente	0,230%	1.308.888
- através da Rentipar Financeira, SGPS, SA	53,871%	307.063.133
- através de membros do Conselho de Administração da Rentipar	0,202%	1.152.997
- através da Vestiban – Cstão e Investimentos, SA	4,839%	27.583.051
- através da Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda	0,047%	267.750
- através da Renticapital – Investimentos Financeiros, SA	0,023%	131.410
- através da Fundação Horácio Roque	0,556%	3.171.385
<b>Total imputável</b>	<b>59,768%</b>	<b>340.678.614</b>
<b>Auto Industrial, Investimentos e Participações, SGPS, SA</b>	<b>13,400%</b>	<b>76.377.857</b>
<b>Joaquim Ferreira de Amorim</b>		
- através da Evaesco SGPS, SA	2,367%	13.493.270
- através de membro do Conselho de Administração da Evaesco SGPS,	0,002%	102.138
<b>Total imputável</b>	<b>2,369%</b>	<b>13.505.408</b>

#### 4. Valores Mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA e Sociedades do Banif – Grupo Financeiro detidos por Titulares de Órgãos Sociais

Em conformidade com o disposto no art.º 9.º n.º 1, alínea a) do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informa-se sobre o número de valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA e sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, detidos, adquiridos, onerados ou transmitidos por titulares dos órgãos sociais durante o período a que se refere o presente relatório (1.º Semestre de 2011).

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

##### Dr. Miguel José Luís de Sousa

- Pessoalmente, era titular de 741 acções da Banif SCPS, S.A..
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO<sup>3</sup>

##### Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

- Pessoalmente, era titular de 1.714.113 acções da Banif - SCPS, SA.
- Era titular, ainda, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, 1 acção da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA (acção preferencial preferenciais sem direito a voto) e 1 acção da Banif Brasil (Holdings), SA.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

<sup>3</sup> Não estão referidos quaisquer dados referentes à Sr.ª Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro ou ao Sr. Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes, eleitos para o Conselho de Administração na reunião da Assembleia Geral de 15 de Abril de 2011, uma vez que estes apenas iniciaram funções já no 2.º Semestre de 2011 (no dia 4 de Julho), após a conclusão dos respectivos processos de registo no Banco de Portugal, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

**Dr. Carlos David Duarte de Almeida**

- Pessoalmente, era titular de 144 acções da Banif SGPS, SA.
- Era titular, ainda, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, 1 acção da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto) e 1 acção da Banif Brasil (Holdings), SA.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de Grupo, no período em referência.

**Dr. António Manuel Rocha Moreira**

- Pessoalmente, era titular de 177.675 acções da Banif - SGPS, SA, de 37 Obrigações Banif SGPS, SA 2008/2011, com o valor unitário de 1.000,00 euros, 30 Obrigações Rentipar Financeira, SGPS, SA 2008/2012, no valor unitário de 1.000,00 euros e 125 Obrigações Banif SGPS, SA 2010-2013, no valor unitário de 1.000,00 euros (100 das quais foram subscritas em 2 de Março de 2011).
- Além do referido na parte final do parágrafo anterior, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes**

- Pessoalmente não era titular de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.
- Era titular de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA, de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, de 1 acção da Banif Gestão de Activos (Brasil), SA, de 1 acção da Banif Brasil (Holdings), SA e ainda de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA e de 1 acção da Econofinance, SA (ambas acções preferenciais sem direito a voto).
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. José Marques de Almeida**

- Pessoalmente era titular de 1.117.440 acções da Banif - SGPS, SA.

- A **Rentipar Financeira**, SGPS, SA, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 307.063.133 acções da Banif - SGPS, SA;
- A **Vestiban – Gestão e Investimentos**, SA, sociedade da qual é Presidente do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif - SGPS, SA;
- A **Fundação Horácio Roque** – Instituição Particular de Solidariedade Social, entidade da qual é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 3.171.385 acções da Banif – SGPS, SA.

Detinha ainda 40 acções Banif Finance FLI PERP

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

**Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.



**Dr. Nuno José Roquette Teixeira**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionadaa(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionadaa(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**CONSELHO FISCAL**

**Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida**

- Pessoalmente era titular de 213.847 acções da Banif SCPS, SA.
- A sociedade Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções da Banif - SCPS, SA.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionadaa(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. António Ernesto Neto da Silva**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionadaa(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

#### Dr. José Lino Tranquada Gomes

- Pessoalmente não era titular de quaisquer acções da Banif - SCPS, SA.
- Era titular das seguintes obrigações/unidades de participação: Banif Eurostoxx 2010, 25.000 euros; 30 Obrigações Rentipar Financeira, SCPS, SA 2008/2012, no valor unitário de 1.000,00 euros; Banif Property FEIF (210 UP's).
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

#### 5. Transacções de acções ou de instrumentos financeiros com elas relacionados efectuadas pela Rentipar Financeira, SCPS, SA, pelos seus dirigentes e por pessoas estreitamente relacionadas com aqueles.

Em cumprimento do disposto nos n.º 6 e 7 do art.º 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, segue a descrição das transacções realizadas no 1.º Semestre de 2011, referentes a acções da Banif SCPS, SA ou a instrumentos financeiros com elas relacionados, efectuadas pela Rentipar Financeira, SCPS, SA,<sup>4</sup> pelos seus dirigentes e pelas pessoas estreitamente relacionadas com aqueles. A referência é feita apenas aos dirigentes da Rentipar Financeira, SCPS, SA que não são comuns à Banif SCPS, SA,<sup>5</sup> uma vez que as acções/instrumentos relacionados transaccionados por estes estão divulgados no ponto imediatamente anterior.

#### RENTIPAR FINANCEIRA, SCPS, SA

Transacções de valores mobiliários no 1.º semestre de 2010 (art.º 9.º, n.º 1, al. a) e 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Unidades</i>	<i>Preço médio unit.(euros)</i>	<i>Montante (euros)</i>	<i>Identificação do Valor Mobiliário</i>
---------------------------	----------------------	-------------	-----------------	---------------------------------	-------------------------	--

<sup>4</sup> Sociedade considerada em relação de domínio com a Banif – SCPS, SA, nos termos e para os efeitos do art.º 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

<sup>5</sup> Está considerada a Sr.ª Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro, eleita para o Conselho de Administração na reunião da Assembleia Geral de 15 de Abril de 2011, uma vez que esta apenas iniciou funções na Banif – SCPS, S.A. no 2.º Semestre de 2011 (no dia 4 de Julho), após a conclusão do processo de registo no Banco de Portugal, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

---

<i>Renticapital Investimentos Financeiros, S.A.<sup>6</sup></i>	Compra	23-Jun.	41.636	0,617	25.698,95	Acções Banif – SGPS, S.A.
	Compra	24-Jun.	40.000	0,619	24.760,00	Acções Banif – SGPS, S.A.
	Compra	27-Jun.	32.000	0,610	19.504,71	Acções Banif – SGPS, S.A.
	Compra	28-Jun.	10.000	0,610	6.100,00	Acções Banif – SGPS, S.A.
	Compra	29-Jun.	7.774	0,620	4.819,88	Acções Banif – SGPS, S.A.

---

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

##### Dr. Fernando José Inverno da Piedade

- À excepção das transacções referentes à Renticapital Investimentos Financeiros, SA, acima referidas, da qual é membro do Conselho de Administração, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif – SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

##### Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

- À excepção das transacções referentes à Renticapital Investimentos Financeiros, SA, acima referidas, da qual é membro do Conselho de Administração, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif – SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

##### Dr. Víctor Hugo Simons

- À excepção das transacções referentes à Renticapital Investimentos Financeiros, SA, acima referidas, da qual é membro do Conselho de Administração, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif – SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

---

<sup>6</sup> Sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (nos termos do art.º 20.º, n.º 1, als. b) e i) e art.º 21.º, ambos do CVM).

---

**Dr.ª Paula Cristina Moura Roque**

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

**CONSELHO FISCAL DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA**

**Dr. José Luís Pereira de Macedo**

- À excepção das transacções referentes à Rentipar Financeira, SGPS, SA, acima referidas, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

**Dr. Carlos Alberto da Costa Martins**

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

**Dr.ª Teresa Lucinda Camoesas Castelo**

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

6. Recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos

A informação que se segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular n.º 46/08/DSBDR, de 15-07-2008, Carta-Circular n.º 97/2008/DSB, 03-12-2008, e Carta-Circular n.º 58/2009/DSB, de 05-08-2009, do Banco de Portugal, sobre a “Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos”.

**I. Modelo de Negócio**

1. *Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).*

O modelo de negócio do Grupo encontra-se pormenorizadamente descrito na parte II. “ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011” do Relatório de Gestão.

2. *Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).*

As estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados encontram-se descritos nas notas “22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS” e “19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS”, respectivamente, do ponto “6 Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “IV DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS”.

3. *Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).*

As actividades desenvolvidas pelo Grupo e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011” do Relatório de Gestão.

4. *Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.*

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011” do Relatório de Gestão.

5. *Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.*

Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011” do Relatório de Gestão.

**II. Riscos e Gestão dos Riscos**

6. *Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.*

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados pelo Grupo encontram-se pormenorizadamente descritos no ponto “2.3 Controlo dos Riscos de Actividade” da parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011” do Relatório de Gestão.

7. *Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.*

As práticas de gestão de risco encontram-se pormenorizadamente descritas no ponto “2.3 Controlo dos Riscos de Actividade” da parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011” do Relatório de Gestão.

**III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados**

8. *Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.*

Descrição apresentada no ponto seguinte.

9. *Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).*

No mapa seguinte são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: *commercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS), *colateralised debt obligations* (CDO) e *asset-backed securities* (ABS), para os períodos em referência.

(valores em euros)

Tipo Produto	30-06-10			30-06-11		
	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas
ABS	726.792	220.239	764.314	-1.349	427.349	56.208
CDO	-45.551	-255.250	-66	0	-501.000	0
CLO	517.596	0	818.217	662.328	1.046.929	512.663
CMBS	56.203	0	207.433	-75.830	13.096	130.320
RMBS	-2.522	0	201.580	-394.109	305.671	12.487
Total	1.252.519	-35.011	1.991.479	191.040	1.292.044	711.679

10. *Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.*

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário *sub-prime* foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual se traduziu num acentuado alargamento dos *spreads* e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se numa enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados - o mercado tornou-se ilíquido -, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos *spreads* de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto nos activos do sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados ou activos de securitização.

Ao nível do Grupo Banif, um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente *marked-to-market* até à primeira metade de 2008, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com impacto negativo ao nível dos resultados e dos capitais próprios do Grupo.

*Retrospectiva dos últimos anos*

Em 2009, assistiu-se de forma global a uma forte recuperação do mercado dos produtos estruturados, nomeadamente no segmento dos CDOs. Não obstante os quatro primeiros meses

adormecidos, estes produtos registaram elevados volumes de transacção no mercado secundário no conjunto do ano, com uma queda acentuada dos *spreads* a partir de Maio. As taxas de *default* nos CLOs que vinha a aumentar continuamente desde 2008 até aos primeiros meses de 2009, registaram posteriormente uma redução gradual. Reflectindo um impressionante *rally* durante o ano, especialmente a partir da segunda metade, a maior parte de activos resultantes de securitizações ofereceu em 2009 um retorno muito superior ao investimento em obrigações *Investment Grade*.

O ano de 2010 foi também um ano de recuperação transversal às várias classes de activos de securitização, quer em termos absolutos como relativos, embora com ritmos díspares entre os vários tipos de produtos. Nos ABS americanos de financiamento ao consumo, os mercados voltaram quase para os níveis pré-crise em termos de *spreads* e novas emissões, mas os preços dos RMBS registaram uma forte apreciação, e os CMBS, CLOs e ABS Europeus ocuparam uma posição intermédia em termos de performance. De uma forma global, a política acomodatória e copiosa em termos de injeção de liquidez por parte dos bancos centrais contribuiu para retornos positivos nos activos de risco, mas com os activos de securitização (*asset-backed securities* ou ABS, em sentido lato) a registar uma performance superior em termos de retorno total, acima do crédito *Investment Grade* (IG) e mesmo *High Yield* (HY).

A primeira metade do ano de 2010 pautou-se pela manutenção da tendência positiva iniciada em 2009, traduzida no estreitamento dos *spreads* dos produtos estruturados e correspondente aumento do preço. Esta melhoria de mercado foi também patente no crescimento da colocação de novas transacções em investidores terceiros, por parte de emitentes internacionais, com o montante emitido em Março de 2010 a atingir o valor mais alto desde Dezembro de 2007.

Na segunda metade do ano, os *spreads* dos ABS permaneceram a níveis constantes e bastante estáveis, excepto no que diz respeito ao estreitamento dos *spreads* nos CMBS, em contraste com a volatilidade observada nas obrigações de empresas e os mercados de CDS. Contudo, esta estabilidade é meramente um reflexo da reduzida liquidez e da inactividade do mercado secundário. Já no final do ano, os *spreads* dos RMBS em alguns países periféricos da zona euro com maiores desequilíbrios orçamentais permaneceram a níveis superiores aos atingidos após a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008.

Com efeito, o mercado de securitização permaneceu em baixa em 2010, reflectido nos níveis reduzidos de volumes de emissão no mercado de ABS, que caiu para o nível mais baixo desde 2003.

#### *O primeiro semestre de 2011*

Pelo terceiro ano consecutivo desde a intensificação da turbulência financeira no Outono de 2008, os riscos permanecem elevados na zona euro, nomeadamente quanto ao risco de contágio das economias mais periféricas às mais desenvolvidas, tendo como foco, uma vez mais, a interligação entre os sectores financeiro e soberano.



No que diz respeito ao mercado dos ABS, tanto a actividade primária como secundária continuaram em baixa no primeiro semestre de 2011, limitando, desta forma, a capacidade de os bancos se financiarem através da emissão destes instrumentos, com particular ênfase no que toca às instituições cujos ratings caíram para níveis abaixo de *Investment Grade* (ex. Grécia e Portugal). A emissão de ABS, que seriam retidos em carteira por parte dos bancos na sua larga maioria com o objectivo de utilização como colateral nas operações de refinanciamento no Eurosistema, reduziu significativamente, em grande parte, devido ao apertar dos critérios de elegibilidade pelo ECB. Nas emissões realizadas no primeiro semestre, a maioria dos ABS de bancos europeus tinham como activos subjacentes hipotecas residenciais ou financiamento automóvel.

Numa análise de risco de mercado, tendo como referência as tranches AAA de ABS vis a vis a Libor, verificou-se que na primeira metade de 2011, os *spreads* dos CMBS continuaram a estreitar, enquanto os outros tipos de ABS permaneceram estáveis. Os *spreads* dos RMBS continuam a caracterizar-se por uma elevada diferenciação entre os vários países da zona Euro, com os países atingidos quer por recessões económicas severas ou afectados por bolhas no mercado imobiliário, a transaccionar a *spreads* elevados, enquanto outros países, com uma situação económica mais benevolente, mostraram uma tendência de redução.

No futuro próximo, a manutenção dos *spreads* dos ABS a níveis reduzidos é uma condição prévia para a recuperação do mercado de titularização como uma fonte de *funding*, sendo importante realçar que os montantes mais elevados de novas emissões observaram-se nos mercados com *spreads* mais baixos, i.e. ABS colateralizados por financiamento automóvel e RMBS emitidos por bancos com ratings elevados.

A boa conjuntura nesta classe de activos nos últimos tempos possibilitou anular as perdas dos anos anteriores, sendo que, em 2010, houve uma reversão dos resultados potenciais na carteira de produtos estruturados do Grupo Banif, em particular das reservas de reavaliação, que passaram pela primeira vez para valores positivos desde a crise pós Lehman.

Já em 2011, inserida na estratégia geral de desalavancagem de balanço, o Grupo Banif procedeu a uma venda maciça das posições de titularização detidas em carteira, o que se consubstanciou, em termos globais, na materialização das mais-valias potenciais em efectivas. Com efeito, no primeiro semestre foram realizadas mais-valias de €1,3 milhões (que compara com uma perda de €35 mil no período homólogo), destacando-se, pela positiva, o segmento dos CLOs que liderou os ganhos e, pela negativa, os CDOs com resultados negativos. Em contrapartida, no final de Junho de 2011, as mais-valias potenciais eram de apenas €191 mil, o que compara com €1,3 milhões registados no mesmo período do ano anterior. As reservas de reavaliação ascendiam a €712 mil no final do primeiro semestre (versus €2 milhões no período homólogo).

**11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.**

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste Anexo. As rubricas de balanço e demonstração de resultados nas quais se reflectiram os referidos impactos do período de turbulência são os seguintes (em milhares de euros):

BALANÇO	30-06-2011	
	Valor líquido	Valor líquido sem o impacto do período de turbulência
...	...	...
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	633.853	632.370
Activos financeiros disponíveis para venda	1.552.921	1.552.209
Activos por impostos diferidos	11.189	10.552
...	...	...
<b>Total do Activo</b>	<b>17.032.684</b>	<b>17.031.126</b>
...	...	...
<b>Total do Passivo</b>	<b>15.643.902</b>	<b>15.643.902</b>
...	...	...
Reservas de reavaliação	(33.277)	(33.783)
Resultado do exercício	8.500	7.447
...	...	...
<b>Total do Capital</b>	<b>1.388.782</b>	<b>1.387.224</b>
<b>Total do Passivo + Capital</b>	<b>17.032.684</b>	<b>17.031.126</b>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	30-06-2011	
	Valor líquido	Valor líquido sem o impacto do período de turbulência
...	...	...
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(17.434)	(18.917)
...	...	...
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>19.039</b>	<b>17.556</b>
Impostos	(4.675)	(4.245)
Correntes	(11.279)	(11.279)
Diferidos	6.604	7.034
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>14.364</b>	<b>13.311</b>
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-
Interesses que não controlam	(5.864)	(5.864)
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>8.500</b>	<b>7.447</b>

## 12. Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados.

Informação apresentada no ponto 9 deste Anexo.

**13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.**

Conforme já referido anteriormente neste Anexo e ao longo do Relatório de Gestão, o período de turbulência nos mercados financeiros, iniciado em meados de 2007, traduziu-se numa crise generalizada dos mercados accionistas e obrigacionistas internacionais. Ao nível do sector financeiro, as preocupações com a qualidade e os riscos dos activos detidos pelas instituições, originou uma crise de liquidez que se traduziu num acréscimo dos spreads de crédito e, consequentemente, num aumento dos custos de *funding*, colocando dúvidas relativamente à capacidade destas instituições em dar continuidade aos seus planos de crescimento da actividade e nos ROE evidenciados nos últimos anos.

Esta conjuntura de extrema aversão ao risco, de crise de liquidez e de incerteza relativamente à capacidade de crescimento e de rendibilidade futura, levou a uma quebra muito acentuada das cotações de mercado das acções das instituições financeiras. Esta situação, no que concerne às instituições financeiras nacionais, inverteu-se ligeiramente no segundo semestre de 2009, mas retomou a tendência negativa no primeiro trimestre de 2010, tendo-se agravado significativamente na sequência das reduções do *rating* da República Portuguesa e do pedido de auxílio financeiro apresentado pelo Estado Português em Abril de 2011.

No primeiro semestre de 2011, a cotação das acções da Banif - SGPS, SA acompanhou esta evolução do mercado, evidenciando uma maior volatilidade em períodos mais turbulentos, explicada pela menor dimensão da instituição, pela elevada concentração accionista e logo menor *free-float* e liquidez.

As acções da Banif – SGPS transaccionavam, no final de Junho de 2011, a um valor correspondente a cerca de 35% do respectivo valor contabilístico (*book value*).

**14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.**

A 30 de Junho de 2011, a carteira de produtos estruturados do Grupo Banif, a qual se encontra sedeadada no Banif Banco de Investimento (BBI), em Portugal, ascendia apenas a €6,8 milhões, medida em termos de valor de mercado, traduzindo numa redução de 86% face aos €47,6 milhões do período homólogo, e que corresponde a cerca de 0,04% do activo líquido consolidado do Grupo Banif e cerca de 0,5% dos capitais próprios. Em paralelo, o valor nominal da carteira registou uma queda de 84%, de €54,2 para €8,7 milhões, reflectindo, por um lado, a venda maciça destes activos durante o primeiro semestre do ano – englobada na estratégia de desalavancagem do

banco de investimento – e, por outro, as amortizações e reembolsos verificados nos títulos (ao valor nominal, não tendo existido, desde a constituição carteira, nenhuma ocorrência de eventos de crédito), em alguns casos antecipadamente, revelador da boa qualidade creditícia dos mesmos.

Em termos retrospectivos, face a um pico registado em Junho de 2007, em que exposição do Grupo a produtos estruturados tinha atingido cerca de €114 milhões a valores nominais e de mercado, a trajectória dos últimos quatro anos foi de decréscimo a ritmo acelerado, tendo atingindo actualmente uma exposição residual, inferior a €7 milhões a valores de mercado.

Para mitigar o risco existe, foi efectuada a compra de protecção (*credit default swap*) sobre activos detidos em carteira, e cujo montante *outstanding* é de cerca €4,5 milhões, em que o risco de crédito é transferido para terceiros. Desta forma, na situação actual, o impacto sobre o Grupo não é expressivo, mesmo admitindo o cenário extremo de perda total do valor dos activos, situação de probabilidade reduzida tendo por base os dados observáveis no mercado, nomeadamente as taxas de *default* e as taxas de recuperação para instrumentos comparáveis aos detidos em carteira.

De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ter um mercado activo, espelhado numa extrema falta de liquidez, e face às alterações à IAS 39 emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – “*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition*” – o Banif Banco de Investimento procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (*Loans and Receivables*), considerando o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (*foreseeable future*) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito.

Desta forma, houve uma alteração significativa em termos dos impactos desta carteira, sendo que o Grupo deixou de estar sujeito às variações de preço destes títulos, não sendo afectado em termos de risco de mercado, mas apenas em termos de risco de crédito, ou seja, na possibilidade de perdas devido a *defaults* dos títulos.

Não obstante o tratamento contabilístico, a alocação de capital à carteira de produtos estruturados do Grupo Banif tem sido realizada tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, específica para este tipo de activos, de acordo com as regras actuais de Basel II, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008. Em Junho de 2010, o Comité de Basileia anunciou alguns ajustamentos ao acordo de Basileia II, entre os quais, o tratamento das posições de securitização detidas na carteira de *trading* de forma similar ao das outras carteiras, ou seja, a adopção de uma tratamento uniforme de alocação de capital às posições de securitização. A adopção desta medida não terá impacto sobre a alocação de capital das posições detidas em carteira pelo Grupo Banif. Analogamente, as novas regras já publicadas que incrementam os ponderadores de risco a aplicar às posições que se enquadrem na definição de *re-securitizações*, não têm qualquer impacto sobre o consumo de capital, dado que nenhum dos activos detidos em carteira se enquadra nesta definição.

**15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.**

A análise das categorias de instrumentos financeiros passivos reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 30 de Junho de 2011 e respectivos métodos de valorização:

(Valores em Milhares de Euros)

	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação		Total
		Análise de mercado	Outras	
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	40.592	62.479	103.071
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	111.656	-	111.656

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As alterações ao justo valor de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” tiveram um impacto de 1.173 milhares de euros nos resultados do 1.º Semestre de 2011.

**IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência**

**16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.**

Detalhe do valor nominal (*outstanding*) e justo valor das posições “vivas” nos instrumentos acima identificados.



(valores em euros)

Tipo Produto	30-06-10		30-06-11	
	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal
ABS	14.031.932	14.449.233	251.281	250.000
CDO	2.336.149	4.500.000	0	0
CLO	17.480.116	21.714.270	3.423.200	5.000.000
CMBS	6.815.945	6.891.480	1.738.528	1.731.341
RMBS	6.915.351	6.701.028	1.420.547	1.767.440
Grand Total	47.579.493	54.256.011	6.833.556	8.748.781

**17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.**

O quadro seguinte apresenta o detalhe do *credit default swap* em que se efectuou uma compra de protecção para alguns instrumentos que compõem a carteira em análise.

(valores em euros)

Tipo Produto	30-06-2011	
	CDS Outstanding	CDS +/- Valia
ABS	0	167.795
CDO	0	0
CMBS	1.977.092	-30.156
RMBS	0	0
CLO	2.500.000	19.621
Grand Total	4.477.092	157.260

**18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:**

- *Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;*
- *Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages);*
- *Áreas geográficas de origem;*
- *Sector de actividade;*
- *Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);*
- *Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;*
- *Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.*

A 30 de Junho de 2011, a exposição do Grupo a produtos estruturados sediada no Banif Banco de Investimento ascendia apenas a €6,8 milhões a valores de mercado, repartidos por cinco títulos / tranches, na sequência da forte venda de títulos da carteira própria, a qual se encontra inserida na estratégia de desalavancagem global de balanço. A esta data, os CLO representavam cerca de metade dessa exposição, os CMBS 25%, os RMBS 21%, com os restantes ABS a assumirem um peso de 4%.

Em termos de senioridade das posições detidas, por regra, o Grupo investiu nas tranches mais seniores das operações. Desta forma, existia em carteira apenas uma exposição correspondente a *first loss position*, com um valor de mercado de €1,4 milhões, mas que foi entretanto vendida, pelo que no final do primeiro semestre todas as posições correspondiam às tranches mais seniores.

A forte venda de activos de securitização pelo Grupo, no primeiro semestre, traduziu-se naturalmente na redução da exposição máxima em risco, que é inferior a €7 milhões a valores de mercado, mas com um efeito desfavorável em termos da distribuição da carteira actual em termos de *ratings*, na medida em que os activos que não foram vendidos apresentam *ratings* baixos e, por outro, com a redução da base, o peso relativo é maior. A assinalar que, no primeiro semestre, foram vendidos 19 títulos, pelo que restam apenas 5 títulos / tranches diferentes na carteira do Grupo. Desta forma, a evolução temporal da distribuição da carteira por ratings, em termos de pesos, não é comparável.

A 30 de Junho de 2011, dos cinco títulos/ tranches detidos em carteira, apenas dois eram *Investment Grade*, correspondendo a uma exposição de €1,4 milhões a valores de mercado, ou seja um peso de 21%. Contudo, é de assinalar que, face ao final do ano, apenas um dos títulos foi *downgraded* (2 *notches*), num período marcado por forte descidas de ratings nas várias classes de risco, entre as quais, se destaca a deterioração das notações dos soberanos, o que influenciou também os ratings das securitizações, em particular dos RMBS.

Todas as exposições foram adquiridas no mercado primário, à excepção das posições referentes às titularizações do Grupo Banif, como por exemplo a Azor Mortgage e Atlantes Mortgage, que são anuladas em termos de posição consolidada do Grupo Banif (é realizada a consolidação com as SPEs/ veículos de titularização). Em termos de análise *vintage*, a carteira foi adquirida maioritariamente até 2005, não tendo existido qualquer nova aquisição após 2007, ano do despoletar da crise do *sub-prime* (à excepção de activos de securitização do próprio Grupo). A assinalar que a tranche mais antiga, relativa a 2003, foi reembolsada em 2010.

Desta forma, na carteira actual, em termos de decomposição por ano de aquisição, cerca de 96% é respeitante ao período 2004-2005. A assinalar que foram vendidas durante o primeiro semestre todas as posições adquiridas em 2007, já no culminar da bolha verificada nestes mercados, pelo que neste momento a *vintage* mais recente é anterior (2006).

Reflectindo já as fortes vendas durante o primeiro semestre, a carteira de produtos estruturados mantém um perfil de investimento de médio prazo, com a WAL média (*weighted average life*; vida média) nos 3,8 anos, a 30 de Junho de 2011, para a qual contribui

favoravelmente os segmentos de ABS e CMBS com prazos de vencimento dos títulos mais curtos (WAL média de 0,5 e 0,6 anos respectivamente). A esta data, cerca de 30% da carteira possuía uma vida média residual estimada inferior a um ano, esperando-se que cerca de 50% venha a atingir o reembolso no prazo de 3 a 5 anos, e 21% a mais de 5 anos.

### 18.1 – REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO / SECTOR

Tipo de Produto	Valor Mercado	
	Montante	Peso
ABS	251.281	3,7%
CLO	3.423.200	50,1%
CMBS	1.738.528	25,4%
RMBS	1.420.547	20,8%
<b>TOTAL</b>	<b>6.833.556</b>	<b>100,0%</b>

Valores em euros

### 18.2 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

Ratings	ABS	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
A +				849.999	849.999	12,4%
BBB+				570.548	570.548	8,3%
<b>Investment Grade</b>				<b>1.420.547</b>	<b>1.420.547</b>	<b>20,8%</b>
BB+	251.281				251.281	3,7%
BB		3.423.200			3.423.200	50,1%
CC+			1.738.528		1.738.528	25,4%
<b>Non Investment Grade</b>	<b>251.281</b>	<b>3.423.200</b>	<b>1.738.528</b>		<b>5.413.009</b>	<b>79,2%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>251.281</b>	<b>3.423.200</b>	<b>1.738.528</b>	<b>1.420.547</b>	<b>6.833.556</b>	<b>100,0%</b>

Valores em Euros. Ratings médios das emissões atribuídos pelas agências Moody's, S&P e Fitch.

### 18.3 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM

Região / País de Origem	ABS	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
Europa		3.423.200			3.423.200	50,1%
Holanda			1.738.528		1.738.528	25,4%
Reino Unido				1.420.547	1.420.547	20,8%
Rússia	251.281				251.281	3,7%
<b>TOTAL</b>	<b>251.281</b>	<b>3.423.200</b>	<b>1.738.528</b>	<b>1.420.547</b>	<b>6.833.556</b>	<b>100,0%</b>





## 18.4 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

Vintage	ABS	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
2004				1.420.547	1.420.547	20,8%
2005		3.423.200	1.738.528		5.161.728	75,5%
2006	251.281				251.281	3,7%
<b>TOTAL</b>	<b>251.281</b>	<b>3.423.200</b>	<b>1.738.528</b>	<b>1.420.547</b>	<b>6.833.556</b>	<b>100,0%</b>

Valores em euros

## 18.5 – WAL MÉDIA E DISTRIBUIÇÃO POR BUCKETS

Buckets	< 6 meses	6m a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	>= 5 anos	TOTAL	WAL Média (anos)
ABS	251.281						251.281	0,5
CLO					3.423.200		3.423.200	3,9
CMBS		1.738.528					1.738.528	0,6
RMBS						1.420.547	1.420.547	8,2
<b>TOTAL</b>	<b>251.281</b>	<b>1.738.528</b>			<b>3.423.200</b>	<b>1.420.547</b>	<b>6.833.556</b>	<b>3,8</b>
<b>Peso</b>	<b>3,7%</b>	<b>25,4%</b>			<b>50,1%</b>	<b>20,8%</b>	<b>100,0%</b>	

Valores em Euros. Weighted Average Life (WAL) das estruturas tendo por base informação disponibilizada nos investors' reports e Bloomberg.

19. *Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.).*

Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

(valores em euros)

Tipo Produto	Tipo de Transacção	30-06-10	30-06-11
ABS	REEMBOLSO	6.000.000	100.000
	VENDA		6.425.500
CDO	VENDA	185.000	1.260.000
CLO	VENDA		14.778.100
CMBS	VENDA		1.920.047
RMBS	COMPRA	14.101.118	
	VENDA	1.780.000	10.362.507

20. *Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.*

Não se verificavam exposições nesta situação.

21. *Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:*
- *Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;*
  - *Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respectiva protecção de crédito;*
  - *Valor dos “write-downs” e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;*
  - *Decomposição das exposições por rating ou contraparte.*

Não aplicável. A única exposição enquadrável neste ponto venceu em Julho de 2010.

#### **V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização**

22. *Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.*

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota “3.10 instrumentos financeiros” do ponto “6 Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “IV DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS”.

23. *Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.*

Os SPE e outros “veículos” incluídos no perímetro de consolidação estão discriminados na nota “4. EMPRESAS DO GRUPO” do ponto “6 Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “IV DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS”. A exposição destas entidades a produtos estruturados afectados pelo período de turbulência está referida no ponto 21 deste Anexo.

24. *Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:*
- *Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;*
  - *Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);*
  - *Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);*
  - *Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).*

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros estão descritos na nota “3.10 instrumentos financeiros” do ponto “6 Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “IV DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS”.

Os instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 30 de Junho de 2011 e respectivos métodos de valorização.

(Valores em Milhares de Euros)

	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação		Total
		Análise de mercado	Outras	
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	181.211	103.255	55.247	339.713
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	83.887	210.253		294.140
Activos disponíveis para venda	1.524.779	19.105	9.037	1.552.921
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	40.592	62.479	103.071
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	111.656	-	111.656

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna “outros”.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

**25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:**

- *Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;*
- *Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);*
- *Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;*
- *Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);*
- *Stress scenarios.*

Informação incluída no ponto anterior.

**VI. Outros aspectos relevantes na divulgação**

**26. *Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.***

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos no Capítulo III, ponto.º16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar” da parte “VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE” do “Relatório de Gestão e Contas de 2010” da Banif-SGPS,SA.

## 7. Declarações Obrigatórias

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Banif SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, a indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários declara-se ainda que a presente informação semestral não foi sujeita a auditoria ou a revisão limitada.

Lisboa, 31 de Agosto de 2011

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Filipe Marques dos Santos - Presidente

Carlos David Duarte de Almeida – Vice-Presidente

António Manuel Rocha Moreira

Artur Manuel da Silva Fernandes

José Marques de Almeida

Diogo António Rodrigues da Silveira

Nuno José Roquette Teixeira

Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes